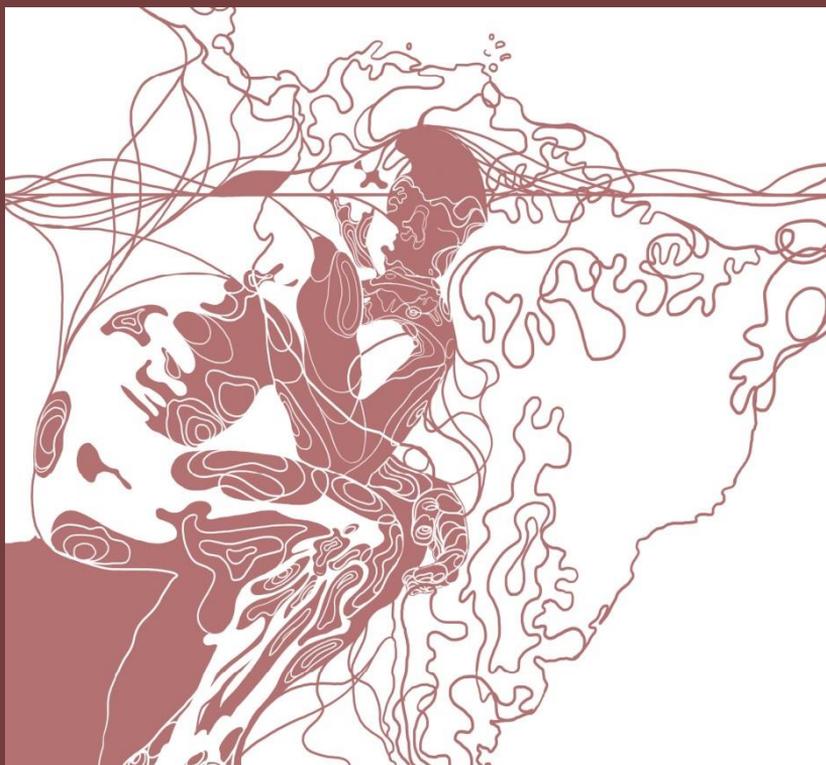


Lená Medeiros de Menezes, Hugo Cancino Troncoso,
Rogelio de la Mora (org.)

*INTELECTUAIS NA AMÉRICA LATINA: PENSAMENTO,
CONTEXTOS E INSTITUIÇÕES. DOS PROCESSOS DE
INDEPENDÊNCIA À GLOBALIZAÇÃO*



**Lená Medeiros de Menezes, Hugo Cancino Troncoso,
Rogelio de la Mora (org.)**

***INTELECTUAIS NA AMÉRICA LATINA: PENSAMENTO,
CONTEXTOS E INSTITUIÇÕES. DOS PROCESSOS DE
INDEPENDÊNCIA À GLOBALIZAÇÃO***



2014

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Rua São Francisco Xavier, 524, Maracanã, Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

Reitor: Ricardo Vieira Alves de Castro / Vice-reitor: Paulo Roberto Volpato

LABORATÓRIO DE ESTUDOS DE IMIGRAÇÃO (LABIMI)

R. São Francisco Xavier, 524, 9º andar, bloco D, sala 9007, Maracanã, RJ

Coord. Geral: Lená Medeiros de Menezes

Coordenadoras Adjuntas: Érica Sarmiento e Syrléa Marques Pereira

CONSELHO EDITORIAL DO LABIMI

André Azevedo; Angela Roberti Martins; Érica Sarmiento da Silva; Lená Medeiros de Menezes; Luís Reznik; Maria Izilda dos Santos Matos; Maria de Nazaré dos Santos Sarges; Rosely Boschilia; Syrléa Marques Pereira

COMITÊ ACADÊMICO DO GT-AHILA: Dr. Hugo C. Troncoso (Dinamarca); Dra. Silvia Mallo (Argentina); Dra. Lená M. de Menezes (Brasil); Dr. Rogelio de la Mora V. (México); Dr. Arauco Chihuailaf (França); Dra. Beatriz Moreyra (Argentina); Dra. Liudmila Okuneva (Rússia); Dr. Silvano B. Moya (Argentina); Dr. Fernando Remedi (Argentina); Dra Maria Emília Prado (Brasil); – Dra Magali Engel (Brasil); Dra Maria Letícia Correa (Brasil).

ILUSTRAÇÃO DA CAPA: Design Monnerat

COMPOSIÇÃO TÉCNICA DO E-BOOK: Lená M. Menezes

DISPONIBILIZAÇÃO ON-LINE: Laboratório de Tecnologias de Inovação e Comunicação – LATIC/SR1/UERJ

CATALOGAÇÃO NA FONTE UERJ/REDE SIRIUS/CCSA

I61 Intelectuais na América Latina [recurso eletrônico] : pensamento, contextos e instituições. Dos processos de independência à globalização / Lená Medeiros de Menezes, Hugo Cancino Troncoso, Rogelio de la Mora (Org.). – Rio de Janeiro : UERJ/LABIME, 2014.

1 recurso online (715 p.), arquivo pdf.

Bibliografia.

Requisitos do sistema: browser da Web; Abode Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

e-ISBN 978-85-66244-03-8

1. Intelectuais – América Latina. 2. América Latina – Vida intelectual. I. Menezes, Lená Medeiros de. II. Cancino Troncoso, Hugo. III. Mora V., Rogelio de la.

CDU 323.329(8=6)

PARTE 1

História Intelectual e dos Intelectuais na América Latina: Atores

Apresentação	I
Acercamiento al pensamiento de Romain Rolland em América Latina, 1919-1932 <i>Rogelio de la Mora V.</i>	11
A concepção educacional de Delgado de Carvalho para o ensino das Ciências Sociais <i>Beatriz Boclin Marques dos Santos</i>	22
Ariano Suassuna e as apropriações da cultura popular: as experiências com o Teatro de Estudante, o Centro de Cultura Popular e o Movimento Armorial <i>Christiane Marques Szesz</i>	37
CIEP's, Histórias e Memórias: um estudo sobre Darcy Ribeiro <i>Jacqueline de C. P. Lima/ Carlos Alberto B.de Sousa</i>	52
Construindo um acervo: História, intelectualidade e colecionismo em Vicente Salles <i>Alessandra R. e S. Mafra</i>	62
Interpretações do Brasil a partir de Ortega y Gasset. Leituras de <i>História como Sistema</i> e <i>Mirabeau ou o Político</i> <i>Maria Emilia Prado</i>	78
Joaquim Manuel de Macedo e a construção de uma narrativa oficial para o passado brasileiro <i>Adjovanes Thadeu S. de Almeida</i>	86
La Vida y obra de Gregorio Sánchez Gómez (1895-1942) <i>Jairo Henry Arroyo Reina</i>	103
Na corda bamba: a trajetória intelectual de Lima Barreto (1881-1922) <i>Magali Gouveia Engel</i>	117
Nacionalismo e Agrarismo em Alberto Torres <i>Maria Fernanda Lombardi Fernandes</i>	127
Nelson Werneck Sodré e a “Revolução Brasileira” <i>Alex Conceição Vasconcelos da Silva</i>	139
Octavio Paz y la estética de la historia <i>Javier Rico Moreno</i>	151
O intelectual Paulo Freire e alfabetização de 1960 <i>Nathalia Rodrigues Faria</i>	165
Uma guardiã da tradição: Geralda Armond e as ações educativas	173

no Museu Museu Mariano Procópio (Minas Gerais, Brasil)

Carina Martins Costa

Venerando da Graça: A sombra de um intelectual à luz
do Projeto Cinema Escolar

185

Maria Adalgisa P. Pinheiro/ Juçara L. Leite

PARTE 2

História Intelectual e dos Intelectuais na América Latina: Cenários e Debates

A racialização da humanidade nos cursos públicos do Museu Nacional,
Rio de Janeiro, (1875-1885)

197

Karoline Carula

Bolívar na América Latina: História e Literatura no Labirinto do General

210

Yvone Dias Avelino

Cacaso para historiadores: poesia e crítica no Brasil ditatorial (anos 1970)

218

Beatriz de Moraes Vieira

Cultura Patrimonial, Ensino e novas perspectivas no Brasil: década de 80

236

Ana Beatriz Frazão Ribeiro

El movimiento generacional intelectual. Generación de 1842 y la irrupción
de un proyecto de Modernidad en Chile

250

Hugo Cancino / Rita Cancino

Entre “futeboleros” e “anelados”. Lima Barreto e os debates sobre a
Modernidade no Rio de Janeiro da virada do Novecentos

267

Celi Fonseca da Silva

De Sílvio Romero a Heitor Villa-Lobos: meio, raça e história na música
brasileira

284

Avelino Romero Pereira

Los intelectuales de la nación católica (Colombia, siglo XIX)

305

Gilberto Loaiza Cano

O Pensamento Político Eugênico Latino-Americano

318

Ricardo Augusto Dos Santos

“Un milagro migrante”. Aproximaciones a la devoción del culto al Cristo
De Pachacamilla en Santiago de Chile

337

Paula Hurtado López

Un sabio e intelectual en el espacio público: Alejandro Lipschutz en Chile

352

Arauco Chihuailaf

“La trama democrática en América Latina”. Redes y circulación de ideas

365

en la renovación intelectual de la izquierda latinoamericana durante la transición democrática. El caso de *Controversia* y *La Ciudad Futura*
María Jimena Montaña

PARTE 3

História Intelectual e História Política

A recepção de Hans Kelsen na Constituinte de 1933-34: peças de um quebra-cabeça incompleto. “Positivismo” versus Positivismos? <i>Ricardo G. Borrmann</i>	385
Caminhos do coração: Gonzaguinha e a política do silêncio <i>Leila Medeiros de Menezes</i>	405
Delgado de Carvalho e a opção pela Educação brasileira <i>Vera Lucia C. de Queiroz Andrade</i>	411
Estado, universidad y producción de conocimiento en la Argentina peronista (1946-1955) <i>Luis Ernesto Blacha</i>	423
História Intelectual e História Política: Teoria e Método <i>Gizlene Neder / Gisálio Cerqueira Filho</i>	439
Intelectuais e imprensa alternativa no Brasil no início do século XX <i>Alberto Mendes</i>	447
Intelectuais e política sob o Estado Novo: o corpo de editores de O Observador econômico e financeiro (1937-1945) <i>Maria Letícia Corrêa</i>	465
Reflexionando en torno a la influencia del liberalismo y del socialismo en el alfonsinismo <i>Cristina Basombrío</i>	472
Sérgio em Berlim: futurismo no desterro <i>Marcelo Neder Cerqueira</i>	486
Terra da Luz: a abolição da escravidão no Ceará a partir dos discursos dos políticos cearenses <i>Mariana de Oliveira Sousa</i>	506

Parte 4

Migrações e Exílios: idéias e processos

A história intelectual dos italianos no sertão da Bahia <i>Maria Luzia Braga Landim</i>	526
A problemática da imigração e o Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: um estudo de caso	539

Lucia Maria Paschoal Guimarães

A Revolta dos Mercenários vista pela imprensa 549
Alexandre Belmonte - Brasil

De Bordallo Pinheiro a Julião Machado: Modernidade no humor 557
gráfico dos artistas portugueses na imprensa ilustrada
do Rio de Janeiro (1875-1920)
Ana Maria Rebello Magalhães

De escravos a imigrantes. La flexibilización de la política migratoria en 580
Argentina a través de la historiografía. S. XIX-XX
Silvia C. Mallo

Ideas y visiones de la inmigración española en la Argentina (1946-1965) 593
Nadia Andrea de Cristóforis

Interlocutores da cultura: intelectuais refugiados do nazifascismo no Brasil, 612
1933-1945
Maria Luiza Tucci Carneiro

“O Estrangeiro” um romance-manifesto: matrizes, representações, 627
apropriações e propostas na obra de Plínio Salgado
Leandro Pereira Gonçalves/ Maria Izilda S. de Matos

Entre o *ideal* e o *real*: Os discursos sobre a imigração no Brasil e 650
o enfrentamento da ‘desordem’ (1870-1930)
Lená Medeiros de Menezes - Brasil

O enfrentamento dos padeiros ibéricos no Rio de Janeiro e em Buenos Aires 659
(1890-1930)
Érica Sarmiento

Os intelectuais orgânicos nas comunidades de imigrantes na América: um 671
estudo dos lituanos
Erick Reis Godliauskas Zen

Novos lares – Judeus em Nilópolis: A memória dos imigrantes na mídia 688
Fernanda Capri Raposo

Novos olhares sobre antigas colônias: O exílio ibero-americano de Rafael 698
Altamira e Fidelino de Figueiredo
Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva

Sobre o LABIMI

Apresentação

O livro, em forma de e-book, reúne trabalhos selecionados, reformulados e ampliados apresentados inicialmente no III Encontro internacional do GT “Trabalho Intelectual, pensamento e modernidade na América Latina, séculos XIX e XX” da Associação Europeia de Historiadores Latinoamericanistas, realizado 27 a 29 de agosto de 2014 na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, organizado pelo Laboratório de Estudos de Imigração (LABIME), pelo Laboratório Intelectuais, Cultura e Política (LICP) e pelo Laboratório de Estudos e Pesquisa Intelectuais, Sociedade e Política (GEPISP).

O trabalho de seleção de textos coube a Comitê Acadêmico formado por renomados especialistas, vinculados às Universidades de Aalborg (Dinamarca); Veracruzana (México); Nacional de La Plata (Argentina), Nacional de Córdoba e Católica de Córdoba (Argentina) e Paris 8 (França), além da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. A organização do livro reflete este intercâmbio internacional e as pesquisas em rede que o grupo vem desenvolvendo sobre a América Latina, que se adensa a cada encontro com a incorporação de novos pesquisadores. O resultado é uma obra de grande qualidade que deverá transformar-se em referência no campo da história intelectual e da história dos intelectuais, contemplando, com determinado destaque as ideias e práticas concernentes às migrações internacionais.

Os autores dos textos, apresentados em português e espanhol, são professores pesquisadores vinculados a diferentes universidades da Alemanha, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Dinamarca, França e México, versando sobre ideias, contextos, processos e atores da história intelectual e dos intelectuais, contemplado a dimensão da política, da educação, da mídia, das artes e dos deslocamentos internacionais.

A obra está dividida em quatro partes. Cada uma delas representa ampliação e enriquecimento nas discussões que até aqui foram travadas sobre os temas selecionados, com estudos comparativos emergindo como importante possibilidade de análise.

A primeira parte intitula-se *História Intelectual e dos Intelectuais na América Latina: Atores* e reúne artigos que projetam intelectuais de variadas nacionalidades, com atuação em campos variados do conhecimento, destacando-se a história, a política, a educação, a literatura e o cinema. Dentre eles destacam-se Romain Rolland, Delgado de Carvalho, Arturo Orgaz, Darcy Ribeiro, Joaquim Manuel de Macedo, Gregório Sánchez Gómez, Lima Barreto, Alberto Torres, José Coelho da Gama e Abreu, Nelson Werneck Sodré, Otavio Paz, Paulo Freire, Geralda Armond e Venerando da Graça.

Seguem-se artigos reunidos nem parte que leva o nome de *História Intelectual e dos Intelectuais na América Latina: cenários e debates*, congregando trabalhos que debatem contextos e processos variados, com destaque para questões relativas à modernidade, raça e racismo, cultura, hegemonia, patrimônio, espaço público, mídia e religião.

A terceira parte, *História Intelectual e história Política*, abre espaço para artigos centrados no domínio do político e da política, tanto no que se relaciona a abordagens teóricas e metodológicas quanto na participação de intelectuais em contextos e processos ocorridos em determinados espaços-tempo, citando-se os regimes ditatoriais no Brasil e na Argentina, a produção do conhecimento em determinados conjunturas, os contextos de proliferação da imprensa e cinema alternativos e momentos marcados pelo peso de ideologias como positivismo, liberalismo e socialismo.

Por último destaca-se a quarta e última parte, dedicada às ideias e processos relativos às migrações, tema central do trabalho desenvolvido pela Laboratório de Estudos de Imigração da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (LABIMI-UERJ), responsável pela edição da obra. Nesse conjunto de artigos, é dado destaque à intelectualidade italiana, portuguesa e lituana; às políticas de imigração no Brasil e na Argentina; a discussões sobre o conceito de “estrangeiro”, a anarquistas estrangeiros com atuação na imprensa e nas lutas operárias, com trabalhos específicos relacionados com os exílios.

Os múltiplos olhares e as múltiplas abordagens reunidas no livro representam o esforço dos autores e organizadores em oferecer ao

público discussões de ponta sobre o tema elegido, com expansão do foco para temas que hoje se colocam como pauta política e acadêmica obrigatória. É o caso das migrações e dos exílios, que afetaram e continuam afetando os intelectuais, tanto como produtores de ideias que sustentam políticas e/imigrantistas quanto protagonistas de processos de deslocamento, muitos deles amargando prolongados exílios.

Desafiador foi o trabalho de construção de novas questões e novas abordagens. Esperamos que esse desafio transformado em sucesso tenha por correspondência o interesse do leitor na leitura do livro.

Rio de Janeiro, 27 de junho de 2014

Lená Medeiros de Menezes

PARTE 4

Migrações e Exílios: ideias e processos

A História intelectual dos imigrantes italianos no sertão da Bahia

*Maria Luzia Braga Landim**

No decorrer do século XIX, o Brasil entrou numa fase acelerada de mudanças que transformou as estruturas políticas, econômicas e sociais. No campo econômico começou a estruturar-se como nação moderna a partir da chegada de D. João VI, e abandonou o *status* de colônia na primeira metade do século. Aquele processo deveria desvencilhar o Brasil da dependência europeia e impulsionar o crescimento nacional que, durante séculos, se manteve estagnado em torno de propriedades fundiárias de grandes dimensões e cidadãos do reino português, que trabalhavam, sobretudo, com escravos trazidos da África.

Finda a era do açúcar, que por três séculos consecutivos fizera do Nordeste, em especial a Bahia, o coração econômico do país, e a série de acontecimentos históricos que impulsionou a destruição das maiores zonas açucareiras baianas, sem, contudo paralisar as atividades comerciais em outros setores.

Após os primeiros anos de dificuldades extremas, e não foram diferentes das que atravessaram outros países, os imigrantes italianos acabaram por se integrar à sociedade brasileira. Em sua grande maioria, ascenderam socialmente, mudaram a paisagem socioeconômica e cultural do Centro-sul do Brasil. No Sul, vincularam-se à produção de trigo, vinho, e atividades industriais; em São Paulo, impulsionaram o desenvolvimento industrial e o comércio. Nessas regiões, transformaram também a paisagem cultural, valorizaram a ética no trabalho introduzindo novos padrões de cultura e modificações nos modos de viver.

Na Região Nordeste, especialmente no interior da Bahia, o arraial de Jequié acolheu um grupo de italianos aventureiros à procura do lugar ideal para recomeçarem suas vidas. Aqueles europeus transformaram as convenções sociais, culturais e políticas da sociedade sertaneja. Desenvolveram atividades produtivas na Região Sudoeste¹ que repercutiram significativamente no comércio atacadista e passaram a se tornar vital para

* Professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Jequié). Doutora em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

a conjuntura nacional. Nas primeiras décadas de 1900, a Bahia alcançou a segunda posição de exportador de cacau depois da Costa do Ouro (Gana, África Ocidental).²

Aqueles italianos provenientes de Trecchina, Sul da Itália, passaram a dominar os espaços físicos, comerciais, políticos e sociais e produziram uma modernização conservadora que mudou os contornos da sociedade e estimularam o progresso da Província da Bahia.

Essas informações surgem como contingência histórica praticamente desconhecida e sugerem a falta de métodos históricos apropriados que revelem suas singularidades culturais e desmistifiquem a presença italiana, que parece se consagrar nas lavouras de São Paulo e do Sul do país.

Os imigrantes italianos imprimiram marcas identitárias que explicam as culturas mescladas por hábitos sertanejos e europeus revelados nas representações simbólicas e na memória coletiva. A população local passou a conviver com o “outro” - *o outsider*³ - e reforçou seus laços culturais e o sentimento de pertencimento. A integração com os habitantes locais fortaleceu laços identitários sertanejos e promoveu a demarcação dos limites de poder. No entanto, a convivência com o outro, com o diferente, começou a provocar insegurança aos habitantes originários do sertão que se sentiram ameaçados pela presença estrangeira.

Como estratégia para minimizar os conflitos, os novos donos do poder incluíram no mercado de trabalho os sertanejos da região, superando assim parte das diferenças socioeconômicas e culturais introduzidas pelo novo e pela modernidade.

Os acontecimentos cotidianos fixados na memória regional evidenciam uma História Cultural que integra a temática, o objeto que individualiza o fenômeno e a base teórico-metodológica que renova o campo de trabalho. Embora as pesquisas sobre o fenômeno migratório a cada dia estejam renovadas e ampliadas, ainda há muito a se recuperar dos acontecimentos que subsidiaram a nova historiografia.

Segundo Stuart Hall:

“a identidade cultural está intimamente ligada aos costumes, às tradições, aos hábitos, aos valores, às crenças e ao modo de viver em si de um determinado povo. Além disso, é preciso considerar o sentimento de pertencimento a uma comunidade ou mesmo a uma sociedade. A questão é que é sabido também que a imigração causa o desenraizamento do indivíduo ou de até um grupo. Esse processo certamente gera, no mínimo, insegurança pelo rompimento dos vínculos sociais e pela perda dos pontos de referência culturais, sociais e religiosos, podendo levar, entre outros fatores, à dispersão de identidade”.⁴

É importante ressaltar que aqueles imigrantes construíram uma identidade e reconheceram-se brasileiros, embora vinculados à tradição e à cultura de seu país, ou às comunas de Trecchina, Lucca, Vêneto, Lombardia, etc.

Para a manutenção das suas tradições, realizavam em sua vida cotidiana festas e cerimônias que marcaram a nova identidade. Sobre as produções de bens simbólicos, Bourdieu afirma:

“A história de vida das sociedades europeias está relacionada com a história das transformações e da função do sistema de produção de bens simbólicos e da própria estrutura desses bens. Ao longo das mudanças, formou-se um campo social, intelectual, cultural e financeiro, que almejava a autonomia progressiva do sistema de relações de produção, circulação e consumo do mercado de bens simbólicos que ampliavam os sistemas de poder.”⁵

As reflexões de Bourdieu sobre a constituição dos campos de saber e poder podem ser entendidas como representações sociais e não se abstém da neutralidade e da relação com a experiência vivida. A sociedade moderna busca o objetivismo funcional, para analisar cada sujeito com sua função e dom. As representações e as formas específicas de expressão dos italianos caracterizaram o início da imigração, marcada pela formação de uma coletividade que usou o saber-poder como estratégia de preservação da identidade e incluiu novos valores à sociedade.

O contingente migratório de europeus para o sudoeste baiano foi fundamental para o desenvolvimento de novos métodos de trabalho e habilidades no comércio que culminaram com índices expressivos de produção e negociações de produtos alimentícios que passaram a ser exportados pelos portos da Província da Bahia.

A base para a consolidação do capital italiano se estendeu para outros países depois da implantação de companhias marítimas que escoavam a produção regional e mantinha a Bahia no patamar de único produtor da América do Sul e o primeiro estado brasileiro na produção de cacau, competindo com o Equador, Trindade, República Dominicana e outros.

As estimativas sobre a imigração de retorno estão ausentes nos levantamentos estatísticos, embora elementos apresentados pelo censo de 1872 nos permitem analisar os dados utilizados como marco inicial de distribuição espacial da população estrangeira por unidades da Federação.⁶

Os dados transcritos são informações registradas nos Relatórios da Província e esclarecem sobre a decisiva prospecção econômica da Bahia nas primeiras décadas do século XX, que gerou o desenvolvimento social e cultural da cidade de São Salvador e das cidades interioranas, de onde provinham os produtos alimentícios a serem comercializados.

Com a aprovação do Presidente da Província, Conselheiro Francisco Inácio Barão Homem de Melo, o escoamento da produção regional passou a ser feita pela Companhia Bahiana de Navegação, por considerar o meio marítimo de transporte mais rápido e adequado para escoar os produtos regionais que seriam despachados para portos brasileiros e estrangeiros, sob a direção do Superintendente, Comendador José Lopes Pereira de Carvalho.⁷

O serviço feito com regularidade obedecia a cláusulas contratuais firmadas com os órgãos provinciais da Bahia, previam controle e fiscalização, além de diminuição do prazo de entrega das mercadorias perecíveis, tendo em vista a situação inadequada das estradas para o transporte daquelas cargas.

Desta forma, em primeira instância propomos analisar a conjuntura econômica da Bahia como ponto de partida para estabelecermos parâmetros de crescimento comercial, e daí compararmos os resultados obtidos com a autonomia financeira obtida pelo conglomerado italiano na região Sudoeste, para justificarmos o desenvolvimento comercial como fator preponderante para inclusão do sertão baiano nas atividades políticas, sociais, culturais e intelectuais que marcaram a expansão da Bahia no final do século XIX e início do XX.

As primeiras iniciativas de colonização e imigração na Bahia

Desde as iniciativas de colonização e imigração projetadas pelo Governo Provincial, os fenômenos imigratórios ocorridos para o interior baiano objetivavam ocupar vastas extensões desabitadas e contribuir para o desenvolvimento das regiões incultas do interior.

As primeiras investidas feitas pelo governo no sentido de imigrar estrangeiros para a Bahia foram idealizadas por Miguel Calmon du Pin e Almeida, presidente do Conselho Interino da Província da Bahia em 1823. Político e diplomata baiano tinha o interesse no desenvolvimento da agricultura nas regiões baianas. Para tanto, elaborou o primeiro projeto para a colonização do interior da Província.

Doze anos depois, em 1835, Du Pin assumiu a Presidência da Província da Bahia, quando criou e organizou a Companhia de Colonização e Imigração da Bahia. As falas apresentadas à Assembleia Legislativa da Província informam sobre a possibilidade de implantação do processo imigratório de forma incisiva, e admitem a extrema necessidade de receber a imigração de trabalhadores estrangeiros para o desenvolvimento da Província.

No entanto, os problemas financeiros e econômicos da Província tornaram-se empecilhos para consolidação e execução das propostas de povoamento nas terras devolutas, que impediam o cumprimento e a realização das ações propostas.

Os relatos do visionário são categóricos e estimulantes no que se referiam à expansão agrícola e a economia nas regiões interioranas. As propostas de ocupação do imigrante e aparelhamento para minimizar a escassez de água poderiam significar o avanço econômico da Bahia. Embora tivesse conhecimento dos problemas com as vastas extensões desabitadas e incultas que prescindiam de preparo e fertilização para alcançar os objetivos de produção, o idealista não desanimou.

Conseguiu agregar os grandes fazendeiros interessados na imigração, lavradores e pequenos comerciantes que enfrentavam dificuldades financeiras por causa da seca, mas não tinham como arcar com os altos custos desta empreitada.

Para minimizar as necessidades do projeto, o diretório da Companhia apelou para o Governo Imperial a fim de que tomasse providências no sentido de incentivar e respaldar os propósitos de colonização. Solicitou a convocação dos proprietários de terras baldias e devolutas para participarem dos colóquios e oferecer locais de alojamento para os importados. Como existiam em algumas Comarcas meridionais da Província terras desocupadas, os primeiros colonos de profissão agrícola foram acomodados, fato divulgado nas principais folhas Públicas da cidade.⁸

Desde as primeiras propostas de imigração, a finalidade prioritária era impulsionar o crescimento da economia baiana e obter meios de fixar os imigrantes no local. As primeiras súmulas do projeto previam o cumprimento de cláusulas que tratavam da recepção, acomodação residencial e posicionamento dos imigrantes nas frentes de trabalho.

Os representantes brasileiros na Europa responsáveis pela concretização dos traslados de estrangeiros para a colonização da Província da Bahia procuraram difundir nos países europeus as benesses e vantagens oferecidas pela Província. Os contratos previam negociações que alcançariam o maior número possível de estrangeiros a atravessar o Atlântico para se fixarem em propriedades *agrícolas* da Bahia.

As propagandas feitas pela Província da Bahia e divulgadas na Europa e nas Américas para atrair trabalhadores dispostos aguçavam o desejo de propriedade e melhoria de qualidade de vida, mas, ao conhecerem o interior se chocaram com a falta de possibilidade por causa dos problemas de ordem financeira da Província e impediam o cumprimento dos acordos feitos com o Brasil.

A Sociedade de Proteção aos Emigrados, criada com a finalidade de impulsionar a imigração, passou a ser dirigida por Vincenzo Savi de Spoleto com o apoio da Legação Imperial Brasileira em Roma e sua congênere no Rio de Janeiro. Assim, firmaram o primeiro acordo em 04 de novembro de 1836 para a vinda de imigrantes italianos subvencionados pelo governo brasileiro.

Na Sociedade para Colonização na Bahia, figurava o presidente Arcebispo Dom Romualdo Antônio de Seixas que firmara contrato entre o Brasil e a Itália para a imigração de colonos. Entretanto, em 1836 a Legação Imperial em Roma⁹ e a Sociedade de Proteção aos Emigrados da Bahia e sua congênere no Rio foram obrigadas pelo governo pontifício, em 1837, a receber 62 indultados que foram exilados na Bahia, entre criminosos, assassinos, marginais e presos políticos com penas perpétuas, sem o prévio consentimento da Província.¹⁰

Os acordos de imigração feitos não foram cumpridos e ao invés de cidadãos livres e de bons costumes que deveriam ocupar as terras incultas da Bahia em 1837, e perpassar modelos de convivência e civilidade europeus, a Província foi responsabilizada pelos marginais que chegaram, sem vínculos sociais ou culturais, eximidos de seus crimes como cidadãos comuns nas terras baianas, mas, tão indesejáveis no país de origem, a Itália.

O modelo de convivência social dos europeus idealizado para ser perpassado em sua essência, antevia desenvolver a cultura e a educação local como forma de crescimento, e propiciar acesso aos meios culturais que aquele projeto objetivava, na verdade por ser idealizado como um processo civilizatório, embora a invasão dos indultados mudasse com a imposição do país emissor, o Vaticano.

Reconsiderando os acordos originais, verificamos que as cláusulas inicialmente propostas exigiam trabalhadores rurais, não criminosos apenas para substituírem colonos, e/ou a obrigação da Sociedade de Colonização em reconhecer aqueles indultados como imigrantes.¹¹ A indignação por tamanho alvitre gerou constrangimento ao governo baiano que se negou a receber os remidos, sem, contudo, prever os

problemas posteriores que surgiriam com tal atitude. Mesmo sem concordar com o traslado forçado pelo Vaticano, os malfeitores da Itália, foram liberados e agregados aos habitantes locais em Salvador.

A viagem que trouxe aquela tripulação atravessou o Atlântico na nave *Madonna Delle Grazie*, partiu de Civitavecchia em 22 de fevereiro de 1837, com cento e trinta e cinco pessoas a bordo, entre tripulação de quinze homens, três frades capuchinhos e chegou em 22 de abril de 1837, no convento da cidade do Salvador. Entre aqueles imigrantes, também vieram, subsidiados, outros grupos de trabalhadores voluntários, destacando-se mulheres e crianças.

A Bahia continuava a manifestar o interesse pela imigração, e a propaganda ostensiva de benefícios e perspectivas de melhoria de vida era anunciada. Assim, os acordos continuaram e naquele mesmo ano. Outra investida desastrosa trasladou duzentos e sete genoveses, e causou sérios problemas à Sociedade de Colonização e Imigração. Sem prévia autorização do Diretório da Bahia o responsável pelos acordos na Itália, liberou a imigração antecipadamente e resultou na depreciação do projeto baiano, pois evidenciou o despreparo da Província no acolhimento dos imigrantes italianos.

Sem receber a confirmação da encomenda pela Companhia da Bahia, o preposto do Brasil na Itália resolveu antecipar a liberação da expedição a bordo do *Empíreo* e *Amabile Emilieta*,¹² e encaminhou imigrantes sem o mínimo planejamento para a recepção dos mesmos. Mesmo em outras condições, a Bahia não teria como receber e acolher os imigrantes, pois financeiramente enfrentava um déficit considerável.

Diante de tantos contratemplos, os imigrantes vindos de Gênova foram entregues à própria sorte e quando chegaram a Salvador não encontraram as mínimas condições de habitação, trabalho e sobrevivência, como havia sido aprovado mutuamente. Dispersaram-se por toda a capital e quiçá no interior à procura de trabalho para sobreviverem com suas famílias.

Outro fator que dificultou a comunicação do envio antecipado próprio da distância entre as províncias da Bahia e da Itália, culminou na chegada dos colonos genoveses antes do prazo previsto. Na falta de planejamento e estrutura física para acomodar os imigrados, a companhia de Imigração e Colonização foi obrigada a recebê-los num depósito do Órgão.¹³ Tal atitude causou julgamento hostil por parte dos jornais italianos que depreciavam a cidade e o projeto imigratório para a Província da Bahia e alegavam ser um lugar estranho e sem condições de receber seus compatriotas

“... Humildes por necessidade, tímidos por ignorância, movidos unicamente pelo desejo de ganhar o pão, deixam de falar a língua pátria, acabam por esquecê-la, adotam com extrema facilidade todos os hábitos dessas regiões, mesmo os mais estranhos e menos higiênicos. ... Vivem e progridem também sem união, sem ideais; muito raramente recorrem à ação ou à assistência do real consulado e são, na maior parte, pouco menos que assimilados aos nativos, também em virtude das não raras uniões que ... contraem com mulheres do lugar, de pele mais ou menos escura [...]”¹⁴

As primeiras informações sobre o revés foram dadas pelo Presidente da Província e Diretor da Companhia de Colonização e Imigração da Bahia, Miguel Calmon Du Pin, e divulgadas durante a abertura dos trabalhos de 17 de abril de 1837, quando o presidente relatava as dificuldades encontradas para viabilizar os acordos realizados com o responsável do Brasil na Itália, e atentava para o cumprimento das cláusulas elaboradas para o Projeto de Imigração e Colonização para atrair estrangeiros.¹⁵

O presidente da Província assinalava as possibilidades de expansão econômica e a consecução de um projeto arrojado para fixar os imigrantes nas vastas extensões de terras da região sertaneja e a ocupação das terras devolutas de grandes fazendeiros que se encontravam em dificuldades financeiras motivadas pela crise da lavoura. Ratificava os critérios para que os acordos fossem firmados entre a Bahia e os países da Europa em 1835, mas, ressaltava a necessidade de honrar com os acordos feitos com os países interessados.¹⁶

Nessa reunião o diretor Miguel Calmon Du Pin leu o relatório que seria apresentado à Assembleia não realizada dias antes por falta de número de participantes, e desde as primeiras linhas ressaltava o interesse pela colonização como solução para o desenvolvimento das regiões da Bahia.

Além de se reportar às mensagens administrativas que tratavam das perspectivas de crescimento para o interior da Província, priorizava a colonização, imigração e segurança para o sucesso do empreendimento. Quanto à consecução do projeto, definia metas a serem desenvolvidas anualmente e apresentava informações sobre os problemas da Província. As sugestões para a realização da imigração, como viagem, instalação e alimentação, ratificavam os tratados e as providências a serem adotadas por cada gestor para a concretização das atividades.

No entanto, eram muitos os empecilhos que surgiriam e com eles as denúncias do Diretor da Companhia à Assembleia Legislativa da Bahia que assinalava a falta de cumprimento dos primeiros acordos. Solicitava medidas emergenciais nas reivindicações para resolver o problema dos 207 imigrantes chegados a Salvador, e elaborou uma mensagem lida que segue abaixo, transcrita originalmente:

“... Senhores, O Directorio da Companhia de Colonisação convocou como lhe cumpria a presente Assembléia, a fim de submeter à consideração e exame dos Srs. Acionistas o estado dos negócios da mesma Companhia, e deliberar em commum sobre as medidas que devão ser ulteriormente tomadas. Segundo o Prospecto que nos serve de Estatutos esta reunião geral devera ter tido lugar no 1º de Novembro do anno findo. Achando-se, porém, naquella época embaraçado o Directorio com o destino que devia dar aos Colonos então existentes no Depozito, e esperando de Genova, por avisos que recebera do nosso Ministro na Itália huma considerável remessa de Colonos, entendeu o mesmo Directorio, que não seria útil (nem airozo para os seus Membros) apresentar-se à Assembleia da Companhia antes de remover as graves dificuldades com que lutava, e de aviar os trabalhos que deveria trazer-lhe a anunciada vinda de 200 Genoveses. Agora,

que tem feito quanto em si coube para satisfazer à árdua tarefa de que se havia encarregado, vem dar conta de si aos seus dignos Consocios [...]¹⁷

O acordo previa a vinda de trabalhadores rurais que atuariam na agricultura, embora os locais de trabalho e a fixação dos imigrantes nem sequer haviam sido delimitados. As instalações para os imigrantes e as condições de trabalho propostas estavam em desacordo com as possibilidades. A infraestrutura de habitação e trabalho pretendida não existia. Muitos italianos abandonaram suas atividades na Itália, venderam bens e esperavam dos acordos com a colonização na Bahia benesses financeiras e lucros. Mas, não foram bem sucedidos.

Ao chegarem não tinham sequer local para se abrigar. O depósito da Companhia de Colonização foi utilizado como recurso para acolher os imigrantes que chegaram antecipadamente. A Bahia não estava preparada para receber os trabalhadores. Neste sentido, o interesse dos governantes da Bahia era fomentar a mão de obra estrangeira e fazer cumprir as cláusulas dos contratos que se referiam a recepção, acolhimento e frentes de trabalho para os estrangeiros. Naquele documento também solicitava ao Governo Imperial providenciar locais de alojamento para os imigrantes recém-chegados.

Ressaltamos que no interior da Província da Bahia havia grandes extensões territoriais para serem povoadas, mas as condições climáticas e a falta de água dificultavam a efetivação das metas e colocavam o projeto povoador em risco.

As dificuldades financeiras e os conflitos de gestão geravam desavenças e conflitos políticos. A falta de recursos financeiros da companhia e a impossibilidade de fazendeiros prestarem auxílio que minimizasse a situação e as relações de confiança foram abaladas provocando o fracasso das primeiras investidas de imigração europeia na Bahia.

Nesse período o Estado da Bahia enfrentava sérias dificuldades por causa da seca que perdurava por quatro anos consecutivos e assolava a região baiana com pobreza e doenças. Depois da década de 1837, os acordos realizados entre a Companhia de Colonização da Bahia e a Província da Itália foram registrados nas mensagens à Assembleia Legislativa, por iniciativa do Diretor Calmon Du Pin, mais tarde, Marquês de Abrantes.

A realidade foi inversa aos tratados. Os imigrantes genoveses se depararam com a falta de acomodação e alimentação logo nos primeiros dias de desembarque em Salvador e a Companhia de Colonização estava numa situação constrangedora.

Sem quaisquer providências imediatas e à medida que o tempo passava os imigrantes continuaram abandonados nos Depósitos da Companhia de Colonização sem perspectivas de sobrevivência ou melhorias, e muitos deles vagavam pela cidade de Salvador, sem destino.

Em condições subumanas os imigrantes e seus familiares se desesperavam com o passar dos dias, pois os problemas aumentavam, e a quantia trazida depois de venderem seus pertences na Itália já havia acabado e a solução para aqueles problemas não chegava.

As dificuldades relatadas aos consorciados da Companhia de Colonização da Bahia tinham a finalidade de deliberar sobre as medidas urgentes que deveriam ser tomadas para amparar os imigrantes.

As notícias divulgadas na Ata da sessão do diretório¹⁸ revelam as dificuldades financeiras enfrentadas pela Província naquele período, apontando para os problemas de capital e colocação de ações que afetavam as finanças da Companhia e tornavam o processo difícil de ser solucionado.

Nos anos posteriores a Província Bahia, através de mensagens e falas à Assembleia Legislativa, procurava divulgar os problemas causados pela imigração estrangeira a fim de minimizar as dificuldades conjuntamente com administradores das cidades e fazendeiros dos distritos do interior baiano.

A partir dos relatórios dos presidentes da Província da Bahia dirigidos à Assembleia Legislativa, na qual a comunidade tomava conhecimento sobre as iniciativas frustradas do traslado de imigrantes estrangeiros, informavam também a necessidade de técnicas e avanços na agricultura, no comércio e na indústria como forma de amenizar os problemas existentes em todas as regiões da Província, especificamente a falta de condições financeiras e a seca inclemente que assolava as regiões baianas.

Na fala do desembargador Pinheiro de Vasconcelos, em 1843,¹⁹ o Visconde de Monserrate relata as rebeliões de São Paulo e Minas, e reforça a necessidade de conjurar esforços das outras províncias para restituir a ordem e a tranquilidade nacional.

No item tranquilidade pública, segurança individual e força pública, informam: “A Província tem-se conservado tranquila apesar das desastrosas rebeliões em São Paulo e Minas, e a esse respeito não posso passar em silêncio, que também nos pertence a glória de termos contribuído com diversos contingentes de força para coadjuvar a pacificação daquelas duas Províncias, onde a maioria de seus habitantes, auxiliada por prontos e enérgicos socorros do Governo Imperial, desaprovando tão horroroso crime, repeliu as facções, e em breve tempo restabeleceu a ordem, ganhando por isso o bem merecido renome e as bênçãos da Pátria, e a estima do Monarca. Os crimes particulares já não eram mais repetidos, não só na capital, como nas Comarcas, onde a Lei das Reformas estava sendo mais bem executada”.

No texto, Vasconcelos também cita outros assuntos a exemplo da agricultura que considera como base principal para a riqueza da nação independente. Menciona os baixos preços do açúcar, e de outros produtos devido à escassez de mão de obra, além dos custos elevados com a manutenção de escravos. Reitera a proposta de imigrar colonos estrangeiros e propõe a criação de uma caixa de colonização e agricultura como forma de amenizar os efeitos devastadores das dificuldades climáticas que geram a falta de recursos nas comarcas.

Os documentos provinciais são reveladores quando expõem o desânimo dos agricultores com a falta de braços que pudessem ajudar na preparação e ampliação na produção agrícola que alcançasse o comércio varejista com produtos de boa qualidade. Em 1845,²⁰ o presidente da Província admite o descrédito de alguns órgãos europeus nas imigrações para a Bahia por acharem o lugar inapropriado para a fixação de seus compatriotas.

Mas, as investidas das províncias para conseguir braços trabalhadores imigrantes que contribuíssem para o progresso da Bahia continuaram. Sem regularidade nos contratos e sem providências para estabelecer as diretrizes dos acordos, muitas italianos decidiram não se arriscarem na Bahia e rumaram para outros estados brasileiros.

Embora os relatórios provinciais anteriores a 1887 já detalhassem as convocações feitas pelo Presidente da Província João Capistrano Bandeira de Mello, e encaminhadas aos responsáveis da Sociedade Bahiana de Colonização e Imigração e aos agricultores residentes nos pontos próximos da capital, que, para atender as determinações do Ministério da Agricultura Comércio e Obras Públicas, somente depois de efetivadas as fiscalizações e regulamentações da Província as atividades fluíram e foram oficialmente cumpridas.

Em uma das reuniões convocadas para análise dos problemas citados pelo presidente da Província, a falta de um número expressivo de interessados motivada pela interrupção das viagens a vapor entre as cidades do recôncavo, entre outros problemas políticos, não houve empecilho para que os membros da Diretoria da Sociedade de Colonização e Imigração adotassem medidas consignadas pelas representações presentes ao encontro. Os recursos solicitados foram imediatamente liberados, bem como a instalação, local de fixação e concessão do aluguel em espaços próprios para acomodação dos imigrantes até o prazo de adequação dos imigrantes à Província.

Somente em 1896, as medidas para regulamentar o processo de colonização e imigração para a Bahia foram expedidas no Decreto número 13, do Governador do Estado Luiz Viana, que aprovou o Regulamento Geral da Imigração e Colonização do Estado,²¹ cujos capítulos se referiam às formas de recepção, tratamento e acomodação dos imigrantes estrangeiros.

A partir deste Regulamento Geral da Imigração e Colonização, os traslados de imigrantes passaram a ser fiscalizados e minimizaram os problemas recorrentes de assentamento dos estrangeiros. Nos contratos mútuos são exigidos critérios para o desenvolvimento das etapas de entrada, recepção e tratamento dos imigrantes desde o desembarque, hospedagem alimentação e outras obrigações que dignificassem o tratamento humano a serem dispensados aos estrangeiros nas terras baianas.

O Regulamento compôs um exemplar com cinquenta e quatro páginas, nas quais estavam discriminadas minuciosamente as exigências com as quais os acordos deveriam ser firmados, e a responsabilidade dos assessores e gestores da Companhia de Imigração no cumprimento das prescrições legais. Destinou a direção dos trabalhos ao secretário de Agricultura, e ao inspetor de Terras, Colonização e Imigração, para serem responsáveis por organizar e superintender os serviços de recepção, acolhimento e tratamento adequado de acordo com as disposições em vigor e as ordens superiores.

No intuito de estabelecer os procedimentos necessários para uniformizar as atividades inerentes à consecução do projeto colonizador, os acordos deveriam seguir rigorosamente as cláusulas estabelecidas desde o capítulo inicial, cujo objeto do serviço a ser prestado, estava discriminado em vinte artigos, que obrigavam a Província e o país interessado no envio de trabalhadores a obedecerem as normas e critérios previamente demarcados, desde a escolha.

Outras tentativas no sentido de padronizar a entrada dos estrangeiros não alcançaram êxito. Somente com a regulamentação instituída pelo governo, sob a responsabilidade da Secretaria de Agricultura e do Setor de Inspeção de Terras, Colonização e Imigração conseguiram atingir as ações e metas do plano progressista.

Para o cumprimento das instruções e contratos, a fiscalização efetivada pelo auxílio do Estado, lavradores e particulares, na recepção e acolhimento dos imigrantes nas terras desabitadas ou em núcleos coloniais, a situação se regularizava como era proposto pelo projeto colonizador.

O assunto em questão surge como contingência histórica praticamente desconhecida e apresenta falta de métodos históricos apropriados que atentem para as singularidades culturais daquele espaço sertanejo. Amparado pelo eixo temático que se refere às ideias das migrações na América Latina dos séculos XIX e XX, este trabalho tem a finalidade de discutir as novas concepções e paradigmas sobre os movimentos migratórios ocorridos na Região Nordeste, em especial o sertão da Bahia, para comparar suas características peculiares com as de outras regiões brasileiras, onde a presença italiana parece ter-se consagrado com trabalhos nas lavouras de São Paulo e do Sul do país.

Considerações finais

Consideramos que o debate acadêmico em torno dos deslocamentos entre Europa e América Latina desde o século XIX tem sido gradativamente ampliado e representa um dos resultados de mudança na historiografia. Sem se restringir apenas a sustentar novos campos temáticos das academias e dos mercados editoriais, a história intelectual surge com novos elementos e abordagens de discussão para temas que pareciam de certa forma, esgotados.

No caso dos deslocamentos humanos no final do século XIX e decorrer do XX, quando a imigração ocupou parte dos acontecimentos no Brasil, surgem os imigrantes italianos provenientes de Treccina para ocuparem espaços físicos, comerciais e políticos no sertão da Bahia. De forma prudente, mas incisiva, aqueles italianos implantaram métodos inovadores de trabalho, criaram instituições socioculturais e estabeleceram mudanças. No sertão baiano os imigrantes imprimiram marcas identitárias que explicam as culturas mescladas por hábitos sertanejos e europeus, reveladas pelas representações simbólicas. Os acontecimentos cotidianos fixados na memória regional evidenciam uma História Cultural que integra a temática, o objeto que individualiza o fenômeno e a base teórico-metodológica que renova o campo de trabalho.

Embora as pesquisas sobre o fenômeno migratório a cada dia estejam renovadas e ampliadas, ainda há muito a se recuperar dos acontecimentos que subsidiam a nova historiografia, a exemplo dos acordos feitos entre a Província e o Governo Pontifício que arbitrariamente ordenou o traslado de indultados políticos e criminosos ao invés de trabalhadores que deveriam ocupar as terras incultas da Bahia em 1837. Aquela atitude modificou os objetivos de introduzir colonos e perpassar modelos de conveniência, preceitos morais e sociais europeus aos sertanejos do interior baiano.

Todos os acontecimentos cotidianos registrados nos relatórios da Província da Bahia desde 1823, evidenciam as práticas culturais endógenas e exógenas que estabeleceram assimilações e conflitos, ocasionaram encontros com sociedades distintas, divergências e conflitos, quando o desenvolvimento do sertão baiano ocorreu de forma acelerada em termos econômico-financeiro, e sociocultural .

O crescimento das cidades sertanejas por meio da implantação do comércio prosperou graças às negociações de compra e venda de produtos alimentícios consideradas de boa qualidade, e consagrou à região como a mais promissora em termos de produção pelo mercado internacional, pelo cacau, café, piaçava, entre outros. Os benefícios trazidos pelos ganhos econômicos propiciaram a inclusão dos italianos e da sociedade nos meios políticos, educacionais e intelectuais da Província.

Da mescla de comportamentos, normas e valores entre italianos e sertanejos surgiram inovações importantes que beneficiaram a agricultura, o comércio e a qualidade de vida do sertanejo. Como consequência do progresso das inovações implantadas pelos italianos, a região e consequentemente a Bahia, alcançaram o patamar implantado pelos italianos, como as políticas culturais e sociais que possibilitaram um novo descortino no cenário estadual e político do Governo da Província, modificando destarte os destinos do sertão baiano.

Portanto, somos gratos aos deslocamentos humanos do final do século XIX, especialmente aos imigratórios italianos para a Região Sudoeste da Bahia, a consolidação comercial das cidades ao entorno de Jequié, o desenvolvimento de culturas agrícolas adaptadas ao espaço sertanejo e atribuímos a todos esses processos o impulso comercial da Bahia no mercado exterior com a venda de produtos alimentícios produzidos na região Sudoeste.

Notas e referências

- ¹ Jequié, município situado na região sudeste da Bahia, na faixa do Polígono das Secas, a 216 m de altitude. Possui uma área de 3.113 km² e se limita com os municípios de Jaguaguara, Lafaiete Coutinho, Maracás, Boa Nova, Itagi, Manoel Vitorino, Aiquara, Ipiaú, Jitaúna e Wenceslau Guimarães.
- ² Mario Ferreira BARBOSA, *A Economia da Bahia através cem anos: notas estatísticas*, Bahia, da edição especial do Diário comemorativo do centenário da Bahia, Biblioteca do Ministério da Fazenda, 1923. p.4.
- ³ *Ibid.*, p. 4.
- ⁴ Stuart HALL. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro, 10ª edição, Rio de Janeiro, DP&A, 2005, p.09.
- ⁵ Pierre BOURDIEU, *O poder simbólico*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil/ Lisboa, Difel, 1989, p.99.
- ⁶ M. S. F. LEVY, “O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972)”, *Rev. Saúde Pública*, S. Paulo, 8(supl.):49-90, 1974.
- ⁷ Bahia/BR, Relatório Conselheiro Barão Homem de Mello, presidente da Província da Bahia, item que trata da Companhia de navegação, Bahia, Typographia do Diário, 1878, p.56.
- ⁸ Luís A. de BONI (org.), “A imigração italiana na Bahia.”, L. A de BONI, *A presença italiana no Brasil*, Porto Alegre, Torino, Fondazione Giovanni Agnelli, Escola Superior de Teologia. Vol. II, 1990.
- ⁹ Elio LODOLINI, *L'esilio in Brasili di detenuti politici romani*, Roma, Direzione generale degli archivi di stato. Pubblicazioni degli Archivi Stato, Guide delle fonti per la storia dell'America Latina esistenti in Itália, a cura i di Elio Lodolini. Roma, 1976. (Consiglio internazionale degli Archivi guide delle fonti per la storia delle Nacioni, A. *America Latina*, VIII, Itália, vol.I – Ministero per i Beni culturali e ambientali.

A História intelectual dos imigrantes italianos no sertão da Bahia
Maria Luzia Braga LANDIM

Publicazzioni degli Archivi Stato, v.LXXXVIII), ed ivi in particolare in Elio Lodolini, Archivio di Roma, 1837. pp. 99-249.

¹⁰ Partiram de Civita em 22 de fevereiro de 1837, sessenta e dois indultados, aos quais se juntou uma dezena de imigrantes voluntários e alguns familiares.

¹¹ A relação com o nome dos condenados que vieram como imigrantes, exilados políticos, indultados com suas respectivas sentenças se encontram listados em Ressegna Storica Del Risorgimento. Anno XXVII, Fasc. VI. Roma, 1940.

¹² Luis A. de BONI, *A presença italiana ...*, cit..

¹³ Thales de AZEVEDO, *Italianos na Bahia e outros temas*, Introdução, Salvador, Empresa Gráfica da Bahia, 1989.

¹⁴ L. S. ROCCA, “Gli italiani nello Stato di Bahia,” MAE, *Emigrazione e Colonie*. Raccolta di Rapporti dei RR, Agenti Diplomatici e Consolari, 1908. p.15.

¹⁵ Luis A. de BONI, *A presença ...*, cit, p.191.

¹⁶ *Ibid.*, p.190.

¹⁷ *Ibid.*, p.191.

¹⁸ *Ibid.*, v. III.

¹⁹ BR/Bahia, *Fala do Presidente da Província Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos*, 1843, p.7.

²⁰ BR/Bahia, *Relatório do presidente da província*, Francisco José de Sousa Soares d'Andrea, Bahia, Typ. de Galdino José Bizerra [i.e. Rizerra] e Companhia, 1845. p.77.

²¹ BR/Bahia, *Regulamento Geral da Imigração e Colonização do Estado da Bahia*, Bahia, Tipografia do correio de notícias, 1897.

A problemática da imigração e o Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: um estudo de caso

*Lucia Maria Paschoal Guimarães**

Em 1938, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro recebeu uma correspondência, do diretor geral do Departamento Nacional do Povoamento, encaminhando uma consulta que lhe fora dirigida pelo Departamento de Polícia, da cidade de Highland Park, Michigan, Estados Unidos. Em linhas gerais, os autores da carta indagavam sobre o paradeiro dos chamados *exilados voluntários*, ou seja, daqueles indivíduos que se dirigiram para o Brasil, ao final da guerra civil americana.

As autoridades estadunidenses desejavam saber quantos imigrantes americanos foram aqui recebidos, os nomes dos navios que os transportaram, as datas da sua chegada e se havia registro da presença de rebeldes a bordo dessas embarcações, convictos ou acusados de crimes de guerra. Em especial, reportavam-se à atuação do Major Lansford Warren Hastings, do exército sulista, o qual teria negociado com o governo imperial a contratação e a formação de colônias de imigrantes oriundos do sul dos Estados Unidos.¹ Vale aqui acrescentar que o Major Hastings, um advogado, misto de escritor e aventureiro, publicara, em 1867, um livro *The Emigrant's Guide to Brazil*,² com o intuito de atrair colonos para o Brasil, entre os antigos confederados.

Em resposta às perguntas formuladas, Max Fleiuss, então secretário perpétuo do Instituto, indicou que fosse consultada a documentação disponível dos Ministérios da Justiça e da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, no período entre 1860 e 1870. O que em última análise significava examinar os fundos do Arquivo Nacional, onde estariam depositados os documentos oficiais daquelas repartições públicas.³ Fleiuss, por certo, desconhecia que no arquivo do IHGB existiam importantes pistas não apenas das aventuras do Major Hastings, como de outros compatriotas ex-confederados, como se visto mais adiante

A institucionalização da história como disciplina científica no século XIX, na esteira do paradigma definido por Ranke, alargara, consideravelmente, a utilização dos Arquivos Nacionais. No Velho Mundo, para além conservação do conjunto de

* Professora Titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Sócia Titular do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

testemunhos documentais de cada nação, esses depósitos converteram-se em laboratórios, indispensáveis à prática da disciplina e ao ofício do historiador.

No Brasil, outros caminhos foram trilhados. Os estudos históricos se iniciaram, formalmente, em 21 de outubro de 1838, com o estabelecimento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), destinado a coligir, metodizar, arquivar e divulgar documentos para a escrita da história do Brasil. O cônego Januário da Cunha Barbosa, um dos seus idealizadores, justificava o empreendimento, argumentando que caberia ao Instituto chamar para si a responsabilidade de escrever a história nacional, de forma a conferir-lhe unidade e coerência.⁴ Para tanto, o religioso esboçou um *programa de investigação*, por assim dizer, publicado no número de lançamento da *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, com o título *Lembranças do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico [...] para remeterem à sociedade central*. Na extensa lista de testemunhos a arrolar, entre outras sugestões, indicava a necessidade de se providenciar cópias autênticas de documentos e extratos de notas compulsadas em secretarias, arquivos, cartórios civis e eclesiásticos.⁵

Por aquela mesma ocasião, outro sócio-fundador do IHGB - José Silvestre Rebelo, indicou que dirigentes do reduto intelectual se dirigissem ao Ministério dos Negócios Estrangeiros solicitando a designação de um funcionário, adido à legação do Império em Madrid, com a missão de investigar e reproduzir manuscritos existentes nos arquivos ibéricos de interesse para a escrita da história do Brasil. Entre os funcionários comissionados para aquelas funções, cabe aqui salientar, cumpriram papel destacado, nomes da envergadura de Francisco Adolfo de Varnhagen, de Antonio Gonçalves Dias, de João Francisco Lisboa, assim como o de Joaquim Caetano da Silva, que compulsou os arquivos holandeses e franceses.⁶

Para além das preocupações expressas com a pesquisa documental, Januário e Silvestre Rebelo mostravam-se atentos às formas correntes de fazer história.⁷ E, no caso brasileiro, com justa razão. Recém saído da condição de colônia, o Estado que se instituíra, em 1822, nos antigos domínios portugueses da América, necessitava fixar as suas origens, de maneira a dotá-lo de um passado que o legitimasse. Deste modo, o trabalho desenvolvido nos primeiros anos do Instituto Histórico não ficou restrito apenas à organização da *memória de papel*.⁸ Nem se limitou às atividades do que Renan denominava de "atelier de trabalhos científicos", em que pesem a erudição e o cuidado que ali se dispensava ao levantamento e à crítica de fontes. Construiu-se a memória nacional, consoante os moldes definidos por Pierre Nora, ou seja, "a formação gigantesca e vertiginosa de estoque de material, de tudo que nos é impossível lembrar; o *repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de recordar*" (o grifo é nosso).⁹

A ideia de organizar esse "gigantesco estoque de material" aparece externada tanto nas já citadas *Lembranças* do ensaio de Januário da Cunha Barbosa, quanto na mencionada proposta de Silvestre Rebelo de enviar missões para devassar os arquivos europeus. Quanto à *necessidade de recordar*, ela se norteou pelas condições originais em que os integrantes do IHGB, sobretudo o grupo dos políticos, dialogaram com as

circunstâncias históricas. Seja como for, o Instituto preocupava-se, sobretudo, em colecionar documentos que pudessem contribuir para a construção do passado.

Para cuidar do presente, havia o Arquivo Público do Império, órgão também instituído naquele ano de 1838, em 2 de janeiro, no âmbito do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, durante a regência de Araújo Lima. Cabia ao Arquivo, por força de dispositivo constitucional, recolher os documentos oficiais da administração central e das províncias, emitir certidões para os diversos setores do governo e o público em geral, bem como encarregar-se da tramitação dos processos de pedidos de concessão de patentes e concessões de privilégios.

Portanto, ao contrário do que se passava nos acervos das nações europeias, no Império brasileiro, o Arquivo desempenhava funções eminentemente cartoriais, cuja prioridade era atender às demandas burocráticas do Estado e das elites políticas.

Assim, ao longo dos anos, à medida que se intensificou o fluxo migratório e o Brasil se transformou em um país de imigrantes, o Arquivo Público do Império, depois da proclamação da República, em 1889, designado de Arquivo Nacional, converteu-se no grande repositório para onde convergia a massa documental relativa aos cidadãos adventícios, que aqui aportaram, buscando uma segunda pátria.

Trata-se de documentação de amplo espectro, já bastante explorada pelos especialistas. Abarca desde livros de anotação de entrada e saída de estrangeiros, processos de expulsão de imigrantes indesejáveis, relações de passageiros de navios, visitas da inspeção sanitária, até os registros de centros de triagem e acolhimento (hospedarias, lazaretos e hospitais). Ou seja, compreende toda a sorte de papéis oficiais relacionados com o movimento migratório.

O Instituto Histórico, por seu turno, receberia tão somente documentos doados por sócios ou por particulares. No seu arquivo consta cerca de duzentas e trinta e quatro entradas, referentes a fontes que abordam e/ou tangenciam a problemática da imigração. Este material não está organizado em um fundo específico. Encontra-se disperso. Melhor dizendo, distribui-se pela Coleção IHGB e pelas seguintes coleções particulares Marquês de Olinda, Ourém, Enéias Martins Filho, Senador Nabuco, Domício da Gama, Conselheiro Saraiva, Sousa Leão, Prudente de Moraes e Boulanger. No presente trabalho, privilegiam-se apenas aspectos daquelas Coleções que apresentam maior incidência de fontes.

Quadro nº 1. IHGB, Arquivo: Fontes sobre imigração

Coleção	Nº de documentos
IHGB	157
Marquês de Olinda	23
Ourém	20
Senador Nabuco	11
Domício da Gama	10
Enéias Martins Filho	05
Conselheiro Saraiva	05

Sousa Leão	01
Prudente de Moraes	01
Boulangier	01
Total	234
Fonte: Quadro elaborado a partir das informações disponíveis no Arquivo do IHGB.	

A Coleção IHGB é a que reúne o número mais expressivo de fontes. São cento e cinquenta e sete documentos de procedência diversa, que focalizam ou tangenciam o tema sob diferentes ângulos. Em termos cronológicos, observa-se que a maior concentração de testemunhos recai sobre o período compreendido entre 1881 e 1890. O que não é de estranhar, pois neste lapso de tempo acelera-se o movimento abolicionista e, por conseguinte, a necessidade de se buscar alternativas para a substituição do braço escravo.

De um modo geral, trata-se de uma miscelânea, integrada por cartas, recortes de jornais estrangeiros, contratos de imigração, propostas para a introdução de trabalhadores de diversas nacionalidades, relações de concessões e relatórios sobre colônias estabelecidas no sul do Brasil. Além desses testemunhos, a Coleção IHGB abriga um conjunto de atas e de ofícios da Sociedade Central de Imigração, material provavelmente oriundo do arquivo pessoal do visconde de Taunay, sócio do IHGB, um dos fundadores e dirigente da Sociedade. Diga-se de passagem, esse material revela a opção da entidade pela imigração europeia, sobretudo aquela proveniente da Alemanha.

Na Coleção Marquês de Olinda encontram-se vinte e três entradas sobre o assunto. Não é demais lembrar que tal Coleção é formada por papéis que pertenceram a Pedro de Araújo Lima (1793-1870), titular do Império, que exerceu as funções de regente uno e ocupou por sucessivas vezes o cargo de ministro no Segundo Reinado.

A natureza da documentação guardada pelo Marquês de Olinda permite descortinar a problemática sob outra perspectiva: a do homem público, o político do Partido Conservador, convocado pelo Conselho de Estado, para se pronunciar a respeito de projetos que foram apresentados ao governo, a propósito de estimular o ingresso de mão de obra estrangeira no país. Neste sentido, à guisa de exemplos, cabe destacar três documentos, que foram submetidos pelo Conselho ao marquês para exame, bem como os seus respectivos pareceres manuscritos.

a) o primeiro data de 1842: Refere-se a um projeto de colonização, assinado por Bernardo Pereira de Vasconcelos e Cesário de Miranda Ribeiro. Propõe importar trabalhadores europeus, de preferência alemães, aos quais seriam concedidas sesmarias, para o cultivo de gêneros não produzidos no Império. Os dois políticos justificam a iniciativa como uma forma de fazer cumprir a Lei de 7 de novembro de 1831, que proibia o tráfico negro;¹⁰

b) o segundo, sem data, diz respeito a uma proposta oferecida por Karl Friedrich Von Martius para o estabelecimento de uma colônia alemã no Império;¹¹

c) o terceiro está datado de 13 de junho de 1865. É subscrito por Inácio da Cunha Galvão, gaúcho, lente de Matemática da Escola Central, que exerceu a presidência das

províncias de Santa Catarina e Espírito Santo, autor de diversos estudos sobre imigração, entre os quais se destaca o "Manual de Emigrantes para o Brasil...". O plano de Cunha Galvão consistia em incentivar a imigração, por meio da divisão de grandes áreas agrícolas, com a concessão de benefícios financeiros aos respectivos proprietários, por parte do governo imperial.¹²

Nos três casos aqui mencionados, os pareceres de Araújo Lima mostram-se favoráveis à introdução colonos estrangeiros no país, desde que sejam "... pobres, moços e robustos". Contudo, ele não esconde a sua hesitação, em opinar sobre medidas talvez que pudessem acarretar em mudanças na estrutura fundiária do país. Preocupa-se com a "sorte dos atuais agricultores", ou seja, dos proprietários. Nas suas próprias palavras, "Antes de se cuidar de aumentar a distribuição da terra [...], cumpre conservar a que se possui".

A Coleção Ourém contém 20 documentos sobre imigração. Antes de analisá-los, cabe dar uma rápida notícia a respeito da sua origem. A Coleção acolhe o espólio de uma figura pouco referenciada pela historiografia, José Carlos de Almeida Áreas, o visconde de Ourém. Nascido no Rio de Janeiro em 21 de setembro de 1825 e falecido em Paris, a 29 de julho de 1892, José Carlos era bacharel em direito pela faculdade de São Paulo. Exerceu altos cargos no Ministério da Fazenda, inclusive o de presidente do Tesouro. Em 1868, foi nomeado ministro plenipotenciário do Brasil em Londres e aí serviu até 1872 quando se transferiu para Paris, designado superintendente de imigração, cargo do qual se exonerou depois da proclamação da república. Sócio do IHGB, o seu espólio – perfazendo um total de 2471 peças - foi doado pela família ao Instituto.

Na Ourém, é possível encontrar algumas pistas que ajudam a responder às indagações formuladas pelo governo dos Estados Unidos, encaminhadas ao Instituto Histórico, em 1938. Fontes que, talvez por desconhecimento do capital arquivístico acumulado pelo Instituto, não foram compulsadas por estudiosos, que recentemente se debruçaram sobre a problemática da emigração confederada para o oeste paulista, a exemplo de Alessandra Ferreira Zorzett, Célio Antonio Alcântara e Letícia Aguiar.¹³ Basta dizer que entre outros papéis, encontra-se uma cópia do contrato firmado em 1866, entre o governo imperial e o já mencionado major Landsford Hastings, para fixar emigrantes norte-americanos na província do Pará. (ver no anexo a transcrição do contrato).

Não venha ao caso, nesta intervenção, entrar em maiores considerações sobre os projetos dos sulistas norte-americanos ou enumerar as vantajosas condições que lhes foram oferecidas pelo governo imperial. Contudo, a título de ilustração é importante apresentar um rápido inventário desse material, que merece ser alvo de investigações mais aprofundadas.

Quadro nº 2

IHGB, Arquivo: Documentos sobre imigração confederada para o Brasil

Referência	Documento	Data
DL 632.1	Contrato do Governo Imperial do Brasil e o Sr. B. Caymari, representante da Companhia United States and Brasil Mail Steam Ships para o transporte de emigrantes	1866
DL 632.2	Termo do contrato celebrado com o Major Lansford Warren Hastings para o estabelecimento de uma colônia de compatriotas seus na Província do Pará.	1866
DL 632.3	Ofício de Manuel Pinto de Sousa Dantas ao Sr. D. Mc Campbell sobre a emigração de norte-americanos para o Império do Brasil	1866
DL 632.4	Ofício de Bernardo Augusto Nascentes de Azambuja (Diretor da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas) aos Srs. Franck Mullan e Guilherme Bowen; e o Rev. Ballard S. Dunn, sobre terras para emigração.	1866
DL 632.12	Contrato entre o governo imperial e Carlos Nathan para o transporte de mil famílias dos Estados Unidos para o Rio de Janeiro.	1867

Fonte: Coleção Ourém. Arquivo do IHGB

Finalmente, entre as onze peças que integram a Coleção Senador Nabuco, cabe fazer menção a um instigante documento. Trata-se do parecer da Seção dos Negócios da Justiça a uma consulta do Conselho de Estado, a respeito do caso de um imigrante norte-americano, que trouxera consigo uma mulher negra, supostamente liberta, acompanhada de suas duas filhas menores.

O imigrante, identificado apenas como J. Colle, na primeira vez que veio ao Brasil, havia comprado terras na região de Campinas, a fim de estabelecer uma lavoura. Regressou aos Estados Unidos, onde encerrou os seus negócios, e voltou ao Brasil para se instalar definitivamente em Campinas. Nesta última viagem, Colle se fez acompanhar pela tal mulher e as filhas, que viajaram sem passaporte, pois o mesmo lhes fora negado pelo cônsul brasileiro. Desembarcou-as no Rio de Janeiro, sem qualquer embarço. O norte-americano, no entanto, resolvera procurar o agente oficial de colonização a fim de legalizar a situação das clandestinas, uma vez que no Rio deveriam tomar outro navio, desta feita, com destino ao porto de Santos.

Na resposta ao Conselho de Estado, a Seção de Justiça invocou o direito de soberania nacional, de não receber em território brasileiro pessoas, que no seu entender poderiam ameaçar a segurança pública – uma vez que “.. existindo a escravidão entre

nós, o contato dessa gente recentemente emancipada colocaria em perigo a ordem pública". Recomendou ao governo que a dita mulher fosse recambiada e advertiu que se impedisse o desembarque de homens ou mulheres de cor, procedentes dos Estados Unidos livres ou libertos.

A ousadia de Colle pode ter sido uma exceção. Mas, diante do pouco zelo das nossas autoridades portuárias, que permitiram a entrada no país de uma mulher negra e sem passaporte, quantos sulistas não teriam tentado trazer consigo ex escravos, por sua conta e risco?

Como se pode constatar, o acervo do Instituto Histórico sobre imigração é modesto, porém, do ponto de vista qualitativo constitui um rico filão, diga-se de passagem, bem pouco explorado pelos investigadores. O desconhecimento do material disponível no IHGB deva-se, talvez, à predominância, até recentemente, dos modelos macro-analíticos, que procuravam explicar o fenômeno das grandes migrações transatlânticas como um produto das contradições da expansão capitalista na Europa, o centro repulsor de mão de obra, articulando-a com as implicações que o mesmo capitalismo vivenciava no Brasil, o centro receptor dessa força de trabalho, um país há pouco saído do estatuto colonial. que vivia uma fase de transição entre duas economias, uma apoiada no braço escravo e outra no trabalho assalariado.

De qualquer modo, ao jogar luz sobre o arquivo do IHGB, por meio deste estudo de caso, quem sabe possa contribuir para que outras fontes inéditas sejam descobertas, oferecendo novos encaminhamentos à historiografia da imigração..

Anexo

Transcrição do Termo de Contrato celebrado com o major Lansford Warren Hastings, para estabelecer uma colônia de compatriotas seus nesta província.¹⁴

Aos sete dias do mês de Novembro de mil oitocentos sessenta e seis nesta cidade de Belém, capital da província do Pará, no palácio da presidência, estando presente o Excelentíssimo Senhor Presidente da província Dr. Pedro Leão Velloso, compareceu o major Lansford Warren Hastings, cidadão dos Estados Unidos da América do Norte, para o fim de contratar o estabelecimento de uma colônia de compatriotas seus, que quiserem emigrar para esta província e nela fixar sua residência efetiva e permanente; e tendo-se em vista as instruções dadas pelo Governo Imperial em Aviso n. 7 de 22 de Agosto do corrente ano pelo competente ministério, o mesmo Excelentíssimo Senhor presidente da província e o Sr. major Hastings estipularão as condições abaixo mencionadas, as quais ambos aceitarão e se obrigarão a cumprir, a saber:

Condições:

Art. 1º Fica reservada ao dito major L. W. Hastings uma porção de terras que acham devolutas e ainda incultas na parte austral do rio Amazonas, compreendida entre este rio e os dos Tapajós e Curuá, e cuja extensão de S. a N. e de L. a O. fica calculada em sessenta léguas quadradas, afim de estabelecer nelas uma colônia de seus compatriotas norte-americanos que quiserem emigrar dos Estados Unidos para o Brasil e estabelecer-se permanente nesta província do Pará.

Art. 2º As ditas terras serão medidas, demarcadas e descritas de conformidade com a legislação em vigor, por engenheiros nomeados pelos presidentes da província, ou por engenheiros da escolha do dito major Hastings.

Neste último caso os trabalhos que se fizerem ficarão subordinados à aprovação do presidente da província, que poderá mandar examiná-los quando lhe parecer, devendo os engenheiros prestar-lhes informações e esclarecimentos de três em três meses sobre o estado dos mesmos trabalhos e de sua execução.

Art. 3º As despesas que se fizerem com a medição, demarcação e descrição das terras serão pagas pelo Governo Imperial a título de adiantamento ao dito major Hastings, ficando este obrigado ao reembolso das quantias despendidas à fazenda pública dentro do prazo improrrogável marcado no art. 8º do presente contrato.

Art. 4º O major Hastings haverá as ditas terras ao preço de meio real por braça quadrada, na forma do disposto no art. 14 da Lei de 18 de Setembro de 1850: o pagamento, porém, será realizado dentro do dito prazo marcado no art. 8º deste contrato, em adição às despesas do que trata o art. 3º.

Art. 5º Pela presidência se passará ao dito major Hastings um título provisório, contendo aproximadamente os limites das terras da colônia.

Este último título será trocado por outro definitivo de propriedade logo que pelo dito major Hastings ou por quem suas vezes fizer, for paga na Tesouraria a importância das despesas de que trata o art. 3º, e o valor das terras na forma do art. 4º deste contrato.

Art. 6º A quantidade de terras que os emigrantes com família ou sem ela, houverem de tomar será regulada entre os mesmo emigrantes e o major Hastings.

Art. 7º O Governo Imperial se obriga:

1º A mandar fazer arranchamentos ligeiros e provisórios para o recebimento e abrigo temporário dos emigrantes.

2º A pagar o frete de um navio, em que o major Hastings fizer transportar para esta província cem ou mais emigrantes, ou adiantar o pagamento das passagens e comedorias até o lugar do destino dos emigrantes, que não tiverem e provarem que não têm meios suficientes pra ocorrerem a todas as suas despesas e obrigando-se eles a indenizar a fazenda pública pelos adiantamentos feitos dentro de três anos contado do dia da sua chegada às ditas terras, ficando o mesmo Hastings responsável pelo reembolso de todas as quantias assim despendidas pelo governo; e prestando fiança para aquele fim na tesouraria da fazenda antes de se realizar sua primeira expedição.

Art. 8º O pagamento do preço das terras e o reembolso do adiantamento das despesas de suas medições, demarcações e descrições será efetuado pelo Major Hastings em três prestações iguais e anuais a contar do fim do terceiro ano do estabelecimentos dos primeiros emigrantes, ficando as mesmas terras bem como as benfeitorias que nelas houver ou se fizerem hipotecadas ao governo até real emboço, sendo, porém, livre antecipar esse pagamento.

Art. 9º Os preços das passagens dos Estados Unidos para o Pará serão regulados conforme a tabela anexa ao contrato celebrado pelo governo com a companhia americana de paquetes a vapor entre os Estados Unidos e o Brasil, e as desta cidade de Belém até a sede da colônia serão os que o mesmo Governo Imperial convencionar com

a companhia de navegação e comércio do Amazonas, podendo os emigrantes escolher a classe das passagens que melhor lhes convenha a bordo dos vapores da dita companhia do Amazonas.

Art. 10 Serão isentos de direito de importação os instrumentos de agricultura manufatura, máquinas e utensílios que os emigrantes trouxeram consigo para seu uso.

Art. 11 Fica entendido que nas sessenta léguas quadradas de terras de que trata o art. 1º não será compreendido qualquer terreno aproveitado por pessoas particulares ou pertencentes a particulares, de modo que em nenhum caso resulte do presente contrato prejuízo de terceiro.

Art. 12 Depois de estabelecidos os emigrantes, todas as despesas que estes ou dito major Hastings fizerem correrão por sua própria conta, não sendo o governo obrigado a satisfazer alguma delas, nem a indenizações qualquer que seja o seu título ou motivo.

Art. 13 Os favores mencionados no presente contrato ficarão sem efeito se o major Hastings dentro do prazo de seis meses contados desta data não tiver realizado uma expedição pelo menos de cem emigrantes para esta província.

Art. 14 A prova da falta de meios pecuniários dos emigrantes mencionados no [parágrafo] 2º do art. 7º deste contrato será prestada antes do embarque ao major Hastings ou a quem as suas vezes fizer, e a sua certidão a respeito valerá como prova conclusiva.

E sendo aceitas as condições acima referidas e efetuado [sic] o pagamento do respectivo selo e emolumentos, cujas verbas são do teor seguinte: - Número 72. – 200 rs. Pagou duzentos réis. Pará, 7 de Novembro de 1866. – Matos Souza, - Tem de pagar três mil réis de emolumentos da secretaria do governo. – 2ª secção da contadoria do tesouro público provincial do Pará, 7 de Novembro de 1866. – O 3º escriturário A. J. de Oliveira. – Pagou 3\$000 rs. de emolumentos da secretaria da presidência. – Tesouro público provincial do Pará, 7 de Novembro de 1866. – O 2º escriturário Aguiar de Souza. – Ribeiro Nery -, se lavrou o presente termo, que vai assinado por Sua Excelência o Sr. presidente da província e pelo sobredito major Hastings. – *Pedro Leão Velloso*. – *L. W. Hastings*. – O secretário, *D. S. Ferreira Penna*. – Conforme, o oficial-maior *Raymundo Alves da Cunha*.

Notas e referências

¹ BR/ Arquivo do IGHGB, "Ofício do diretor geral do Departamento Nacional de Povoamento ao [...] presidente do IHGB, encaminhando consulta do Departamento de Polícia de Highland Park , Mich, USA, sobre imigrantes americanos durante as décadas de 1860-1870", Coleção IHGB.,

² Lanford W HASTINGS, *The Emigrant's Guide to Brazil*, Mobile, Alabama (USA), 1867.

³ "Resposta de Max Fleiuss, secretário perpétuo do IHGB ao ofício do diretor geral do Departamento Nacional de Povoamento ao [...]. presidente do IHGB, encaminhando consulta do Departamento de Polícia de Highland Park , Mich, USA, sobre imigrantes americanos durante as décadas de 1860-1870".

⁴ Cf. Januário da Cunha BARBOSA, apud Lucia Maria P. GUIMARÃES, *Debaixo da imediata proteção imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*, 2ª edição, São Paulo, Annablume, 2011, pp. 65-66.

⁵ Januário da Cunha BARBOSA, "Lembrança do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para remeterem à sociedade central", *Revista do IGHGB*, Rio de Janeiro, 1(4): 128-130, 1839.

⁶ Ibid., pp. 89-90.

⁷ Ver Stefan BERGER; Mark DONOVAN; Kevin PASSOMORE. "Apologias for the nation-state in Western Europe since 1800". In: Stefan BERGER et al. (eds.). *Writing National Histories. Western Europe since 1800*. London and New York: Routledge, 1999, pp. 3-14.

⁸ LEIBNIZ apud Pierre NORA, "Entre mémoire et histoire". In :P. NORA (org.), *Les lieux de mémoire. La République*, v.1, Paris, Gallimard, 1984, p. XXVI.

⁹ Ibid.

¹⁰ BR/Arquivo do IHGB, "Exposição e projeto sobre colonização estrangeira e sesmarias [...], (ass. Bernardo Pereira de Vasconcelos e J. Cesário de Miranda Ribeiro), emendas propostas [...] aviso ao marquês de Olinda, pedindo parecer sobre importação de colonos [...]", DL 212.12, Coleção Marquês de Olinda.

¹¹ BR/ Arquivo do IHGB, "Parecer do visconde de Olinda sobre a proposta do Dr. Martius para o estabelecimento de uma colônia alemã no Império [...]", DL 824.16, Coleção Marquês de Olinda.

¹² BR/Arquivo do IHGB, "Ofício de Inácio da Cunha Galvão enviando projeto (anexo) para incentivar a imigração pela divisão de grandes propriedades agrícolas [...] Favores que o governo imperial concede aos proprietários de terras que nelas se propuserem a estabelecer imigrantes", DL 211.52, Coleção Marquês de Olinda.

¹³ Alessandra Ferreira ZORZETTO. *Propostas imigrantistas em meados da década de 1860: a organização de associações de apoio à imigração de pequenos proprietários norte-americanos – análise de uma colônia*. Dissertação de Mestrado. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2000; Célio Antonio Alcântara SILVA, *Quando os mundos colidem: a imigração confederada para o Brasil (1865-1932)*, Dissertação de Mestrado, Campinas, IE/UNICAMP, 2007, Letícia AGUIAR. *Imigrantes norte-americanos no Brasil: mito e realidade, o caso de Santa Bárbara*, Dissertação de Mestrado, Campinas, IE/UNICAMP, 2009.

¹⁴ BR/Arquivo do IHGB, "Termo de Contrato celebrado com o major Lansford Warren Hastings, para estabelecer uma colônia de compatriotas seus nesta província", DL 632.2, Coleção Ourém.

A Revolta dos Mercenários e a imprensa no Primeiro Reinado

*Alexandre Belmonte**
Julia Neves Toledo

Uma das questões políticas mais importantes do Primeiro Reinado foi a necessidade de se estabelecer um corpo militar para a defesa dos interesses do país. Fragilizada pelos confrontos na Confederação do Equador e pelos conflitos na Cisplatina, devendo abafar insurreições na Bahia, no Grão-Pará e no Maranhão, o novo império precisava de um exército. A construção do Império, na década de 1820, foi marcada por lutas pela independência, impasses diplomáticos e busca pelo reconhecimento internacional. Este foi também um período em que a tentação absolutista rondava a política brasileira, um país que optava pela via constitucional, mas que contraditoriamente continuava sendo escravocrata. D. Pedro I mandou vir estrangeiros para compor o exército nacional, em sua maioria, ingleses, franceses, alemães e irlandeses. Calcula-se que entre 1823 e 1830 cerca de 12.000 estrangeiros entraram no Brasil.¹

O recrutamento de soldados estrangeiros configurou o exército brasileiro como um exército de mercenários, atendendo assim aos interesses da ordem vigente e causando grande revolta por parte da população e de alguns jornais. O monarca apostou em um exército mercenário para a manutenção da monarquia. Um exército nacional composto principalmente de estrangeiros não possuiria identidade com a pátria, consequentemente não lutaria para defendê-la como um projeto de nação independente, atendendo aos interesses da monarquia.² Em 1826, o Brasil despontava no cenário internacional como a única monarquia das Américas.

Em Cork, na Irlanda, o capitão Cotter, agente de D. Pedro I, tentava atrair jovens irlandeses, e também suas famílias, para o Brasil. Além da passagem, eles receberiam provisões e roupas, além de terras para o cultivo, em lotes de 40 acres. Ninguém deveria ficar no país contra a sua vontade. Era uma proposta tentadora.

Uma vez no Brasil, esses estrangeiros mostraram-se insatisfeitos com as precárias condições de trabalho encontradas. Aliado às péssimas condições de sobrevivência, maus tratos, discriminação e castigos físicos eram sofridos constantemente pelos

* Professor visitante na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisador do Laboratório de Estudos de Imigração (LABIMI/UERJ) e do Núcleo de Estudos das Américas (NUCLEAS/UERJ).

soldados. Os imigrantes irlandeses, diferentemente de seus companheiros de corporação, possuíam privilégios dentro do exército. Não recebiam castigos físicos e tinham soldos mais elevados, vantagens que os outros soldados, há muito, lutavam para conquistar. Estes defendiam um contrato que garantisse os mesmos direitos e privilégios de que os irlandeses dispunham.

Um episódio em especial fomentou os sentimentos de injustiça em relação aos irlandeses, contestados por parte dos alemães, vindo posteriormente a desembocar na revolta dos mercenários. Um soldado alemão, acusado injustamente, recebeu uma pena de 220 chibatadas por comportamento indevido. O embate entre soldados e seus oficiais se configura enquanto conflito, a partir dessa punição exagerada e desumana.

Aproveitando-se do episódio das chibatadas, os irlandeses se insurgem em junho de 1828, alegando que haviam sido contratados como colonos, e não como mercenários. Entretanto, bem antes disso, a realidade que encontraram foi muito diferente das promessas do capitão Cotter. O Brasil não era exatamente a *terra prometida* com que talvez sonhassem. Não era incomum encontrar crianças filhas de estrangeiros a mendigar pelas ruas da Corte. Muitas crianças, filhas dos corsários alemães, ingleses e irlandeses que serviam no 25º Batalhão do Corpo de Estrangeiros, deviam mendigar pela sua sobrevivência pelas ruas da Corte, ao passo que seus pais se amotinavam na Praia Vermelha, exigindo do Governo que lhes fosse *enchida a barriga*, já que até mesmo o pão que comiam “era tão máo que nem o seo cavallo o queria comer”(sic).³ Pedro Malheiros, inspetor da Colonização Estrangeira na Província do Rio de Janeiro em 1824, já alertava sobre a necessidade de conservar o *bom nome* que o Brasil tinha adquirido na Europa, como nação *generosa e hospitaleira*, pedindo providências sobre o estado de mendicidade em que se achavam muitos estrangeiros: “... não pude ser indiferente á vista de tenras crianças de ambos os sexos, filhas de homens que servem no Corpo d’Estrangeiros, as quaes andão por essas ruas mendigando a sua sustentação, e dando motivo ao rumor bem desagradável de que o Governo manda vir gente da Europa, a fim de a-trazer a pedir esmolas.” (sic)⁴

Não era raro encontrar estrangeiros detidos nas cadeias da Corte e na Casa de Suplicação: foi o caso dos irlandeses em 1828 que, descontentes com a forma como foram recebidos no Brasil, amotinaram-se e destruíram os Quartéis do Depósito da Fortaleza da Praia Vermelha. Era apenas o começo de uma revolta que atingiria seu clímax no mês de junho. Segundo o Capitão de Engenheiros da Fortaleza, os quartéis precisavam ser reedificados, “por terem sido aruinados pellos os Irlandezes”.⁵ Fazia-se necessário consertar telhados e pilares, e rebocar e cair os quartéis por dentro e por fora, “visto o estado deplorável em que os irlandezes deixárão todos os Quartéis d’aquelle Depósito”.⁶ O motivo por que os colonos irlandeses queriam retornar ao seu país de origem devia-se a

“... que até agora não tem tido sua barriga cheia, accrescentando que os soldados fazião a mesma queixa, que ½ [medida ilegível] de Carne não pode sustentar um homem, [...] e que elle [o Coronel] asseverava, que se os Colonos tivessem 1

[medida] de Carne e 1 [ilegível] de bom Pão, e bom tratamento, seria provavel que todos ficassem para Colonos, e que então seria bom fazer hũa Relação de todo o que elles como Colonos tem a esperar”(sic)⁷

A imprensa, entretanto, tem outra visão sobre os irlandeses: tratava-se de “inúteis e desmoralizados estrangeiros”(sic)⁸, que promoviam baderna pelas ruas do centro e na Praia Vermelha. Era comum associá-los ao uso do álcool, em particular da cachaça. Muitas vezes eram referidos como “estrangeiros ébrios”, “soldadescas insolentes e facínoras”, que, em fevereiro de 1828, teriam se reunido na Rua dos Barbonos, munidos de espadas, pedras e porretes, “praticando todo o gênero de hostilidades, que a ferocidade e a embriaguez podião inspirar áquelle refugio da canalha d'Irlanda”(sic).⁹ Os moradores foram obrigados a fechar portas e janelas, e uma botica foi depredada. Aparentemente, os irlandeses desferiam golpes *a todos os pretos que encontravam*. Seria uma maneira de dizer que encontravam-se em situação pior que a dos escravos? Segundo o jornal *A Aurora Fluminense*, esses estrangeiros não podiam compreender o valor de nossas instituições, nem sentir simpatia pelos cidadãos brasileiros. O fato de serem pagos pelo governo brasileiro não os isentava da condição de forasteiros, que somente a naturalização podia suprimir.¹⁰ Transferidos para a Praia Vermelha, o resultado foi catastrófico: insurgiram-se também os alemães que, “animados pelo mesmo espírito de insubordinação dos seus camaradas”, mataram e esartejaram um major brasileiro, levando os pedaços de seu corpo para sua esposa.¹¹ Tratava-se do major Benedicto Thiola, conhecido pelo exagerado uso de castigos físicos e punições desumanas.¹²

O jornal *Aurora Fluminense* questionava a preferência por parte de Dom Pedro I pela permanência de estrangeiros no exército, afirmando que constituía em um grave insulto à fidelidade dos brasileiros. Em sua descrição da revolta, o jornal diz:

“... nós não abominamos os forasteiros, não temos em ódio nem irlandeses nem Alemães; desarmados, vivendo pacíficos no meio de nós, empregados na agricultura e no trabalho, nós os prezamos, e encaramos neles homens iguais a nós; irmãos nossos. O que abominamos é o Despotismo, o terror, e os seus instrumentos”(sic).¹³

Durante muitos dias, as principais notícias dos jornais eram referentes às arruaças promovidas pelos irlandeses, considerados “huma gente insubordinada, que vem agravar os malles do nosso paiz”(sic).¹⁴ As notícias sobre o tratamento dado aos estrangeiros no Brasil corriam o mundo. Em Hamburgo, publica-se uma obra que “afasta de seus compatriotas a idéa de passarem ao Brasil, ou para entrarem no serviço militar, ou debaixo de qualquer outro título”.¹⁵ O autor, um tal M. Schumacher, diz sobre as tropas mercenárias:

“Os quatro Batalhões estrangeiros a serviço do Brasil são commandados em grande parte por aventureiros Italianos, Francezes e Allemães; *lançárão mão dos*

colonos, que sob a fé das promessas vinhão cultivar a terra; e à força os incorporarão na tropa: os soldados são mal alimentados; e não se trata de cumprir as condições ; com que elles embarcárão. He na verdade um singular corpo de exercito, essa miscellanea de homens de todas as Nações, que se achão reunidos n'outra parte do Mundo, para servir huma causa e senhores, que inteiramente lhes são indifferentes, de homens, que debalde se pertende submeter à disciplina severa, em hum clima de todo contrario aos seus habitos, e entre Povos, que tem costumes e idéas oppostas às delles.” (sic) ¹⁶

Segundo o *Jornal do Commercio*, os irlandeses continuavam a vagar pelas ruas, “amaldiçoando o Coronel C...[Cotter], que os enganou, gritando que morrem de fome, e pedindo por favor aos Cappitães de Navios de Guerra Inglezes, para os tornarem à sua Pátria”. O jornal *A Aurora Fluminense*, por outro lado, diz que as notícias se desfiguram muito rapidamente, pois se os irlandeses corriam às ruas, era unicamente com o propósito de espancar o povo e cometer *toda a sorte de excessos*.¹⁷

Aquartelados na Praia Vermelha, as desordens continuam. Os estrangeiros insistiam em não querer sentar praça, alegando que haviam sido enganados, já que haviam sido recrutados para trabalhos na lavoura. Eram completamente inexperientes em relação aos ofícios militares, alguns eram artesãos e agricultores, e a presença de suas respectivas famílias nos faz supor que, de fato, não se tratava de mercenários. Para obrigá-los a se alistarem, recorreu-se ao meio de negar sua ração. O jornal *A Aurora Fluminense* pondera que a ação poderia ter resultados catastróficos, aumentando “o número de ladrões, de que atualmente está infestado o Rio de Janeiro”.¹⁸ Para o jornal *Rio Herald*, a *Aurora* era culpada de muitas das desordens dos irlandeses, pois a cada dia inflamava o ânimo do povo contra esses estrangeiros. A *Aurora* se defende: “Tem por accaso a Aurora persuadido aos Irlandezes que se embriaguem, que accomettão gente pacífica, que insultem guardas, que faltem ao respeito aos seus chefes, e que emfim ameacem a cidade de anarchia?”(sic)¹⁹

Em abril de 1828, noticia-se no *Jornal do Commercio* que “enxames de Irlandezes, homens e mulheres andavão errantes pelas ruas”(sic).²⁰ Em maio, as desordens continuam nos quarteis da Praia Vermelha, onde os irlandeses insistiam em não sentar praça: “a maior parte delles não quer jurar bandeiras, e diz, que são Colonos, e não Soldados”(sic).²¹ Em 11 de junho estoura a revolta dos estrangeiros. Parte da força alemã aquartelada em São Cristóvão se dirige contra o seu Major, para tirar-lhe a vida, “não o podendo effectuar, empregárão o seu furor em alguns pacíficos habitantes daquelle lugar, e pozérão a saque vários armazens de víveres e bebidas, praticando todo o gênero de desordens”(sic).²² A sedição rapidamente toma conta dos quartéis do Campo da Aclamação e da Praia Vermelha, deflagrando o medo e o terror na população: “Foi neste momento, que os Brasileiros lançárão os olhos ao redor de si, e virão a terra entregue sem defeza a huma força de mais de trez mil estrangeiros, quasi nenhuns corpos Nacionaes; as milícias extinctas de todo; e a sedição fazendo progressos rápidos no espírito da gente Irlandeza e Allemã”(sic).²³

A população armou-se e tentou impedir o ingresso dos sediciosos no centro da cidade, mas estes, armados de baionetas e fuzis, “princiavião já a fazer hostilidades; infelizes victimas, paisanos desarmados, que passavão, foram sacrificados, e a rua larga de S. Joaquim contava já alguns cadaveres” (sic).²⁴ Houve perdas de uma e de outra parte. Somente à noite do dia 11 de junho é que tropas apareceram no Campo da Aclamação, mas ainda sem ordem de atacar. O jornal *A Aurora Fluminense* enxerga nas atitudes da população um gesto patriótico: “O Povo corria ao lugar do combate, e lastimava a sorte da nossa Patria, condemnada a mandar vir de Allemanha e de Irlanda à custa de tanto dinheiro os seus próprios inimigos” (sic).²⁵ Os irlandeses, por outro lado, possuíam o “vago desejo de assassinar e roubar, próprio de gente feroz e indisciplinada”.

As medidas tomadas pelo governo para pôr fim à revolta foram primeiramente o desarmamento dos estrangeiros, mecanismo que foi usado para conter a ameaça representada pelos irlandeses, e a rápida punição dos acusados na revolta. Alguns soldados envolvidos no conflito foram condenados à prisão perpetua, outros foram condenados a ficarem presos em navios e guerras e houve um fuzilamento. Os soldados que permaneceram no exército brasileiro conseguiram que parte de suas demandas fossem atendidas.

Não era a qualquer estrangeiro que se opunha a *Aurora Fluminense*: “Nós nunca confundimos os Extrangeiros, que habitão entre nós, exercendo o Commercio ou qualquer outro ramo de indústria útil, com essa relé, que de Irlanda e Allemanha se mandou buscar ...”(sic).²⁶ Era muito comum a alusão ao consumo de bebidas alcoólicas pelos irlandeses, o que teria repercussões na violência urbana e na insubordinação civil e militar. A opinião do jornal era de que as forças armadas deveriam punir exemplarmente os insubordinados: “Não somos bárbaros, nem temos por ora manifestado sêde de sangue, para desejarmos por *crueldade ver executar em público castigos militares*. Temos horror à efusão de sangue humano, mas queremos que a disciplina saiba reprimir huma gente insubordinada, que vem agravar os malles do nosso paiz” (sic).²⁷

Era absurda a ideia de que estrangeiros pudessem servir ao Brasil e proteger o monarca. Era uma “medida anti-nacional de se chamar soldados estrangeiros, e de se organisarem batalhões Irlandezes e Allemães; de se lhes confiar inteiramente a Cidade, e o que he mais a guarda da sagrada pessoa do Monarcha”(sic).²⁸ Nenhum laço de simpatia prendia os estrangeiros ao Brasil, e temia-se as consequências de andarem estes armados pela cidade.

Já foi ressaltada a especificidade do mundo lusobrasileiro no que diz respeito à circulação, apropriação e representação de ideias liberais. Lúcia Bastos P. Neves, tomando como referência a literatura política que circulava no Brasil, entre os anos 1820 e 1823 (jornais, panfletos, catálogos de livrarias etc.), analisou, no espaço ibérico em geral e no luso-brasileiro em particular, algumas transformações que deram a tônica do século XIX. Essas transformações políticas seguiram um curso *sui generis*,

especialmente no que se refere ao embate entre Antigo Regime e Luzes no Brasil. Não há como não fazer alusão às pálidas luzes no contexto brasileiro – sobretudo pelo fato de o Brasil ter adotado uma Constituição liberal e, contraditoriamente, continuar seguindo a mesma política do Antigo Regime. Há também muitas dificuldades inerentes à formação de espaços públicos que acolhessem os anseios políticos de uma minoria *ilustrada* de um projeto de nação liberal (mas estranhamente atrelada ao escravagismo e a práticas políticas vinculadas ao Antigo Regime). A imprensa assume uma função de extrema importância, já que “os jornais passaram de mera instituições publicadoras de notícias para, além disso, serem porta-vozes e condutores da opinião pública, meios de luta da política partidária”.²⁹ Os anos 1820 foram privilegiados, pois parece ter sido um período em que “a linguagem se politizava e entrava na vida pública, recorrendo a um novo vocabulário político, pautado nas Luzes”.³⁰

Devido ao caráter político e crítico das matérias publicadas pela *Aurora Fluminense*, o jornal foi acusado de fomentar a revolta da população contra a presença de estrangeiros no exército, sendo inclusive o motivador da revolta dos mercenários. Porém, ao analisarmos as notícias publicadas e a conjuntura observada durante o conflito, percebe-se que o jornal respondia a múltiplos questionamentos em defesa de um exército verdadeiramente nacional, que atendesse aos interesses do país, se posicionando também contra o tratamento dado aos estrangeiros, irlandeses em especial, frente aos negros, membros do exército ou não. Nos primórdios de uma imprensa incipiente, podemos ver questões que eram a base dos discursos políticos – sobretudo a questão nacional: “O que a Aurora não deseja [...] hé que forasteiros despidos do sentimento de Patria, venhão empunhar armas sobre a nossa terra, (...) e aviltar o espírito Nacional, que faz a grandeza dos Estados”.(sic)³¹ O povo brasileiro foi romantizado:

“Note-se que na confusão e desordem que nasceu de taes acontecimentos a população de huma Cidade abandonada parte do dia, sem rondas, se não aproveitou das circumstancias para commetter hum roubo ou hum insulto: que maior testemunho em favor do character Brasileiro! Foi essa gente que tanto se despreza e calumnía quem manteve a ordem; quem defendeu as casas; quem expoz a vida sem coacção, sem mando de authoridade alguma para nos salvar da invasão Germânica e Irlandeza” (sic).³²

O saldo da insurreição foi tristemente relatado pelo *Aurora Fluminense*:

“Quanto sangue derramado! Quantas vidas sacrificadas ao desleixo, ao capricho e ao espírito de partido! Que se fará agora da tropa estrangeira? Ainda veremos batalhões Allemães, e Irlandezes pizarem o solo, que enospárão do nosso sangue; ainda passearão armados por diante de nós, para insultarem a indignação daquelles, que amão a sua Patria?”(sic)³³

As distinções entre estrangeiros e nacionais é reforçada: “Quem não amarà a terra aonde vio a primeira luz? Quem poderá igualar o Cidadão, na defeza da ordem e da

associação civil?”(sic)³⁴ Também os escravos eram superiores às legiões de estrangeiros: “Os Africanos são aos olhos do Rio Herald monstros ferozes e deshumanos, brutos e cannibaes; mas muita gente está persuadida que elles se achão na escala da civilização hum pouco acima dos Soldados Irlandezes...”(sic).³⁵

Para reprimir a revolta de irlandeses e alemães, foi utilizada, além da Guarda Real e da população armada, também forças francesa e inglesa, contando com aproximadamente 1000 homens. Cerca de 240 mercenários morreram nos conflitos. Os batalhões de estrangeiros foram dissolvidos e os mercenários foram repatriados. Alguns irlandeses seguiram para a colônia de Taperoá, na Bahia.³⁶ O ministro da Guerra, Bento Barroso Pereira, foi responsabilizado por ter deixado a revolta ocorrer, e foi demitido por D. Pedro I. Não se pode dizer que, após as revoltas, o país tenha voltado à normalidade, pois poucos anos depois todo o ministério seria modificado e D. Pedro I abdicaria em favor de seu filho.

Notas e referências

¹ Gilmar de Paiva Santos POZO, *Imigrantes irlandeses no Rio de Janeiro: cotidiano e revolta no Primeiro Reinado*, São Paulo, USP, Dissertação de Mestrado, 2010, p. 107.

² *Ibid.*

³ BR/Arquivo Histórico do Itamaraty, Lata 253, pasta 1, Maço 2, doc. 007(doravante AHI).

⁴ *Ibid.*

⁵ Foram destruídos ou saqueados 46 fechaduras, 8 portas, 12 janelas, 20 fechos, 20 dobradiças, 24 puxadores, além de caixilhos, vãos de caixilhos etc.

⁶ BR/ AHI, Lata 253, pasta 1, Maço 2, doc. 007.

⁷ BR/AHI, Lata 253, pasta 1, Maço 2., docs. 049, 050 e 051.

⁸ BR/Rio de Janeiro, *A Aurora Fluminense*, 14.03.1828.

⁹ *Ibid.*, 14.03.1828.

¹⁰ *Ibid.*, 14.04.1828.

¹¹ *New York National Advocate*, 01.11.1828.

¹² Gilmar de Paiva Santos POZO, *cit.*, p.142.

¹³ BR/Rio de Janeiro, *A Aurora Fluminense*, 16.06.1828.

¹⁴ *Ibid.*, 14.04.1828.

¹⁵ *Ibid.* 18.04.1828.

¹⁶ *Ibid.*, 25.04.1828.

¹⁷ *Ibid.*

¹⁸ *Ibid.*,19.05.1828.

¹⁹ *Ibid.*,30.05.1828.

²⁰ *Ibid.*,25.04.1828.

²¹ *Ibid.*, 02.06.1828.

²² *Ibid.*, 16.06.1828.

²³ *Ibid.*

²⁴ *Ibid.*

²⁵ *Ibid.*

²⁶ *Ibid.*, 25.06.1828.

²⁷ *Ibid.*, 14.04.1828.

²⁸ *Ibid.*, 18.06.1828.

²⁹ Jürgen HABERMAS, *Mudança estrutural da esfera pública*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984, p.214.

³⁰ Lúcia Maria Bastos Pereira NEVES, “Liberalismo Político no Brasil: ideias, representações e práticas

(1820-1823)”, Antonio Carlos PEIXOTO et alii. *O liberalismo no Brasil Imperial – origens, conceito e prática*, Rio de Janeiro, ed. Revan, 2001, p. 79.

³¹ BR/ Rio de Janeiro, *A Aurora Fluminense*, 30.05.1828.

³² Ibid., 16.06.1828.

³³ Ibid.

³⁴ Ibid.

³⁵ Ibid., 25.06.1828.

³⁶ Fernando L. B. BASTO, *Ex-combatentes irlandeses em Taperoá*, Rio de Janeiro, Vozes, 1971.

De Bordallo Pinheiro a Julião Machado: Intelectuais portugueses do humor gráfico na imprensa do Rio de Janeiro (1875-1920)

Ana Maria Rebello*

Caricaturistas: intelectuais a seu modo

Entre os profissionais de imprensa que participaram ativamente dos embates políticos e culturais encontravam-se os caricaturistas. Quando, no século XIX, os periódicos incorporaram os processos da gravura, em especial, da litografia, ampliou-se o campo de ação para desenhistas da sátira política e de costumes. A caricatura despontava como nova possibilidade da inserção da arte na vida social, incorporando novas tecnologias, inovando na técnica, forma, ideias, utilizando o veículo impresso de comunicação para chegar a públicos diversificados e mais amplos. Charles Baudelaire, em *Sobre a modernidade*, refletiu acerca da relevância da litografia e do litógrafo, na vida moderna¹ focalizando as contribuições de Honoré Daumier² e Gavarni.³ Considerando a opção de ambos pelo desenho humorístico como afirmação de sua modernidade, Baudelaire definiu o perfil desses artistas: eram gênios de *natureza mista* com “uma boa dose de espírito literário” e entre os múltiplos talentos desses profissionais incluiu os de *observador, flâneur, filósofo*. Reconhecia, assim, os contornos difusos, fronteiriços, que os inseria entre poetas e historiadores, aproximando-os *do romancista ou do moralista*.⁴

Empregando imagem e legenda, os caricaturistas registraram espiritualmente a crônica da *banalidade cotidiana*. Sua posição liminar favoreceu o convívio com as rodas intelectuais, artísticas e literárias. Dedicar-se à arte gráfica, ainda considerada *menor* em relação às *belas artes*, configurava um projeto profissional em que desenho e palavra assumiam uma dimensão ética, além de revelar abertura às mudanças, em oposição ao imobilismo da tradição estética e ao gosto burguês.

* Pesquisadora colaboradora do Laboratório de Estudos de Imigração (LABIMI) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Em Portugal, desde a década de 70 dos oitocentos aproximavam-se percepções de artistas, escritores, jornalistas nos campos da técnica e estética, incorporavam-se e propagavam-se novas visões de mundo, pensamento político e valores modernos.

As colaborações na imprensa do Rio de Janeiro dos artistas gráficos portugueses Raphael Bordallo Pinheiro, entre 1875 e 1879 e, Julião Félix Machado, vinte anos mais tarde, até 1920, foram veículos de ideias e ideais que encontraram eco entre os intelectuais brasileiros, favorecendo o diálogo entre as duas pátrias.

As revistas ilustradas da imprensa do Rio de Janeiro configuravam, então, espaços de sociabilidade, pontos de reunião de intelectuais, assim como, fora dos ambientes de trabalho, os cafés, confeitarias, salões e até cordões carnavalescos.

Os caricaturistas, liminares entre as culturas erudita e popular, por opção, gozavam os privilégios de não estarem presos às regras dos círculos acadêmicos, por força de sua atividade na imprensa. Realizavam escolhas políticas ou estéticas livremente, incorporando gestos e falas das ruas que não seriam aceitas nos círculos letrados ou em salões de arte tradicionais. Por esse motivo, pensar a modernidade no Rio de Janeiro a partir do humor pode revelar outra possibilidade de compreensão do modernismo.

Inspirações e encontros entre Portugal e Brasil

Frequentemente, a proximidade entre desenhistas e escritores propiciou parcerias notáveis. Esse foi o caso da colaboração entre o escritor Ramalho Ortigão e Raphael Bordallo Pinheiro, no semanário *O Antônio Maria*,⁵ lançado em Lisboa no ano de 1879. Ramalho Ortigão iniciou a participação literária no periódico em 1880, sob o pseudônimo de João Ribaixo. Ele próprio, em texto datado de 1882, definia-se como *ouriço-cacheiro*, comparando-se ao artista gráfico, “bela flor de talento desabrochada na solicitação e no aplauso dos clubes, dos cafês e dos palcos”.⁶ Reconhecia que certa desarmonia entre opiniões dificultava compatibilizar imagem e texto nos números do semanário.

Apesar destas dificuldades na rotina jornalística Ramalho Ortigão valorizava a parceria e precisou rebater críticas movidas por círculos burgueses, inconformados com a participação de um homem de letras no jornal satírico, pejorativamente considerado *folha de descomposturas*. No espaço provocador deste jornal, entretanto, o escritor expressou-se sem as limitações da linguagem literária. Refutou as avaliações desfavoráveis lembrando a colaboração entre Daumier e Balzac na *Caricatura*, causa de impacto social e político na imprensa satírica francesa. “Os mais ousados, os mais picarecos, os mais terríveis golpes de pena que levou em França a monarquia de julho e a soberania burguesa, deu-lhos no texto de um pequenino jornal satírico o imortal autor da *Comédia Humana*.”⁷

N’*O Antonio Maria*, Bordallo evidenciou, litograficamente a amizade com Ramalho Ortigão, divulgando a reedição d’*As Farpas*⁸ em 14 de abril de 1887.



Fig. 01. Bordallo Pinheiro. *As Farpas*.
Pontos nos ii. Lisboa, 14/04/1887. Litografia.

Ramalho Ortigão, de pé, contempla o público envolvido na leitura d’*As Farpas* (Fig. 01) *Zé Povinho*, mais famoso dentre os tipos bordalianos se faz presente. Legenda e imagem estimulam o consumo das páginas de “observações da vida nacional – artística, científica, comercial, rural, burguesa, íntima” que, além da crítica literária oferecia conteúdos que “distraem corrigindo e ilustram distraindo”.⁹

A sintonia entre Bordallo e o grupo de intelectuais portugueses da Geração de 70 pode ser dimensionada a partir da análise de uma composição satírica, publicada no *Álbum humorístico a correr do lápis*, n’*A Berlinda*. O fim das *Conferências do Cassino Lisbonense*¹⁰ foi registrado em reportagem gráfica inovadora (Fig. 02), em *Conferências Democráticas*,¹¹ sétima folha ilustrada da série, em 5 de julho de 1871. Bordallo expressou-se sobre “a burguesa fisionomia do país” e a “católica e monárquica situação”. Como narrador apresentou os acontecimentos em sucessivos *flashes*, alternadamente focalizando ações dos intelectuais e reações do poder. Referindo-se a *nós*, incluía-se entre os organizadores das Conferências, dentre os quais se encontram Antero de Quental, Eça de Queirós, Batalha Reis, que aparecem com ele sob um grande barrete frígio. A imagem indica como o litógrafo percebia sua participação no episódio que marcou a trajetória da Geração de 70, em Portugal, cujos pontos de vista políticos e anseios compartilhava.



Fig. 02. Bordallo Pinheiro. Conferências Democráticas.
A Berlinda. Lisboa, julho/1871. Litografia.

O lápis correu rápido. O traço fluido denunciava a indignação do autor contra a imposição da censura pelo poder que, ameaçado, “concebeu uma rolha”. Referia-se às preocupações em debate nas Conferências, apontava as fragilidades do regime e responsabilidades pelo atraso acumulado em todos os setores da vida.¹² O estado decadente ou agonizante do contexto marcava o contraste entre a modernidade europeia e a tradição católica fidalga de Portugal. A situação financeira, fundada sobre economia de base agrícola, parecia distante de atingir o desenvolvimento industrial.¹³

Bordallo assinalou (fig 02) estas percepções. Ao representar o ensino, por exemplo, como emaranhado de fios, impossível de desembaraçar, aludia à falta de soluções para a semialfabetização ou analfabetismo da maioria da população. Quando as ideias propostas pelos organizadores provocaram mal estar à *ordem*, foi preciso abafá-las e amordaçá-las, fazer silenciar, em especial, os historiadores, confirmando que padres, reis e colônias eram “catarratas de Portugal velho” e impediam a visão clara da realidade. Na imagem, como nas Conferências, criticavam-se a Igreja por recusar a modernidade e impossibilitar a vivência da liberdade moral, a Monarquia, por centralizar o poder, impedindo o despontar de uma classe média empreendedora, por fim, a política das colônias contrária ao trabalho e à indústria.¹⁴ Como ironia final, o grito de: - Viva a Liberdade!

Bordallo demonstrou acolher as novas possibilidades abertas pela técnica por meio do desenho de humor na imprensa portuguesa e brasileira. Em Portugal, a produção de cerâmica artística, na sua fábrica de Caldas da Rainha, caracterizou a afinidade com ações sugeridas por William Morris,¹⁵ no espírito do movimento *Arts and Crafts*,¹⁶ acerca da responsabilidade ética e estética dos artistas no processo de mudanças deflagrado pela industrialização. Associou produção de cerâmica à prática inovadora no

campo do ensino profissional, investindo, com o apoio do Governo, na formação de ceramista da Escola Industrial de Caldas da Rainha. Conciliava arte e técnica como complementares, buscando minimizar o efeito da aceleração industrial sobre a dignidade do operariado e tradições populares. Resgatava fazeres artesanais portugueses, atualizando-os, incluindo temas naturalistas e alguns personagens-tipo já consagrados no desenho de humor, protagonistas de combates políticos e polêmicas culturais.

Vítima constante da censura em Portugal¹⁷ pela veemência de suas críticas, Bordallo cultivava a arte, o teatro, uma de suas paixões e o hábito saudável de compartilhar convicções políticas e estéticas, ao redor da boa mesa com os amigos, especialmente na companhia do grupo de artistas do Naturalismo português.

No contexto das artes plásticas do final do século XIX a obra dos pintores naturalistas configurou uma forma de reagir à permanência do ideal clássico acadêmico, opondo-se às imposições do gosto burguês que, que segundo Arnold Hauser,¹⁸ preferia modelos arquitetônicos grandiosos, interiores excessivamente decorados, objetos *pseudo-históricos*, caros. Na pintura importava a aparência agradável, leve, decorativa e a literatura era *uma distração de ociosos*.

O Naturalismo despontara na França como arte de uma minoria, no que se refere a artistas e público. Adotava-se um estilo artístico e atitude filosófica contrários ao Romantismo e tendências historicistas, sob os ataques da academia e críticos, grupos oficiais influentes. O Naturalismo revestiu-se do novo, ao buscar critérios nas ciências naturais, objetivas, realistas, empíricas.¹⁹ Para Hauser tais escolhas revelavam opção política: nas temáticas do presente e do vivido, na capacidade tanto de “descrever como alterar a realidade”, e na “orientação popular tanto na escolha do assunto como na do público”.²⁰

Courbet, primeiro mestre do Naturalismo²¹ determinou, esteticamente, em meados do século XIX, o fim da disputa entre clássico e Romântico. Indicou o realismo como caminho possível na direção de uma arte moderna pela “abordagem direta da realidade, independente de qualquer esquema preconcebido e idealizante” e fundamentada na *essencialidade da visão*.²² Fixando instantâneos da vida do povo, manifestava desagrado pelos burgueses e seus ideais, como democrata convicto e revolucionário.

A paixão política e a crença de “serem os pioneiros da verdade e os arautos do futuro”,²³ motivavam Courbet e seus seguidores. Não era possível estabelecer diferença entre verdade social e artística pois, viam no Naturalismo e rebelião política, formas diferentes de expressar a mesma atitude.²⁴ As gerações mais jovens empreenderam novas buscas fora das academias, circuitos institucionalizados e as rupturas refletiram novos questionamentos dos paradigmas de uma única arte verdadeira.

O Naturalismo repercutiu em Portugal no final do século XIX, quando o fomento a atividades comerciais, industriais e obras públicas, por Fontes Pereira de Melo²⁵ resultou em alguma modernização, ensejando a imigração do campesinato para o Brasil. Cidades como Porto e Lisboa cresceram demograficamente, ampliando-se espaços da vida burguesa.

No centro político e cultural de Lisboa, localizado na Baixa lisboeta e Chiado, ficavam os principais cafés, livrarias, teatros, lojas de modas e a Academia Real de Belas Artes. Nesse ambiente tiveram início as mudanças naturalistas, quando o pintor Antônio Carvalho da Silva Porto (1850-1893) assumiu a cadeira de Paisagem na Academia, em 1879, renovando a metodologia do ensino. Em Paris, como bolsista do Estado, em 1873, Silva Porto entrara em contato com procedimentos técnicos e estéticos naturalistas dos artistas da Escola de Barbizon, formada na França desde 1830.²⁶

A proximidade motivadora da pintura de François Millet²⁷ revela-se nas paisagens e temas da vida no campo de Silva Porto, assinalando o interesse social nesse afastamento da sociedade burguesa, dos centros urbanos e no desejo de recuperar valores ameaçados por novos modos de vida.

Os naturalistas se reuniam no Café Leão de Ouro na Rua Primeiro de Dezembro, em Lisboa. Do grupo faziam parte Raphael Bordallo Pinheiro, seu irmão Columbano Bordallo Pinheiro (1858-1929) e José Vital Branco Malhoa (1855-1933).

A pintura *Cócegas*, de Malhoa, exibida no *Salon* de Paris, em 1905,²⁸ faz parte do acervo do Museu Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro desde 1906. Reproduz o encontro entre jovens, captando tonalidades douradas da luz. Como naturalista Malhoa concedia à paisagem e tipos populares um destaque que a pintura acadêmica lhes negava.

O melhor registro do ambiente que concentrava os artistas portugueses do Naturalismo deve-se a Columbano. Preferindo viver e pintar na cidade, dedicou-se à pintura de retratos. A tela *O Grupo do Leão*, de 1885, hoje no Museu do Chiado, em Lisboa, captou a atmosfera das tertúlias boêmias. Como pano de fundo, vê-se a cervejaria e Café Leão de Ouro, origem do nome do grupo de intelectuais boêmios das letras e artes. Columbano surpreendeu-os a conversar descontraidamente ao redor da mesa. Pintou Silva Porto, iniciador da pintura naturalista em Portugal. A seu lado, João Vaz e Antônio Ramalho, além do caricaturista Raphael Bordallo, sentado, de chapéu. Ao fundo, de pé, o próprio Columbano se autorretratou, com cartola e bengala. Henrique Pinto e Rodrigues Vieira ocupam as cabeceiras da mesa. Em primeiro plano, sentados: José Malhoa, à esquerda e, Moura Girão, à direita. Completam o grupo, Ribeiro Cristino, Alberto de Oliveira, patrocinador das exposições e o dono da cervejaria, Cipriano Martins.²⁹ A composição, possível alusão iconográfica à Santa Ceia, guarda certo tom de ironia, considerando-se que o autor era simpatizante das ideias anticlericais.

No convívio do Leão de Ouro, Raphael Bordallo fortaleceu sua intenção de fundar a arte sobre um interesse político, como fizera Daumier, “vendo na política a forma moderna da moral” e “para com a arte influir sobre o comportamento social.”³⁰ Queria participar dos debates políticos e estava consciente de poder fazê-lo utilizando um meio poderoso, temido e eficiente: a caricatura, na imprensa periódica ilustrada.

No ambiente informal do Café Leão de Ouro, também aconteceu o encontro entre Raphael Bordallo Pinheiro e o jovem Julião Machado. Este, desejando desenvolver seus dotes artísticos, abandonara os estudos em Coimbra e fracassara na tentativa de trabalhar como bancário. Passou a frequentar a boemia lisboeta. Aproximou-se, no Café

Leão de Ouro, dos intelectuais, artistas de teatro e artes plásticas frequentadores das tertúlias. Conviveu com figuras das letras como: Fialho d'Almeida, Marcelino Mesquita e os artistas do Grupo do Leão, dentre os quais, Malhoa, Columbano, Raphael Bordallo, Antonio Ramalho, João Vaz.³¹ Logo passou a aluno das classes de desenho de José Malhoa. Impressionava-se com o domínio da técnica litográfica e desenho satírico de Bordallo, cuja modernidade gráfica representava, para o admirador recém-chegado, uma estimulante fonte de inspiração. Tinham, além disso, uma paixão comum: o teatro.

Raphael Bordallo havia atuado no teatro Garret aos 14 anos, estudando arte dramática antes das Belas Artes.³² Conservou por toda vida o amor explícito pelas artes cênicas, que transpunha para suas criações gráficas, organizando as ações em quadros, como um *story-board*.³³ Julião Machado foi autor de peças teatrais no período em que viveu no Brasil. Destas sobressaem *O Modelo*, sucesso em Lisboa, com Chaby Pinheiro e Aura Grijó e *o Prim'Alv'ro*.³⁴ Deixou os *sketches* teatrais: *Uber Alles*, *A greve dos micróbios*, *A morte do bardo* e, publicado na revista *D. Quixote*, *O luto do escrupuloso Mota*.³⁵

Em 6 de outubro de 1888, aventurando-se na imprensa lisboeta, Julião Machado lançou a revista *A Comédia Portuguesa: crônica semanal de costumes, política, artes e letras*. O empreendimento, possibilitado pela herança que recebera do pai, contava com a colaboração de Marcelino Mesquita, Fialho d'Almeida e Silva Lisboa, seus companheiros de roda boemia.

Em *Pontos nos ii*, uma litografia de Bordallo marcou o lançamento e promoveu *A Comédia Portuguesa*. Evidenciando sua amizade e o orgulho, como mestre dos desenhistas mais jovens, Bordallo cumprimenta Julião e Marcelino Mesquita, ilustrador e redator, enviando-lhes as “mais entusiásticas saudações”.³⁶ *A Comédia Portuguesa*, no entanto, circulou por um ano apenas, encerrando-se a publicação no número 55, em 28 de novembro de 1889. Fialho d'Almeida iniciou, então, a colaboração literária em *Pontos nos ii*, sob o pseudônimo de Irkan. Julião já havia desenhado para esta revista. Convidado a colaborar efetivamente, por Raphael Bordallo, seu diretor, recusou-se. Preferiu ampliar seus conhecimentos artísticos na França.

Julião Machado: arte à francesa com sotaque português

Raul Pederneiras³⁷ referiu-se à *maneira européia* introduzida no Brasil por Julião, creditando-lhe a responsabilidade pela “grande reforma e progresso gráfico” da imprensa brasileira. Quanto ao “novo estilo da sua arte apurada em Paris”, Raul afirmava que “revivia, no velho Rio de antes do prefeito Pereira Passos, a graça *montmartroise* das páginas de *Le Rire* e do *Figaro* do começo do século”, sendo “essencialmente um desenhista parisiense da melhor classe”.³⁸

Esses indícios levaram a buscar, em Paris, a origem do decantado apuro técnico e estético da arte gráfica de Julião, para compreender sua concepção acerca do ofício do artista gráfico no interior do processo modernizador que alcançava os meios de comunicação.

Sabe-se muito pouco, na verdade, a respeito da passagem de Julião Machado por Paris. Há indicações de que procurou a orientação de Fernand Cormon (1845-1824),³⁹

pintor brilhante, jovem, em cujo atelier havia uma atmosfera diferente da tradicional. Dedicado ao trabalho, profundo conhecedor das técnicas artísticas, Cormon era, entretanto, receptivo às novas propostas que se debatiam em acalorados encontros de jovens artistas. O atelier transformara-se em lugar propício às reuniões dos modernistas.⁴⁰ Ficava em Montmartre que, nas últimas décadas do século XIX, conservava um encanto campestre, distante das transformações urbanas e adquirira status de refúgio. Pintores e escritores buscavam ali um clima mais adequado à expressão criativa, uma fuga às regras e pressões da vida burguesa.

Sob a orientação de Cormon, haviam trabalhado, entre 1883 e 1886, Toulouse-Lautrec, Emile Bernard e Van Gogh, conhecidos participantes de experiências técnicas e estéticas ligadas ao impressionismo e pós-impressionismo. Poucos anos depois, Julião buscou o mesmo atelier e o mesmo mestre, para atualizar-se.

Embora os dados esparsos não permitam precisar o período exato,⁴¹ infere-se que deixando Portugal após o encerramento d'A *Comédia Portuguesa*, no final de 1989, Julião tenha permanecido em Paris até 1894, quando embarcou para a América do Sul. É possível que, ao longo desses anos tenha se aproximado de ex-alunos de Cormon ou, conhecido suas obras, acessíveis nos espaços da cidade, considerada, então, grande centro de produção artística. Cartazes publicitários, novo motivo de admiração, espalhados pelos muros da cidade, transformavam o espaço parisiense numa galeria popular a céu aberto.

Tal proliferação de cartazes nas ruelas de Montmartre aparece numa imagem criada por Steinlen⁴² para a capa de *Le Mirliton*, em 9 de junho de 1893. Esta ilustração capturava, ironicamente, um dândi apreciando um cartaz de Lautrec para divulgar Aristide Bruant e seu cabaré. Este observador burguês mostra-se deslocado nesse espaço, mais familiar aos artistas.⁴³ Como estes Julião transitava por Montmartre em seus dias parisienses. Podia apreciar os cartazes litográficos de Toulouse-Lautrec e, talvez, tenha visitado o atelier do artista⁴⁴ onde se produziam litografias em grande formato. O fato é que, a inspiração técnica e estética em Lautrec, emerge quando se faz uma análise comparativa entre suas obras gráficas e as de Julião.



Fig. 03. Julião Machado. Capa. *O Mercúrio*.
R. Janeiro, 2/9/1898. Zincografia.

Ambos romperam com as formas de representação tradicional. Expressavam novo modo de pensar e sentir que refletia mudanças nas relações com o ambiente urbano e o tempo, valorizando o sensorial e o sensual. Testemunharam e deixaram entrever uma nova visão de mundo. Como Lautrec, Julião (Fig. 03) substituiu jogos de luz e sombra da imagem tridimensional por linhas modernas e chapadas bidimensionais em cor. Delineava contornos firmes e fluidos, elegância à francesa, perceptível nas figuras femininas, no aprumo da moda europeia. Seu traço realçava a sensualidade e distinção características da *belle époque*.

Era um novo tempo. A industrialização e seus desdobramentos tecnológicos afetavam experiências de vida. Artistas do grupo rotulado *impressionista*,⁴⁵ expuseram suas pinturas no atelier do fotógrafo Nadar, em 1874, propondo uma técnica mais ágil para captação pictórica da luz e fixação de sensações visuais autênticas.

Toulouse-Lautrec quis ir além, para captar o movimento. Voltou-se à fotografia, *instrumento necessário à arte*,⁴⁶ buscando acessar campos da experiência visual condizentes com a mentalidade dinâmica e essencialmente moderna. O acesso a imagens instantâneas propiciava o surgimento de nova cultura visual, favorecida pela produção industrial dos aparelhos. Os artistas adequavam-se às expectativas do público, envolvido nos progressos técnicos, da fotografia ao advento do cinema.

Outra fonte estimulante para Lautrec, Julião e contemporâneos foram as xilogravuras japonesas, em voga na França desde sua divulgação no I Salão Japonês de 1883.⁴⁷ Despertaram interesse pelo modo singular, bidimensional, de representar espaço e formas, em áreas planas de cor, delimitadas por um contorno linear em preto.

Lautrec empregava seu novo estilo para divulgar e documentar a efervescente vida noturna da *belle époque* parisiense.⁴⁸ Inspirou-se, assim como Forain,⁴⁹ no cartazismo de Jules Chéret.⁵⁰ A publicidade mais do que o emprego da arte para fins utilitários possuía apelo psicológico para sugerir novas atitudes, comportamentos e construir nova percepção do mundo.

Creditadas a Chéret, as inovações técnicas permitiram o desenvolvimento do cartazismo. Os artistas que o seguiram, na década de 1890, desenhavam diretamente sobre a pedra de impressão, usando tinta, giz, pintavam ou borrifavam a superfície, conferindo uma textura compacta ou aberta às marcas feitas com giz, determinando uma variedade fotográfica de tons. Este processo de reprodução permitia acesso direto ao artista, evitando as limitações gráficas das gravuras em metal ou madeira.⁵¹

Apontado pelo escritor Edmond Goncourt, como “o primeiro pintor mural parisiense”,⁵² Chéret chegou a produzir mil desenhos em 1886.⁵³ Seus cartazes coloriam os muros com a representação da *chêrette*, predominante em seus desenhos, imagem feminina, iluminada cenograficamente, etérea, a executar seu bailado. O sorriso remetia ao mundo do entretenimento, transmitia alegria e cativava os passantes, antecipando o prazer de consumir.

É provável que, à maneira do *flaneur*,⁵⁴ Julião Machado se deixasse seduzir pelos cartazes de Chéret, porque, na obra de Julião encontram-se representações semelhantes às de Chéret. (Fig. 04).

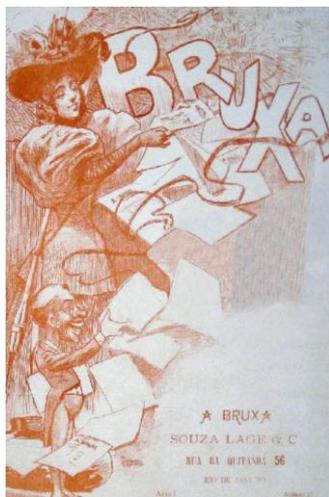


Fig. 04. Julião Machado. Capa. *A Bruxa*.
Rio de Janeiro, 07.02.1896

À medida que evoluía o mundo do entretenimento, ampliavam-se oportunidades para projetar cartazes. Alguns, entretanto, percebiam no cartaz uma presença perversa, cuja efemeridade espelhava o ritmo da vida urbana. Acusavam-no de invadir a

privacidade, de criar desejos, estimular a ambição e contribuir para a corrupção dos costumes. A *chérette* pecava por incitar ao caos com sua falta de recato.⁵⁵ Tais cartazes contrastavam com lembranças dos velhos tempos, das relações de poder solidamente fundadas na propriedade e, incomodavam por aludir à volatilidade da economia moderna.

Na caricatura política como nos cartazes, a função de representação dava lugar à comunicação. Palavra e imagem configuravam um projeto integrado nesses veículos de comunicação visual, potencializando informação e emoção para induzir os destinatários das mensagens a certos comportamentos ou a *um estilo de vida*.⁵⁶

A imprensa ilustrada na *belle époque* parisiense já contava inúmeros títulos e as publicações satíricas exibiam projetos de excelente qualidade, apresentação luxuosa voltada à clientela de crescente poder aquisitivo. O espaço para a publicidade de produtos ampliara-se nas revistas, novo suporte de vendas e ofertas de investimentos.⁵⁷

Julião teve, certamente, acesso às revistas *L'Aube*, *La Revue Blanche* e, possivelmente à *La Plume* que, sob a aparência artística ocultava simpatias anarquistas.⁵⁸ Deve ter apreciado no *Le Courier* os desenhos clássicos de Willette,⁵⁹ citados por ele em depoimento no qual revela seu interesse pelos trabalhos deste desenhista, de Forain e Hermann Paul,⁶⁰ porque aspiravam “a mais alguma coisa do que a provocar o riso fácil dos que podem rir de tudo”, especialmente, Forain, “o que maior influência teve na orientação do meu critério”.⁶¹

No interior do processo deflagrado pelo desenvolvimento industrial, mudanças culturais e de costumes, o *Art Nouveau*⁶² expressando esteticamente o espírito modernista. Influuiu na urbe por meio de projetos que alteravam a visualidade do ambiente. Despontou como estilo de vida moderno, nas artes plásticas, decorativas, nos espetáculos e formas de vestir. Na sociedade industrial europeia exerceu influência econômica, determinou necessidades, usos e obsolescência de produtos. Tomou forma segundo o gosto da elite burguesa, afeita ao progresso industrial, no qual estava envolvida intelectualmente e, pelo qual, se considerava socialmente responsável.

Julião Machado guardou fortes lembranças de Paris, do *Art Nouveau*, dos temas iconográficos ligados ao florescimento primaveril, à juventude e beleza, sinais da expectativa em relação ao progresso e do *alvorecer de uma nova era*.⁶³ Estes elementos emergiram em sua obra gráfica acrescidos do toque pessoal, do sotaque português e aprendizado em Lisboa propiciado pelas aulas de José Malhoa e sugestões da obra de Raphael Bordallo.

Vivenciar mudanças profundas em Paris permitiu a Julião amadurecer, avivou a consciência dos conflitos e contradições da modernidade, da nova estética, do alcance das possibilidades que se ofereciam aos artistas a partir das inovações tecnológicas, industrialização e intensificação do comércio. Vislumbrando a importância dos artistas no processo industrial e publicitário, como consultores ou autores de projetos, pode avaliar a distância entre o modelo parisiense e as condições precárias da modernização em Lisboa e no Rio de Janeiro, onde participou intensamente, na imprensa ilustrada, do impactante processo de transformação da cidade.⁶⁴

“Distrair corrigindo e ilustrar distraindo”: a caricatura como missão

Raquel Henriques da Silva aponta as últimas décadas do século XIX como propícias ao intercâmbio cultural entre Portugal e Brasil e ressalta que “as principais cidades brasileiras foram lugares estimulantes de consumo da cultura portuguesa, da literatura às artes plásticas, do jornalismo à produção monumental.” Em contrapartida, lembra o mecenato das “poderosas comunidades portuguesas no Brasil”, apoiando “atividades culturais e assistenciais no Portugal de então, desde a edição de jornais e revistas, à construção de escolas ou à edificação do monumento a Camões, no Chiado em Lisboa.”⁶⁵

Considerem-se, nesse contexto, as contribuições de Bordallo Pinheiro e Julião Machado, na imprensa ilustrada do Rio de Janeiro, como veículos de ideias entre os dois países. Divulgaram no Brasil o pensamento da geração de 70 portuguesa, que compreendia como responsabilidade dos intelectuais, interferir no processo de modernização, intervir no espaço público por meio da imprensa, buscando educar as camadas populares.

A presença dos dois caricaturistas portugueses ampliava, por meio do desenho de humor, o espaço do diálogo entre escritores e artistas, que efetivamente já existia entre intelectuais das gerações de 70, portuguesa e brasileira.⁶⁶

No acirramento das campanhas abolicionista e republicana, foi exemplar o desempenho de Bordallo no hebdomadário *O Besouro*, em 1878, com edição e participação ativa do jornalista José do Patrocínio (1854-1905), conhecido como *Tigre da Abolição*. Contavam com o apoio financeiro do Visconde São Salvador de Matosinhos, abastado empresário português residente na Capital.⁶⁷ No primeiro número a ilustração marcava as posições do periódico.

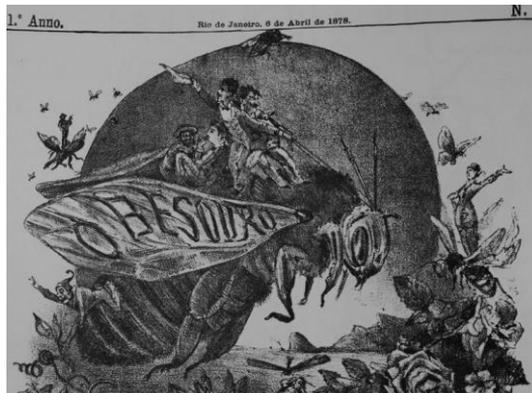


Fig.05. Bordallo Pinheiro. Capa. *O Besouro*.
Rio de Janeiro, 06.01.1878. Litografia.

Patrocínio e Bordallo, sobre enorme besouro, sobrevoavam a Baía de Guanabara (Fig. 05),⁶⁸ sugerindo que pretendiam ter uma perspectiva panorâmica das questões que preencheriam as páginas do Hebdomadário.⁶⁹ Texto e imagens prenunciavam a

disposição política e revolucionária: “O Besouro tem uma legião de inimigos: os vícios. E uma só arma: a gargalhada [...] ‘A gargalhada é a Revolução’”.⁷⁰

Bordallo e Patrocínio compreendiam as implicações éticas e possibilidades da militância na imprensa. Sabiam que o poder temia as caricaturas, tanto ou mais que o texto, enquanto o público as apreciava e compreendia com facilidade. Semanalmente debatiam-se n’*O Besouro* as questões ligadas à escravidão, às fragilidades da Monarquia, à situação dos imigrantes, à pobreza cultural do povo. Pode-se interpretar as ações de Bordallo e Patrocínio como uma das formas de atualizar o debate ibérico, recriando-o na imprensa da Capital da Corte.

Acompanha-se n’*O Besouro*, dentre outras mobilizações, a agitada recepção ao *Primo Basílio* de Eça de Queiroz lançado em Portugal, em 28 de fevereiro de 1878. Conhecido no Brasil por um pequeno círculo de intelectuais, o escritor passaria a ocupar o centro das discussões literárias quando a repercussão ruidosa do *Primo Basílio* na imprensa do Rio de Janeiro lhe garantiu a popularidade, inclusive em outras cidades brasileiras.⁷¹ O alvoroço que permitiu a visibilidade, ampliado pelo debate na imprensa, devia-se à reação da sociedade, conservadora e preconceituosa em relação a valores morais.

No dia 13 de abril, *O Besouro* publicou, em página inteira: *Depois da leitura do Primo Basílio de Eça de Queiroz* (Fig. 06).

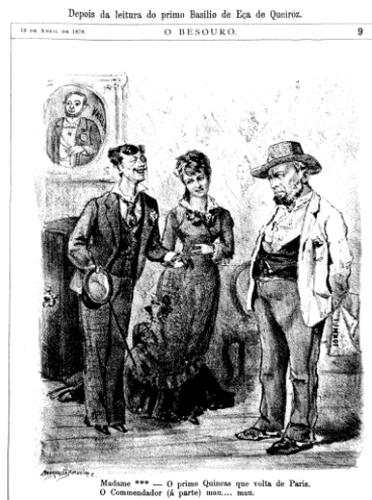


Fig. 06. Bordallo Pinheiro. “Depois da leitura do *Primo Basílio* de Eça de Queirós”. *O Besouro*. Rio de Janeiro, 13/04/1878. Litografia.

Na imagem vemos um *Comendador* aparentemente desconfortável com a visita de um primo da jovem esposa, recentemente chegado de Paris. O constrangimento remetia à ameaça que pairava no ar após a leitura o livro de Eça.

O fato desencadeou uma série de artigos em jornais, como *A Gazeta de Notícias* e *Cruzeiro*, no qual se publicaram análises de Machado de Assis, sob o pseudônimo de Eleazar. *O Besouro* participou do falatório, e nos permite avaliar a dimensão dos debates na cidade quando comentava que o *Primo Basílio* “aqui apareceu como pomo da discórdia”, dividindo opiniões de jornalistas: “isto não é um romance, isto é uma epidemia; parece mesmo uma ‘sensação nova’!”⁷² Exclamava: “qual Eça nem meio Eça! Não é com *essas...* que se vai à feira.”⁷³

Os trocadilhos com o nome do autor apimentavam os comentários que ganhavam as ruas e *sensação nova* referia-se à vivência amorosa da protagonista Luísa no romance. Sublinhava-se o lado indiscreto da obra e o viés escandaloso ecoou na imprensa satírica. Bordallo, amigo de Eça de Queiroz, veiculava o debate. Aguçava a curiosidade do público estimulando o consumo do livro e, ao mesmo tempo, dos exemplares de seu hebdomadário. Assim, Eça de Queiroz tornou-se moda literária⁷⁴ no Rio de Janeiro, enquanto a recepção polêmica do Primo Basílio apresentava o naturalismo literário ao público brasileiro.

Deixando o Brasil antes da abolição e da proclamação da República, sabe-se que Bordallo acompanhou com alegria, à distância, as conquistas brasileiras. Expressou-se a respeito, como liberal e republicano, n’*O Antonio Maria*. Em 6 de janeiro de 1881, homenageou Joaquim Nabuco (Fig. 07) que visitava Lisboa.

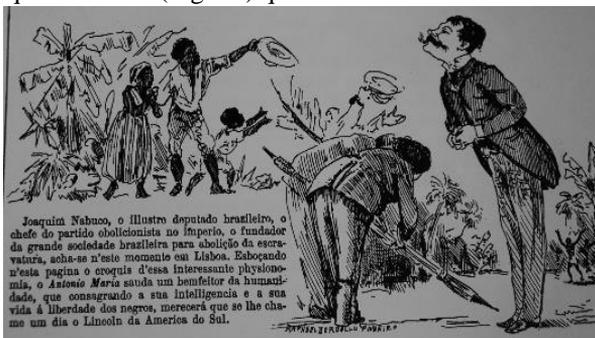


Fig. 07. Bordallo Pinheiro. Homenagem a Joaquim Nabuco.
O Antônio Maria. Lisboa, 06/01/1881. Litografia.

Registrou a “interessante fisionomia do ilustre deputado brasileiro”, o “chefe do partido abolicionista do império, o fundador da grande sociedade brasileira para abolição da escravatura”. Saudou-o como “benfeitor da humanidade que, consagrando a sua inteligência e a sua vida à liberdade dos negros, merecerá que se lhe chame um dia o Lincoln da América do Sul.”⁷⁵

Em *Pontos nos ii*, Bordallo comemorou o aniversário de um ano da Proclamação da República, demonstrando simpatia pela causa republicana na alegoria *Salve a República* (Fig. 08).

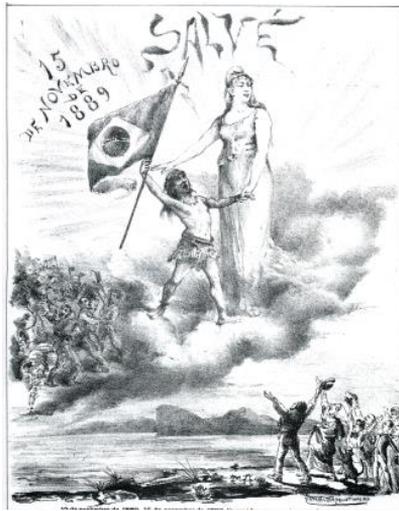


Fig. 08. Bordallo Pinheiro. Salve a República!
Pontos nos ii. Lisboa, nov. 1890. Litografia.

“... 15 de novembro não é um dia de festa somente para a florescente república sul americana; ficará consagrado para sempre como rememorando uma conquista lucilantíssima da Democracia Universal. É para nós todos que aspiramos a felicidade de Portugal um exemplo e um incitamento. Exemplo de generosa abnegação e inabalável patriotismo, incitamento a que cumpramos um dever impreterível.”⁷⁶

A representação feminina da República, com a túnica à moda romana e barrete frígio predomina na composição pela grande dimensão, sinal de sua importância.⁷⁷ Conduz o povo, representado como indígena, que agita a nova bandeira. Pairando sobre as águas do oceano entre as duas pátrias, são saudados, de um lado pelo povo brasileiro, de outro pelos portugueses, dentre os quais, se inclui o desenhista, o filho Manuel Gustavo e os tipos famosos: Zé Povinho, Maria e o gato *Pires*. Assim, o caricaturista aproveitava o ensejo para apontar a *conquista* do Brasil como exemplo e incitar à mobilização da sociedade portuguesa.

Como parte das comemorações do 1º aniversário da proclamação, realizou-se um jantar festivo.⁷⁸ O projeto gráfico do *menu* foi de autoria de Bordallo (Fig.09).

O quadro populacional da cidade alterara-se quantitativamente, quanto à constituição étnica e ocupacional dos habitantes, desde a abolição. Entrara no mercado de trabalho a mão de obra de ex-escravos, em conjunto com o crescimento da imigração, especialmente portuguesa, agravando condições de subemprego e ampliando o número de desempregados.⁸²

No imaginário carioca, a República e os progressos tecnológicos estimulavam a ideia de superar e negar o passado colonial e escravista, a *rotina* ou *carrancismo*,⁸³ na contramão do progresso almejado pelas elites. Buscava-se impor um ritmo compatível com a forma republicana de governo, alterava-se a percepção temporal dos habitantes.

O Rio de Janeiro, nos anos 90 do século XIX, já assumia ares de uma cidade de negócios, embora as ruas estreitas, sinuosas e lamacentas do centro guardassem antigos aspectos da cidade imperial. Apesar do crescimento demográfico não haviam sido adotadas medidas de saneamento compatíveis. Nas moradias, algumas coletivas e precárias, faltavam instalações sanitárias adequadas.⁸⁴

Nesse ambiente, a intelectualidade literária e artística frequentava livrarias, edições de revistas, cafés e confeitarias. Segundo Brito Broca,⁸⁵ dentre os pontos preferidos figuravam o *Café do Rio*, o *Java*, o *Paris*, o *Papagaio* e o *Globo*. As confeitarias eram a *Colombo* e, menos frequentadas, a *Cailteau* e a *Castelões*.

Medidas punitivas do marechal Floriano Peixoto⁸⁶ haviam dispersado os integrantes da boemia tradicional que ousaram manifestar-se contra seu governo. Não obstante, despontava uma nova boemia despontou, com ideias e valores mais próximos aos padrões burgueses e utilitários, proporcionados pela democratização frágil da vida coletiva introduzida pela República.⁸⁷ Nas reuniões desse grupo, Julião Machado encontrou Olavo Bilac, parceiro ideal para seus empreendimentos na cidade: no primeiro, *A Cigarra*,⁸⁸ de 1895, colaborava uma “plêiade de boêmios”.⁸⁹ Em 1896, Julião e Bilac lançaram *A Bruxa*.

Vinte anos após a passagem do *mestre*⁹⁰ Bordallo pela capital brasileira, Julião trilhava caminhos semelhantes, dividindo com Bilac a responsabilidade pelo emprego do humor e da sátira para lidar com as questões cotidianas. O escritor Arthur Azevedo definiu o *espírito* d’ *A Cigarra* como a reunião entre o “verdadeiro espírito gaulês que o Julião trouxe consigo” e “encontrou já aqui, encarnado no seu companheiro, redator Olavo Bilac”.⁹¹

Luiz Edmundo assinalou a presença de Julião Machado na roda de Bilac, que se transferira para a confeitaria Colombo,⁹² afirmando que “grande irmão, em meio, até, aos mais rubros e extremados nacionalistas, por eles querido e admirado” e, ao criticar pessoas, política e costumes, empregava “chiste e graça”, mas “sem ofender ninguém”.⁹³

Numa época de nacionalismos acirrados, Bilac chamava Julião de “amansa jacobinos”, por sua diplomacia quando as questões envolviam portugueses e brasileiros.⁹⁴

Entre artistas, escritores e jornalistas das rodas intelectuais fluía a comunicação entre as belas artes, a literatura e o jornalismo. Nesse contexto, como ator político e cultural, Julião demonstrou a intenção de formar opiniões, despertar consciências

críticas e orientar as ações dos habitantes da cidade do Rio de Janeiro no espaço público. No percurso jornalístico, *a serviço da verdade*, cumpriu o papel do *caricaturista* na imprensa da Capital.

Como sugere Mônica Pimenta Velloso,⁹⁵ no imaginário dos desenhistas a função da caricatura assumia sentido de missão ou forma pedagógica de militância. O potencial subversivo do riso revelava-se uma arma de combate no enfrentamento de imposições do poder do estado e estratégia para lidar com as mudanças de valores. Velloso aponta os *turunas e quixotes*⁹⁶ como sínteses das representações do próprio desenhista em ação: destemidos, defensores, guias, capazes de sacrifício, combatentes da vanguarda, dispostos a instaurar outra ordem, real ou imaginária.

As primeiras capas (Fig.10 e 11) d' *A Cigarra* confirmam a intenção de atingir o público leitor causando impacto e convidando à reflexão por meio do desenho humorístico.



Fig 10 e 11. Julião Machado. Capas. *A Cigarra*. Rio de Janeiro, 09/05/1895 e 16/05/1895. Litografias.

No segundo número, em 16 de maio 1895, *A Cigarra* admitia ter causado *reboição* na cidade, sem esconder, no entanto, ser esse o objetivo: estar em toda parte, incomodar se necessário, atordoar, com seu canto, ouvidos que se faziam de surdos às críticas e não seriam poupados políticos e capitalistas. Embora Bilac e Julião houvessem declarado, no primeiro número, que não seguiriam um programa, texto e imagem das capas definiam as diretrizes em que se apoiaria a revista.

Desenhista atuante na imprensa do Rio de Janeiro, entre 1895 e 1920, por sua participação ativa, Julião pode ser incluído entre os artífices da modernidade, por fixar o cotidiano da cidade em imagens provocantes e crítica afiada. Sua arte gráfica

estabeleceu uma relação dialética com o processo de modernização, convivendo, paralelamente, com a intelectualidade e a cultura popular e elegendo o humor como canal de comunicação. Sua atuação no Brasil repercutiu na imprensa portuguesa n' *O Antonio Maria*, no qual Manuel Gustavo Bordallo Pinheiro colaborava com o pai.⁹⁷ Depois de recordar a reputação de Julião Machado em Lisboa, “gravada nas páginas da Comédia Portuguesa”, publicada com Marcelino Mesquita, falava da receptividade ao amigo caricaturista entre brasileiros: “No Brasil foi acolhido com a simpatia que seu nome alcançara já naquele país, onde o amor pela nossa arte, e pelas nossas letras é tal, que se dá o curioso caso de haver lá quem melhor as conheça do que nós próprios”.⁹⁸

O acolhimento ao *excelente rapaz* no Brasil, assim como a boa receptividade para a arte e literatura portuguesas, talvez fossem resultados do trabalho iniciado por *mestre* Bordallo na imprensa do Rio de Janeiro, preparando o terreno, sem o saber, para que o *discípulo* pudesse dar, satisfatoriamente, continuidade a sua obra.

Rafael Bordallo Pinheiro e Julião Felix Machado destacaram-se no processo renovador da caricatura brasileira ao trazer sopros de modernidade ao traço e humor. Suas obras, porém, excederam os campos técnico e estético, ampliaram possibilidades de compreendermos o ambiente, fatos políticos e culturais e estreitaram laços entre intelectuais portugueses e brasileiros.

Notas e referências

¹ Baudelaire considerava que os dois litógrafos produziram o complemento visual da Comédia Humana, de Balzac. Cf. Charles BAUDELAIRE, *Sobre a modernidade*, São Paulo, Paz e Terra, 1996, p. 13.

² Honoré Daumier (1808-1879): caricaturista, pintor, ilustrador, mestre da litografia. Um dos pioneiros do Naturalismo francês. Colaborou em *Le Charivari*, com Balzac que o chamava *Michelângelo* da caricatura.

³ Gavarni: pseudônimo de Sulpice-Guillaume Chevalier (1804-1866), caricaturista francês autor de desenhos humorísticos e sátira política mordaz, dos costumes e vida burguesa na França.

⁴ Charles BAUDELAIRE, cit., p. 13.

⁵ O nome *O Antonio Maria*, refere-se a Antonio Maria Fontes Pereira de Melo, político da Regeneração e do liberalismo monárquico português. Bordallo satirizava falhas do regime, a concentração de poderes, criando representações do político como “homem dos sete instrumentos”. Cf. Rafael Bordalo Pinheiro em *O Antonio Maria*, Lisboa, Ano III, 23.06.1881.

⁶ Texto extraído de *As Farpas*. O movimento literário e artístico, Tomo IX, Lisboa, abr. 1882, Ramalho ORTIGÃO, “A arte satírica e o Antônio Maria de Rafael Bordallo Pinheiro”, Emanuel ARAUJO (org.), Rafael Bordalo Pinheiro: o português tal e qual. *O caricaturista*, São Paulo, Pinacoteca, 1996.

⁷ Ramalho ORTIGÃO, cit.

⁸ Folhetos escritos por Ramalho Ortigão e Eça de Queirós em 1871 que, por 17 anos mapearam ironicamente sociedade e cultura portuguesas. Entre 1887 e 1891, Ramalho Ortigão reeditou *As Farpas* em 11 volumes.

⁹ Bordallo PINHEIRO, *Pontos nos ii*, Lisboa, 14 abr. 1887.

¹⁰ Conferências organizadas pelo Cenáculo, grupo do qual participavam Antero de Quental, Eça de Queirós, Batalha Reis, em Lisboa, no Cassino Lisbonense. Discutiam a transformação política, econômica e religiosa na sociedade portuguesa. Ver José Hermano SARAIVA, *História concisa de Portugal*, Portugal, Europa-América, 1999.

¹¹ Bordallo PINHEIRO, Reproduções d'um álbum humorístico, ao correr do lápis – 7ª página – Conferências Democráticas, *A Berlinda*. Lisboa. Julho, 1871.

¹² Ver André Nunes AZEVEDO, As ideias de decadência e regeneração nos ideais políticos de Antero de Quental, *Revista Intellectus*, UERJ, Ano IV, vol. I, 2005.

- ¹³ Sobre as dificuldades para o desenvolvimento industrial que superasse a economia de base agrícola, ver Miriam Halpern PEREIRA, “Diversidade e crescimento industrial”, José TENGARRINHA (org.), *História de Portugal*, Bauru, EDUSC/ São Paulo: UNESP, Portugal, Instituto Camões, 2000, pp. 217-240.
- ¹⁴ Ana Lúcia Lana NEMI, “Brasil e Portugal: a história nacional entre tradição e renovação”, *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 4, nov. 2006, pp 49-64, versão *on-line*.
- ¹⁵ William Morris (1834-1896), escritor, pintor, artista, artesão e reformista social inglês, personificou uma reação à transformação da cidade em cenário industrial, partindo de uma atitude esteticista, inspirada na religiosidade e tradições artesanais. Lutava contra a degradação dos valores. No fim da vida, dedicou-se à militância política revolucionária na Liga Socialista britânica. Sua obra no *Arts and Crafts Movement* teve importante papel no desenvolvimento do moderno design gráfico e de produto. Ver Carl SHORSKE, *Pensando com a história: indagações na passagem para o modernismo*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000, pp. 108-123.
- ¹⁶ *Arts and Crafts* ou Movimento Artes e Ofícios: movimento social, estético inglês da 2ª metade do século XIX. Objetivava ressaltar a importância do trabalho artesanal face ao processo de massificação industrial. O nome deriva da Sociedade para Exposições de Artes e Ofícios, fundada em 1888. Sobre o *Arts and Crafts* ver Nicolaus PEVSNER, *Os pioneiros do desenho moderno: de William Morris a Walter Gropius*, São Paulo, Martins Fontes, 1980, pp. 49-76.
- ¹⁷ Sobre as relações nem sempre pacíficas entre política e imprensa satírica, refletidas nas atividades de Bordallo Pinheiro (1875-1905) como caricaturista, ver Alvaro Costa de MATOS (coord.), *A Rolha*. Bordalo: política e imprensa na obra humorística de Rafael Bordallo Pinheiro, Lisboa, Hemeroteca Municipal, 2005.
- ¹⁸ Arnold HAUSER, *História Social da Literatura e da Arte*, 3ª ed., São Paulo, Mestre Jou, v. 2, 1982, pp. 943-945.
- ¹⁹ *Ibid.*, p. 944.
- ²⁰ *Ibid.*, p. 945.
- ²¹ Courbet denominou sua exposição individual em Paris, em 1855: *Le Realisme, G. Coubert*. Chamou *realismo* o estilo de sua pintura, marcando uma revolução na arte. Ver Ernst Hans GOMBRICH, *A História da Arte*, 15ª ed., Rio de Janeiro, Guanabara-Koogan, 1993, pp. 403-404.
- ²² Giulio Carlo ARGAN, *Arte e crítica da arte*, 2ª ed., Lisboa, Estampa, 1995, pp. 79-80.
- ²³ Arnold HAUSER, *cit.*, p. 947.
- ²⁴ Sobre o pensamento de Proudhon acerca da função social da Arte, ver P. J. PROUDHON, *Do princípio da Arte e de sua destinação social*, Campinas/ SP, Armazém do Ipê, 2009.
- ²⁵ Antônio Maria Fontes Pereira de Melo era político do liberalismo monárquico português. Bordallo deu seu nome ao periódico *O Antônio Maria*, onde protagonizava sátiras e era criticado pela concentração de poderes.
- ²⁶ Charles Daubigny (1817-1879), François Millet (1814-1875), e outros pintores franceses liderados por Theodore Rousseau (1812-1867), refugiaram-se em Barbizon, aldeia próxima à floresta de Fontainebleau. Desenvolveram pintura de paisagem, rompendo com regras acadêmicas. Renovaram técnica e estética privilegiando imagens resultantes da observação dos aspectos cambiantes da natureza. Ver: Giulio Carlo ARGAN, *Arte Moderna*, São Paulo, Companhia das Letras, 1992, pp.60-63.
- ²⁷ Raquel Henriques da SILVA, Invocação do Grupo de Leão e do Naturalismo Português, *O Grupo do Leão e o naturalismo português*, São Paulo, Pinacoteca do Estado, 1996, p. 28.
- ²⁸ Raquel Henriques da Silva informa que a tela só foi exibida em Portugal em 1983, em exposição retrospectiva na Sociedade Nacional de Belas Artes de Lisboa.
- ²⁹ *Cf.*, *O Grupo do Leão e o naturalismo português*, São Paulo, Pinacoteca do Estado, 1996. p. 43.
- ³⁰ Giulio Carlo ARGAN, *Arte Moderna*, *cit.*, p. 64.
- ³¹ Sobre dados biográficos de Julião Felix Machado, ver: Herman LIMA, *História da Caricatura no Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio, v. 3, 1963, pp. 963-985.
- ³² Julio Cezar MACHADO, “Prefácio”, Rafael Bordallo PINHEIRO, *Álbum de caricaturas, frases e anexins da língua portuguesa*, Lisboa, Tipografia Editora de Matos Moreira e Cia, 1876, pp. 3-30.

- ³³ Série de desenhos ou pinturas que mostram a sequência de cenas de uma peça teatral, filme ou desenho animado. Cf. A. S. HORNBY, *Oxford Advanced Learner's Dictionary of Current English*. Oxford: University Press, 1997.
- ³⁴ Herman LIMA, cit., nota 170, p. 560.
- ³⁵ Julião MACHADO, *O Modelo*, Rio de Janeiro, Tipografia do Comércio, 1916; “A morte do Bardo”, *Álbum de O País*, Rio de Janeiro, 1903; “A greve dos micróbios”, *Era Nova*, Rio de Janeiro, 21.08.1915; “Uber Alles”, *Almanaque de A Noite*, Rio de Janeiro, 1917; “O luto do escrupuloso Mota”, *D. Quixote*, Rio de Janeiro, 13.03.1919.
- ³⁶ Bordallo PINHEIRO, *Pontos nos ii*, Lisboa, n. 80, 11.10.1888.
- ³⁷ Raul PEDERNEIRAS *apud* Herman LIMA, cit., p. 963.
- ³⁸ *Ibid.*, p. 972.
- ³⁹ Pseudônimo de Fernand-Anne Piestre (1845-1924). Cf. Yan CHILVERS, *Dicionário Oxford de Arte*, São Paulo, Martins Fontes, 1996.
- ⁴⁰ Philippe HUISMAN, *Lautrec par Lautrec*, Paris, Edita, 1963, pp. 40-45.
- ⁴¹ Sobre as datas de ida para Paris e chegada ao Brasil, ver Herman LIMA, cit., 1963, p. 968; ver ainda José Simões COELHO, “Caricaturistas portugueses no estrangeiro”, *Ilustração Portuguesa*, Lisboa, n. 393, 01.09.1913, pp. 270-274.
- ⁴² Theophile-Alexandre Steinlen (1859-1923) era caricaturista e ilustrador. Trocou os estudos de Teologia pelos de arte industrial em Mulhouse. Em Paris atuou na imprensa ilustrada, especialmente no Chat Noir.
- ⁴³ Marcus VERHAGEN, “O cartaz na Paris fim-de-século: ‘aquela arte volúvel e degenerada’”, Leo CHARNEY, Vanessa R. SCWARTZ, *O cinema e a invenção da vida moderna*, São Paulo, Cosac e Naify, 2004, p. 137.
- ⁴⁴ Cf. Philippe HUISMAN, cit.
- ⁴⁵ A recusa das pinturas no Salon de 1873 levou um grupo de artistas, dentre os quais, Monet, Renoir, Cézanne a organizar exposições independentes.
- ⁴⁶ Giulio Carlo ARGAN, *Arte e crítica da arte*, cit., ver capítulo VI, sobre a relação da arte com a ciência, a literatura, o teatro e o cinema, pp. 55-78.
- ⁴⁷ Em 1883, organizou-se o I Salão Japonês. Em 1889, o *Salon des XX*, em Bruxelas, dedicou uma seção à arte japonesa. Em 1890, em Londres, o artista japonês Hokusai expôs xilogravuras. Sobre a popularidade da arte japonesa na Europa, no século XIX, ver Bernard CHAMPIGNEULLE, *A Art Nouveau*, São Paulo, Verbo/EDUSP, 1976, pp. 54-65.
- ⁴⁸ Ver Philip MEGGS, *A history of graphic design*, New York, John Wiley & Sons, 1998, pp. 190-193.
- ⁴⁹ Forain (1852-1931) Considerado um dos mestres da caricatura francesa, iniciou sua participação na imprensa em 1876. Virtuoso no desenho, na técnica e na legenda. Também pintou, expondo com os impressionistas em 1879. Ver: Michel MELLOTT e Jean Pierre BÉCHU, *Quand la caricature écrit l'histoire*. La Belle Époque et son envers, Monte Carlo, André Sauret, 1980, p. 179.
- ⁵⁰ Jules Chéret (1836-1933), iniciador do cartazismo moderno, teria inspirado Lautrec no final da década de 1890. Filho de tipógrafo aperfeiçoou conhecimentos do processo litográfico em Londres, atingindo a maturidade da obra em Paris. Ver Philip MEGGS, cit., pp. 184-187.
- ⁵¹ Richard HOLLIS, *Design Gráfico: uma história concisa*, São Paulo, Martins Fontes. 2000, p. 5.
- ⁵² Edmond GONCOURT *apud* Marcus VERHAGEN, cit., p. 127.
- ⁵³ *Ibid.*, p. 131.
- ⁵⁴ Charles BAUDELAIRE, cit., p. 20.
- ⁵⁵ Marcus VERHAGEN, cit., pp. 134-149.
- ⁵⁶ Giulio Carlo ARGAN, *Arte e crítica da arte*, cit., p. 58.
- ⁵⁷ Michel MELLOTT e Jean Pierre BÉCHU, cit., pp. 9-10.
- ⁵⁸ *Ibid.*, pp. 11-12.
- ⁵⁹ Willette (1857-1926), caricaturista francês, formado na *École des Beaux-Arts de Paris*, aluno de Cabanel. Colaborou no *Figaro* desde 1880, fundou *Le Pierrot* em 1888. Foi pintor e cartazista. Ver: Michel MÉLOT e Jean Pierre BÉCHU, *ibid.*, p.180.
- ⁶⁰ Herman Paul (1874-1940) foi litógrafo, executando os primeiros trabalhos por volta de 1890. Ilustrador e caricaturista, despontou na imprensa satírica ilustrada em 1892.

- ⁶¹ Julião MACHADO *apud* José Simões COELHO, cit.
- ⁶² *Art Nouveau*: floresceu na Europa por volta do final do século XIX e 1ª década do século XX. Partiu, a princípio, das proposições de William Morris. Artistas e arquitetos do *Art Nouveau* foram além, reagiram ao historicismo acadêmico, adotaram atitude positiva quanto à industrialização, integrando arte e lógica industrial. Introduziram novo estilo, repertório formal inspirado na natureza. Colaboraram na produção industrial, empregando novos materiais e tecnologias. Ver: Giulio Carlo ARGAN, *Arte Moderna*, cit., pp. 199-207.
- ⁶³ Giulio Carlo ARGAN, *ibid.*, p. 202.
- ⁶⁴ Sobre as transformações ditadas pelo progresso no Rio de Janeiro e seu impacto social, ver Lená M. de MENEZES, *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)*, Rio de Janeiro, EdUERJ, 1996.
- ⁶⁵ Raquel Henriques da SILVA, “Desenhar para rir: A sociedade burguesa ao espelho”, Ana Cristina LEITE (coord.), *Guia do Museu Rafael Bordalo Pinheiro*, Lisboa, Maiadouro, 2005, p. 32.
- ⁶⁶ Ana Lúcia L. NEMI, cit., pp. 49-64. A autora indica pesquisa de Beatriz Berrini que, com base em estudos epistolográficos sugere a existência de diálogo entre nomes da literatura portuguesa e brasileira.
- ⁶⁷ Cf. Gilberto MARINGONI, *Angelo Agostini: a imprensa ilustrada da Corte à Capital Federal, 1864-1910*, São Paulo, Devir Livraria, 2011, p. 90.
- ⁶⁸ Esta litografia de Bordallo estampou-se n’*O Besouro*, Rio de Janeiro, 06.01.1878.
- ⁶⁹ Em outra ocasião, no número d’*O Besouro* de 20.04.1878, em caricatura intitulada *A política a vol d’oiseau... (fantasia aérea)*, Bordallo na companhia de seu gato, acomodados sobre o grande besouro, sobrevoam a cena política.
- ⁷⁰ Prefácio da edição em que os números desse ano d’*O Besouro* foram reunidos. Rio de Janeiro, Typ. De Leuzinger e Filhos, 31 dez. 1878.
- ⁷¹ Ver Beatriz BERRINI e Sílvia Maria AZEVEDO, “A polêmica recepção de Eça de Queiroz no Brasil-considerações em torno da acolhida feita por Machado de Assis e outros”, Ana Salles MARIANO e Maria Rosa de OLIVEIRA, (org.), *Recortes Machadianos*, 2ª ed., São Paulo, Nankin, EDUSP, EDUC, 2008, pp. 209-222.
- ⁷² Comentários publicados na seção Zumbidos. *O Besouro*, Rio de Janeiro, 04.05.1878.
- ⁷³ *Ibid.* O grifo é do autor.
- ⁷⁴ Brito BROCA, *A vida literária no Brasil – 1900*, Rio de Janeiro, José Olympio, 2004, p. 174.
- ⁷⁵ Rafael Bordallo PINHEIRO, *O Antonio Maria*. Lisboa, 06.05.1881.
- ⁷⁶ *Ibid.*, *Pontos nos ii*, Lisboa, nov. 1890.
- ⁷⁷ Assemelha-se às imagens que apareceram no Brasil, mesmo antes da proclamação. Cf. José Murilo de CARVALHO, *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990, pp. 79-80.
- ⁷⁸ Jantar oferecido pelo cônsul geral do Brasil em Lisboa, João Vieira dos Santos, em 1890. Cf. Emanuel ARAUJO (org.), “Rafael Bordalo Pinheiro: o português tal e qual”. *O caricaturista*, São Paulo, Pinacoteca, 1996, p.125.
- ⁷⁹ Mercúrio: nome romano do deus grego Hermes, ao qual se atribuem o desenvolvimento do comércio, artes, a invenção da língua e primeiros caracteres da escrita. Cf. P. COMMELIN, *Mitologia grega e romana*, 2ª ed., São Paulo, Martins Fontes, 1997, p. 51.
- ⁸⁰ Não há registro exato da data de chegada de Julião ao Rio de Janeiro.
- ⁸¹ José Murilo de CARVALHO, *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*, São Paulo, Companhia das Letras, 1997.
- ⁸² *Ibid.*, pp. 16-17. Ver sobre dados estatísticos do crescimento populacional e tabela do crescimento anual entre 1872-1906.
- ⁸³ As expressões *rotina* e *carrancismo* aparecem em caricaturas da época, sugerindo seu emprego frequente na linguagem coloquial. Empregam-se no texto no sentido atribuído por: Cândido de Figueiredo, 1949. *Rotina*: hábito de proceder segundo uso, sem atender a melhoramentos ou progresso; índole conservadora, oposta ao progresso. *Carrancismo*: aversão ao novo, às inovações; o mesmo que rotina.
- ⁸⁴ Ver André Nunes AZEVEDO, 2003, pp. 127-128.
- ⁸⁵ Brito BROCA, cit., p. 71.

-
- ⁸⁶ Presidente do Brasil entre 1891-1894.
- ⁸⁷ Cf. Machado NETO, s/d. Ver Mônica Pimenta VELLOSO, *Modernismo no Rio de Janeiro: turunas e quixotes*, Rio de Janeiro, FGV, 1996, pp. 35-85.
- ⁸⁸ Julião já havia desenhado na *Notícia Ilustrada*, suplemento da *Gazeta de Notícias*, em que também colaboravam os escritores Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão. Cf. Herman LIMA, cit., p. 964.
- ⁸⁹ Dentre outros, formada pelos escritores Coelho Neto, Guimarães Passos, Emílio de Meneses Cf. Nelson Werneck SODRÉ, *História da Imprensa no Brasil*, 4ª ed., Rio de Janeiro, Mauad, 1999, p. 267.
- ⁹⁰ Julião Machado emprega a designação *mestre*, dirigindo-se a Bordallo, na capa que lhe dedica em *A Bruxa*, Rio de Janeiro, Ano II, n. 56, 05.03.1897.
- ⁹¹ Athur AZEVEDO, *apud* Herman LIMA, p. 964.
- ⁹² Cf. Nelson Werneck SODRÉ, cit., pp. 247-248. Ver ainda Luís Edmundo, *O Rio de Janeiro do meu tempo*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Conquista, 1957, pp. 596-598.
- ⁹³ Luís Edmundo, *ibid.*, p. 646.
- ⁹⁴ *Ibid.*, p. 648.
- ⁹⁵ Mônica Pimenta VELLOSO, cit., pp. 11-13.
- ⁹⁶ Para a autora seriam heróis, *outsiders*. “Turuna” do tupi: tur’una ou ‘negro poderoso’. Raul Pederneiras define, no dicionário de gírias: *Geringonça Carioca*: chefe, destemido, valente. “Quixote”, lembra o personagem de Miguel de Cervantes: idealista, sonhador, justiceiro. Estas classificações se aplicariam aos humoristas boêmios, que ora se identificavam com um, ora com outro.
- ⁹⁷ Manuel Gustavo respondia pelo periódico enquanto Raphael Bordallo Pinheiro dedicava-se à fábrica de faianças, em Caldas da Rainha.
- ⁹⁸ Manuel Gustavo Bordallo PINHEIRO, *O Antonio Maria*, Lisboa, Ano XI, n. 436, 30 abr. 1896, Grifo meu.

*De esclavos a inmigrantes.
La flexibilización de la política inmigratoria en Argentina
a través de la historiografía, S.XIX-XX*

Silvia Mallo*

Introducción

La configuración de la nación argentina en la segunda mitad del siglo XIX generó siempre en la historiografía y en los estudios demográficos un interés central en el proceso inmigratorio dirigido al ingreso al país de los grandes grupos de italianos y españoles. Ello significa un tratamiento desigual de los entonces denominados grupos *exóticos*. Observamos aquí como desde uno de ellos, el grupo inmigratorio caboverdiano que ingresa como producto de la flexibilización en las políticas inmigratorias a fines del siglo XIX sumado a otros grupos llegados desde Uruguay, se unen a descendientes de esclavos y generan actualmente acciones contundentes en defensa de los afrodescendientes presentes en nuestra sociedad desde los primeros tiempos.

En el contexto de la recuperación de la memoria y de la lucha contra la discriminación este grupo se impone en la actualidad y desde hace aproximadamente veinte años en la línea de la reivindicación de los afrodescendientes que llegaron antes esclavizados. Conjuntamente con quienes realizaron diversos estudios y especialmente en torno a los estudios de antropólogos y de historiadores africanistas, se logra en forma creciente la visualización de estos inmigrantes no deseados tanto en los ámbitos académicos como en la conciencia de la sociedad toda.

La sociedad colonial

Al centrar mis propias investigaciones en el período de dominación colonial y particularmente en la configuración de la sociedad, renuevo el concepto de su estructura en palabras de Giovanni Levi, como aquella sociedad adoptada y construida sobre la base de la desigualdad reconocida por todos en la que "...la ley difiere para cada estrato

* Investigador independiente jubilado con contrato en CONICET, Universidad Nacional de La Plata. Centro de Estudios Históricos Carlos S.A Segreti.

social, cuando no para cada persona, en una justicia del caso concreto, determinado según las desigualdades sociales definidas”.¹ Sobre esa base en dicho período uno de los temas ineludibles que la atraviesan y que definen lo americano es su conformación absolutamente jerarquizada, multiétnica, mezclada y la presencia de población esclavizada.

Desde esta realidad concreta esta sociedad americana multiétnica y mestiza - incluidos los esclavos - se relaciona con la tierra disponible aún y, fundamentalmente con el trabajo, en dimensiones diferentes a las de las sociedades metropolitanas. En la experiencia colonizadora se generaron en el continente americano diferentes tipos de sociedades esclavistas y de explotación de la mano de obra indígena que dieron como resultado la configuración de diferentes sociedades en cada región. La inestabilidad de las relaciones sociales caracteriza a las sociedades americanas coloniales en la permanente construcción de una realidad que no se refleja enteramente en las políticas y la normativa que la rigen originadas en la metrópoli. Surgidas en el esfuerzo constante de asemejarse a sus contemporáneos metropolitanos sin lograrlo y, en la disyuntiva de negociar cada espacio de pertenencia y construcción de su propia identidad americana, se asentaron en lo que se ha definido como una dualidad o ambigüedad, mezcla de oportunismo y flexibilidad que caracterizaron a todos los *indianos*. Sus comportamientos se originan en la conjunción de experiencias reales y cotidianas vividas en cada espacio americano con las experiencias heredadas que rigen dichos comportamientos. Por consiguiente, las categorías usuales utilizadas para definir a la sociedad española no encajan siempre para definir a la americana.

Sociedad rioplatense y esclavitud

El Río de la Plata en la marginalidad del Imperio Hispanoamericano, atravesado por la frontera que permeaba todo el territorio y por el cotidiano contacto con las posibilidades que otorgaba su asentamiento atlántico, se presentaba con rasgos particulares y a la vez comunes a lo americano. En primer término esta sociedad que se pensaba a sí misma dividida en términos raciales, asignaba un lugar específico a la inmigración forzosa de los afroamericanos. Sin duda negros y mulatos, esclavos y, fundamentalmente los libres, se encontraban inscriptos en los sectores más bajos de esta sociedad compartiendo con blancos pobres y con indios y mestizos una realidad a veces similar: la desocupación y la inestabilidad, la pobreza que conduce a la *vagancia* y al delito. Y en este caso se agrega todo el peso de los prejuicios raciales basados en el color y contra lo que se denomina su *condición*: la esclavitud.²

Definida la sociedad rioplatense como una sociedad de frontera con esclavos, y caracterizada por comportamientos más laxos propios de éstas, recurrió al *negro* africano esclavo como una solución inmediata a la escasez de mano de obra y como una forma de incrementar el estatus. Desde el comienzo de la implantación de sociedades dominantes posteriores a la conquista, el esclavo no cumplía una función económica esencial en un sistema en el que estos desarrollaban fundamentalmente actividades domésticas y artesanales a jornal.³ Esta sociedad hispanoamericana rioplatense con esclavos explica tradicionalmente la preferencia por su utilización como mano de obra

por el supuesto desprecio por las tareas manuales de los sectores más altos de la sociedad étnicamente blanca.

Es en la diversidad del proceso histórico y del prototipo de cada una de las sociedades de las regiones que conforman el territorio virreinal donde ponemos el acento. A fines del período colonial era ésta una sociedad en proceso de expansión espacial y económica y de transformación social y política en su transición a la independencia. La particularidad de las regiones que lo componen generó diversas formas de utilización del trabajo esclavo, de hábitos y formas de subsistencia no sólo diferentes a las áreas americanas de plantación, sino también con características propias en cada tiempo y espacio analizado. Precisamente y considerando la inexistencia de sistemas de plantación en el territorio se trata de un grupo étnico desagregado que debe reconstruir su identidad y lazos de pertenencia imponiéndose la necesidad de integrarse a los otros sectores sociales para sobrevivir. Los márgenes de acción que se permite y la creatividad son parte de su lucha, no son invisibles. En el análisis de las diferencias y similitudes regionales de la población negro mulata y libre observamos diversas formas de integración y de resistencia a la sociedad dominante, a través no sólo de la familia, la vivienda, la propiedad, el comercio, sino también de las formas de religiosidad hispánicas que adoptan.

No es extraño que en esta sociedad corporativa y jerárquica, cada uno adscriba a diferentes matices en la construcción de su propia identidad porque es lo que le permite pertenecer al *cuerpo social*. Desde el punto de vista de la sociedad, la rioplatense se define en Hispanoamérica como una sociedad multirracial *con esclavos*. En este tipo de sociedades la necesidad de la esclavitud es incidental o superficial y no una parte integral de la economía. Es este el aspecto fundamental en el que se diferencian de las sociedades de esclavos como en el caso de las economías de plantación de Brasil, el Caribe y el sur de Estados Unidos caracterizadas además por la habitación en barracas, el trabajo en cuadrillas y la mayor preservación de prácticas culturales africanas. Señalamos que las sociedades con esclavos como la nuestra se configuran desde la misma conquista del territorio en tiempos del descubrimiento de América, precedida por la renovación de la esclavitud de origen africano en España después de la expulsión de los moros. Los esclavos acompañaron así a los conquistadores desde su etapa inicial y fueron aumentando con el tiempo.⁴

Pertenecían así los afrodescendientes a este sector tradicional y homogéneamente destacado por su desarticulación, alternando entre la movilidad espacial permanente, la desocupación y la violencia. Todo ello impide un ordenamiento básico que hoy se quiere ver en el terreno de la confrontación. Pero también les daba elementos comunes de sociabilidad básica y de mutua interrelación y les abría similares canales de ascenso y de movilidad social en una experiencia común. Surgían en ellos como destaca Vovelle, actitudes colectivas que se expresan en actos y gestos que, aparentemente insignificantes, son el reflejo inconsciente de representaciones comunes y arraigadas.⁵ Entre los afrodescendientes nacidos en el Río de la Plata el universo mental era el mismo, su raza y la experiencia de ella derivada contando solamente con la de la territorialidad y la lengua desde sus orígenes.

Dimensión de la población negra y mulata

A partir de los primeros asentamientos de pobladores hispánicos en la región delimitada en el siglo XVIII como Virreinato del Río de la Plata, la población afrodescendiente estuvo presente y formó parte de la proyección de las políticas de la Corona y sus funcionarios para el espacio del virreinato del Perú del que formáramos parte en la medida en que el descenso abrupto de la población indígena motivaba su elección a pesar de su costo. Demandados tanto para tareas vinculadas a la minería como la agricultura destinada al sustento de población en general y a la dedicada a la producción de plata en Potosí, los esclavos ingresados por contrabando en el puerto de Buenos Aires resultan difíciles de contabilizar.⁶

La documentación existente basada en operaciones legales arroja estimaciones muy débiles y difíciles de seriar por la falta de regularidad de los datos que nos proveen. Es lo que se ha denominado la primera forma de invisibilización jurídica y estadística.⁷ Libros de Tesorería, Acuerdos de Real Hacienda, Registro de esclavos decomisados, Registro Estadístico de Buenos Aires y últimamente las denominadas escribanías antiguas han sido abordadas y trabajosamente elaboradas por diferentes autores sin que podamos llegar a conclusiones válidas que expliquen las proporciones de población negra y mulata que habitó en las diferentes ciudades de nuestro territorio.

Importación de negros esclavos desde la costa de Brasil a Buenos Aires⁸				
	Licencias	Decomisados	Manifestados	Totales
1606-1615	85	4608	--	4698
1616-1625	47	4144	180	4371
1626-1635	44	1081	1048	2173
1636-1645	100	1126	---	1226
1646-1655	12	303	---	315
Total	198	11.262	1228	12.783

Ingreso de esclavos al puerto de Buenos Aires⁹					
	Licencias	Decomisados	Manifestados	Total	Fuente
1588-1605	21	262	---	283	Libros de Tesorería AGN
1606-1640	276	10.775	430	1781	Registro Estadístico Manuel Trelles. T. II-1864

Operaciones de venta de esclavos en el puerto de Buenos Aires según las Escribanías Antiguas AGN ¹⁰	
1600-1609	546
1610-1619	253
1620-1629	884
1630-1639	963,5
1640-1649	201
Total	2.847.5

Podemos acceder por lo tanto en términos generales a estimaciones sobre los ingresados legalmente por el puerto de Buenos Aires en la primera mitad del siglo XVII sin contabilizar los ingresados por contrabando.¹¹ Puede observarse sin embargo que los datos de ingreso de esclavos no sólo se mantuvieron sino que se incrementaron llegando a estimarse un arribo en todo el siglo XVII, de unos 14.000 esclavos a Buenos Aires.¹² Para la primera mitad del siglo XVIII se estima en más de 20.000 esclavos introducidos por la francesa *Compagnie de Guinee* (1703-1713), la inglesa *South Sea Company* (1714-1737) y los portugueses de Colonia do Sacramento.¹³ En el momento de auge de su ingreso entre 1777 y 1812, al menos 60.000 esclavos fueron traídos al Río de la Plata desde África y Brasil por vía marítima.¹⁴

Los esclavos se distribuyeron y comercializaron en todo el espacio rioplatense dominado y también en el área andina dificultándose las estimaciones de su internación por la contabilización en piezas o individuos,¹⁵ la unión de las coronas española y portuguesa desde 1580 y hasta 1640 y muy especialmente por el contrabando. Entre 1595 y 1600, llegaron de Buenos Aires a Córdoba y desde allí reexportados, 1095 negros y, en los tres años siguientes, 3291. Desde entonces y hasta 1605, llegaron y fueron internados 1628 esclavos.¹⁶ Otra estimación de su internación destaca que más de mil piezas legales en el período inicial hasta mediados del siglo XVII lo que puede observarse es comparativamente muy bajo. Se agregan en la década de 1640, 2461 internados provenientes de Brasil.¹⁷ A partir del Libro de Fianzas se calculan entre 1780 y 1800 una internación de 8994 con una demanda creciente desde Lima.¹⁸

En la transición del siglo S XVIII al XIX y ya iniciada la etapa censal las estimaciones arrojan porcentajes crecientes y solo en la ciudad de Buenos Aires la *inmigración forzosa* arroja entre 1740-1810 un ingreso de 45.000 individuos en el puerto aumentando proporcionalmente de 16,9 % (1744) a 28.4 % (1778) período en el que se registra el mayor crecimiento por inmigración. Declinó en 1810 a un 27.7 %, y, en 1822 pasó a representar sólo un 26 %. Hacia 1836-38 la población negra y mulata se mantuvo en valores absolutos (4928) decreciendo en los porcentuales como se desprende de los estudios de los padrones y registros parroquiales de Buenos Aires.¹⁹

En el interior, camino obligado del puerto a Potosí que recibe esclavos también desde el Pacífico, aumentan asimismo las proporciones aproximadas de pobladores afrodescendientes ingresados desde los primeros tiempos. Entre las más numerosas las ciudades de noroeste presentan los porcentajes estimados más altos de población esclava y libre negro mulata: Catamarca (73%) Salta (67 %) Tucumán (64 %), Santiago

del Estero (54.13 %) y en tanto Córdoba (54%) y Buenos Aires se acercaba al 30 %.²⁰ Una intensa movilidad en el espacio de esta población caracteriza tanto al período colonial como al siglo XIX.

Entretanto y con el transcurrir del tiempo se desdibujan los afrodescendientes en las cifras censales desde 1830 apareciendo todavía en los censos de Buenos Aires de 1855 y 1887 los últimos registros. En este último representan el 1.8 % de la población reconocida como afrodescendiente considerándose que son en Buenos Aires 8005 lo que no resulta un nivel de contracción tan amplio considerando que con la inmigración ya ha crecido desmesuradamente la población. Los censos nacionales ya en tiempo de la inmigración masiva arrojan porcentajes nacionales ínfimos (0,01:1895) en relación a los siglos anteriores en razón de su disminución, y del aumento de la inmigración masiva.²¹

En una serie de cambios sociales y políticos que se perciben ya en el siglo XVIII que incluye el relajamiento de la jerarquización legal colonial, los afrodescendientes aún siendo libres cambiaron muy relativamente el espacio social que ocupaban y los prejuicios basados en el color y su antigua “condición”. Ellos fueron relevados como soldados para las sucesivas guerras desde siempre y especialmente desde las invasiones inglesas, participaron en el siglo XIX en la expansión de la frontera, las guerras por la independencia, hechos todos que, como ya manifestamos, producen la desaparición de hombres negros y mulatos y la consiguiente nueva desproporción de sexos. Al ritmo de los acontecimientos, de las nuevas ideas y de la influencia británica en el Atlántico se produjeron la declaración de libertad de Vientres (1813), la abolición de la trata (1839) y la de la esclavitud al dictarse la constitución nacional que legitimaba la conformación del Estado nacional (1853-1860) en el contexto de su inserción en la economía mundial y el inicio de las relaciones exteriores.²²

Disminución, desaparición, discriminación

La esclavitud rioplatense estuvo ligada, en el transcurso del siglo XIX, a procesos compartidos, en términos generales, con toda Hispanoamérica. Comparten diversas fundamentaciones para explicar la paulatina desaparición de esclavos y de afroamericanos en los censos y documentos del siglo XIX. En primer término porque estaban ligados en el período colonial al sistema de explotación al que fue sometida esta población que llegó forzada al país. Luego al hecho biológico del mestizaje y del *blanqueamiento*, proceso de integración iniciado asimismo en el período colonial y generado en nuestro caso por la desproporción en el ingreso por sexo a fines del siglo XVIII y comienzos del XIX. Por último, por su creciente participación en los ejércitos del conflictivo período independiente.²³

Por otra parte, el sistema de esclavitud estará unido al proceso ideológico político que dará al tema otra dimensión: tras siglos de vigencia, la desaparición de la esclavitud como sistema legal. Precisamente esta dimensión es la que conduce a la tardía vigencia del Código Negro (1789) regulando la vida de los esclavos, a la abolición de la trata y con el tiempo a la de la esclavitud. También conduce a raíz de las políticas aplicadas por el gobierno colonial y por el independiente en sus registros, a la desaparición de los esclavos en la documentación misma. Este proceso ha sido denominado de

invisibilización entendiéndose que esta no es sólo estadística sino también intencional a raíz de la falta de registro social de su existencia en el imaginario de nuestra sociedad.

La invisibilidad jurídica propia del período colonial había cambiado en virtud de los procesos de militarización que les otorgaba el status de soldado, en las disposiciones legales de libertad de Vientres que creaba la categoría de libertos (1813); en la manumisión creciente y la mayor cantidad de *hombres libres*, en el mestizaje y - como ya mencionamos - la abolición de la trata o comercialización de esclavos (1835); la abolición de la esclavitud al dictarse la constitución de 1850 aceptada por toda la nación en 1860. Quedaba la discriminación lisa y llana.

Los grupos étnicos adquirieron definitivamente su invisibilidad en 1840 al comenzar el aluvión inmigratorio - los primeros ingleses, franceses y vascos - de distribución desigual en todo el país, que colaboró también con las formas de discriminación ya fuese entre los inmigrantes adinerados que pugnan por integrarse a la elite como aquellos que integraron los sectores subalternos que compartirán con los primeros las formas de desprecio y además desplazarán a los hombres de color que quedan de otras épocas en las formas alternativas de subsistencia.

El espacio que adquirieron se concentró en la ruralización en las nuevas fronteras en expansión, la integración a los cuerpos de ejército y policía, los espacios de mensajería o personal de maestranza en las nuevas instituciones, y los espacios de servicio doméstico que nunca abandonaron. Las nuevas instituciones vinculadas a la minoridad, orfanatos, salud los tienen entre sus integrantes. En la necesidad de obtener su identidad aparecen los periódicos de negros y los centros culturales.²⁴

En el siglo XIX, al mismo tiempo que viajeros y pintores costumbristas dejaban registro de su existencia, la literatura nacional representaba figuras depreciadas de este grupo social. Es conocido que los grupos dirigentes de entonces priorizaban la desaparición de las *razas inferiores* de indios y afrodescendientes. En las políticas destinadas a la inmigración estas fueron desechadas desde 1820 adoptándose desde entonces una política de europeización y desmemoria de la configuración colonial de la sociedad, justificada en una barbarie que obstaculiza el progreso.²⁵

Los discursos nacionales surgidos en el proceso de construcción de la nación fueron moldeando el imaginario de los argentinos sobre el pasado del país fundado en una memoria dominada por el ideal de una población blanca, europea. Héroes militares de las guerras de la independencia o miembros de las élites urbanas republicanas, fueron adoptados como símbolos de la identidad nacional y representantes de una argentinidad que perdura. El concepto *hegemonal* de argentinidad construye una alteridad que difiere desde la exclusión de los grupos de los restantes argentinos.²⁶

La historiografía sobre la inmigración y la demografía histórica centran sus debates en torno a los conceptos de crisol y pluralismo en la transición de la sociedad tradicional a la moderna y en la incidencia del proceso inmigratorio en la sociedad y economía argentina. La historia social introdujo nuevas cuestiones a su estudio buscando modalidades y diferencias entre los diferentes grupos de inmigrantes, matrimonios, pautas de residencia, movilidad social, asociación de colectividades y su relación con la sociedad argentina. Entretanto la historia política se preocupó por la identidad y los

mecanismos informales de la participación política de los inmigrantes. En ambas líneas de análisis se filtrará el tema de la identidad étnica y de clase que explicaría el comportamiento del movimiento obrero. El balance apunta a la necesidad de la definición de los diferentes grados de relación en términos comparativos señalándose la ausencia de análisis de las escalas de prestigio, los prejuicios y las formas latentes o concretas de xenofobia y la movilidad espacial todos visibles particularmente en las fuentes cualitativas.²⁷

Los estudios sobre inmigración marcan diferentes períodos y secuencias de mayor y menor intensidad en el ingreso de extranjeros desde la inmigración temprana desde 1830 hasta 1852 y en algunos casos hasta 1870 y, serán contabilizados efectivamente, desde 1857. El censo de 1869 arrojó un 16 % de extranjeros en el país; el período subsiguiente en el que se propicia su introducción desde el Estado, el censo arrojó en 1895 el 25 %. En otro tipo de análisis se calcula desde la medición de la tasa anual de crecimiento la importancia o peso de la inmigración extranjera en el crecimiento de la población en dos períodos en lo que aquí nos interesa: 1830-1894, el 25.2 %o y en 1895-1914 el 21.4 %o.²⁸

Es nuestro objetivo recordar aquí la existencia en estos períodos de lo que se denominan las políticas y prácticas selectivas hacia la inmigración que incluyen etapas de una política de libre inmigración con controles sanitarios moderados; una inmigración asistida o subsidiada y seleccionada y una política de inmigración flexibilizada hacia fines del siglo XIX y comienzos del siglo XX. Esta última es la que nos interesa y que comenzó a destacarse en la década de los noventa del siglo pasado en la historiografía.²⁹ El proceso de desarrollo y de expansión de la frontera agrícola ganadera promovió la construcción de la infraestructura de transportes y puertos para la exportación. La necesidad de mano de obra y el ingreso disminuido de inmigrantes durante la crisis de 1890 generó la preocupación de los gobiernos que se dispusieron a modificar las políticas públicas y promovieron el proceso de la inmigración masiva – extranjera y limítrofe- que cambió la estructura de la sociedad.

Las polémicas centradas en el prototipo del inmigrante deseado intentaban *mejorar* a la población existente y reducían a las poblaciones de anglosajones, franceses e italianos del norte como las fuentes ideales de inmigración. El patrón de las políticas inmigratorias deseadas ya se había alterado a fines del siglo XIX y hasta 1925 entraron en pequeños o grandes grupos los inmigrantes *no deseados* o exóticos. Algunos de ellos eran sirio libaneses, maronitas, judíos rusos, musulmanes, ortodoxos. Entre ellos estaban los africanos marroquíes y los caboverdianos que llegaron en diferentes oleadas de inmigración desde fines del siglo, 1895 XIX y hasta 1946. Los censos de 1895 y de 1914 remiten a población africana sin discernir si son inmigrantes recientes, antiguos esclavos o provenientes de la inmigración de los países limítrofes. Ingresaron además tanto legalmente denominándose estos portugueses como en forma clandestina como tripulantes de barcos y otras modalidades. El relevamiento realizado arroja 4000 personas de este origen residente en Dock sud, Ensenada y La Plata.³⁰

Desde los noventa una antropóloga y una historiadora entre otros posteriores han estudiado este grupo inmigratorio. Centrada la primera en la cuestión de la invisibilidad

del grupo comenzó relevando la población, comparó las estrategias y modos de inserción de los caboverdianos en diversos espacios y trabajó con las asociaciones de la comunidad caboverdiana a través del análisis de la documentación y entrevistas a viejos informantes en el orden local relacionándose con los estudiosos de las experiencias de este grupo en otros lugares del mundo.³¹ Por su parte, la segunda manifiesta su interés en los caboverdianos como objeto de estudio desde la perspectiva desde la cual las migraciones caboverdianas a la Argentina realizan “un largo recorrido identitario ya que los procesos migratorios conllevan construcciones y reconstrucciones identitarias en las que confluyen los bagajes culturales y las coyunturas de los contextos de origen y de recepción”. Agrega además que “en tiempos coloniales y poscoloniales se ven teñidos por una ideología que ha trascendido fronteras, creando verdaderas gradaciones de pueblos y de seres humanos. Estima que es necesario ser cuidadoso

“al abordar las migraciones desde el archipiélago africano de Cabo Verde a la Argentina, ya que se iniciaron en un territorio colonizado para dirigirse hacia otro, cercano a la celebración de su primer siglo de independencia, pero abiertamente embarcado en un proyecto europeísta e insertos ambos en un marco de poder fuertemente racializado”.³²

Destaco aquí que salvo en los casos de los congresos y publicaciones específicas de quienes se dedican al tema, los trabajos vinculados a este grupo de inmigrantes como aquellos vinculados a otros grupos no deseados desarrollados ya hace tiempo por diferentes autores, no están muy presentes en términos generales en la historiografía que encara en forma global el tema de la inmigración. Del mismo modo no parecen haber dejado testimonios ni tampoco influencias artísticas a pesar de haberse destacado algunos en la platería y los retablos del XVIII según la historiografía sobre esa temática. Tampoco los afrodescendientes son registrados en las historias de la vida privada, salvo en un solo trabajo en el período colonial, pero no en el mismo período de inmigración los afrodescendientes que todavía estaban, los que inmigraron de países limítrofes ni los caboverdianos.

Recuperando la visibilidad

La presencia y participación de afrodescendientes en actos académicos, públicos y culturales es desde hace ya muchos años una realidad en Argentina y en todos los países hispanoamericanos. Los resultados son evidentes y reforzados actualmente por la presencia de una nueva y creciente oleada de inmigración africana. Uno y otro hecho agitan hoy las conciencias de la población menos informada.

Una de las representantes de estos grupos entre otras actividades ha dejado escritos en su participación en jornadas que definen sus objetivos. Extiende hasta el período colonial la búsqueda de reconocimiento de los aportes de los entonces esclavizados, considera asimismo el aporte de la inmigración caboverdiana, el proceso de invisibilización y fundamentalmente el de la discriminación que experimentan convocando a la transformación del grupo en interlocutores válidos para el Estado.³³

Analizando las formas en que la alteridad cultural se articula con las formas de la política, se ha considerado que en un proceso iniciado en el siglo XXI, los cambios

globales vinculados al multiculturalismo agregan otra forma de ir contra el proyecto de nación con un imaginario homogéneo que impidió la percepción de la heterogeneidad existente. La creación en 1995 del Instituto Nacional contra la Discriminación, la Xenofobia y el Racismo (INADI) comienza a generar a partir de la III Conferencia Mundial de Durban en 2001 el hecho de que el tema de los afrodescendientes ingrese en la agenda del Estado. Surge de ello un Plan nacional contra la Discriminación (2003-2004), se crea el Foro de afrodescendientes (2006) dependientes de INADI y la formación de la Comisión de Afrodescendientes y Africanos del Consejo Consultivo de la Sociedad Civil en la Cancillería Argentina. (2008), la conformación del Consejo Nacional de organizaciones afro CONAFRO (2010) y las Naciones Unidas dio un respaldo efectivo al declarar el año internacional de las afrodescendientes el 2011. En todos ellos fue activa la participación de los diferentes grupos de afrodescendientes.³⁴

Desde la última década del siglo XX ingresaron al país grupos de Senegal Mauritania, Liberia, Sierra Leona y Malí así como procedentes del Caribe registradas específicamente en el último censo de 2010.³⁵ Crisis económicas impulsaron la migración africana hacia diferentes lugares y a lo sumo conocemos sus referencias nacionales y desde nuestras percepciones culturales lo que obstaculiza las políticas de inserción.³⁶ La visualización de los grupos afrodescendientes y de los nuevos inmigrantes africanos por parte de la sociedad y del Estado se va imponiendo necesariamente en lo cotidiano y en su estudio.

Hemos tratado de fundamentar durante mucho tiempo la indudable presencia africana en la sociedad colonial y la capacidad de estos inmigrantes forzados no sólo para sobrevivir a sus propias experiencias de vida sino para generar sus propios destinos personales. Hemos demostrado como, al insertarse en la sociedad de entonces y aún legalmente desde la marginación, fueron agentes activos en la construcción de aquella sociedad y por consiguiente del país. No descarto como es usual los tiempos coloniales en dicho esfuerzo cuando es también un lugar común el pensar que el país fue sólo el resultado del trabajo de los inmigrantes, aquellos que “descendieron de los barcos” y vinieron motivados por el proceso de expansión y desarrollo que vivía. Reviso aquí la historiografía para promover la concientización que está en curso de la presencia y participación de los no deseados, los exóticos que son también argentinos.

Notas e referências

¹ Giovanni LEVI, “Reciprocidad mediterránea”, *Hispania*, LX, número 204, 2000.

² La esclavitud y la servidumbre habían surgido alternándose en diferentes sistemas sociales, contextos y procesos históricos como métodos coercitivos de obtención de mano de obra sin salario. Vistos como formas extraeconómicas se impusieron por ley definiéndose como sistemas de producción alternativa en la que se legitimaba la explotación de un sector dominante sobre otro basado en la inexistencia del salario y en una relación por la cual amos y señores hacían uso de la propiedad de otro individuo integrante (siervos) o incorporado a la sociedad (inmigración forzosa de esclavos). La relación entre dominantes y dominados, amos y esclavo, señor y siervo, dejaba siempre un espacio de negociación en el que cualquier cambio se producía respetando la costumbre, es decir, consagrando el statu quo, en nuestro caso, el sistema de esclavitud. M.L BUSH (ed). *Serfdom & Slavery: Studies in legal bondage*, London and New York, Longman, 1996. La creatividad de los esclavos y este margen de acción en su relación con los amos nos han interesado particularmente.

- ³ Eduardo SAGUIER, “La naturaleza estependiaria de la esclavitud urbana colonial. El caso de Buenos Aires en el siglo XVIII”, *Revista Paraguaya de Sociología*, Año 26, N° 74, Enero-abril 1989, pág.45 a 46.
- ⁴ Manuel Lucena SALMORAL. *Los códigos negros de la América Española*, Alcalá, Unesco-Universidad de Alcalá 1996.
- ⁵ Michel VOVELLE, *Ideologías y mentalidades*, Barcelona, Ariel. 1985.
- ⁶ Liliana CRESPI, “Utilización de mano de obra esclava en áreas mineras y subsidiarias. Apuntes sobre su comercio y distribución desde el puerto de Buenos Aires (siglos XVII y XVIII)”, Dina V. PICOTTI (Comp.), *El negro en la Argentina*. Presencia y negación, Buenos Aires, Editores de América Latina, 2001, pp. 127-1612.
- ⁷ Martín L. E. WASSERMAN, “Esclavos desaparecidos. La invisibilización jurídica de los hombres y mujeres comercializados durante el temprano siglo XVII en Buenos Aires”, *Actas de las Segundas Jornadas de Estudios Afrolatinoamericanos del GEALA*, Buenos Aires, Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. Emilio Ravignani”, UBA, 2011, pp. 817-822.
- ⁸ Elaborado por Elena F. S. de STUDER, *La trata de Negros en el Río de la Plata durante el siglo XVIII*, Buenos Aires, Departamento Editorial de la Universidad de Buenos Aires, 1958, cuadro 1 p 102. Sobre datos del Registro Estadístico de Manuel Trelles.
- ⁹ Elaborado por Liliana CRESPI, “Utilización de mano de obra esclava en...”, cit., pp. 142-143.
- ¹⁰ Miguel Ángel ROSAL, “El comercio de esclavos en la ciudad de Buenos Aires a principios del siglo XVII”, *Anuario del Centro de Estudios Históricos “Prof. Carlos S. A. Segreti”*, N° 10, Córdoba, 2012; “Modalidades del comercio de esclavos en Buenos Aires durante el período 1610-1619”, Aceptado en *Revista Andes*, Salta 2012 y “Modalidades del comercio de esclavos en Buenos Aires durante la tercera década del siglo XVII”, *Revista Digital Estudios Históricos*, año III, n° 7, Rivera, Centro de Documentación Histórica
- del Río de la Plata “Prof. Dr. Walter Rela” - CDHRP, octubre, en <http://www.estudioshistoricos.org/edicion7/eh0706.pdf> . Miguel Ángel ROSAL, *Africanos y afrodescendientes en Buenos Aires* (primera de mitad del XVII). Agradezco al autor me facilitara la versión en prensa.
- ¹¹ Liliana M. CRESPI, “Contrabando de esclavos en el puerto de Buenos Aires durante el siglo XVII. Complicidad de los funcionarios reales”, *Desmemoria*, Revista de Historia, Buenos Aires, núm. 26, 2000, p. 126. Nos recuerda que en 1616 Hernandarias, en su segundo mandato como gobernador, dispuso la obligatoriedad del registro ante escribano de las compraventas de esclavos.
- ¹² Zacarías MOUTOKIAS, *Contrabando y control colonial en el siglo XVII. Buenos Aires, el Atlántico y el espacio peruano*, Buenos Aires, CEAL, 1988, p. 65.
- ¹³ Elena F. S. de STUDER, *La trata de Negros en el Río de la Plata durante el siglo XVIII*, Buenos Aires, Departamento Editorial de la Universidad de Buenos Aires, 1958, pp. 57-61; Fernando JUMAR, *Le Commerce atlantique au Río de la Plata 1680-1778*, Paris, Tesis de doctorado, École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2000. El contrato francés introdujo 3.000 esclavos, y el inglés 14.000 esclavos. No conocemos el número de esclavos introducidos por los portugueses de Colonia.
- ¹⁴ Alex BORUCKI, *El tráfico de esclavos en el Virreinato del Río de la Plata, 1777-1812*. Redes trans-imperiales y guerra atlántica, p. 2. Agradezco al autor su envío previo a su publicación.
- ¹⁵ Miguel Ángel ROSAL, *Africanos y afrodescendientes en Buenos Aires* (primera de mitad del XVII), cit., versión en prensa aclara el concepto de pieza: “A principios del siglo, en Buenos Aires, y tal como se asienta en la fuente estudiada -las *Escribanías Antiguas*-, una “pieza de esclavo” equivalía a un esclavo, independientemente de su sexo, edad y condiciones físicas. Recién durante la tercera década de la centuria se empezó a hacer una diferenciación entre “pieza” y “cría”. Studer, sin embargo, señala que el término *pieza de Indias* se aplicó, en un principio a esclavos en buenas condiciones físicas (es decir que no estaban enfermos, no sufrían raquitismo o deformaciones, ni falta de miembros, dientes u ojos), tenían de 15 a 30 años de edad y al menos 7 *palmas* -cada palmo unos 21 centímetros- de altura. Y agrega que para el siglo XVIII la pieza “se convirtió en una especie de patrón imaginario”, existiendo en los cargamentos significativas diferencias entre el número de esclavos (*cabezas*) y la cantidad de *piezas*. Elena F. S. de Studer, *La trata de negros en el Río de la Plata durante el siglo XVIII*, 2ª ed., Buenos Aires, Libros de Hispanoamérica, 1984, pp. 327-328.

- ¹⁶ Marta B. GOLDBERG, “La esclavitud negra desde la esclavitud hasta los afrodescendientes actuales”. En *Historia de la provincia de Buenos Aires*, Tomo I Población, ambiente y territorio, Hernán Otero Dir. Buenos Aires, Unipe, edhasa 2012, pp279-308 , p.282.
- ¹⁷ Miguel Ángel ROSAL, Africanos y afrodescendientes en Buenos Aires (primera de mitad del XVII), cit., versión en prensa. Señala que Elena STUDER indica que hacia 1640 fueron importados 2.461 esclavos (108 con licencia, 1.637 de comiso y 716 manifestados) desde la costa de Brasil, mientras que Crespi consigna guarismos un tanto más bajos: 2.179 cabezas según el análisis que realiza de diversas fuentes del AGN.
- ¹⁸ Liliana CRESPI, “Utilización de mano de obra esclava, cit., pp. 152-153.
- ¹⁹ Marta GOLDBERG, “La población negra y mulata de la ciudad de Buenos Aires, 1810-1840, *Desarrollo Económico*, vol.16, N° 61, Buenos Aires, 1976; Marta GOLDBERG y Silvia mallo, “Esclavos y libres en la ciudad y la campaña rioplatense. Formas de vida y de subsistencia. *Temas de África y Asia* n° 2, Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras, UBA, 1993.
- ²⁰ María Florencia GUZMAN, “Los mulatos mestizos en la jurisdicción riojana a fines del siglo XVIII”, *Temas de África y Asia* n° 2. Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras, UBA, 1993.
- ²¹ Marta B. GOLDBERG, “La esclavitud negra...,” cit., *Historia de la provincia de Buenos Aires*. Tomo I Población, ambiente... cit., p. 303.
- ²² Silvia MALLO, “Entre la manumisión y la abolición en el Río de la Plata. 1785-1850”, *Revista del CESLA*, Centro de estudios Latinoamericanos, Universidad de Varsovia, Warszawa, 2005. Pp. 187-196.
- ²³ Marta GOLDBERG, “La población negra y mulata de la ciudad de Buenos Aires, 1810-1840”, *Desarrollo Económico*, vol.16, cit.
- ²⁴ Lea GELLER, , “Guardianes del progreso. Los periódicos afroporteños entre 1873 t 1882”, *Anuario de Estudios Americanos*, Sevilla, Escuela de Estudios Hispanoamericanos, CSIC, 2008, vol. 65, n° 1 pp. 199-286. *¿Otros argentinos? Afrodescendientes porteños: homogeneidad y diversidad en la construcción nacional argentina entre 1873 y 1882*. Universidad de Barcelona, 2008.
- ²⁵ Marta B. GOLDBERG, “La esclavitud negra. ...”, cit., *Historia de la provincia de Buenos Aires*, Tomo I- Población, ambiente, cit., pp. 279-307.
- ²⁶ Astrid WINDUS, “El afroporteño en la historiografía argentina. Algunas consideraciones críticas”, *Trabajos y Comunicaciones*, 2ª época, La Plata, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad Nacional de La Plata, pp 9-41, *Afroargentinos, identidad y nación: El discurso afroargentino de identidad en el Buenos Aires del siglo XIX*, Tesis doctoral, Universidad de Hamburgo, Alemania. Inédita.
- ²⁷ Fernando DEVOTO y Hernán OTERO, “Veinte años después. Una lectura sobre el Crisol de Razas. El pluralismo cultural y la historia nacional en la historiografía argentina”, *Estudios migratorios latinoamericanos*, Buenos Aires, Centro de Estudios Migratorios Latinoamericanos (CEMLA) Año 17, n° 50 abril, 2003, pp181-226.
- ²⁸ Fernando J. DEVOTO, *Historia de la inmigración en la Argentina*, Con un apéndice sobre la inmigración limítrofe, Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 2003; Fernando J. DEVOTO, “La inmigración”, Academia Nacional de la Historia. *Nueva Historia de la Nación Argentina*. Tomo 4: La configuración de la República independiente: 1810-1914, Buenos Aires, Planeta, 2000, capítulo 2, pp. 77-107, Gladys MASSÉ, “El tamaño y el crecimiento de la población desde la conquista hasta 1870”, *Historia de la provincia de Buenos Aires*, Tomo I - Población, ambiente y territorio; Hernán OTERO (dir.), Buenos Aires, Unipe – edhasa, 2012, pp. 143-173; Mariela CEVA, “El ciclo de la inmigración”, Hernán OTERO (dir.), *Historia de la provincia de Buenos Aires*, Tomo I - Población, ambiente y territorio, Buenos Aires, Unipe- edhasa, 2012, pp. 309-336; Alfredo E. LATTES y ANDRADA, “La población entre 1870 y 2000. Una dinámica demográfica diferente”, Hernán OTERO, (dir.), *Historia de la provincia de Buenos Aires*, Tomo I - Población, ambiente y territorio, cit., pp. 175-2009.
- ²⁹ Jorge Omar BESTENE, Discurso y política migratoria en la Argentina de la gran inmigración. Juan E. Alsina y los inmigrantes “turcos”, *Temas de Asia y África 2.*, Africanos y mediorientales en América, Siglos XVIII-XX Buenos Aires, Sección de Estudios de Asia y África, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, 1993, pp.171-187.
- ³⁰ GOLDBERG, Marta B. “La esclavitud negra ... ob. cit.”. En *Historia de la provincia de Buenos Aires*. Tomo I Población, ambiente...ob. cit. pp. 279-307, p 303

-
- ³¹ Marta MAFFIA, *La enseñanza y la investigación sobre África y Afroamérica en la Universidad Nacional de La Plata*, La Plata, Facultad de Ciencias Naturales, Universidad Nacional de La Plata, 2008.
- ³² Luciana CONTARINO SPARTA, *Mitos Históricos Cruzados*. Las migraciones caboverdianas a la Argentina y su largo recorrido identitario, Aufl. Ediciones Académicas Españolas, 2011; "Africanos en la Argentina: una visibilidad compleja", *Actas XIII Congreso Internacional de la Asociación Latinoamericana de Estudios de Asia y África* ALADAA, Experiencias migratorias asiáticas y africanas a países latinoamericanos.
- ³³ Miriam GÓMEZ, "Apuntes para una historia de las instituciones negras en la Argentina", Dina PICOTTI (Comp.), *El negro en la Argentina. Presencia y negación...*, cit., pp. 401-428; Miriam GÓMEZ, "La diáspora africana en la Argentina", Marisa PINEAU, editora *La Ruta del Esclavo en el Río de la Plata. Aportes para el diálogo intercultural*, Caseros, Eduntref, Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2011, pp. 431-437.
- ³⁴ Florencia GUZMAN y Lea GELER (eds), *Cartografías afrolatinoamericanas*. Perspectivas situadas para análisis transfronterizos, Buenos Aires, Editorial Biblos, Investigaciones y ensayos, 2013.
- ³⁵ Marta B. GOLDBERG, "La esclavitud negra ...", cit., *Historia de la provincia de Buenos Aires*, Tomo I - Población, ambiente..., cit., pp. 279-307, p 304.
- ³⁶ Luciana CONTARINO SPARTA, "Más allá de la sociedad receptora: reflexiones sobre los migrantes africanos y su complejidad cultural originaria", *Revista de Historia*, No 12, Neuquén, Universidad del Comahue, 2011.

Ideas y visiones de la inmigración española en la Argentina (1946-1965)

*Nadia Andrea de Christóforis**

Introducción

Luego de la disminución registrada entre 1936 y 1945, la emigración peninsular hacia el exterior se revitalizó, alcanzando las magnitudes que poseía antes del desencadenamiento de la Guerra Civil.¹ Las principales regiones emigratorias españolas fueron Galicia, Canarias y Cataluña (en orden decreciente). Galicia presentó además la tasa de emigración más elevada, en comparación con el resto de las regiones.²

Entre 1946 y 1960 los principales destinos latinoamericanos de estas corrientes fueron Argentina y Venezuela, y los secundarios, Brasil y Uruguay. El primer país absorbió a cuatro de cada diez españoles en la mencionada etapa, y el segundo, a tres. Argentina mantuvo el primer lugar como país receptor de la inmigración española dentro de América Latina, tal como había ocurrido en los años previos al inicio de la Guerra Civil. En cambio, Venezuela, que era un destino periférico entonces, cobró un importante protagonismo luego de la Segunda Guerra Mundial, debido al crecimiento económico que experimentó por la exportación de hidrocarburos.³

La emigración española hacia la Argentina creció hasta alcanzar un punto álgido en el año 1950 (ver el Gráfico 1 en el Anexo), para luego declinar progresivamente, aunque con notorios altibajos.⁴ A lo largo de la década de 1960 el país sudamericano fue perdiendo atractivo como ámbito de destino de las corrientes peninsulares, las cuales comenzaron a reorientarse preponderantemente hacia el Continente Europeo.

Desde el punto de vista de la sociedad argentina, la llegada de los inmigrantes españoles tras el fin de la Segunda Guerra Mundial se produjo en un contexto de recuperación progresiva de los flujos europeos en general, que habían disminuído

* Universidad de Buenos Aires – Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (Centro de Estudios Sociales de América Latina), Argentina. Profesora de la UBA – Investigadora adjunta de CONICET.

notablemente en la década de 1930.⁵ Aunque esta reactivación de las corrientes provenientes del Viejo Continente no alcanzó las dimensiones de las del período masivo,⁶ tuvo una importancia relevante, como parte de la estrategia de desarrollo económico y social puesta en marcha por el primer gobierno de Juan D. Perón (1946-1952).

A partir de la llegada del peronismo al poder, la Argentina comenzó a favorecer abiertamente la inmigración de españoles (y también italianos). La atracción de los primeros se sustentó en ideas migratorias específicas y se plasmó en el Acuerdo de Migración Franco-Perón de 1948. Las políticas proclives a la llegada de peninsulares se mantuvieron hasta comienzos de la década del sesenta, reforzándose incluso en esta última coyuntura, con la firma de un nuevo convenio de migración (el de Franco-Frondizi, de 1960). Si bien las premisas y consecuencias del primer acuerdo han sido bastante analizadas,⁷ las características del segundo aún no han sido suficientemente indagadas. De allí que en esta ponencia nos proponemos examinar los principios rectores de dicho convenio, en el contexto de las políticas migratorias más globales, sustentadas por el Estado argentino y español. En este sentido, nos interesará reconocer las continuidades y novedades planteadas en los dos acuerdos de migración mencionados, deteniéndonos especialmente en la puesta en marcha del segundo, es decir, en sus resultados concretos.

Sabido es que a fines de la década del cincuenta tanto el Estado peninsular como el argentino promovieron políticas de selección y regulación de las corrientes migratorias, que condujeron a la intervención de numerosos organismos nacionales e internacionales, encargados de encauzar los flujos humanos. Trataremos de evaluar en qué medida dichas ideas se llevaron a la práctica, en el caso de unas corrientes inmigratorias de larga tradición en la Argentina. Para ello, nos basaremos fundamentalmente en documentación oficial, como la que resguarda el Archivo del Ministerio de Asuntos Exteriores y el Archivo General de la Administración (España). También emplearemos fuentes secundarias, como memorias y boletines públicos, o libros y discursos elaborados por funcionarios españoles y argentinos de la época.

Las políticas migratorias del franquismo y del peronismo entre 1946 y 1956

En el caso español, la recuperación de las corrientes emigratorias a partir del fin de la Segunda Guerra Mundial, impulsó al gobierno a restablecer la Ley de emigración de 1924. Esta última había prescripto la facultad de todo peninsular de emigrar, asignando al Estado un rol tutelar y fiscalizador sobre los flujos, que involucraba la aplicación de limitaciones y garantías al derecho de emigrar.⁸ La puesta en vigencia de la citada normativa otorgó al Ministerio de Trabajo la responsabilidad de elaborar una política oficial en materia de emigración, al tiempo que insertó la cuestión de la movilidad espacial humana en el marco de las políticas sociales, alejándola de su vinculación con el control policial de fronteras.

A partir de 1946, y en función del accionar de los miembros del Departamento de Emigración del mencionado Ministerio, se fue modelando una imagen negativa del emigrante, como un sujeto ignorante e ingenuo que quedaba expuesto a los abusos y

explotación de los reclutadores (ganchos) o de las compañías navieras y aeronáuticas.⁹ Hasta su aspecto físico formaba parte de esa concepción pesimista. Según el Director del Departamento de Emigración del Ministerio de Trabajo, Mariano González-Rothvoss y Gil: “La simple presencia física de los emigrantes, su magro equipaje, su rusticidad y a veces hasta su compostura y aseo personal, denuncian al que emigra [...]”.¹⁰

En vistas del elevado grado de vulnerabilidad que parecían presentar los que deseaban partir del país, el Estado español se veía obligado a intervenir en los procesos emigratorios. Esta intervención estaba encaminada a proteger y asistir a los que abandonaban el territorio nacional y debía comenzar en el momento previo al embarque, extendiéndose hasta el posible retorno de los expatriados. El dirigismo estatal debía orientarse a planificar, seleccionar y canalizar el flujo peninsular, conforme a las necesidades del país.¹¹ En este sentido, el Estado español debía condicionar la composición de las corrientes, privilegiando la salida de los desempleados, para descomprimir las presiones que existían sobre el mercado laboral, en un contexto de implementación de políticas autárquicas que no satisfacían los requerimientos de empleo de la población. Además, las salidas selectivas se justificaban por las estrechas relaciones culturales e históricas que habían unido a España con los países latinoamericanos y por el imperativo de seguir perpetuando la presencia hispánica en esos territorios unidos por vínculos de *sangre*.

El problema que se generaba era cómo compatibilizar las necesidades de los potenciales países de destino (como los latinoamericanos), que demandaban técnicos y mano de obra especializada, con las del mercado laboral de España, que justamente necesitaba ese tipo de trabajadores. Ello generaba tensiones, como las desatadas cuando los consulados uruguayos en Bilbao y Gijón abrieron lista de inscripción de obreros de construcción, metalúrgicos y mineros, tareas que se tuvieron que suspender, por no estar autorizadas por las autoridades españolas.¹² En opinión de González-Rothvoss y Gil, nadie podía objetar “la licitud de poner limitaciones al derecho a emigrar de algunos obreros o técnicos especializados si ello puede producir la paralización de una industria, con el consiguiente paro de multitud de trabajadores no especializados”.¹³ En pocas palabras, en estos primeros años de la posguerra las políticas migratorias españolas eran ambiguas: si por un lado buscaban canalizar la emigración hacia el exterior, por otro lado, intentaban restringir la salida de la mano de obra más capacitada.

Estas ambivalencias quedaron reflejadas en el Convenio de Emigración suscrito con el gobierno argentino en octubre de 1948. Por una parte, en el artículo 1º se autorizaba la libre emigración de españoles a la Argentina (y la consecuente libertad de inmigración para los peninsulares, en el país austral), pero por otra parte, en el artículo 5º se otorgaban amplias facultades al gobierno español para decidir sobre la salida o no de las personas, y en caso de autorizárseles la partida, se establecía la obligación, por parte de las autoridades argentinas, de aceptar su ingreso en el país:

Art. 5: Cuanto se refiere a las pruebas de competencia profesional, estado sanitario o cualquiera otra que los Gobiernos español y argentino consideren de

importancia, será resuelta en España antes que el emigrante abandone el territorio. Una vez autorizada la emigración de una persona, familia o grupo, no podrá ser rechazada su entrada al territorio de la República Argentina por cualquiera de las causas anteriormente apuntadas.¹⁴

En teoría, el Estado español era entonces el encargado de regular las corrientes hacia el exterior y seleccionar sus componentes. Esta tendencia fiscalizadora del Estado se mantuvo en los años siguientes,¹⁵ con el matiz de que la concepción negativa del emigrante y de la emigración fue cambiando hasta adquirir connotaciones positivas.

Desde el punto de vista de las políticas inmigratorias peronistas, y en lo atinente a la procedencia étnica de los recién llegados, los grupos privilegiados fueron los españoles e italianos. De allí que en 1946 las dos únicas sedes de la Delegación Argentina de Inmigración en Europa se instalaran en Italia y España. Los españoles en particular no sólo eran bien ponderados por sus creencias católicas, su afinidad idiomática y su proximidad cultural, sino también, por su importancia originaria en la “formación del tipo humano argentino, por haber sido tronco del linaje de la familia argentina”.¹⁶ En palabras de Santiago Peralta, Director de Inmigración y del Instituto Étnico Nacional: la inmigración española no podía “ser clasificada como extraña, sino como propia, como cosa interna, sangre del mismo cuerpo”.¹⁷ Tomando en consideración el conjunto de la inmigración europea arribada a la Argentina en la segunda posguerra, resulta fácil advertir que los italianos constituyeron el principal grupo inmigratorio, seguido por los españoles.¹⁸ Pero el protagonismo de estas corrientes mediterráneas no respondió necesariamente a las políticas migratorias del peronismo, sino a un conjunto variado de motivaciones, entre las que se encontraban la tradicional afinidad entre Italia, España y la Argentina, como países expulsores y receptor de inmigración, respectivamente; o la presencia de familiares y paisanos de las dos primeras naciones, en el Río de la Plata, capaces de alentar y favorecer el traslado transoceánico de sus congéneres, entre las más importantes.

Las innovaciones en las políticas migratorias españolas entre 1956 y 1965

A partir de la liberalización económica del régimen franquista, que se fue produciendo a lo largo de la década del cincuenta, empezó a cobrar fuerza la idea de que la emigración podía contribuir al desarrollo económico, no sólo amortiguando los efectos más negativos de los planes de estabilización (en especial, las elevadas tasas de desempleo), sino también estimulando el crecimiento, a través de la llegada de remesas, que significaban un importante aporte de divisas para la economía española.¹⁹

En esta coyuntura donde existía un importante consenso para fortalecer el papel del Estado en la canalización de la emigración española hacia el exterior, en función de objetivos de desarrollo más generales, algunos sectores del ala más liberal y modernizadora del régimen franquista y la Iglesia promovieron el surgimiento de un organismo estatal encargado de asumir el conjunto de competencias en materia de emigración, por fuera de la férula del Ministerio de Trabajo (al menos inicialmente). Por Ley de 17 de julio de 1956 fue creado el Instituto Español de Emigración (IEE), que

finalmente fue adscripto al Ministerio de Trabajo, a partir del 9 de mayo de 1958. Según lo establecido por la Ley de 1956, el IEE tenía la finalidad de realizar la política emigratoria del gobierno, promoviendo en cada momento las medidas necesarias y una acción tutelar en beneficio de los españoles que decidieran migrar. En este sentido, el IEE debía ocuparse de estudiar los problemas ligados a la emigración, asesorar al gobierno sobre las disposiciones a adoptarse en la materia, organizar los flujos colectivos y las repatriaciones, facilitar a los emigrantes la obtención de medios económicos e instrumentos de trabajo, intervenir en la contratación de pasajes, proporcionar gratuitamente la documentación necesaria para el traslado y asistir a los migrantes en su lugar de destino.²⁰

El IEE contaba con dos entidades colaboradoras para el desarrollo y ejecución de planes y programas migratorios: la Organización Sindical, en lo que se vinculaba a los emigrantes temporales y fronterizos, y la Comisión Católica Española de Migración (CCEM), en lo atinente a los procesos de reagrupación familiar. Estos últimos habían concitado la atención del gobierno desde tiempo atrás, cuando eran percibidos como el mejor mecanismo para estimular los flujos de españoles hacia el exterior. En efecto, ya desde 1948, momento en que se discutían las condiciones para la firma del Convenio de Emigración con la Argentina, surgieron dentro de las órbitas oficiales argumentos a favor de una emigración basada en el *llamado* de un emigrante establecido en ultramar, al resto de su familia o a sus paisanos. Las razones que se esgrimían en ese entonces para favorecer este tipo de corriente eran varias: el hecho de que los emigrantes trasladados en virtud de un llamado gozarían de libertad y de mejores informaciones para buscar un trabajo, dentro de la sociedad de destino (evitando caer en manos de empleadores especuladores, como los que podían actuar en el caso de la emigración contratada); la asistencia y ayuda que podían ofrecer los ya establecidos en ultramar, al recién llegado (favoreciendo una integración no traumática al ámbito de acogida); o el beneficio que supondría para el Estado español no tener que correr con los gastos de posibles repatriaciones, en la medida en que aquel que se desplazaba por el llamado de un pariente o conocido podía encontrar en estos últimos redes de contención para su inserción en la nueva sociedad.²¹

Los programas de reagrupación familiar puestos en marcha por el IEE tenían como finalidad declarada atender a imperativos económicos, morales, penales, de orden público y financiero. Se sostenía que el alejamiento del cabeza de familia de la tierra de origen, aún sobre la base de que el mismo enviara periódicamente remesas, repercutía en el equilibrio del presupuesto de la familia que quedaba en la península. Desde un punto de vista moral, se argumentaba que la separación relajaba los vínculos familiares, siendo frecuente el hecho de que los hombres solos en sus ámbitos de emigración contrajeran lazos ilegítimos, relegando u olvidando a su prole y esposa legítimas. También se creía que la desarticulación de la familia generaba problemas penales (prostitución, corrupción, criminalidad), de orden público (perturbación de la tranquilidad y difusión de doctrinas antisociales) y financieros (incremento de los gastos públicos en policía, beneficencia y prisiones).²² Además, a mediados de la década de 1950 la preocupación del gobierno por las repatriaciones de quienes habían partido

solos había crecido, desde el momento en que una ley del 18 de julio de 1956 responsabilizó al Estado español de la repatriación de los emigrantes que así lo demandaban, con el único requisito de que estos últimos demostraran que no poseían medios económicos para financiarse el viaje por sí mismos.²³

Los planes de reagrupación familiar estuvieron encaminados a revitalizar las corrientes humanas hacia Francia y hacia distintos países americanos. El programa relacionado con estos últimos logró un amplio alcance y se institucionalizó por un acuerdo entre el IEE y el Comité Intergubernamental para las Migraciones Europeas (CIME),²⁴ en 1956. Contó desde sus inicios con la colaboración de la CCEM, que a través de sus Delegaciones Diocesanas, quedó a cargo de localizar a las personas reclamadas, informarlas y orientarlas hasta el momento de su embarque. El espacio de acción privilegiado por la Iglesia, para llevar adelante estas tareas, fue la parroquia: en ella reclutaba a sus asistentes (en general, mujeres que ayudaban en la búsqueda de las personas reclamadas) y difundía su pastoral sobre la emigración.

Para la puesta en marcha del Programa de Reagrupación Familiar, la CCEM dispuso de sesenta y cuatro oficinas diocesanas, tres provinciales, ocho de asistencia en puertos de embarque y una Oficina Central en Madrid, todas ellas destinadas a preparar social y moralmente al emigrante que deseaba partir.²⁵ Además, unas 20.000 parroquias españolas prestaron su colaboración. Los curas párrocos fueron importantes en el desempeño de diversas tareas: la solución de problemas en la documentación necesaria para que el reclamado pudiera partir, la organización de la colecta anual que se llevaba a cabo en ocasión del *Día del Emigrante* o la información y asesoramiento a los potenciales migrantes, entre otras. También actuaron como intermediarios entre estos últimos y sus familiares en ultramar. En efecto, como afirmó María Emelina Martín Acosta, muchas veces las esposas de los emigrantes que se encontraban en situación crítica en su tierra natal, por la falta de recursos económicos, acudían al párroco, pidiéndole ayuda para localizar a su marido en ultramar. El cura escribía entonces a la oficina de la Comisión Episcopal de Madrid, informando del domicilio presuntivo del emigrado. En la Comisión consultaban las listas de los párrocos de las Diócesis americanas y enviaban una carta a aquel religioso que supuestamente estaba próximo al emigrado, con el fin de que lo visitara y lo convenciera de la necesidad de reagruparse con los suyos.²⁶

Sin embargo, y más allá de cómo se gestara el *llamado*, el Programa de Reagrupación Familiar suponía la sucesión de algunos pasos formales: el emigrante instalado en América reclamaba a su/s pariente/s en el Consulado español correspondiente (de manera espontánea, o impulsado por el cura de su parroquia de procedencia y/o resto de su familia, como acabamos de señalar). El Ministerio de Asuntos Exteriores de Madrid entregaba las cartas de llamada recibidas a la Oficina Central de la CCEM. Esta última trataba de conectarse con los reclamados, a través de las Delegaciones diocesanas y de las parroquias. El IEE, la Dirección General de Seguridad y las representaciones diplomáticas de los países americanos en España debían colaborar con la tramitación de la documentación, en especial, cuando la obtención de esta última se tornaba compleja, en el caso de las mujeres solas o con

menores, que se trasladaban por el llamado de sus maridos, padres u otros parientes. Una vez preparados para la partida, los reclamados debían ser conducidos al puerto, recibiendo la adecuada asistencia en lo referente al hospedaje y a los últimos trámites antes del inicio del viaje. Las listas de los embarcados eran enviadas por avión al puerto de destino, donde las Comisiones Católicas de Inmigración o los capellanes de emigrantes estaban responsabilizados de conducir a los recién llegados junto con sus familiares o conocidos, con el objeto de favorecer su adaptación dentro de la nueva sociedad.²⁷

Desde 1956 y hasta 1965 la CCEM colaboró con el reagrupamiento familiar de unos 67.498 españoles, que se dirigieron a los diferentes países americanos beneficiados con el programa (Venezuela, Brasil, Argentina, Uruguay, Colombia, Chile y Paraguay),²⁸ según las cantidades consignadas en el Cuadro 1 del Anexo. Como queda de manifiesto en este último, los destinos que recibieron más migrantes del Plan de Reagrupación Familiar, a lo largo de casi una década, fueron Venezuela y Brasil.²⁹ Ahora bien, resulta interesante señalar que los balances realizados en los primeros años de este programa indicaron que la Argentina fue inicialmente el principal espacio receptor de los embarcados (ver el Cuadro 2 del Anexo) lo que podría ser la expresión de un fenómeno de reagrupación familiar que contó en una primera etapa con un gran desarrollo en relación con el país sudamericano, para luego fortalecerse en naciones como Venezuela y Brasil, al compás de las variables condiciones económicas, sociales y políticas prevalecientes en cada una de ellas.

Hacia fines de la década del cincuenta, cuando la emigración española hacia el Continente Europeo había iniciado su expansión, el IEE tenía sólidas razones para estimular dichas corrientes: por un lado, el espontaneísmo que había caracterizado las migraciones ultramarinas parecía obstaculizar la puesta en marcha de una política franquista interesada en planificar y regular los flujos. El *llamado* de algún familiar o paisano seguía siendo el principal mecanismo de desplazamiento hacia los países americanos y ello contrastaba con las lógicas más impersonales y gubernamentales que primaban en los flujos que se dirigían al Viejo Continente, facilitando el control estatal sobre los mismos. Por otro lado, la emigración ultramarina venía atrayendo a emigrantes de una zona geográfica bastante restringida: la fachada atlántica (en especial, la región gallega), mientras que la emigración continental afectaba más indistintamente a todas las regiones y provincias de España, incluyendo a Andalucía o Extremadura, donde las salidas de personas podían descomprimir el problema del desempleo y las tensiones sociales. Por último, la emigración americana presentaba un carácter más *permanente* que la continental, esta última de índole más *temporaria*. El primer rasgo no era valorado positivamente por el gobierno franquista, dado que en la medida que el emigrante se establecía definitivamente del otro lado del Océano Atlántico, tendía a reducir o paralizar el envío de remesas a la península, las que constituían una fuente de ingreso muy importante para la economía española.³⁰

Sin embargo, y más allá de la creciente tendencia del IEE a favorecer el flujo continental, algunas motivaciones de índole histórica e ideológica lo condujeron a no desatender sus políticas migratorias con respecto a ultramar. Como han puesto de

relieve María José Fernández Vicente y Axel Kreienbrink, la *vocación americana* de España implicaba tener en consideración las necesidades de las *Repúblicas hermanas de América*. En virtud de esta premisa, el régimen franquista debía enviar al Continente Americano trabajadores calificados, para contribuir al desarrollo de la región, garantizar su presencia dentro de la misma, dinamizar y rejuvenecer la colonia peninsular allí instalada y consolidar un mercado exportador que acusaba síntomas de debilidad.³¹

La renovada preocupación por los destinos emigratorios ultramarinos condujo a la organización del II Congreso de la Emigración Española a Ultramar, que tuvo lugar entre el 3 y 12 de octubre de 1959 en distintas ciudades de Galicia. Contando con el patrocinio del IEE y del Instituto de Cultura Hispánica, este evento se llevó a cabo en vistas de conmemorar los cincuenta años de la realización del I Congreso de la Emigración Española a Ultramar, que se celebró en Santiago de Compostela en septiembre de 1909. En el II Congreso las ponencias oficiales trataron los siguientes temas: las causas y efectos de la emigración, las ventajas e inconvenientes de la misma, la preparación y orientación del emigrante, los Tratados de Emigración, la vinculación del emigrado con España, la seguridad social del emigrante y el caso de las corrientes gallegas en particular.³² El principio que inspiraba las discusiones, y que quedó plasmado en las exposiciones, era que la emigración constituía un derecho humano, que debía ejercerse libremente, pero bajo la férula del Estado, que debía brindar al emigrante información y medios para trasladarse e insertarse en la sociedad de acogida. A ello se agregaba una segunda presunción: debía evitarse por todos los medios que la emigración tuviera como causa la necesidad, mejorando las condiciones de vida de los habitantes de la península. En esta dirección, una vez más el Estado español debía responsabilizarse de llevar a cabo una política tendiente a elevar el nivel de vida de sus ciudadanos, contribuyendo a evitar las salidas de las personas forzadas por la pobreza.³³

En la ponencia sobre los Tratados de Emigración, presentada por el Sr. Gaspar Gómez de la Serna y Scardovi, se advertía que las migraciones que se producían a mediados del siglo XX eran diferentes de las que habían tenido lugar en el tránsito del siglo XIX al XX. Según el orador, las circunstancias de los nuevos tiempos exigían acuerdos de emigración entre los Estados emisores y receptores de las corrientes, que fueran capaces de canalizar, ordenar y tutelar los movimientos migratorios. Esos Tratados de Emigración debían complementarse con Convenios de Seguridad Social y con Tratados de doble nacionalidad (en el caso de la emigración hacia Latinoamérica) para garantizar los derechos laborales y políticos de los emigrantes. Estas conclusiones preconizaban la celebración de nuevos Tratados de Emigración con Brasil, Chile, Paraguay, Uruguay y Venezuela, al tiempo que impulsaban la revisión del antiguo Convenio Hispano Argentino sobre Emigración de 1948, al que ya aludimos anteriormente.³⁴

Las recomendaciones del II Congreso de la Emigración Española a Ultramar fueron recogidas en una nueva Ley migratoria española (la 93/1960, del 22 de diciembre, aprobada por el decreto 1000/1962, de 3 de mayo). En los considerandos de esta normativa se afirmaba que a partir de la creación del IEE se había iniciado una nueva orientación en la política emigratoria española. Anteriormente, las salidas de personas

eran concebidas como un fenómeno con efectos meramente negativos para el país de origen. Estas consecuencias no deseadas debían ser paliadas “adoptando medidas precautorias y mediante una cierta protección benéfica de angostos límites y concretada a favor del emigrante en los momentos de salida y de posible retorno”.³⁵ En cambio, a partir de mediados de la década de 1950, la emigración había pasado a ser un

“amplio campo de posibilidades abiertas ante la libertad del individuo y al propio tiempo, una fuente poderosa de vínculos y relaciones entre pueblos que puede proporcionar resultados beneficiosos [...] no sólo al que emigra y a sus familiares, sino en a los países de origen como de establecimiento”.³⁶

Estas mutaciones en el fenómeno migratorio y en sus interpretaciones eran clarificadas ampliamente por el Ministro de Trabajo, D. Fermín Sanz-Orrio, en su discurso de presentación de la Ley 93/1960, ante las Cortes Españolas:

“En época anterior la emigración no traspasaba la esfera de preocupaciones privadas. Siempre que se cumpliesen determinadas garantías de orden público y sanitario, los gobiernos se limitaban a vigilar éstas y a otorgar una limitada protección a los emigrantes necesitados. Hoy los Estados no pueden adoptar una actitud negativa; han de cuidar la situación y los movimientos de sus estructuras demográficas a través de una compleja acción en la que participan organismos tanto internacionales como nacionales, siguiendo orientaciones y normas de uno y otro ámbito, basadas en la defensa de la dignidad y libertad humanas y en la cooperación de los países en la tarea de procurar la mejor distribución de las poblaciones en consonancia con los recursos disponibles al objeto de lograr el pleno empleo de la fuerza laboral y la elevación del nivel general de vida.”³⁷

Tal como se había puesto de manifiesto en el II Congreso de la Emigración Española a ultramar, en la Ley 93/1960 se sostenía que la emigración era un derecho humano, “sin más limitaciones que las establecidas en las leyes y las derivadas de la protección al emigrante y de las altas conveniencias del interés nacional”.³⁸

Frente al hecho migratorio, la acción del Estado resultaba indeclinable, no sólo desde el punto de vista de la asistencia de las personas que debían ser amparadas espiritual y materialmente, sino también, desde una perspectiva más global, garantizando la correcta planificación de las salidas. La protección del emigrante por parte del Estado se jalonaba en diferentes etapas: debía iniciarse con su correcta información sobre las condiciones del viaje, la gestión de la documentación necesaria para su traslado y el otorgamiento de posibles créditos; debía continuarse durante el viaje del emigrante, especialmente, mediante la intervención oficial en la contratación del transporte; y tenía que prolongarse en el país de acogida, mediante el accionar de las Representaciones diplomáticas y consulares de España en el exterior, compuestas por funcionarios especializados, las Agregadurías Laborales y las asociaciones de emigrantes.³⁹

La intervención estatal en el proceso migratorio era competencia exclusiva del Ministerio de Trabajo, quien debía realizar su política a través del IEE. Este último

regularía las corrientes hacia el exterior mediante Convenios o Tratados con los países de recepción,⁴⁰ tal como se había anunciado en el II Congreso de la Emigración Española a Ultramar. Además, se debía privilegiar el sistema de operaciones emigratorias asistidas por el Estado, en detrimento de los flujos espontáneos, que si bien no se descartaban, quedaban en un segundo plano.⁴¹

La regulación de las corrientes peninsulares hacia la Argentina luego de mediados de la década de 1950

Ahora bien, en el contexto de las ideas y normativas migratorias españolas que reseñamos en el apartado anterior, ¿cuál era la situación concreta de las corrientes que se dirigían hacia la Argentina? ¿Cómo se venían desarrollando? ¿Cuáles eran los problemas más acuciantes en relación con las mismas, en especial, en lo vinculado con su integración en la sociedad sudamericana?

Los informes de inmigración española, del Embajador y del Cónsul General de España en Buenos Aires, dirigidos al Ministro de Asuntos Exteriores en Madrid, dan cuenta de las condiciones de las corrientes peninsulares a fines de la década de 1950. En ellos se advertía sobre el progresivo deterioro de la economía argentina, debido a los procesos inflacionarios y el aumento del costo de vida. Por ello se consideraba adecuado no fomentar indiscriminadamente la inmigración española en la Argentina, sino tan solo la colocación de posibles excedentes de mano de obra especializada.⁴² Ello coincidía con el criterio defendido desde la Dirección Nacional de Migraciones, de alentar la llegada de inmigrantes con determinadas profesiones y oficios, que hallarían inserción dentro de las industrias que se buscaban desarrollar dentro del país (en especial, la de tipo pesada).⁴³ Según el Cónsul General de Buenos Aires, Miguel de Lojendio, pese a la situación económica crítica general, en Argentina existía una demanda insatisfecha de trabajadores capacitados y además, el personal semicalificado de los países europeos o de España podría pasar por mano de obra especializada, dada las condiciones del mercado de trabajo local.⁴⁴

En cuanto a los mecanismos de traslado, el Embajador de España, José María Alfaro, afirmaba que la mayor parte de los inmigrantes españoles llegaban a la Argentina mediante la carta de llamada de un familiar ya radicado, realizándose la casi totalidad de estas reclamaciones a través de la Oficina del CIME en Buenos Aires.⁴⁵ En opinión de este funcionario, este sistema reportaba indudables ventajas al “reducir el importe del pasaje a costear por el propio emigrante, sin que ello suponga cargo para el Tesoro, ya que la aportación del Estado se costea con bonos de emigración. Asimismo, se asegura el llamado medios de subsistencia suficientes”.⁴⁶ En función de lo antedicho, el Cónsul General en Buenos Aires subrayaba que este tipo de inmigración individual y mediante llamada del peninsular ya asentado era la más indicada, no siendo recomendable el sistema de grupos colectivos de emigrantes, por razones de costo (no se podría esperar colaboración financiera por parte del Estado argentino en la coyuntura económica adversa imperante) y por los riesgos concomitantes (el peligro de que una gran mayoría del grupo inmigratorio estuviese conformado por personas con el único

propósito de realizar el viaje a la Argentina en condiciones más favorables, sin atenerse cabalmente a la normativa y políticas migratorias vigentes).⁴⁷

Hacia fines de 1956, un funcionario de la Embajada de España en Buenos Aires, que suscribía sólo como *Manolo*, había advertido al Ministerio de Asuntos Exteriores de Madrid, en una nota confidencial y secreta, sobre los aspectos y derivaciones negativas de las inmigraciones en grupo de peninsulares:

“Aunque no es necesario que te lo diga puesto que tu sabes más que yo en estas cosas, no te he de ocultar que las inmigraciones en grupo, tipo colonización agrícola, suelen ser algo peligrosas y que últimamente hemos “padecido” algún caso análogo aunque no en este país. Y me escama el proyecto de granja piloto en las cercanías de La Plata, pues si bien es una zona donde se pueden cultivar verduras con un mercado cercano, existen los restos de otra que en su tiempo se llamó Garibaldi y donde metieron a unas familias italianas que abandonaron aquellos territorios y dejaron simplemente la estatua de Garibaldi.”⁴⁸

Los preceptos plasmados en el Convenio de Migración Franco-Frondizi, suscripto el 8 de julio de 1960 entre España y Argentina, en parte se ajustaron y en parte se alejaron de las recomendaciones emanadas de los representantes del gobierno peninsular en el país sudamericano, antes señaladas.⁴⁹ Por un lado, las partes contratantes convenían en favorecer el establecimiento de técnicos y titulados españoles en la Argentina, es decir, trabajadores calificados, tal como había sostenido el Cónsul General de España en Buenos Aires.⁵⁰ Pero por otra parte, los mecanismos de traslado propiciados incluían variadas formas (no sólo la inmigración por carta de llamada y a través del CIME) y además, se enfatizaba la necesidad de fomentar la emigración planificada y asistida. Según el art. 8, del capítulo 1, del Título II:

“La emigración de españoles a la República Argentina podrá efectuarse por cualquiera de los siguientes procedimientos:

- a) Iniciativa espontánea,
- b) Carta de llamada de residentes en territorio argentino, formulada bien directamente o bajo la asistencia de un Organismo nacional o internacional,
- c) Contrato de trabajo individual y directo,
- d) Programas colectivos de Sociedades o Asociaciones de españoles residentes en la Argentina, aprobados por los Organismos competentes de emigración de las dos Altas Partes contratantes,
- e) Operaciones colectivas concertadas directamente entre los Organismos de emigración competentes de las dos Altas Partes contratantes.”⁵¹

Como vemos, los programas y operaciones colectivos, que no eran bien ponderados por los representantes del gobierno español en la Argentina, en este convenio eran tomados en consideración, bajo el supuesto de que posteriormente, un Acuerdo Administrativo complementario determinaría “los detalles de aplicación relativos al procedimiento de la emigración espontánea, por cartas de llamada, por contratos de trabajo y por operaciones colectivas organizadas”.⁵²

En líneas generales, el Convenio de Emigración entre España y Argentina implicaba el compromiso de ambos gobiernos de “permitir y facilitar la emigración y establecimiento de los súbditos españoles que deseen instalarse en el territorio argentino, al objeto de ocupar en él un empleo o para reunirse con sus familiares residentes en dicho país”.⁵³ A los emigrantes españoles debían concedérseles en el país sudamericano los mismos derechos sociales que a los nativos y todos aquellos privilegios y derechos que pudieran gozar otros grupos de extranjeros.⁵⁴ Además, se establecía que los organismos competentes en materia administrativa migratoria serían la Dirección Nacional de Migraciones (por el lado argentino) y el IEE (por el lado español).⁵⁵

¿Qué efectos produjo la firma de este acuerdo Franco-Frondizi en las prácticas migratorias concretas de los peninsulares que se dirigían hacia la Argentina? Por un lado, podía provocar efectos políticos no deseados, pero por otra parte, varias fuentes revelan que en realidad, su impacto sobre la conformación de los flujos fue bastante relativa o secundaria, tal como había ocurrido con el convenio de migración hispano-argentino de 1948.

En relación con el influjo político no buscado, podía ocurrir que el convenio en cuestión terminara favoreciendo el traslado de sujetos no adeptos al franquismo, que difundieran ideas contrarias al régimen dentro de la Argentina. Así sucedió en el caso del primer emigrante que se desplazó en el marco del acuerdo, quien al llegar a Buenos Aires en el vapor *Yapeyú* realizó unas declaraciones críticas con respecto a la situación de España. Al ser entrevistado por los periodistas del diario *La Razón*, que se publicaba en la ciudad porteña, ese primer emigrante, llamado Félix Pascual Herraiz, afirmó que había resuelto migrar a Sudamérica por la “desocupación y miseria que hay en España”. Además de reconocerse como *antifalangista*, comentaba que la clase media de su país vivía en una situación difícil y la clase baja, en condiciones aún peores.⁵⁶ Una vez difundidas estas declaraciones, el Embajador de España en Buenos Aires, José María Alfaro, instó al Cónsul General en dicha ciudad a que se pusiera en contacto con Herraiz para que se retractara de las opiniones vertidas. El caso debió alarmar al Embajador, quien solicitó a los funcionarios encargados de la selección de los migrantes acogidos al acuerdo, que tuvieran especial cuidado en dicho proceso:

“... lo ocurrido hace resaltar la extrema conveniencia de que los beneficiarios del reciente Convenio de Migración Hispano-Argentino, y principalmente los que integren las primeras expediciones, reúnan condiciones sobresalientes de todo orden, que les hagan trasladarse a este país, no con el propósito de unirse a los elementos hostiles que no escasean, sino con el limpio deseo de acogerse a unas posibilidades que el Gobierno español ha negociado en su favor.”⁵⁷

Ahora bien, más allá de este llamativo incidente, veamos cuáles fueron los alcances concretos del acuerdo, en lo vinculado al arribo de los inmigrantes españoles a la Argentina. A un nivel cuantitativo, el Gráfico 1 demuestra que las corrientes peninsulares con dirección al país sudamericano crecieron levemente a partir de 1960 y hasta 1962, pero luego iniciaron un movimiento de descenso y estancamiento. Creemos

que este comportamiento observable a partir de la suscripción del convenio migratorio no respondió tanto a la implementación del mismo, sino a una tendencia de más largo plazo puesta de manifiesto por estos flujos desde 1950: una declinación progresiva, con altibajos.

Por otra parte, el Cónsul General de España en Buenos Aires ponía de relieve en 1961 el hecho de que la inmigración peninsular llegaba “con cuentagotas” al Río de la Plata, mientras que la de otras procedencias europeas arribaba sin limitaciones algunas. En su percepción, el emigrante español quería trasladarse a la Argentina, sin embargo, las corrientes peninsulares se dirigían mayoritariamente a Australia y Brasil. ¿Cuál era el motivo de esta predilección? Según sus averiguaciones, la disminución de los flujos españoles se debía a las dificultades que oponían los funcionarios argentinos de emigración radicados en España, quienes parecían interpretar erróneamente las reglamentaciones vigentes. Mientras que la tramitación de un permiso para ir a Australia o Brasil tardaba quince días o un mes, en el caso de la Argentina, demoraba alrededor de seis meses. Asimismo, en relación con el destino sudamericano se exigían requisitos onerosos y de difícil obtención, como la certificación de salud de todos los parientes de los emigrantes.⁵⁸

Además de estos obstáculos burocrático-administrativos, otro factor de gran peso terminaba desalentando los desplazamientos hacia el país austral: el deterioro irrefrenable y evidente de su economía. Según el Cónsul de España en Rosario: “se repite con alguna frecuencia el caso de españoles que al llegar aquí se encuentran con una realidad económica que en modo alguno corresponde al cuadro que se les había descrito”.⁵⁹ La depresión económica sumada al proceso inflacionario restringía el poder adquisitivo salarial, afectando a nativos y extranjeros. Por ello, el funcionario peninsular instalado en Rosario aconsejaba que sus congéneres fueran bien informados sobre la situación local sudamericana, antes de partir de su tierra natal. Además, planteaba la necesidad de que se exigiera una mayor solvencia económica y moral a los “llamantes”, para evitar que los emigrantes reclamados se enfrentaran a graves problemas de subsistencia al llegar al país austral.

La degradación de las condiciones materiales también era remarcada por el Agregado Laboral en Buenos Aires, quien en un informe elevado a las autoridades españolas, en febrero de 1973, llegaba a sostener que para la realización de una nueva política de fomento de una emigración cualificada y selecta, había que aguardar una coyuntura económico-política más favorable.⁶⁰

Reflexiones finales

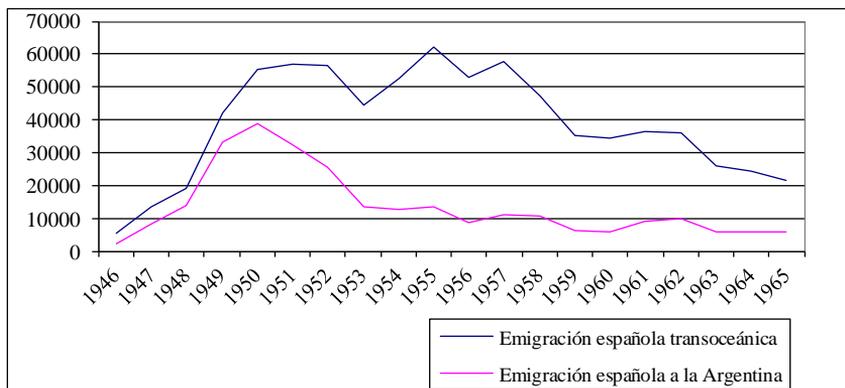
Como es sabido, tras el fin de la Segunda Guerra Mundial el régimen franquista atravesó una etapa de fuerte aislamiento internacional, que se acompañó de una importante debilidad en su legitimidad interna y externa. En dicha coyuntura, la Argentina fue uno de los pocos países que mantuvo y consolidó sus vínculos bilaterales con España, lo que se tradujo en el fomento del intercambio mutuo de mercancías y personas. En efecto, la emigración peninsular hacia el país austral fue estimulada por ambos Estados, hecho que quedó plasmado en la suscripción de un acuerdo de

migración en el año 1948. Los dos gobiernos estaban dispuestos a intervenir en los procesos migratorios, canalizando y controlando las corrientes, en la convicción de que la etapa de los desplazamientos libres y desregulados había concluido. Además, tanto el franquismo como el peronismo se habían comprometido con políticas selectivas de los componentes de dichas corrientes, en función de las necesidades de sus respectivos mercados laborales. Ello generaba en primera instancia algunas contradicciones, pues el país sudamericano demandaba, además de la ya tradicional figura del agricultor-colono, a los técnicos y trabajadores cualificados que requería una estructura productiva más diversificada y focalizada en profundizar la industrialización, mientras que España no podía permitirse perder estos recursos humanos de manera indiscriminada.

A mediados de la década del cincuenta el Estado español delegó en el recién creado IEE la responsabilidad de gestionar las políticas migratorias y ello ocasionó un mayor grado de planificación en las emigraciones hacia el exterior. Una de las primeras medidas que adoptó el IEE, y que logró amplios resultados, fue el estímulo a los procesos de reagrupación familiar en ultramar. Contó para ello con la colaboración de otras instituciones abocadas a los problemas migratorios (el CIME o la CCEM) y con la fortaleza y eficiencia de las redes personales, que impulsaban ya por sí mismas, y de manera espontánea y tradicional, los eslabonamientos humanos.

La suscripción de un segundo convenio de migración entre el gobierno de Franco y el de Frondizi estaba destinada a inaugurar un nuevo ciclo de la inmigración española en la Argentina. Sin embargo, las condiciones en el país sudamericano ya no propiciaban el desarrollo de estas corrientes. A los históricos obstáculos administrativos, generados por las burocracias argentinas encargadas de controlar el desenvolvimiento de los flujos, de ambos lados del Océano Atlántico, se sumaba la realidad de una economía caracterizada por una creciente estanflación, que afectaba negativamente a nativos y extranjeros. La inmigración española se encontraba en una fase de declinación desde comienzos de la década del cincuenta y el convenio migratorio de 1960 no logró revertir esta tendencia, que estaba motivada en condiciones estructurales irreversibles.

Gráfico 1
Emigración española transoceánica y hacia la Argentina (1946-1965)*



* En el período analizado, se entiende por “emigración transoceánica” la que se dirigía a América.
Fuente: César YÁÑEZ GALLARDO, La emigración española a América (S XIX y XX). Dimensión y características cuantitativas, Colombes, Fundación Archivo de Indianos, 1994, pp. 37, 38 y 76.

Cuadro 1
Personas trasladadas dentro del Plan de Reagrupación Familiar, según países de destino (1956-1965)

Países de destino	Nº personas reagrupadas
Venezuela	24.344
Brasil	18.588
Argentina	15.259
Uruguay	6.037
Colombia	1.630
Chile	1.331
Paraguay	171
Panamá	78
Costa Rica	55
Ecuador	5
Total	67.498

Fuente: “Reagrupación familiar en ultramar”, en Boletín Informativo de la Comisión Católica Española de Migración, Nº 109, Marzo-Abril de 1966, Madrid, p. 7.

Cuadro 2
Personas trasladadas dentro del Plan de Reagrupación Familiar,
según países de destino (1956-1959)

Países de destino	Nº personas reagrupadas	Nº familias reagrupadas
Argentina	10.626	4.938
Venezuela	9.004	4.331
Brasil	7.335	3.800
Uruguay	3.129	1.441
Colombia	677	379
Chile	559	293
Paraguay	79	33
Costa Rica	3	2
Total	31.412	15.217

Fuente: “Resumen del Plan R. F.”, en Boletín Informativo de la Comisión Católica Española de Migración, Nº 39, Enero de 1960, Madrid, p. 7.

Notas e referências

- ¹ Cfr. al respecto las ilustrativas estadísticas anuales del Instituto Geográfico y Estadístico Español, en César YÁÑEZ GALLARDO, *La emigración española a América (S XIX y XX). Dimensión y características cuantitativas*, Colombes, Fundación Archivo de Indianos, 1994, p. 37.
- ² La tasa media anual de emigrantes transoceánicos por cada diez mil habitantes censados en 1950, alcanzó en Galicia a 76, mientras que en Canarias fue de 73, y en Cataluña, del 13. Cfr. Salvador PALAZÓN FERRANDO, *Capital humano español y desarrollo económico latinoamericano. Evolución, causas y características del flujo migratorio (1882-1990)*, Valencia, Institut de Cultura “Juan Gil-Albert”, 1995, p. 294.
- ³ *Ibid.*, p. 303.
- ⁴ Aclaremos que las estadísticas sobre emigración española ultramarina hacia la Argentina, que se disponen en España (del Instituto Geográfico y Estadístico Español y del Ministerio de Trabajo), difieren entre sí, en el número de emigrantes anuales contabilizados. A su vez, existen importantes contrastes entre las cifras de “emigrantes” registrados al salir de España y las de “inmigrantes” españoles ultramarinos, que contienen las estadísticas argentinas. En el Gráfico 1 nos basamos en las cifras españolas que brinda César Yáñez Gallardo y no en las argentinas.
- ⁵ Mientras que el promedio anual de inmigrantes arribados entre 1930 y 1939 fue de 42.780, entre 1945 y 1960 esa cifra ascendió a 61.693, según datos obtenidos de DIRECCIÓN NACIONAL DE MIGRACIONES, *Estadísticas del Movimiento Migratorio*, Buenos Aires, 1930-1939; 1945-1960.
- ⁶ Recordemos que el promedio anual de inmigrantes llegados entre 1890 y 1914 fue de 138.271. Cfr. DIRECCIÓN NACIONAL DE MIGRACIONES, *Memorias Anuales*, Buenos Aires, 1890-1914.
- ⁷ En esta dirección cfr. el trabajo pionero de Mónica QUIJADA MAURIÑO, “Política inmigratoria del primer Peronismo. Las negociaciones con España”, en *Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y del Caribe*, Nº 47, diciembre de 1989, pp. 43-64.

-
- ⁸ Capítulo II y III, Ley de Emigración, Madrid, 20 de diciembre de 1924, en *Legislación de Emigración. Ley y Reglamento de Emigración de 20 de diciembre de 1924*, Ministerio de Trabajo y Previsión, Madrid, 1929, pp. 6-12; José Manuel PÉREZ-PRENDES y MUÑOZ-ARRACO, *El marco legal de la emigración española en el constitucionalismo (Un estudio histórico-jurídico)*, Colombes, Fundación Archivo de Indianos, 1993, p. 136.
- ⁹ María José FERNÁNDEZ VICENTE, “En busca de la legitimidad perdida. La política de emigración del régimen franquista, 1946-1965”, en *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, Buenos Aires, CEMLA, Año 19, N° 56, 2005, pp. 6-9.
- ¹⁰ Mariano González-Rothvoss y (GONZÁLEZ-ROTHVOSS Y) GIL, *Los problemas actuales de la emigración española*, Madrid, Instituto de Estudios Políticos, 1949, p. 24.
- ¹¹ Vicente BORREGON RIBES, *La emigración española a América*, Vigo, 1952, pp. 55 y 114.
- ¹² Mariano GONZÁLEZ-ROTHVOSS Y GIL, *Los problemas actuales ...*, cit., p. 87.
- ¹³ *Ibid.*, p. 41.
- ¹⁴ María José FERNÁNDEZ VICENTE, *Émigrer sous Franco. Politiques publiques et stratégies individuelles dans l’émigration espagnole vers l’Argentine et vers la France (1945-1965)*, Lille, ANRT, 2005, pp. 442-443.
- ¹⁵ Carlos Ma. R. de VALCÁRCEL, “Conferencia”, en Ministerio de Trabajo, Instituto Español de Emigración, *II Congreso de la emigración española a ultramar*, Madrid, 1960, p. 59; Archivo del Ministerio de Asuntos Exteriores (Madrid, España) (en adelante: AMAE), R 9621, Exp. 7 (1958-1967); Álvaro RENGIJO CALDERÓN, “Emigración y empresas privadas”, Conferencia pronunciada en la Cámara Oficial de la Industria de la provincia de Madrid, 18 de noviembre de 1965, p. 2.
- ¹⁶ Editorial, “Facilidades a la inmigración”, en *La Nación*, Bs. As., miércoles 20 de octubre de 1948, p. 4.
- ¹⁷ AMAE, R 1731, Exp. 2, “Entrevista con el Director de Migración Argentina”, en *Madrid*, Madrid, 20 de diciembre de 1946.
- ¹⁸ María Inés BARBERO; María Cristina CACOPARDO, “La inmigración europea a la Argentina en la segunda posguerra: viejos mitos y nuevas condiciones”, en *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, Año 6, N° 19, 1991, pp. 305-306.
- ¹⁹ María José FERNÁNDEZ VICENTE, cit., pp. 83-93; e *Idem*, art. cit., pp. 15-22.
- ²⁰ MINISTERIO DE TRABAJO, *Memoria de la labor realizada en 1958*, Libro IV, Instituto Español de Emigración, Madrid, 1960, p. 10.
- ²¹ AMAE, R 2052, Exp. 39, José María de Areilza (Embajador de España en la Argentina): Sobre proyecto relativo a la emigración española en la Argentina, Buenos Aires, 3 de marzo de 1948; AMAE, R 1731, Exp. 3, Informe sin fecha.
- ²² Mariano GONZÁLEZ-ROTHVOSS Y GIL, *Familia y Emigración*, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid, 1959, pp. 14 y 15.
- ²³ Ma. Emelina MARTÍN ACOSTA, “Emigración canaria a Argentina: algunos ejemplos de la Comisión Católica Española de Migración, a mediados del siglo XX”, Pilar CAGIAO VILA; Eduardo REY TRISTÁN (eds.), *De ida y vuelta. América y España: los caminos de la cultura. Simposio Internacional de la Asociación Española de Americanistas, Santiago de Compostela 2 y 3 de septiembre de 2005*, Universidade de Santiago de Compostela, 2007, p. 393.
- ²⁴ El CIME tuvo su origen en una Conferencia reunida en Bruselas en diciembre de 1951, en la cual se resolvió crear un instrumento para restaurar el equilibrio entre las “naciones superpobladas” y las “insuficientemente pobladas” por medio de la migración organizada y asistida de los europeos. La participación de España en el CIME fue producto de largas negociaciones, que se iniciaron en 1952 y se prolongaron por varios años. Cfr., entre otra documentación: AMAE, R 5283, Exp. 16 (1945-1957), Dirección General de Asuntos Consulares, Participación de España en el Comité Intergubernamental provisional para los movimientos migratorios de Europa, 21 de abril de 1952; AMAE, R 5283, Exp. 16 (1945-1957), Dirección General de Política Económica, Participación de España en el Comité Intergubernamental provisional para los movimientos migratorios de Europa, Madrid, 28 de mayo de 1952.
- ²⁵ *Boletín Informativo de la Comisión Católica Española de Migración*, N° 11, Septiembre de 1957, Madrid, pp. 8-10.
- ²⁶ Ma. Emelina MARTÍN ACOSTA, cit., p. 396.

- ²⁷ “Plan de reagrupación de familias”, en *Boletín Informativo de la Comisión Católica Española de Migración*, Nº 26, Diciembre de 1958, Madrid, p. 6.
- ²⁸ Cabe aclarar que con el transcurso del tiempo, otros países quedaron incluidos de manera más informal dentro del plan (por ejemplo: Panamá, Costa Rica y Ecuador).
- ²⁹ Por el momento no podemos reconstruir el número anual de españoles embarcados dentro del Plan de Reagrupación Familiar, según los diferentes países de destino, por lagunas existentes en las fuentes de información disponibles.
- ³⁰ María José FERNÁNDEZ VICENTE; Axel KREIENBRINK, “Las relaciones del IEE con los países de ultramar”, Luís M. CALVO SALGADO; María José FERNÁNDEZ VICENTE; Axel KREIENBRINK, Carlos SANZ DÍAZ; Gloria SANZ LAFUENTE, *Historia del Instituto Español de Emigración. La política migratoria exterior de España y el IEE del Franquismo a la Transición*, Madrid, Ministerio de Trabajo e Inmigración, 2009, pp. 232-233.
- ³¹ María José FERNÁNDEZ VICENTE; Axel KREIENBRINK, “Las relaciones ...”, cit., pp. 233-234.
- ³² “II Congreso de la Emigración Española a Ultramar”, en Ministerio de Trabajo-Instituto Español de Emigración, *Boletín del Gabinete de Estudios*, Nº 7, diciembre de 1959, pp. 54-56.
- ³³ Archivo General de la Administración (Alcalá de Henares, España) (en adelante: AGA), Sección 6, Sindicatos, Inv. 55.1, Caja R 2241, Exp. Delegación Nacional de Sindicatos-Servicio de Relaciones Exteriores Sindicales-II Congreso de la Emigración Española a Ultramar, “Claridad de Pensamiento”, en *Ultramar. Boletín del II Congreso de la Emigración Española a Ultramar*, Nº 2, pp. 1-2.
- ³⁴ AGA, Sección 6, Sindicatos, Inv. 55.1, Caja R 2241, Exp. Delegación Nacional de Sindicatos-Servicio de Relaciones Exteriores Sindicales-II Congreso de la Emigración Española a Ultramar, “Tema V: Tratados de Emigración”, en *Ponencias oficiales. Proyecto de Conclusiones*, p. 17.
- ³⁵ Ley 93/1960, de 22 de diciembre, sobre bases de ordenación de la emigración, en *Boletín Oficial del Estado*, Nº 307, España, 23 de diciembre de 1960, p. 17.602.
- ³⁶ *Ibid.*
- ³⁷ Fermín SANZ-ORRIO, “Ante las Cortes Españolas, sobre la Ley 93/1960 de bases de ordenación de la emigración”, en Ministerio de Trabajo, Secretaría General Técnica, *Política española de la emigración*, Madrid, 1961, p. 22.
- ³⁸ Art. 1º, Base primera, Capítulo I, Ley 93/1960, de 22 de diciembre, sobre bases de ordenación de la emigración, cit., p. 17603.
- ³⁹ Base sexta a décimoquinta, cit., pp. 17604-17606.
- ⁴⁰ Arts. 1º y 2º, Base cuarta y Art. 3º, Base tercera, Capítulo II, op. cit., p. 17604.
- ⁴¹ Art. 1º, Base tercera, Capítulo II, cit., p. 17603.
- ⁴² AMAE, Emigración, Leg. 6218, Exp. 42, Informe de inmigración del Ministro Encargado de los Asuntos Consulares, al Ministro de Asuntos Exteriores en Madrid, Buenos Aires, 8 de agosto de 1959, ff. 1-2.
- ⁴³ AMAE, Emigración, Leg. 6218, Exp. 42, Nota de la Comisión Asesora sobre Migraciones (Dirección Nacional de Migraciones), al Jefe de la Misión CIME en Argentina, Buenos Aires, 29 de mayo de 1959, s./f. Las profesiones y oficios demandados eran los siguientes: ingenieros electricistas, mecánicos, metalúrgicos y en minas; físicos; geólogos; agrónomos y peritos en horticultura, forestales y agropecuarios; apuradores de minerales; perforadores de pozos de petróleo y gas; ebanistas; carpinteros, armadores y otras profesiones especializadas en la industria maderera; carroceros; fundidores; laminadores de metal; operadores de hornos y del tratamiento térmicos de metales; ajustadores, montadores, reparadores y operadores de máquinas; mecánicos instaladores; personal especializado en el tratamiento de metales; hojalateros; plomeros y fontaneros; operadores de electro y galvanoplastia; mecánicos electricistas; operadores de controles eléctricos; ajustadores y repasadores de equipo electrónico; empalmadores e instaladores de cables eléctricos; operadores de equipo electrónico; operadores de hornos y secadores de cerámica y otras especialidades en cerámica; trabajadores en vidrio, sopladores y moldeadores; moledores de cemento y arcilla; operadores en ocupaciones químicas diversas; curtidores de cuero y pieles; preparadores tintoreros y aparadores de cuero; operadores de hornos para la fabricación de electrodos; mineros; torneros, fresadores y pulidores; técnicos para la industria de celulosa y papel.
- ⁴⁴ AMAE, Emigración, Leg. 6218, Exp. 42, Informe de inmigración del Ministro Encargado de los Asuntos Consulares, al Ministro de Asuntos Exteriores en Madrid, Buenos Aires, 30 de enero de 1959, f. 3.

-
- ⁴⁵ AMAE, Emigración, Leg. 6218, Exp. 42, Nota del Embajador de España, al Ministro de Asuntos Exteriores en Madrid, Buenos Aires, 23 de agosto de 1958, ff. 1-2.
- ⁴⁵ Ibid., f. 1.
- ⁴⁶ Ibid., f. 1.
- ⁴⁷ AMAE, Emigración, Leg. 6218, Exp. 42, Informe de inmigración del Ministro Encargado de los Asuntos Consulares, al Ministro de Asuntos Exteriores en Madrid, Buenos Aires, 30 de enero de 1959, f. 5.
- ⁴⁸ AMAE, Leg. R 6219, Exp. 8, Asuntos agregados laborales en Argentina, Nota de “Manolo” (Embajada de España en Buenos Aires), al Director General de Asuntos Consulares del Ministerio de Asuntos Exteriores de Madrid, Buenos Aires, 16 de noviembre de 1956, f. 2.
- ⁴⁹ El mencionado convenio formó parte de un conjunto más amplio de Tratados de Emigración firmados por España, desde mediados de la década de 1950, con República Dominicana (1956), Brasil (1960), Chile (1961) y Paraguay (1965). Cfr. Julio HERNÁNDEZ BORGE, “La política migratoria española con Iberoamérica durante el gobierno de Franco”, en AAVV, *Professor Joan Vilà Valentí / El seu mestratge en la geografia universitària*, Barcelona, Universitat de Barcelona, 1999, pp. 640-643.
- ⁵⁰ Art. 19, Cap. 8, Título II, Convenio de Emigración entre España y la República Argentina, en AMAE, Leg. R 6219, Exp. 8, Asuntos agregados laborales en Argentina, f. 5.
- ⁵¹ Art. 8, Cap. 1, Título II, cit., ff. 2 y 3.
- ⁵² Art. 21, Título III, cit., f. 5.
- ⁵³ Art. 1, Título I, cit., f. 1.
- ⁵⁴ Art. 2 y 3, cit., f. 1.
- ⁵⁵ Art. 4, cit., f. 1.
- ⁵⁶ AMAE, Leg. R 6219, Exp. 8, Asuntos agregados laborales en Argentina, “Resolví venir por la Desocupación y Miseria que hay en España, manifiesta el inmigrante N° 1 por el reciente Pacto «Fronzidzi-Franco»”, en *La Razón*, Buenos Aires, 8 de septiembre de 1960.
- ⁵⁷ AMAE, Leg. R 6219, Exp. 8, Asuntos agregados laborales en Argentina, Nota del Embajador de España en Buenos Aires, al Ministro de Asuntos Exteriores de Madrid, Buenos Aires, 12 de septiembre de 1960.
- ⁵⁸ AMAE, Leg. R 6219, Exp. 8, Asuntos agregados laborales en Argentina, Nota del Cónsul General de España en Buenos Aires, al Director General de Asuntos Consulares en Madrid, Buenos Aires, 1961.
- ⁵⁹ AMAE, Leg. R 6219, Exp. 8, Asuntos agregados laborales en Argentina, Nota del Cónsul General de España en Rosario, al Ministro de Asuntos Exteriores de Madrid, Buenos Aires, 1961.
- ⁶⁰ María José FERNÁNDEZ VICENTE; Axel KREIENBRINK, “Las relaciones ...”, cit., pp. 241-242.

*Interlocutores da cultura.
Intelectuais refugiados do nazifascismo no Brasil, 1933-1945*

*Maria Luiza Tucci Carneiro**

“No final da guerra, observou-se que os combatentes voltavam mudos do campo de batalha. Não mais ricos, e sim mais pobres em experiência comunicável. E o que se difundiu dez anos depois, na enxurrada de livros sobre a guerra, nada tinha em comum com uma experiência transmitida de boca em boca. [...] Uma geração que ainda fora à escola num bonde puxado por cavalos se encontrou ao ar livre numa paisagem em que nada permanecera inalterado, exceto as nuvens, e debaixo delas, num campo de forças de torrentes e explosões, o frágil e minúsculo corpo humano.”

Walter BENJAMIN¹

A frase escrita por Walter Benjamin (1892-1940), em seu artigo *O narrador* (1933), expressa o trauma causado pela guerra na vida de um ex-combatente: “...voltavam mudos do campo de batalha. Não mais ricos, e sim mais pobres em experiência comunicável”. Os exilados ou refugiados, judeus e não judeus, apesar de não terem passado por um campo de batalha, vivenciaram outros tipos de forças torrentes e de explosões causadas pelo medo e sobressaltos diante das atrocidades cometidas pelo Estado alemão nacional-socialista. Os intelectuais judeus que, entre 1933-1945, buscaram refúgio no Brasil para fugir das políticas genocidas empreendidas pela Alemanha nazista e países colaboracionistas, fizeram dos seus escritos uma crônica de sensações, visuais e emocionais.

Comprometidos com a História, enquanto personagens de um momento de convulsão da sociedade ocidental, estes refugiados emergiram do seu universo trágico para interferir diretamente no universo da criação. Transformaram cada frase ou palavra em camadas de reflexões, sobressaltos emocionais, incorporando suas obras à realidade

brasileira. Diferentes olhares e múltiplas versões foram arrancadas daquele mundo europeu *cinzento* e sombrio, traduzido através de metáforas, antíteses e analogias. Agrupados por suas tendências arrojadas e polêmicas, estes intelectuais contribuíram para gerar uma nova situação cultural no Brasil, apresentando múltiplos repertórios inspirados na sua vivência interior e de enfrentamento com o mundo exterior. Muitos eram alemães, judeus e apátridas, dupla estigmatização. Em especial, eram indivíduos da essência e da razão, cujas identidades haviam sido julgadas pelo irracionalismo e pela ignorância propagados pelo nacional-socialismo, ponto de irradiação do ódio sem limites. Amordaçados pela mediocridade do nazismo e do fascismo, respiraram fundo, ganharam forças, reordenaram seus valores e, no Brasil, recomeçaram suas vidas como interlocutores da cultura. Alguns trilham os caminhos da resistência, transformando seu escritos em libelos contra nazismo; outros acrescentaram novos elementos à cultura brasileira num verdadeiro sincretismo cultural.²

A história destes intelectuais deve ser compreendida sob dois ângulos distintos:

1º- como consequência das perseguições antissemitas e políticas empreendidas pela Alemanha, então governada por Adolf Hitler (1933-1945), e endossadas pelos países colaboracionistas; 2º- no contexto das políticas imigratórias restritivas sustentadas pelo governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e Eurico Gaspar Dutra (1946-1954). Importante ressaltar que Vargas, de presidente da República eleito em 1934, passou a governar como ditador após o golpe de Estado de 1937 que instituiu o Estado Novo brasileiro. Após estas data passaram a vigorar um conjunto de Circulares secretas vedando vistos de entrada aos judeus identificados como de *raça semita*.³

Um fluxo imigratório distinto

Os intelectuais judeus - e principalmente aqueles de nacionalidades alemã e austríaca, que buscaram refúgio no Brasil entre 1933-1945 fugindo do nazismo - distinguem-se dos primeiros imigrantes judeus que, logo após a Abertura dos Portos em 1810, vieram para o Brasil em busca de uma solução para os problemas sociais vivenciados nas suas comunidades de origem. Desde 1824, grupos de alemães movimentaram os portos brasileiros do Rio de Janeiro e Santos, principalmente, dirigindo-se para as zonas pioneiras de colonização no sul do Brasil onde criaram comunidades com traços étnicos e culturais bem definidos. Estes pioneiros sentiam-se, em grande parte, identificados com os projetos de colonização baseados na pequena propriedade familiar instalada em zonas rurais. Neste período ainda eram poucos os técnicos, comerciantes, pastores, médicos e professores que optavam por residir nas grandes capitais.⁴

No início século XX, milhares de alemães entraram no Brasil, atraídos pelo crescimento industrial e urbano que delineava o perfil cosmopolita de alguns centros como São Paulo e Rio de Janeiro. Importante frisar que desde as primeiras décadas, o Estado republicano brasileiro se posicionou como controlador dos fluxos imigratórios e do povoamento com o objetivo de evitar conflitos sociais e de garantir o *status* da elite agrária e industrial junto as esferas do poder. Desde o final do século XIX e início do XX, por exemplo, o Estado de São Paulo chegou a incentivar a vinda de trabalhadores

estrangeiros para as fazendas de café, cujos contratos eram, em grande parte, subvencionados pelo próprio governo.

O discurso oficial e científico acerca do imigrante ideal foi sendo construído, principalmente, durante o período de 1850-1945, fundamentado na ideia de assimilação e fusibilidade. Não interessava ao Estado republicano manter em território nacional as comunidades que optassem por preservar a sua identidade étnica e política ou que optassem por defender ideologias *exóticas* que colocassem em perigo a segurança nacional, como o comunismo, o anarquismo e o socialismo. Interessava às elites agrárias e políticas a conformidade e a subserviência à ordem instituída.⁵

A partir de 1930, com Getúlio Vargas no poder, a imigração judaica foi, cada vez mais, assumindo *status* de problema, conforme atestam os documentos diplomáticos que citam a entrada dos judeus alemães fugitivos do nazismo como uma questão: a *semita*. Assim, a partir de 1937, em pleno Estado Novo, o controle migratório tornou-se sistemático, seletivo e racista. O Estado procurava interferir no processo civilizatório brasileiro valendo-se dos conhecimentos de intelectuais, médicos, antropólogos, bacharéis, escritores, artistas e técnicos, dentro outros profissionais. Estes, enquanto adeptos de um pensamento intolerante, foram convocados para opinar acerca dos focos das enfermidades que assolavam a cidade e o campo. Sob a ótica dos *mais produtivos* e da *raça forte*, médicos eugenistas e higienistas passaram a identificar alguns grupos de cidadãos como parasitários, indesejáveis: dentre os quais estavam os judeus, intelectuais e refugiados.⁶

Os judeus que conseguiam visto de entrada para o Brasil, sem muitas alternativas para sobreviver na Alemanha e nos demais países da Europa ocupada, valiam-se de alguns subterfúgios oferecidos pela Constituição brasileira de 1937 como a possibilidade de ingressar no país como turista, passageiro em trânsito ou como católicos, usando documentos falsos. A pressão dos comitês internacionais, e principalmente durante a Conferência de Evian em 1938, aumentava à cada dia, cobrando do governo brasileiro uma postura humanitária que - por dispor de um amplo território e apresentar-se como “um país aberto à todas as étnias” - poderia receber milhares de refugiados judeus. A questão, que até então era racial e social, assumiu “*status* de problema político” ao ser considerada como afeto às decisões do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.⁷

Constatamos que - após a ascensão de Hitler como chanceler do Reich a partir de 1933 - o governo brasileiro se viu diante de uma categoria diferenciada de imigrante judeu, distinto daquele que havia se radicado no país desde 1824, data-marco desta imigração para o Brasil: “o judeu refugiado e/ou apátrida”, integrante da massa de “refugiados políticos” cujo movimento antecipou as dimensões de uma tragédia que estava por vir. Muitos tinham formação acadêmica e, antes do exílio, haviam ocupado posições importantes junto as universidades alemãs, austríacas, italianas e polonesas, para citar alguns exemplos.⁸

A dispersão pelo mundo dos judeus alemães e de outras tantas nacionalidades perseguidas pelos nacional-socialistas ou pelos fascistas italianos, se apresentava, portanto, como um fenômeno único. Presumia-se que, mesmo os países dispostos a

proteger os judeus, pretendiam receber apenas um número limitado e seletivo. O Brasil, acobertando sua política secreta de restrição à entrada de judeus, informou na Conferência de Evian que somente tomaria uma posição após ter conhecimento de toda a documentação, seguindo orientação dada pelo Ministério das Relações Exteriores.⁹ Percebemos que a catástrofe que atingia os judeus na Alemanha e nos demais países ocupados foi, neste momento, tratada pelo governo brasileiro como um acidente marginal na história. Para o encerramento da Conferência de Evian, Hélio Lobo, representante do Brasil neste encontro, recebeu a seguinte instrução enviada em nome do ministro Oswaldo Aranha: “Não desejávamos absolutamente a vinda para o nosso país daqueles elementos” [daqueles elementos: leia-se judeus].¹⁰

O governo brasileiro estava disposto, isso sim, a encarar com simpatia a corrente imigratória de refugiados católicos que, em número de dez mil, já se achavam fora da Alemanha e da Áustria, em situação miserável. Mesmo assim, mediante análise da situação e consulta ao Conselho de Imigração e Colonização e, também, ao Ministério da Justiça e Negócios Exteriores. Enfim, Hélio Lobo poderia cooperar com a Delegação americana na obra humanitária empreendida pelo Presidente Roosevelt desde que a política imigratória brasileira não fosse atingida e que não envolvessem compromissos. O importante, neste momento, era atrelar a imagem do Brasil, *pais cordial*, à obra iniciada pela Casa Branca, adjetivada de *tão generosa*. Reforçado por este tom de exaltação, Lobo ponderou que o Brasil não se negaria de colaborar sobretudo quando havia “excelentes elementos católicos, de origem semita e que essa imigração deveria dirigir-se para os campos, onde e como o governo brasileiro determinasse”.

Entre 1938-1941, a situação (interna e internacional) mostrava-se tensa em decorrência da pressão exercida pelos Estados Unidos que, diante do avanço nazista na Europa, necessitava de garantir parcerias. E o Brasil, por sua posição retraída e cheia de reservas, se apresentava como uma incógnita, mas passível de manipulação. Entre 1940-1941, Francisco Campos, então Ministro da Justiça e Negócios Interiores – MJNI, introduziu novas leis imigratórias restringindo ainda mais a emigração judaica em declínio desde 1939, tendo ao seu lado o secretário Ernani Reis, cuja postura racista foi analisada por Fábio Koifman em seu livro *Imigrante Ideal*.¹¹ Uma ampla discussão, segundo este autor que consultou os autos do processo 7.067/41 do MJNI, calcada em valores racistas e antisemitas, em particular, interferiram nas diretrizes da política imigratória que se fez fundamentada em conceitos proposta pela eugenia, compartilhados pelos membros da cúpula do poder envolvendo diretamente: Oswaldo Aranha, do Ministério das Relações Exteriores, e Francisco Campos, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Em janeiro de 1941, o Ministério das Relações Exteriores, através do Decreto-Lei nº 3.175, suspendia toda e qualquer emissão de vistos permitindo apenas a entrada daqueles que atendiam ao ideal de imigrante desejável, de acordo com o perfil eugênico idealizado pelas autoridades brasileiras. Estes não deveriam ser judeus e, de preferência ser provenientes de cidades portuguesas ou nascidos em países americanos com especial atenção aos artistas e capitalistas que pudessem depositar 400 contos (20 mil dólares) no Banco do Brasil. Vistos temporários só para aqueles que, provenientes da América,

comprovassem que poderiam retornar ao seu país de origem, regra nem sempre obedecida. No ano seguinte, a imigração judaica estava praticamente suspensa, o que não impediu a solicitação de vistos por parte das associações e comitês de socorro internacionais.¹²

A imagem do refugiado judeu despontava como símbolo do perigo étnico, econômico e político infiltrado na sociedade brasileira. Para Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra, eram “urgentes as providências do governo, estancando-se assim, enquanto é tempo, a corrente judaica que a guerra vem canalizando para o país”. Se aceita, na sua opinião, “traria graves conseqüências para a processo de nacionalização do Brasil”.¹³ Um cidadão brasileiro, em carta dirigida à Getúlio Vargas também se manifestou sobre os judeus refugiados que, além de pertencerem a uma raça indesejável, fecham-se em “quistos raciais em contraste com os espírito nacionalista, avassalando as cidades brasileiras em vários pontos e dominando o pequeno comércio e outras atividades menos recomendáveis”. Este tom - expressamente contrário à entrada de judeus no Brasil - exemplifica que, além das autoridades brasileiras, alguns seguimentos da população expunham abertamente suas opiniões através de cartas pessoais enviadas às autoridades policiais e políticas. As expressões citadas neste parágrafo “entre aspas” foram retiradas da carta enviada a Getúlio Vargas por Manoel Marcondes Rezende, residente em São Paulo, em 15 de setembro de 1940. Assim como Manoel Rezende outras cartas foram enviadas, lidas e consideradas para a emissão do decreto Lei nº 3.175.¹⁴

Brasil, país de exílio

A presença no Brasil de intelectuais judeus foi interpretada pelas autoridades brasileiras como audaciosa e aventureiras, significando um perigo para a formação étnica e a cultura brasileira. O governo, de uma forma geral, atribuía a culpa aos diplomatas brasileiros que, em missão no exterior, liberavam vistos nos passaportes, dando um destino certo ao estrangeiro judeu, muitos dos quais apátridas. Para o caso daqueles que tiveram as suas nacionalidades cassadas pelos governos alemão, austríaco, polonês ou francês, por exemplo, a interpretação era a seguinte: criava-se um problema ainda maior pois não poderiam ser repatriados contra a sua vontade, além de ficarem na dependência de serem aceitos por outro país que lhes concedesse o visto de entrada, o que era muito difícil. Apesar da postura antisemita do governo brasileiro, importantes intelectuais e periodistas judeus de diferentes nacionalidades, conseguiram refúgio no Brasil driblando a política restritiva adotada pelos governos Vargas e Dutra.

Apos o ingresso no Brasil, estes profissionais vivenciavam um difícil período de adaptação, pois a maioria não dominava o idioma e, nem sempre, deveriam expor as formas como haviam conseguido o visto de entrada, muitas vezes como católico ou como turistas ou em trânsito. Inicialmente improvisavam algum modo de sobrevivência trabalhando como vendedores ambulantes ou atuando de forma esporádica junto aos jornais locais. Aos poucos e cuidadosamente, retomavam suas atividades profissionais ou, dependendo das oportunidades oferecidas, trilharam novos caminhos aventurando-se em diferentes áreas do conhecimento. Alguns poucos, após a guerra, optaram por

retornar ao seu país de origem; outros permaneceram no Brasil, adotado como sua segunda pátria. Estes números ainda devem ser investigados, pois, nem sempre, estes dados encontram-se nos registros oficiais. Daí a importância de recorrermos aos acervos pessoais destes intelectuais que, nem sempre, foram preservados por seus familiares ou então, encontram-se em arquivos no exterior.

A influência que os refugiados tiveram na geração brasileira do pós-guerra atesta que o grupo tinha realmente, um perfil diferenciado dos primeiros imigrantes judeus que aqui chegaram entre 1824-1933. Nesta segunda leva despontavam importantes homens das letras, das ciências, da filosofia, do direito e do mundo das artes. Por suas posições políticas (sionistas, socialistas e/ou antifascistas) e, em decorrência das políticas antissemitas aplicadas pelo governo alemão e dos países ocupados, haviam perdido suas cátedras nas universidades, nos centros de pesquisas e, até mesmo, como escritores e jornalistas. Alguns, ainda muito jovens, traziam consigo ideias arrojadas e a vontade de vencer. Enfrentando as dificuldades impostas pelo idioma, procuraram se adaptar as diferenças que, assimiladas no dia-a-dia, se transformaram em estímulos culturais. Perplexos diante do exotismo dos trópicos, das paisagens naturais e da cultura indígena e afro-brasileiras, traduziram suas impressões sob a forma de poesia, romances, crônicas, ensaios, peças teatrais, dentre outras tantas formas de expressão e emoção. Após alguns anos, dominando a língua portuguesa, serviram de elo de ligação entre as culturas europeia e a brasileira.

Dentre os principais intelectuais judeus que escolheram o Brasil como comunidade de recepção, cumpre citar: Anatol Rosenfeld (1912-1973), Anita Cevidalli Salmoni (1919), Frank Arnau (1894-1976), Fritz Pinkuss (1905-1994), Ernest Ludwig Bresslau (1877-1935), Egon (1910-1991) e Frieda Wolff (1911-2008), Frank Arnau (1894-1976), Ernest Feder (1881-1964) Ernest Ludwig Bresslau (1877-1935), Egon (1910-1991) e Frieda Wolff (1911-2008), George Bernanos (1888-1948), Herbert Caro (1906-1991), Hermann Mathias Görden (1908-1994), Leopold von Andrian-Werburg (1875-1951), Lívio Túlio Pincarle (1924-?), Leon Crutians, Marthe Leiser Brill (1894-1969), Max Fischer, (1900-1978), Paul Frischauer (1898-1977), Paul Ludwig (1900-1974), Paula Ludwig, Richard Lewinsohn (1894-1968), Richard Katz, Susanne Eisenberg Bach (1909-1997), Stefan Zweig (1881-1942), Ulrich Becher (1910-1990), Vilém Flusser (1920-1991), Willy Keller (1900-1979). Dentre os intelectuais refugiados no Brasil que ingressaram como católicos, citamos o escritor e jornalista francês Georges Bernanos (1888-1948) e Otto Maria Capeaux [Karpfen], dentre outros.

Chegar ao Brasil era, em primeira instância, a passagem do Inferno para o Purgatório. Da Europa civilizada, estes *cidadãos do mundo* desembarcavam no Brasil - um refúgio nos trópicos onde tudo reluzia com as cores do exótico – com a esperança de que tudo ia passar rápido e que, em breve poderiam retornar. No entanto, uma realidade autoritária, nacionalista e xenófoba os esperava, sem criar facilidades para aqueles que eram, além de estrangeiros, judeus liberais. Raras eram as ofertas de trabalho que correspondiam à bagagem cultural trazida por estes escritores no exílio. Alguns escritores, sem outras opções, adentraram para o mundo das letras como periodistas escrevendo artigos, crônicas e poesias, sendo muito mal remunerados. A maioria

vivenciou a sistemática censura mantida pelo DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Novo sendo tratados de forma diferenciada por serem estrangeiros e exilados. Dentre aqueles que tiveram alguma compensação financeira, talvez por terem permanecido no Brasil, foram Anatol Rosenfeld, Friedrich Heller, Hebert Caro e Otto Maria Carpeaux: criaram raízes, apesar das dificuldades.¹⁵

No contexto das emigrações forçadas cumpre citar o historiador, filósofo, publicitário e político Hermann Matthias Görgen (1908-1994), natural de Wallerfangen/Saar e que deixou a Alemanha, por motivos políticos. Görgen foi, antes de mais nada, um adversário destemido do nazismo. Proibido de exercer sua cátedra na Faculdade de Filosofia de Salsburgo, escapou no último momento trazendo consigo um grupo de refugiados. Em plena guerra – com a ajuda de Milton Cesar de Weguelin Vieira, então cônsul brasileiro em Genebra, – liderou a fuga deste grupo que deixou a Suíça em direção ao Brasil, via Lisboa. Görgen arranhou passaportes sem o “J vermelho”, certidões de batismo e atestados de “arianos” para os membros do grupo que não atendiam às exigências do governo brasileiro. Ao todo eram 48 refugiados, dos quais 38 haviam sido rotulados pelas Leis de Nuremberg como judeus, *meio* judeus ou *um quarto* judeus.¹⁶

Em 27 de abril de 1941, o grupo Görgen aportou no Brasil. Entre eles estavam: Johann Hoffmann, Hugo Simon (Ex-ministro da Fazenda da Prússia), Georg Wassermann (filho de Jakob Wassermann), Paula Ludwig, Dana Roda Becher (filha de Alexander Roda-Roda) e seu marido, o escritor Ulrich Becher. Além desta sua ação salvacionista, Görgen procurou favorecer a instalação deste grupo em Juiz de Fora, no interior do estado de Minas Gerais, onde criou uma indústria, base estratégica para a salvação de vidas. O empreendimento funcionou mais como uma estratégia de apoio aos refugiados que, a partir desta iniciativa, conseguiram recomeçar a vida no Brasil.

Görgen tornou-se uma personalidade pública no Brasil, deixando um importante legado cultural e humanitário. Ocupou a cadeira de Ciências Econômicas na Universidade de Juiz de Fora e retornou à Alemanha onde foi deputado pelo Partido da União Social Cristã até 1961. Foi encarregado do Departamento de Imprensa e Informações para Assuntos Especiais da América Latina e, em 1960, fundou a Sociedade Teuto-Brasileira e, no ano seguinte, o Centro da América Latina. Em 1993 recebeu a Medalha da Justiça, no *Holocaust Memorial Center*, em Michigan, pelo salvamento de dezenas de judeus perseguidos.¹⁷ Em seu túmulo a inscrição “Amigo do Brasil” condiz com a frase dita pelo sociólogo Gilberto Freyre: “Görgen foi o melhor presente que Hitler deu ao Brasil”. No ano seguinte, a imigração judaica estava praticamente suspensa, o que não impediu a solicitação de vistos por parte das associações e comitês de socorro internacional.

O círculo da resistência antinazista no Brasil

Muitos destes intelectuais refugiados transformaram seus escritos em libelos antinazistas fortalecendo, nos bastidores da cultura, o projeto de construção de uma nação livre, democrática ou socialista. Alguns optaram por viver ou morrer no Brasil (como Stefan Zweig), enquanto que outros retornaram à sua pátria de origem colocando

fim ao exílio, interpretado aqui como um período transitório, de passagem do Inferno (nazista) ao Purgatório (nos trópicos). O retorno emergia com um significado muito especial, traumático: o de conviver com a dura realidade do pós-guerra e dialogar com o passado recente de seus países, promotores da barbárie e do extermínio de milhões de judeus, ciganos, comunistas, testemunhas de Jeová etc.¹⁸ Em 1945 ainda se encontravam entre nós, os exilados Ernest Feder, escritor alemão antinazista, o jornalista Leon Crutians, o contista e editor Max Fischer. Em 1946, George Bernanos também retornou à sua pátria de origem, deixando-nos um importante legado cultural e político.¹⁹

A trajetória de George Bernanos, antes da sua chegada ao Brasil, é de um intelectual engajado na vida política francesa, tendo lutado na Primeira Guerra Mundial e atuado como repórter na Guerra Civil Espanhola. Assim como Marc Bloch (1886-1944) - historiador francês notório por ser um dos fundadores da Escola dos Annales e morto pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial - Bernanos mostrou-se revoltado com a derrota da França para os alemães, em 1940. Envolveu-se com o movimento da resistência francesa e posicionou-se contra o regime de Vichy apoiando o movimento pró-França Livre que teve, também, um importante segmento no Brasil. Seu sonho, como de alguns amigos, era de instalar-se no Paraguai, saído de Marselha em 20 de junho de 1938, com destino a América do Sul. No início de setembro desembarcou no Rio de Janeiro sendo, de imediato, reconhecido como o autor de *Diário de um Pároco de Aldeia* (1936). Em busca de equilíbrio emocional e material, iniciou sua errância por caminhos enlameados, metáfora comum em sua obra que, em vários momentos, parece demonstrar que ele estava em busca de Deus.²⁰

Bernanos adentrou por Pirapora do Bom Jesus até chegar ao interior de Minas Gerais, passando por Itaípava, Juiz de Fora e Vassouras, até estabelecer-se com sua família, perto de Barbacena, na Cruz das Almas, em agosto de 1940. Entre 1944-1945 voltou a residir no Rio de Janeiro delegando à sua filha Claude a administração da fazenda. A partir de junho de 1940, ativou sua investida antifascista contra a liquidação pétainista projetando-se através de seus escritos publicados, em grande parte, na mídia internacional. Envolveu-se com o movimento *França Livre*, falou através da BBC de Londres e escreveu nos jornais brasileiros como *O Jornal*, um dos órgãos dos *Diários Associados* pertencentes à Assis Chateaubriand. De maio de 1940 a maio de 1945, redigiu mais de trezentos artigos ou mensagens radiofônicas, alguns deles tendo permanecidos inéditos, em marcha “à honra como quem marcha ao canhão”.²¹

Durante o seu exílio no Brasil, Bernanos formou uma rede de relações que fortaleceram ainda mais o seu diálogo com outros intelectuais e poetas católicos, como Alceu Amoroso Lima, Augusto Frederico Schmidt, Austregésilo de Athayde, Jorge de Lima, e Murilo Mendes; além de outros francófilos, hostís as políticas do Eixo. Como católico e monarquista, manteve intensas polêmicas com seus interlocutores, dentre os quais Otto Maria Carpeaux que, entre janeiro-maio de 1944, irritou-se com a posição de Bernanos contra o “Alto Banco israelita”. No Rio de Janeiro, Bernanos encontrou Charles Ofaire, da Atlanta Editora, editor de várias de suas obras produzidas no Brasil: *Les Enfants Humiliés*, *Lettre aux Anglais* (1942) *Le Chemin de la Croix-des-Ames*

(coletânea de intervenções publicada em quatro volumes, de 1934-1945), e *La France contre les Robots e Monsieur Ouine*, (romance finalizado em Pirapora em 1941).²²

Apos o seu retorno à França em 1946, Bernanos escreveu uma carta à Raul Fernandes, então Ministro das Relações Exteriores do governo de Eurico Gaspar Dutra, na qual declarava que o Brasil não havia sido um mero episódio em sua vida: "... desde que voltei ao meu país, compreendo melhor do que antes que minha estada no Brasil não foi apenas um mero episódio de minha singela vidinha, mas estava inscrita desde sempre na trama de meu destino. Amei o Brasil por uma série de razões, mas em primeiro lugar, e antes de tudo, porque eu nascera para amá-lo".²³ Dois anos depois, Bernanos faleceu, deixando para trás um mundo ainda impactado pelas imagens de Auschwitz. Sua obra póstuma - *Um sonho ruim* - publicada em 1950, expressa seus diálogos com Deus, com o medo e a morte, assim como suas reflexões sobre ética e liberdade no pós-guerra.

Willy Keller é considerado por Izabela Kestler, em sua obra *Exílio e Literatura*, como um dos "mais importantes personagens do exílio brasileiro", tendo deixado um expressivo legado cultural e político. Na Alemanha, entre 1921-1934, trabalhou em vários teatros, dentre os quais o de Osnabrück, até ser denunciado como antinazista e ameaçado de prisão pela Gestapo. Buscou abrigo em Porto Alegre onde foi acolhido pelo tio de sua esposa, tornando-se redator do jornal antifascista *Aktion*, publicado por Friedrich Kniestedt. Seu sonho era tornar-se produtor de peças teatrais ou de ingressar na indústria cinematográfica brasileira, alimentada pela Atlântida, ainda muito incipiente, assim como a nossa cultura teatral. Entre 1936 e 1939 radicou-se em São Paulo trabalhando como contador em um restaurante, até ser despedido por negar-se a prestar juramento à Alemanha nazista, à bordo de um navio alemão. Em seguida, mudou-se com a família para o Rio de Janeiro, onde enfrentou grandes dificuldades. Iniciou suas atividades político-jornalísticas junto a Associação de Emergência dos Alemães Antifascistas (*Notgemeinschaft deutscher Antifaschisten*), que mantinha estreitas relações com *A outra Alemanha (Das andere Deutschland)*, de Buenos Aires.²⁴

Marcou também sua presença atuando no teatro brasileiro como ensaiador do teatro Experimental do Negro, no final dos anos 40, ao lado do seu fundador Abdias do Nascimento. Mas, somente no pós-guerra encontrou condições para fazer teatro em língua alemã. Entre 1957 e 1969 fundou e dirigiu o Instituto Cultural Brasil-Alemanha, e, a partir de 1973, dirigiu o teatro amador da Casa do Estudante do Brasil. Traduziu poesias de autores brasileiros para o alemão, organizou uma antologia publicada na Alemanha, traduziu o *Auto da Compadecida*, de Ariano Suassuna, segundo uma versão de Graciliano Ramos. Em sua obra *Exiltheater Rio de Janeiro*. Keller escreveu:

"Nesse país, Brasil, cuja língua não acreditei jamais poder entender ou falar, descobri que minha pátria não é o solo alemão, que supostamente levamos grudado aos nossos sapatos, mas a língua alemã [...] A luta para aprender uma língua estrangeira e a luta para não esquecer a língua materna tornaram-se o conteúdo real da minha vida."

Assim como aconteceu com vários outros escritores, os anos de exílio vivenciados

no Brasil deixaram marcas na obra literária de Ulrich Becher. Inicialmente foi na imprensa que Becker encontrou uma forma de sobreviver até conseguir trabalhar com teatro. Radicado em São Paulo desde em fins de 1943, Becher vislumbrou novas possibilidades de trabalho e de publicação de seus escritos em jornais da capital. Através de Herbert Baldus, diretor do Museu Paulista, Becher conseguiu publicar alguns artigos no jornal *Estado de S. Paulo*, enquanto que outros escritos, poemas e ensaios saíram em periódicos antifascistas como, *A Outra Alemanha (Das andere Deutschland/La Otra Alemania*, de Buenos Aires, e *Alemanha livre (Freies Deutschland)*, da Cidade do México). A única obra em língua alemã, que Becher pôde publicar durante seu exílio brasileiro, foi o poema narrativo *Das Märchen vom Räuber, der Schutzmann wurde*, lançado pela *Notbücherei deutscher Antifaschisten* (Editora de emergência de antifascistas alemães), fundado por Becker em parceria com Willy Keller, diretor de teatro e também refugiado do nacional-socialismo.

O casal Becher – por integrarem o Grupo Görden e conviverem com outros exilados alemães e austríacos – tinham contato com o pintor Axl von Leskoschek (1889-1976), nascido em Graz (Áustria), então docente da Academia de Artes do Rio de Janeiro, Karl Lustig von Prean (1892-1965), diretor de teatro, Otto Maria Carpeaux, ensaísta e literato; Richard Katz (1888-1968), ensaísta e autor de livros de viagens; e Ernst Feder. A primeira obra de temática brasileira explícita, intitulada *Brasilianischer Romanzero (Romanceiro brasileiro)*, escrita quando Becher durante sua estadia ainda no Brasil foi publicada em 1950, após seu retorno à Europa. Em 1951, sua primeira peça de teatro *Samba*, estreou no *Theater in der Josefstadt*, em Viena, sendo complementada pelo ensaio *Erinnerungen an den cariokischen Karneval* (Memórias do carnaval carioca), onde reconstituiu seu olhar sobre o carnaval carioca, vivenciado ao lado da “gordíssima cozinheira negra do hotel Flórida”, descrito como um lugar cheio de pulgas. Entre foliões e sambistas, Becher contrapõe este seu Brasil aquele que abrigava também adeptos do nacional-socialismo. Ernest Feder e sua esposa Erna, por sua vez, conseguiram visto de entrada no Brasil graças ao embaixador brasileiro Luis Martins de Souza Dantas que agia na França contrariando as Circulares Secretas vigentes durante do governo Vargas.²⁵ Ernst e Erna chegaram no Rio de Janeiro em 17 de julho de 1941, à bordo do vapor *Cabo de Hornos*. Em pouco tempo, Ernst conseguiu, graças à recomendação do embaixador Dantas, trabalhar como jornalista em vários jornais e revistas da capital.

Hebert Caro merece aqui nossa atenção enquanto alemão nascido em Berlim e refugiado no Brasil desde 1935. Bacharel em Direito pela Universidade Ruperto-Carola, de Heidelberg, foi proibido em 1933 de exercer advocacia por ser judeu. Pela mesma razão foi destituído do cargo de Diretor Esportivo da Federação Alemã de Tênis de Mesa, após ter sido jogador da seleção alemã durante seis anos. Em 1934 exilou-se na França, onde frequentou o curso de Estudos Greco-latinos na Universidade de Dijon. No ano seguinte refugiou-se no Brasil, estabelecendo-se em Porto Alegre onde fundou, com outros judeus alemães, a SIBRA (Sociedade Israelita Brasileira de Cultura e Beneficência). Atuou no comércio e na indústria até 1938 vindo, no ano seguinte, a trabalhar como tradutor para a Editora Globo. Traduziu, de Thomas Mann, *Os*

Buddenbrook (1942), *A Montanha Mágica* (1980), *Dr. Fausto* (1984) e *As Cabeças Trocadas* (1987). De H. Broch traduziu *A Morte de Virgílio* (1982). Considerado um grande tradutor da literatura de língua alemã para o português, foi premiado com a Cruz da Ordem do Mérito, 1 classe (Bonn; 1974); além do Prêmio da Associação Paulista de Críticos de Arte (1983) e do Prêmio Nacional de Tradução do Instituto Nacional do Livro.²⁶

Assim como Hebert Caro, Anatol Rosenfeld (1912-1973), nasceu em Berlim e era de origem judaica. Tornou-se aluno de Hartmann, da escola fenomenológica alemã, e de Ingarden; além de ser profundo conhecedor das obras de Thomas Mann e Bertold Brecht. Obrigado a fugir da Alemanha em 1936, imigrou para São Paulo, trabalhando primeiro como colono numa fazenda no interior do estado e, depois, como lustrador de portas no Paraná e vendedor de gravatas Back. Além de jornalista, crítico literário, professor de filosofia e de estética do teatro, deixou poesias que retratam o impacto do imigrante em terras brasileiras: *Recife, Copacabana, Ônibus Interestadual e Hetaira Negra*. Colaborou no Suplemento Literário de *O Estado de S.Paulo* e na *Crônica Israelita*, além de ministrar aulas na EAD - Escola de Arte Dramática de São Paulo. Tradutor de Thomas Mann, Brecht, Kafka, Mário de Andrade e Augusto dos Anjos. Entre os anos de 1950-1970 ocupou lugar de destaque na vida cultural paulistana servindo de intermediário entre a cultura alemã e brasileira. Deixou importantes estudos sobre o moderno teatro alemão além de um significativo conjunto de reflexões sobre a estrutura da obra literária, pensamento literário, antissemitismo, cultura popular brasileira, dentre outros temas. Tornou-se grande amigo de Jacó Guinsburg, editor da Perspectiva, editora responsável pela publicação de suas obras, dentre as quais: *Anatol on the Road* (2006), *Cinema: Arte & Indústria* (2003), *Estrutura e Problemas das Obras Literárias* (1976), *História da Literatura e do Teatro Alemães* (1993), *Letras e Leituras* (1994), *Letras Germânicas* (1993), *Mistificações Literárias: 'Os Protocolos dos Sábios de Sião* (1976), *Mito e o Herói no Moderno Teatro Brasileiro* (1982), *Na Cinelândia Paulistana* (2002), *Negro, Macumba e Futebol* (1993), *Pensamento Psicológico* (1984), *Prismas do Teatro* (1993), *Teatro Moderno* (1977), *Texto/Contexto II* (1993), *Texto/Contexto I* (1969) e *Thomas Mann* (1994).²⁷

Histórias cruzadas

A história dos intelectuais refugiados do nazifascismo no Brasil está diretamente ligada a história do livro e da leitura, assim como da imprensa. No sentido mais amplo, esta(s) história(s) nos remete também ao genocídio cultural praticado pelos nazistas, além do genocídio físico. Muitos dos intelectuais judeus que buscaram refúgio no Brasil, ainda estavam na Alemanha ou nos países ocupados por ocasião da queima dos livros censurados pelo nacional-socialismo como parte do processo de purificação cultural da Alemanha implementado por Joseph Goebbels, Ministro da Propaganda e Esclarecimento Popular, a partir de 1933. Foram abolidas importantes organizações culturais judaicas e milhares de obras de renomados escritores alemães, tais como Bertolt Brecht, Lion Feuchtwanger, Thomas Mann e Alfred Kerr, foram queimadas em praça pública. Até então, os intelectuais judeus ocupavam cargos importantes no

governo e ensinavam nas melhores universidades da Alemanha. Entre os trinta e oito escritores e cientistas alemães ganhadores do Prêmio Nobel entre 1905 e 1936, quatorze eram judeus. Assim, a retaliação a cultura produzida pelos judeus, classificada como *degenerada*, deixou muitas estantes vazias, gerando uma verdadeira erosão na produção do conhecimento.

A violência nacional-socialista contra os artistas, cientistas e escritores levou centenas de famílias judias, num primeiro momento, a fugir para outros centros europeus em busca de liberdade e de sobrevivência. Ideias criativas ainda em gestação foram abortadas; outras, concretizadas no *formato* de livro, foram queimadas. A história da escritora Marthe [Leiser] Brill (1894-1969), nascida em Colônia, exemplifica bem o rímo destas fugas desenfreadas movidas pelo medo, o desespero e o desencanto com aquela que consideram sua verdadeira pátria. Marthe - que havia estudado economia política em Heidelberg - escrevia para o jornal de turismo da linha de navegação Hamburg Süd, para o *Hamburger Fremdenblatt* e para a rádio de Hamburgo. Casada com o pintor Erich Brill que mantinha um ateliê em Hamburgo, Marthe tinha sua vida voltada para as suas atividades intelectuais. Com a ascensão do nacional-socialismo ao poder em 1933, foi despedida de suas várias funções por sua ascendência judaica e convicções socialistas. Amedrontada, deixou a Alemanha em 1934, levando consigo sua filha Alice, com apenas 12 anos. Passou pela Espanha, Itália e Holanda até chegar ao Brasil por sugestão de uma amiga da família, tia de Hilde Weber. Em São Paulo, durante muitos anos, trabalhou como secretária do primeiro Comitê de Auxílio para Refugiados Alemães.²⁸

Ao fugirem de suas residências, estes escritores eram obrigados a abandonar suas bibliotecas, pois nem tudo era possível de transladar como bagagem. No Brasil o cenário era também desolador, pois, em pleno Estado Novo, milhares de livros foram confiscados e queimados pela Polícia Política num arremedo das práticas fascistas.²⁹ Ser judeu, comunista, estrangeiro, não trazia glórias e nem ofertas de emprego para os refugiados judeus. Ao contrário, eram vistos pelas autoridades brasileiras como elementos suspeitos por suas ideias e escritos reforçando a trilogia dos estigmas.³⁰ Além de não terem um trabalho adequado as suas formações acadêmicas ou enquanto profissionais liberais, estes intelectuais não dispunham de editoras que publicassem seus escritos, além de um ou outro jornal.

Segundo Izabela Maria Kestler, estudiosa do tema dos exilados de fala alemã no Brasil, o grupo dos escritores alemães carecia de editoras que publicassem seus escritos em língua alemã. Cita como a única obra literária publicada em alemão, o poema narrativo de Ulrich Becher, *Das Märchen vom Räuber, der Schutzmann wurde* (1943), editada pela *Notbücherei deutscher Antifaschisten* (Livraria de emergência dos alemães antifascistas), fundada pelo próprio autor e encerrada, provavelmente por falta de recursos, sem editar nenhuma outra obra. O mesmo aconteceu com Marthe Brill que deixou um romance autobiográfico, *Der Schmelztiegel (O cadinho)*, produção nitidamente antifascista, tardiamente publicado na Alemanha em 2002. Deixou também, ainda inédito, um estudo sobre a última visita do Santo Ofício em Maiorca.³¹

A ausência de casas publicadoras no Brasil reflete muito bem o caráter das

campanhas de nacionalização das minorias étnicas empreendidas pelo Estado Novo brasileiro que, em 31 de Agosto de 1941, proibiu editoras e jornais de língua alemã, além de outros idiomas considerados *exóticos*. Desta forma, o governo Vargas abortou pela raiz, qualquer possibilidade de sobrevivência de “editoras do exílio”, assim como existiram no México (*El Libro Livre*) e Buenos Aires (*Editorial Cosmopolita*).³² Falando sobre livros não podemos deixar de citar uma história de sucesso empresarial: da família Herz, fundadora da *Livraria Cultura*, que cunhou de maneira decisiva o mercado nesse setor. Em 1938, Eva Herz (1911–2001) fugiu de Berlim pressionada pelas perseguições nazistas, assim como tantos outros aqui citados. Após uma breve estadia na Argentina, o casal Eva e Kurt Herz instalou-se em São Paulo, onde, em 1947 abriram um serviço de aluguel de livro que, inicialmente, funcionava na sala de sua residência. Na década 50, Eva Herz decidiu, além de alugar, também vender os livros. Em 1969 resolveu criar um espaço especial para o funcionamento de uma livraria, no mesmo ano em que seu filho Pedro, ainda hoje o presidente da empresa, assumiu a gestão dos negócios. Pedro Herz realizou o sonho de sua mãe ao instalar a *Livraria Cultura* em um lugar mais amplo, no Conjunto Nacional, em plena Avenida Paulista. Hoje, essa loja – ampliada e reinaugurada em 2007 – é a maior livraria no país. Desde então, a empresa mantém cerca de 16 lojas em importantes cidades brasileiras, movida por seu lema “Ler para ser” que não é apenas um slogan: reflete também a experiência de que a cultura e a língua são heranças deixadas por aqueles que, um dia, perderam sua pátria-mãe. Para o país de acolhimento, estas presenças resultaram em um rico legado multicultural.

Esta é, em síntese, a mensagem que deixamos através deste ensaio que propõe aos pesquisadores em geral, aprofundar a história dos intelectuais judeus radicados no Brasil, sob uma abordagem multidisciplinar. Não pretendemos aqui apresentar uma relação completa de suas trajetórias e obras, pois cada qual merece um investigação em particular. Suas histórias devem ser interpretadas em *função da vida*, enquanto manifestações de resistência inseridas no contexto de um mundo em convulsão, desequilibrado pelas práticas genocídias que culminaram no Holocausto. Além dos milhões de judeus exterminados pelos nazistas, devemos considerar também a destruição de milhares de livros acompanhada dos expurgos de milhares de intelectuais das universidades. Alguns investiram contra o nazismo formando nos países de exílio, como no caso do Brasil, Argentina e Estados Unidos, um círculo de resistência, unidos por um fio invisível: o da utopia, vislumbrando um mundo delineado pela paz, pela ética e justiça social.

Notas e referências

¹ Walter BENJAMIN (Ed.), *Magia e Técnica, Arte e Política: Ensaio sobre literatura e história da cultura*, 7ed., Trad. Sérgio P. Rouanet, São Paulo, Brasiliense, 1994, pp. 197-221.

² O inventário, cadastramento e reconstituição das trajetórias de vida dos escritores refugiados do nazifascismo no Brasil está sendo desenvolvido pelos pesquisadores e bolsistas do Projeto FAPESP “De apátrida à cidadão brasileiro”, sob a minha coordenação junto ao LEER- *Laboratório de Estudos sobre Etnicidade, Racismo e Discriminação*, do Departamento de História, FFICH-USP. Consultar o site: www.arqshoah.com.br. Importante estudo sobre os refugiados de língua alemã no Brasil foi realizado por

- Marlen ECKL, “*Das Paradies ist Überall Verloren*”. *Das Brasilienbild Von Flüchtlingen des Nationalsozialismus*, Frankfurt, Vervuert Verlag, 2010; e por Gudrun FISCHER, em colaboração com Susanne BEHREND, Elisabet FISCHER e Christiane Rüddenklau, *Abrijo no Brasil. Judias Alemãs em Fuga do Terror Nazista*, Tradução Sibylle Wendel, São Paulo, Brasiliense, 2005.
- ³ Getúlio Dorneles Vargas (1882- 1954) é reverenciado pela historiografia brasileira com um dos mais importantes políticos do século XX. Advogado de formação, marcou seu espaço como líder do movimento político que, em 1930, colocou fim ao mandato de Washington Luís, presidente da República em exercício, e impediu a posse de Júlio Prestes, presidente eleito em 1 de março de 1930. Para alguns historiadores este ato foi um golpe que culminou com o mandato de Getúlio Vargas durante quinze anos consecutivos (1930-1945); para outros que adotam a versão oficial propagada pelo próprio governo Vargas, é de que ocorreu uma revolução que depôs a “República Velha”, expressão utilizada pelos revolucionários para explicar o golpe e justificar a presença do grupo no poder. Ver J. W. F. DULLES, *Getúlio Vargas: Biografia Política*, Rio de Janeiro: Renes, s.d. [1ed.1967]; Boris FAUSTO, *A Revolução de 30: Historiografia e História*, São Paulo, Brasiliense, 1970.
- ⁴ Maria L. Tucci CARNEIRO, *Brasil Judaico. Mosaico de Nacionalidades*, São Paulo, Edit. Mayannot, 2013.
- ⁵ Sobre estas questões, ver Rogério DEZEM, *Matizes do “Amarelo”*: *A Gênese dos Discursos sobre os Orientais no Brasil, 1878-1908*, São Paulo, Associação Editorial Humanitas; Fapesp; LEI, 2005; Márcia Yumi TAKEUCHI, *O Perigo Amarelo: Imagens do Mito, Realidade do Preconceito*, São Paulo, Humanitas; Fapesp, 2005; Maria Luiza Tucci CARNEIRO, *O Anti-semitismo na Era Vargas: Fantasmas de uma Geração, 1930-1945*, 3ed. São Paulo: Perspectiva, 2001[1ed. 1988].
- ⁶ Renato KEHL, *Eugenia e Medicina: Problema da Vida*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1923; *Lições de Eugenia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1935; *Conduta*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1934; *Por Que Sou Eugenia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1937; *Utopia da Felicidade Coletiva*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1933. Dentre os estudos sobre Eugenia no Brasil ver: Maria Lúcia BOARINI (org.), *Higiene e Raça como Projetos: Higienismo e Eugénismo no Brasil*. Maringá, Eduem, 2003, pp. 165-183; Ricardo Augusto dos SANTOS, “Estado e Eugénismo no Brasil”, Sônia Regina de MENDONÇA, *Estado e Historiografia no Brasil*, Niterói, Eduff, 2006.
- ⁷ BR, Decreto-lei nº 1.532 de 23 de agosto de 1938, in: *Manuais da Legislação Brasileira*, Vol. XLVIII, São Paulo, Editora e Publicações no Brasil, [s.d.]. Biblioteca da Faculdade de Direito/USP. Sobre este tema ver: Maria L. Tucci CARNEIRO, cit.; Maria L. Tucci CARNEIRO, “A biotipologia do imigrante ideal: nem negro, nem semita, nem japonês”, Maria L. Tucci CARNEIRO; Márcia Yumi TAKEUCHI, *Imigrantes Japoneses no Brasil*, São Paulo, Edups; Fapesp, 20010; Fábio KOIFMAN, *Imigrante Ideal. O Ministério da Justiça e a Entrada de Estrangeiros no Brasil (1941-1945)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2012.
- ⁸ Discours de M.Taylor, Presidente da Conferência de Evian, 1938. *Anexo ao Ofício 12 de Hélio Lobo para Oswaldo Aranha, Ministro das Relações Exteriores*, p. 3. Genebra, 26 de julho 1938. *Ofícios Recebidos*, 101.34. Lata 643, Maço 9769. AHI/RJ. Ver Maria Luiza Tucci CARNEIRO, *Cidadão do Mundo. O Brasil Diante do Holocausto e dos Refugiados do Nazifascismo, 1933-1948*, São Paulo, Perspectiva, 2012 (Traduzido para o alemão por Marlen Eckl: *Welbürger. Brasilien und die Jüdischen Flüchtlinge, 1933-1948*, Berlin, Lit Verlag, 2014).
- ⁹ Ofício Reservado nº 2 , de Hélio Lobo para Oswaldo Aranha., Ministro das Relações Exteriores, Genebra, 16 de Julho de 1938, *Ofícios Recebidos*, 101.34. AHI/RJ- Arquivo Histórico do Itamaraty, RJ.
- ¹⁰ *Ibid.*, p. 14.
- ¹¹ Fábio KOIFMAN, cit., pp. 401-418.
- ¹² BR, Decreto-Lei nº 3175, de 7 de abril de 1941. Ver Jeffrey A. LESSER, cit., p. 241.
- ¹³ Aviso Reservado n. 413.353, enviado por Eurico Gaspar Dutra, Ministro da guerra, para Francisco Campos, Ministro da Justiça e Negócios Interiores. Rio de Janeiro, Novembro de 1940. Arquivo Nacional, apud Fábio KOIFMAN, op. cit., p. 178 e nota 328.
- ¹⁴ Carta de Manoel Marcondes Rezende à Getúlio Vargas. São Paulo, 15 de Setembro de 1940, anexada ao Processo 7.067/41. MJNI, p. 50 e 27, apud Fábio KOIFMAN, cit., p. 175.
- ¹⁵ Izabela Maria Furtado KESTLER, “Recepção da literatura em língua alemã do exílio nos países de origem dos exilados após o término do regime nazista na Alemanha e Áustria”. Artigo disponível em <http://www.apario.com.br/index/boletim40/EXILREC1.pdf>. Consultado em 20.08.2013.

-
- ¹⁶ Cartas de Hermann Mathias Görden, Presidente da Deutsch-Brasilianische Gesellschaft E.V. (Sociedade Teuto-Brasileira) à Maria L. Tucci Carneiro. Bonn, 26 de setembro e 26 de junho de 1990. Arqshoah-LEER/USP.
- ¹⁷ R. CAMPOS, “Um amigo do Brasil”, *Jornal do Brasil*, 1994. Acervo H. M. Gorgen, Bonn, Alemanha.
- ¹⁸ Marcos Fabio Campos da ROCHA, “Romances e resgates: o confronto com o passado como gênero literário”, in: *Graphos*. João Pessoa, Vol. 13, N. 1, Jun./2011. Disponível em pdf: www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/graphos/article/download/10251/7233
- ¹⁹ A. FISCHER, “Brasil, refúgio de intelectuais”, em: *O Cruzeiro*, 15 de dezembro de 1945, p. 25.
- ²⁰ Ver resenha do livro *Sonho Ruim*, de Georges Bernanos, por Andrea KAHMANN *Amalgama: Atualidade & Cultura*, publicada em 31/05/2013. <http://www.amalgama.blog.br/05/2013/um-sonho-ruim-georges-bernanos/>
- ²¹ *Essais et Écrits de Combat*, Tomo II, Paris: Gallimard, “Bibliothèque de la Pléiade”, 1995, p. 203.
- ²² “Georges Bernanos e o Brasil”, Biblioteca França-Brasil. Disponível em http://bndigital.bn.br/francebr/georges_bernanos_port.htm. Ver também Hubert Jacques SARRAZIN, *Bernanos no Brasil*, Petrópolis, Vozes, 1968.
- ²³ *Carta de Georges Bernanos à Raul Fernandes*. Bandol, 1º de março de 1946, apud [Autor não identificado]. “Georges Bernanos e o Brasil”. http://bndigital.bn.br/francebr/georges_bernanos_port.htm. Consultado em 19.08.2013.
- ²⁴ Izabela Maria FURTADO, cit.
- ²⁵ “Souberam os brasileiros CRIAR ninho e deserto de tristeza, de Depressão e de angústia oásis de calma, de serenidade e de confiança no Futuro.”, apud Ernest BECHER, “Encontro com Souza Dantas em Vichy”, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 Abril de 1954.
- ²⁶ Maria Luiza Tucci CARNEIRO; Dieter STRAUSS, *Brasil, um Refúgio nos Trópicos - Brasilien, Fluchtpunkt in den Tropen*. São Paulo, Estação Liberdade, 1996.
- ²⁷ J. GUINSBURG; Plínio MARTINS FILHO (Orgs.), *Sobre Anatol Rosenfeld*. São Paulo, Com-Arte, 1995
- ²⁸ Izabela Maria Furtado KESTLER, *Exílio e Literatura: Escritores de Fala Alemã durante a Época do Nazismo*, Tradução Karola Zimber, São Paulo, Edusp, 2003.
- ²⁹ Maria Luiza Tucci CARNEIRO, *Livros Proibidos, Ideias Malditas*, 2ed., São Paulo, Ateliê Editorial, 2003.
- ³⁰ Maria Luiza Tucci CARNEIRO, “Trilogia dos estigmas”, Dieter STRAUSS (org.), *Não Olhe nos Olhos do Inimigo: Olga Benário e Anne Frank*, São Paulo, Paz e Terra, 1995, 39-50
- ³¹ Marina Rago MOREIRA, “Alice Brill, retratos de uma metrópole”, *Primeiros Escritos*, n. 18, junho, 2012. http://www.labhoi.ufr.br/sites/default/files/AliceBrill_rev.pdf. Consultado em 25.12.2013.
- ³² Izabela Maria Furtado KESTLER, cit.

O Estrangeiro um romance-manifesto: matrizes, representações, apropriações e propostas na obra de Plínio Salgado

Maria Izilda Santos de Matos*
Leandro Pereira Gonçalves**

Estes escritos analisam *O estrangeiro*, o romance-manifesto escrito por Plínio Salgado, em 1926. Buscou-se recuperar as matrizes, representações, apropriações e propostas do líder da Ação Integralista Brasileira (AIB), para tanto foi rastreada a sua trajetória na década de 1920, seus interlocutores políticos e intelectuais (modernistas e eugenistas paulistas), a fim de recuperar suas propostas nacionalistas, sua oposição ao cosmopolitismo, visões sobre o estrangeiro e indicações para as ações imigrantistas, presentes na obra.

Trajatória, ações e inserções na capital modernista

“Convença-te a ti mesmo e depois convencerá os outros.”
Plínio SALGADO

Plínio Salgado nasceu no interior do estado de São Paulo, em São Bento do Sapucaí, no ano de 1895, onde, ainda jovem, alcançou posição de destaque intelectual e político. Na década de 1920, transferiu-se para São Paulo, iniciando uma nova trajetória intelectual, cultural e política.

Na capital paulista, Plínio procurou integrar-se a grupos intelectuais, buscando perspectivas culturais e políticas. Inicialmente, por meio da apresentação de Nuto Sant’Anna¹, que já havia publicado alguns dos seus trabalhos no *Correio Paulistano* (órgão oficial do Partido Republicano Paulista – PRP), conseguiu uma colocação como suplente de revisor, não tardaria a ser promovido, em virtude da intercessão de Menotti del Picchia, naquela época, chefe de redação.

* Professora Titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutora em História pela USP. Pós doutorado Université Lumière Lyon 2 (rança(1997). Pesquisadora 1 A do CNPq.

** Professor Adjunto da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com estágio (*Junior Visiting Fellow*) no ICS da Universidade de Lisboa.

A atuação nos jornais possibilitou contatos com intelectuais paulistanos, ele foi, aos poucos, agenciando sua inserção cultural que se tornou base para a sua formação nacionalista, literária e política.

“Na redação do órgão oficial do Partido Republicano Paulista ele encontra o ambiente político e intelectual de que necessitava. Os jornalistas estão em contato permanente com os dirigentes do Partido, o que abre a possibilidade de uma eventual carreira política. Na situação de Salgado, jovem e ambicioso e oriundo de uma pequena cidade do interior, esta é a situação ideal. Ao mesmo tempo um ambiente intelectual de vanguarda, já que a maioria dos redatores apoia o movimento modernista, do qual o redator-chefe, Menotti del Picchia, é um dos líderes.”²

Os primeiros anos de Plínio em São Paulo foram caracterizados pela turbulência econômica e contextualizados por divergências políticas entre as elites dominantes, as tensões explícitas sinalizavam para o esgotamento do sistema oligárquico, levando a emergência de novos movimentos políticos, sociais e culturais, como: o tenentismo, a fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB), a realização da Semana de Arte Moderna e a criação do Centro Dom Vital (que tinha como ação central a luta anticomunista).

A expansão da cidade de São Paulo esteve vinculada diretamente aos sucessos e/ou dificuldades da economia cafeeira, consolidando-se como centro econômico e político, polo de desenvolvimento fabril, mercado distribuidor e receptor de produtos e serviços, atrelando-se ao pioneirismo em várias áreas com avanços tecnológicos e tornando-se vanguarda nas contendas culturais, com o Movimento de 1922.

Na década de 1920, cresceram os questionamentos às influências estrangeiras, uma emergente elite intelectual propunha rupturas e levantava a bandeira em defesa de uma cultura estritamente nacional, buscando independência em relação ao exterior e posicionando-se à frente do resto do país, considerado atrasado e arcaico.³ O Modernismo, além de um movimento artístico e intelectual, foi também manifestação política⁴, no sentido de uma cultura política de contestação à situação então vigente.

“Emerge daí um sentimento de hegemonia que estabelece, aos poucos, uma espécie de cisão no programa restaurador das minorias ilustradas, marcada, de um lado, pela aspiração de liderança da geração que surge, e, de outro, pela transformação dessa liderança numa arma de combate à nossa submissão literária a Portugal e à Europa, de uma maneira geral.”⁵

Plínio foi muito influenciado pelos debates daquele momento, particularmente, pelo movimento modernista, questão nacionalista e proposta da eugenia paulista, era o solo fértil de que o autor necessitava para se aprimorar intelectualmente, apropriando-se destas matrizes que foram acrescentadas às de sua formação, em São Bento do Sapucaí.

Com o intuito de ampliar seus relacionamentos, entre 1920 e 1921, publicou na respeitada *Revista do Brasil*⁶. Fundado em 1916, este periódico foi adquirido por Monteiro Lobato (1918) que abriu espaço para novos escritores, consolidando a revista como expressão dos valores nacionalistas e visando ao aprofundamento da análise cultural.⁷

Os questionamentos e a busca de rompimento em relação à influência europeia marcaram as ações ocorridas na Semana de Arte Moderna, nos dias 13, 15 e 17 de fevereiro de 1922, no Teatro Municipal de São Paulo. O evento contou com a presença de um grupo considerado inovador e que buscava, seja por meio da denúncia seja pela ironia e deboche, integrar o Brasil num processo de mudanças. Segundo Plínio Salgado: “Estávamos todos preparados para o grande movimento. Faltava aglutinar. E isto foi feito em fevereiro de 1922”.⁸ O autor completa: “Estávamos em 1922, ano do centenário da independência e também da revolução literária que trouxe o modernismo às nossas letras, sob a influência da Itália e da França, principalmente da França.”⁹

Na Semana de 1922, Plínio Salgado apresentou um texto denominado *Arte brasileira*,¹⁰ que fazia parte de uma série de reflexões, também encontradas em *A poesia em São Paulo no ano do centenário da independência*¹¹. O ano foi também de composição de alguns poemas, com poucas repercussões, com exceção de *O Eco*¹², poesia publicada originalmente no periódico modernista *Klaxon*, em novembro de 1922. Este momento tornou-se emblemático para o autor, um passaporte para a saída do anonimato, possibilitado pelos contatos estabelecidos e pela inserção nos circuitos culturais.

Contudo, a importância do autor no movimento de 1922 foi questionada, considerada “a fresta por onde se insinua Plínio Salgado para uma primeira saraiva no ideário de 22”¹³ ou “permaneceu em áreas de sombra no movimento [...] nos camarins da Semana”.¹⁴ Mário de Andrade não o reconhecia como participante do grupo, e afirmava: “Plínio Salgado que, vivendo em São Paulo, era posto de parte e nunca pisou nos salões” modernistas.¹⁵ Em 1968, lembrando os acontecimentos, Plínio destacava:

“Dois fatos influíram no sentido de trazer à nova geração as inquietações de que resultou a chamada ‘Semana de Arte Moderna’: o conhecimento do que se passava na Europa, onde surgiam o futurismo, o dadaísmo, o cubismo, o expressionismo, o abstracionismo; e o sentimento nacionalista [...] esses dois fatores levaram a nova geração: 1º) a buscar novas formas de expressão; 2º) a redescobrir o Brasil, pesquisando suas raízes étnicas e históricas, seus elementos dialetais, suas construções sintáticas, seu folclore, seus costumes, suas lendas e fábulas, suas características geográficas, zoológicas e botânicas.”¹⁶

Após o evento, considerado “ponto de partida para as conquistas expressionais da literatura brasileira”¹⁷, explicitam-se as cisões internas entre os participantes do movimento. Vale notar que essas divergências foram percebidas por Plínio, que se posicionou no correr do processo. Em tom memorialístico, Plínio destacava: “após a

Semana de Arte Moderna em 1922, deu-se o que poderemos chamar de *diáspora* dos elementos que a promoveram; entretanto, houve um denominador comum: o sentido brasileiro dos novos literatos e artistas”.¹⁸

A questão do nacionalismo passou a ser o ponto central da luta para a maioria dos intelectuais e artistas que em diferentes perspectivas se organizaram em grupos para expressar suas concepções anunciadas por meio de manifestos. Sendo o primeiro deles o *Manifesto da poesia Pau-Brasil*, lançado por Oswald de Andrade, em 1924.¹⁹

Numa outra vertente política e cultural, em 1929, divulgou-se o Manifesto do Verde-amarelismo que, como em outros manifestos anteriores, apresenta um discurso baseado no nacionalismo cultural e político; mas, inspirado nos regimes autoritários europeus e tendo entre seus principais porta-vozes Plínio Salgado. Na sequência, Plínio fundou o grupo *Anta*: “uma espécie de ala esquerda do *verdeamarelismo*”²⁰, iniciando a radicalização do pensamento com concepções políticas pautadas no ultra-nacionalismo, assumiu esta bandeira em face da convicção da necessidade de difundir a consciência da nacionalidade, encontrando-se aí gênese das propostas da AIB, criticando veementemente os intelectuais que não estabeleciam a conexão entre o cultural e o político.²¹

Nós e os outros: os estrangeiros

“Basta uma laranja estragada para apodrecer um cento delas”
Renato KEHL

A expansão cafeeira pelo estado de São Paulo gerou uma ampla demanda de braços para a lavoura que coincidiu com a crise do escravismo, gerando tensões em torno da questão do trabalho. A elite paulista considerava a imigração subsidiada o meio ideal para o fornecimento de trabalhadores nas fazendas, gradativamente, esta proposta foi institucionalizada em uma política subsidiada pelo Estado e caracterizada pela imigração em massa, contínua e familiar.²²

Os proponentes idealizavam um imigrante laborioso, inteligente, vigoroso, que aspirava à fortuna, representasse o progresso e que reabilitasse o ato de trabalhar, imprimindo uma característica civilizadora ao trabalho, além de “caiar” o país. No correr do processo, se para alguns imigrantes foi possível atribuir adjetivos como: “laboriosos, ordeiros e dedicados”; em outros casos as características que melhor qualificaram eram: “lutadores, contestadores, inconformados com as injustiças sociais”. Assim, geraram-se outras inquietações e questões: quais eram os imigrantes desejados e em contraponto definiam-se os *indesejáveis*. Em 1907, a Lei Adolfo Gordo já deliberava sobre o banimento do estrangeiro que, por qualquer motivo, comprometesse a segurança nacional ou a tranquilidade pública, tivesse condenações dentro e fora do país por vagabundagem, mendicidade e lenocínio.

As tensões se ampliaram com a participação de imigrantes nos movimentos operários e outras manifestações, particularmente nos anos de 1917-19, gerando novas medidas que visavam ao maior controle sobre as entradas de estrangeiros. As ações de

restrição à entrada de imigrantes e para retirada dos “indesejáveis” (que “comprometessem a segurança nacional” ou “fossem nocivos aos interesses dos poderes estabelecidos”) foram várias e constantemente aperfeiçoadas. (Artigo 72/1891, os Decretos de 1907-1913-1921²³, a Reforma Constitucional de 1926).

Apesar de se considerar a imigração um benefício para o Brasil “como fator eugênico e de progresso”, vista como uma contribuição ao aumento do sangue ariano num país marcado pela negritude, o intenso processo imigrantista gerou conflitos étnicos, xenofobia e preconceitos, presentes no cotidiano de diferentes maneiras e de forma crescente.

Após a Primeira Grande Guerra se expandiu e se institucionalizou a matriz eugenista, desempenhando influências marcantes, ampliando sua ação política e doutrinária. Baseados nos princípios da degeneração e hereditariedade, os eugenistas justificavam a necessidade de promover a regeneração do caráter nacional, por meio de aprimoramentos e seleção eugênicos, interferindo na família e nas leis da hereditariedade, apregoava o exame pré-nupcial e a esterilização obrigatória de indivíduos *degenerados*, regulamentação do meretrício e da imigração.²⁴

Os debates eugenistas não se limitaram aos círculos médicos, os propagadores e seguidores da eugenia social incluíam políticos, juristas, intelectuais e higienistas que referendavam constantemente a matriz básica de sua argumentação – a medicina eugênica.²⁵ A divulgação do ideário eugenista encontrou espaço na grande imprensa: *Jornal do Comércio*, *O Estado de S. Paulo*, *Correio Brasiliense*, sendo publicados com frequência e circulando com intensidade, também por meio da publicação de livros, folhetos e artigos em revistas científicas (Boletim de Eugenia), propagando suas ideias em conferências, debates e campanhas, como as de luta contra o alcoolismo, as doenças venéreas e a tuberculose.²⁶

Considerado como aquele que melhor expressou os anseios dos eugenistas e principal mentor, Renato Kehl²⁷ difundiu suas ideias eugênicas, visando regenerar a saúde física, moral e intelectual do homem brasileiro, buscando eliminar elementos de degeneração e aprimorar a raça nacional. Sob a perspectiva da cura e da regeneração, defendia medidas como a separação dos tipos eugênicos, sintetizadas na eugenia preventiva (controle dos fatores disgênicos pelo saneamento), eugenia positiva (incentivo e regulação da procriação dos capazes) e eugenia negativa (evitar a procriação dos considerados incapazes). “Defendo a esterilização para a redução dos degenerados [...] Em suma, para a melhora física, moral e intelectual dos nossos semelhantes, é necessário lançar mão da esterilização, sem prescindir, porém, da prática dos demais preceitos ditados pela eugenia positiva, preventiva e negativa.”²⁸

Neste mesmo sentido, Kehl polemizou as questões em torno da imigração. Sugeriu uma imigração seletiva, regrada e com a proibição da entrada de imigrantes *indesejáveis* que levassem à desorganização social e de difícil assimilação (amarelos, japoneses, chineses, árabes, judeus e negros, *elementos inassimiláveis* indivíduos “cretinos, mentecaptos, – os muito velhos, tarados, loucos, criminosos, degenerados, vagabundos, desordeiros, anarquistas, indesejáveis politicamente”, como ele nomeava). A seleção

incluiria a implementação de uma política imigrantista que financiasse a imigração *ariana*, de “homens ativos e pertinazes” que melhorariam o “estoque genético” da nacionalidade. No livro *Lições de Eugenia*, assim se posicionava:

“... o problema da imigração é de grande importância eugênica. Merece ser tido em alta conta pelos nossos dirigentes. Precisamos de leis severas que estipulem as condições para a entrada de alienígenas no país. Não basta a simples verificação do estado de saúde e da aptidão para o trabalho. Faz-se mister considerar o valor étnico. Há povos que nos convêm, e outros que devemos evitar. O nosso representa verdadeira salada de raças incompatíveis. A nacionalidade está em estado de cólicas: o metabolismo processa-se, irregularmente; os órgãos emunctórios não apresentam capacidade para a desassimilação; cada dia são absorvidos novos elementos inconciliáveis.”²⁹

Assim, o discurso eugênico apresentou pontos básicos para a regeneração social e moral dos cidadãos brasileiros, destacando a luta pela regulamentação da imigração.³⁰ O estrangeiro era visto como elemento de desordem social, estigmatizado como portador de maus hábitos, atitudes e costumes devassos. Num discurso marcado por preceitos fortemente eugenistas e nacionalistas, devendo-se selecionar os mais assimiláveis.³¹

Destacava como modelo os Estados Unidos, sugerindo *leis severas* que estipulassem cotas raciais para a entrada de imigrantes no país, além de implantar um sistema rigoroso de fiscalização dos portos, que selecionasse os imigrantes de acordo com suas características físicas, de saúde e aspectos psicológicos.

O questionamento da imigração aparecia vinculado à sugestão de substituição do subsídio à imigração pela subvenção à procriação, com recompensas aos nacionais que tivessem certo número de filhos “concorrendo para aumentar a população do nosso país”.³²

Nos finais da década de 1910, Lobato se entusiasmou com a eugenia, trocando de missivas com Renato Kehl. Em carta datada de 1918, ele declarava que lastimava o conhecimento tardio de “um espírito tão brilhante” e neste mesmo ano, convidou o cientista para prefaciá-lo seu livro *O Problema Vital*. Os contatos entre Lobato e Kehl se intensificaram na década 20, quando o eugenista publicou *A Esterilização sob o Ponto de Vista Eugênico* (1921), o escritor se referia a ele como *um D. Quixote científico*.³³

Além de Monteiro Lobato, envolveram-se na questão eugenista outros intelectuais e autoridades políticas, como Roquette-Pinto, Oliveira Viana, Fernando de Azevedo, Vieira de Carvalho, Belizário Penna, Afrânio Peixoto, Miguel Pereira, Miguel Couto, Eduardo Rabelo, Agostinho de Souza Lima. As concepções tornavam-se cada vez mais frequentes no pensamento social, sendo a eugenia vista como símbolo de modernidade cultural, expressão de cientificidade, subentendendo pensar em evolução, progresso e civilização, propostas fortemente presentes no imaginário nacionalista das elites pensantes.

Os eugenistas, contudo, não constituíam um grupo coeso, os conflitos de ideias e concepções ficaram claros durante os debates do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado entre os dias 30 de junho e 7 de julho de 1929, no Rio de Janeiro, presidido pelo antropólogo e diretor do Museu Nacional Roquette-Pinto e tendo como secretário geral, Renato Kehl.

Durante o Congresso, os debates se polarizaram, de um lado estavam os que comungavam das ideias de Kehl (pessimista em relação ao processo de miscigenação, temia que a constante *mistura racial* levasse o país a um processo de degeneração), e de outro os que tinham visão mais positiva sobre a miscigenação (Roquette-Pinto, Fróes da Fonseca e Belizário Penna). A questão da imigração envolveu debates acalorados que se prolongaram por dois dias, evidenciando as divergências, diferentes concepções raciais e sociais dos integrantes do movimento. Belizário Penna e Roquette-Pinto defendiam que a imigração, mais do que uma questão racial, era um “problema político e social”, e sugeriam que se evitassem grupos que formassem *quistos sociais*, que não se misturassem à *raça brasileira*, se opuseram a regulação da entrada de imigrantes com base nas características raciais e hereditárias. Já Kehl e Azevedo Amaral (O problema eugênico da imigração) defendiam as práticas que restringissem a entrada de imigrantes no Brasil, em nome dos *interesses da raça*, uma política rigorosa de seleção e o controle sobre a entrada de elementos *inferiores*, “lastimável de atraso e perturbação social”.

Neste mesmo ano de 1929, Kehl lançou seu livro *Lições de Eugenia*, no qual reafirmava sua simpatia por uma eugenia mais extremada, ao passo que Roquette-Pinto, Fróes da Fonseca, Artur Ramos, entre outros receberiam simpaticamente a obra de Gilberto Freyre, *Casa grande e senzala* (1933) que propunha análises mais sociológicas sobre a diversidade racial e cultural brasileira. (SOUZA, 2006) Contudo, as polêmicas não finalizaram, se estendendo pelas décadas de 1930 e 1940, seja por meio das posturas tomadas pelos partidos políticos (AIB³⁴) seja pelo próprio governo Vargas que implementou medidas restritivas à imigração.³⁵

Entre Bandeirantes, imigrantes e Jecas: intelectuais e nação

“O traço mais saliente da cidade é sua italianidade. Ouve-se mais italiano em São Paulo que em Turim, Milão, em Nápoles por que passo que entre nós se fala o dialeto, em São Paulo todos os dialetos se fundem sob a influência dos vênets e toscanos, que são a maioria, e os da terra adotam o italiano como língua oficial. São Paulo dispõe de cinquenta escolas italianas, numerosíssimas sociedades italianas de música e pintura. Vinhos, pães, automóveis, roupas, tecidos, livros, anúncios, tudo é italiano. Nos empórios veem-se montanhas de latas de tomate siciliano e de massas napolitanas, nas lojas de tecidos figuram todos

os algodões de Lombardi, as nossas sedas de Como, os
nossos chapéus de Florença e de Alessandria”

Gina Lombroso FERREIRO³⁶

Em 1890, envolta em um intenso processo de imigração, a cidade de São Paulo atingiu a cifra de 64.934 habitantes, com ampla presença de estrangeiros, dos quais 76,5% eram italianos³⁷; já em 1900, eram 239.820 habitantes, dos estrangeiros 66,3% eram peninsulares, cerca de 30% da população. Nos anos de 1920, a população mais do que dobrou, atingindo a cifra de 579.033 pessoas, das quais 91.244 eram italianas.³⁸

O crescimento urbano e industrial atraiu uma massa de trabalhadores, particularmente imigrantes, compondo um mosaico diversificado de estrangeiros e de seus descendentes, que juntamente com os migrantes constituíam-se numa multiplicidade de culturas, tradições e sotaques. A diversidade étnica gerava questionamentos, tensões na convivência e xenofobia, esta massa urbana era vista com receio e necessidade de enquadramento, nesse contexto, se procurou garantir o primado da elite tradicional paulista sobre os outros (particularmente os estrangeiros).

Desde os finais do século XIX, quando as elites intelectuais ressaltavam a relevância histórica dos paulistas para a nação e se empenharam em elevar cultural e politicamente São Paulo a posições privilegiadas no panorama nacional, debatia-se a formação étnica dos paulistas, apregoando sua superioridade no quadro da nacionalidade. Institucionalmente, os discursos se difundiam a partir do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP/1894) e da Academia Paulista de Letras (APL).

Nestes campos de luta, reconstruiu-se o papel dos paulistas na formação histórica brasileira e local, por meio da *invenção*³⁹ do mito do bandeirante, compondo uma narrativa histórica que valorizava o português mestiçado com o indígena com seu papel central na condução do processo colonizador, que partindo do Planalto de Piratininga, desbravou os sertões. Os bandeirantes foram romantizados como destemidos desbravadores que alargaram e consolidaram o território nacional, deixando de lado o aventureiro apesador de indígenas.⁴⁰ A simbologia serviu para construir a trajetória paulista como o único e decidido percurso rumo ao progresso, encobrindo conflitos, diferenças e legitimando a hegemonia paulista no governo nacional. Este mito se tornou a marca do espírito paulista (iniciativa, valentia, arrojo, tenacidade) e seus herdeiros (os paulistas de 400 anos) mantinham geneticamente este espírito heroico.⁴¹

Alfredo Ellis Jr. (também integrante do grupo Verde-Amarelo) foi um dos porta-vozes deste discurso, sua reflexão destacava o papel histórico dos bandeirantes paulistas. Construindo uma visão hierárquica da sociedade brasileira, ele se baseava no paradigma eugenista, defendia a tese da superioridade de uma sub-raça paulista (resultado da mestiçagem eugênica) que, com seus valores de trabalho, empreendedorismo, iniciativa de povoar e civilizar o território, também teria se encarregado da expansão da cafeeicultura paulista (vista como um desdobramento das bandeiras).⁴²

Neste quadro de crescimento dos debates nacionalistas e da *invenção* da paulistaneidade⁴³, se advertiam para os efeitos negativos da influência e presença dos imigrantes na sociedade, economia e especialmente nas artes e cultura. A polêmica envolveu as elites pensantes, se inicialmente o imigrante foi almejado como signo de civilidade, progresso e possibilidade de branqueamento do país, a constituição de um *melting pot* passou a incomodar e a presença de estrangeiros *indesejáveis* (seja pelo envolvimento nas lutas políticas seja pela própria ascensão econômico-social e concorrência em certos setores), ampliando os questionamentos.

Desde os inícios do século XX que a temática da imigração já se fazia presente na produção literária, nos escritos de Graça Aranha (*CANAÃ, 1902*) e também no humor, em que se destacaram os escritos de Juó Bananére (pseudônimo de Alexandre Ribeiro Marcondes Machado), cujos textos caracterizados pela crítica social e política denunciavam os contrastes urbanos e as tensões étnico-culturais.⁴⁴

Contudo, com a emergência do movimento modernista, cresceu a presença do tema e da polêmica, sendo focalizada em *Macunaíma* (1928), por Mário de Andrade. Apareciam, de forma mais afetiva e envolta numa linguagem leve, bem-humorada e espontânea, em *Brás, Bexiga e Barra Funda* (1927)⁴⁵, no qual Alcântara Machado relatava o cotidiano dos territórios dos *Italianinhos de São Paulo*, contando os dissabores, tristezas, esperanças, alegrias, perspectivas.

Tanto a ala verde-amarela dos modernistas (Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia e Plínio Salgado, reunido em torno da redação do *Correio Paulistano*) como o movimento da Antropofagia (Manifesto Pau-Brasil/1924, Manifesto Antropofágico/1928), apesar das divergências, observavam a vocação da cultura paulista para o caldeamento racial.⁴⁶ “A doutrina dos verde-amarelos confere especial ênfase ao papel dos imigrantes na construção da nacionalidade [...]. No entanto, toda essa constelação de fatores positivos só se sustenta em função da positividade do meio [...] porque se incorporaram ao espírito paulista.”⁴⁷

Os verde-amarelos se preocupavam com o papel do imigrante, valorizavam os que se integravam, contribuindo para o progresso e dentro da ordem, questionavam os não adaptáveis, ou que se isolavam em grupos fechados (quistos).⁴⁸ Diante destas dificuldades, Oliveira Vianna e Alfredo Ellis propunham a seleção de imigrantes por meio de uma “fiscalização eugenizadora”. Del Picchia, apesar de sua itálo descendência, observava que seria uma possibilidade se não houvesse tanta necessidade de mão de obra, e salientava que

“... todos os braços são bons, quando são sadios moral e fisicamente, e estão habituados no trato da terra [...] O que se deverá evitar como necessária providência política, será o enquistamento de grandes núcleos sinegenéticos em zonas de difícil acesso, onde se ilhariam sem possibilidades de cruzamento, bem como a entrada de elementos defeituosos ou poucos sadios, rebeldes à disciplina social, prósperos à ordem ...”⁴⁹

Constituiu-se um ambiente frutífero para a discussão do estatuto do Brasil, representado como um país jovem, e as referências aos imigrantes apareceram problematizando-se o caldeamento, a miscigenação e acirrando as discussões que envolviam a questão nacional.⁵⁰ Buscavam-se as raízes e a autenticidade da nação identificando-a com o homem interiorano (sertanejo, caipira e também os Jecas Tatu). Desde meados da década de 1910, quando Lobato caracterizou o Jeca.

“Este funesto parasita da terra é o CABOCLO, espécie de homem baldio, seminômade, inadaptável à civilização, mas que vive à beira dela na penumbra das zonas fronteiriças. À medida que o progresso vem chegando com a via férrea, o italiano, o arado, a valorização da propriedade, vai ele refugindo em silêncio, com o seu cachorro, o seu pilão, a pica-pau e o isqueiro, de modo a sempre conservar-se fronteiriço, mudo e sorna. Encoscorado numa rotina de pedra recua para não adaptar-se..”⁵¹

Assim, eram reforçadas as características negativas do Jeca Tatu (alheio à ideia de pátria, indolente, apático, impenetrável à civilização) e, por causar polêmica, o próprio Lobato reviu sua proposta no artigo *Jeca Tatú, a ressurreição*, incluído em *Problema Vital* (1924), prefaciado por Renato Kehl.⁵²

Em oposição, o caipira era apresentado como trabalhador, forte, inteligente, arguto, maleável, dócil, sentimental, afetivo e sincero, apesar de intimidado no meio urbano, Cornélio Pires foi o porta-voz desta imagem. Ele, além das publicações (prosa e poesia), gravações, espetáculos (encenações e música, apresentando violeiros e grupos musicais), foi o grande divulgador, por intermédio do rádio, da cultura caipira.⁵³

Destacando que a sua missão era refletir sobre a nação e propondo um nacionalismo afirmativo de crença no Brasil, os verde-amarelistas também se posicionaram.⁵⁴ Eles criticavam a visão negativa do sertão e do homem do interior (representado por Jeca Tatu), identificando-o como fruto das condições precárias de vida, doença e pela falta de instrução no meio rural. As apreciações apontavam para o artificialismo das cidades, salientando os males do cosmopolitismo e destacando a comunhão do homem e da natureza, valorizavam o sertão e o sertanejo como o lócus e símbolo da nacionalidade⁵⁵

Desde 1917, quando publica o poema *Juca Mulato*⁵⁶, Menotti Del Picchia apresentava um caboclo “forte como a peroba e livre como o vento”, identificando-o elemento original e integrador do nacional. Destacava que o homem do interior (Planalto de Piratininga) era “um tipo tão prodigioso de energia física e de iniciativas, que conseguiu desbravar, fixar-lhes as fronteiras, possuir e defender uma das pátrias geograficamente maiores do mundo”⁵⁷

Já Cassiano Ricardo, em *Martim Cererê* (1928), ao buscar as tradições populares, exaltando o país e suas potencialidades, destacava a importância de transmitir os valores da nacionalidade. Desenvolveu, assim como outros membros do grupo verde-amarelo, uma crítica sistemática ao Jeca e, contrapondo-se a ele, valorizava o bandeirante e o cafeicultor, pela iniciativa e valor, empreendedorismo e capacidade de trabalho.⁵⁸

Da mesma forma, em 1926, Plínio Salgado se dedicou ao conjunto destas reflexões em *O estrangeiro*.

“O meu primeiro manifesto integralista foi um romance”: O estrangeiro

“O meu primeiro manifesto integralista foi um romance. Quatro anos levei a meditá-lo e a escrevê-lo, desde uma luminosa manhã de setembro em que viajei pelo sertão paulista, onde o Tietê explode nas pedreiras do Avanhanda.” Plínio SALGADO

Plínio considera que os anos seguintes à Semana de Arte Moderna foram para reflexões internas. Em 1926, lançou sua principal obra ficcional – *O estrangeiro* –, neste mesmo ano também entrou efetivamente na política. “A tentativa de renovar o partido fracassa, mas Salgado permanece ligado ao PRP até a Revolução de 30. Em 1927, com o sucesso de *O estrangeiro*, recebe convite para se apresentar às eleições legislativas e é eleito deputado estadual em São Paulo, juntamente com Menotti del Picchia.”⁵⁹

Com a publicação do romance e o mandato de deputado estadual, ele alcançou reconhecimento, “transforma-se num dos autores mais famosos do movimento. Vale observar que o livro, um dos primeiros romances modernistas, recebeu excelente acolhida – a primeira edição esgotou-se em 20 dias”.⁶⁰ Recebeu também críticas favoráveis, no jornal *A Manhã* do Rio de Janeiro, Monteiro Lobato, destacou: “Vem de S. Paulo um livro que vale pela mais pura revelação artística destes últimos tempos. *O estrangeiro*, de Plínio Salgado [...] Todo o livro [...] é uma inaudita riqueza de novidades bárbaras, sem metro, sem verniz, sem lixa acadêmica – só força, a força pura [...] Plínio Salgado é uma força nova com a qual o país tem que contar.”⁶¹

A defesa de Monteiro Lobato foi uma surpresa, uma vez que era de conhecimento a rispidez com a qual este tratava os modernistas. Apesar de Lobato ser um defensor do nacionalismo, assim, como a maioria modernista, ele não compactuava com os rumos do movimento, transformando-se em seu crítico ferrenho.

O romance *O estrangeiro* revela a inquietude do autor em relação aos caminhos da sociedade brasileira, não só com as transformações que atingiam o campo, mas, particularmente, com o crescimento urbano e industrial e a questão a identidade nacional. Ele não considerava a urbanização o melhor caminho para o crescimento do Brasil; pois, nas cidades frutificavam os males sociais como o imperialismo econômico (liberalismo) e o doutrinário (comunismo), que comprometiam a alma nacional: “A tendência das cidades é para a desnacionalização”.⁶²

O autor apregoava que a pureza da nação assentava-se num contexto ruralista, conservador e cristão, baseando-se na figura do caboclo Menotti del Picchia referia-se elogiosamente a Plínio como: “caboclinho enxuto, nervoso e formidável”.⁶³ O próprio Plínio se reconhecia como modelo de brasileiro: “Minha mentalidade, desurbanizada e cabocla, debalde tem procurado sentir como o homem da fábrica ou do gabinete, da

burocracia ou dos salões. Acredito que a grande maioria do país está em idêntica situação”.⁶⁴

Seu anticosmopolitismo também se expressou no Manifesto de outubro, de 1932, e em *Geografia sentimental*, de 1937, quando o autor reafirmava a posição:

“Eu fui rever este ano as velhas saudades apagadas pelo tumulto cosmopolita das capitais. Fui visitar as cidades do interior da minha Pátria. [...] Fui ver as farmácias onde o doutor juiz de direito conversa com o vigário sobre a instituição da família e o velho chefe político diz que o diretório está firme. Como eu tinha saudades destas coisas! [...] Cidadezinhas da minha Pátria! Como são todas iguais”⁶⁵

No romance, percebe-se “o diagnóstico da civilização brasileira, na qual se conjugam o antiliberalismo, o anticomunismo e o anticosmopolitismo, o tema do mal urbano surgiu aqui como um eixo central do pensamento político de Plínio Salgado”.⁶⁶ Partindo destes vieses, o autor apontou recorrentemente a necessidade de se alertar para as inter-relações entre o cosmopolitismo e a imigração:

“Nos países de imigração, como o nosso, as cidades vão se tornando, pouco a pouco, consciências isoladas na Grande Consciência. Falta-lhes, para a perfeita harmonia nacional, o liame das tradições e dos costumes, a consciência histórica, a unidade de sentimento. Forças diversas atuam sobre nossos centros mais populosos, estabelecendo o entrechoque de correntes religiosas, de doutrinas políticas, de credos literários, de processos comerciais; e de tudo resulta o resfriamento gradual de nossas energias próprias. Essas forças se anulam em contraposição umas das outras, e o resultado fatal é uma permanente crítica negativista, que se infiltra como um veneno na alma de nossa gente. [...] Estas considerações me levam a crer na imensa necessidade de um levantamento da fé brasileira, de uma coordenação de forças novas, de uma intensa afirmação nacional. O Brasil precisa salvar-se do mal urbano [...] A mocidade brasileira tem necessidade de levantar-se, num movimento de fé.”⁶⁷

Em *O estrangeiro*, o autor exaltava e defendia o universo rural, símbolo da pureza nacional, decisivo para a existência do nacionalismo e denunciava a influência negativa que as metrópoles tinham sobre as zonas interioranas. Na obra o professor Juvêncio expressava seu anticosmopolitismo, identificando o urbanismo com o fim da nacionalidade.

Como apontado, a questão imigratória foi reiteradamente discutida na literatura brasileira desde o século XIX, mas, no período modernista ganhou destaque objetivando refletir sobre as transformações pelas quais o país passava no século XX. “O estrangeiro é um romance essencialmente brasileiro, não apenas paulista, porque São Paulo é o Estado que maiores correntes migratórias receberam, internas e externas, havendo, portanto, de dar, ele próprio, o tipo brasileiro, graças a essa particularidade.”⁶⁸

Plínio Salgado refletia sobre o papel do imigrante no sentido da formação da sociedade brasileira, alertando sobre a entrada dos estrangeiros e, conseqüentemente, a invasão da cultura exterior. O autor declarava não ser contra a imigração, analisando a sua importância no processo de crescimento do país.⁶⁹ No romance foi dado tratamento destacado para as questões da imigração, colocada como um processo que poderia ocorrer, mas com segurança e de forma seletiva.⁷⁰

A narrativa se inicia no porto de Santos, com a chegada dos imigrantes, e os momentos de destaque ocorreram na pequena cidade de Mandaguary, também envolvendo como cenário São Paulo e Campinas. A escolha de uma pequena cidade como o lócus da trama e onde os cidadãos submetiam-se às vontades dos chefes regionais, contrastava com o cenário urbano, no qual o intenso avanço capitalista industrial era identificado como o elemento causador da destruição humana.

Na obra, observa-se uma intertextualidade, o narrador, que só se identifica ao final – é o mestre-escola Juvêncio –, que além de protagonista, é o narrador e alterego do autor.

“Na última página, cobrindo-se com as vestes do mestre-escola Juvêncio, nacionalista convicto, praticante. A autoria do romance, duplamente atribuída a ele e ao personagem, impõe uma duplicidade ao texto que me intrigou e norteou a(s) leitura(s). Salgado na persona de Juvêncio cria Ivan, seu duplo, o outro que só poderia existir fora dele. Fica explícito que, para Plínio Salgado, a concepção de nação, construção intelectual, exige a figura da alteridade para, no modo do espelho, ganhar forma, adquirir particularidade”.⁷¹

A montagem narrativa gira em torno de uma trama: de um lado, o imigrante italiano bem sucedido pelo trabalho árduo e hábitos de poupança; de outro, a história de Ivan, militante revolucionário perseguido pela polícia czarista, personagem que divide a cena com o professor Juvêncio.

O autor explicitou que seu propósito no romance era realizar reflexões complementares aos seus objetivos políticos. Apesar de no “romance não apontar uma solução para a sociedade brasileira. Faz vagas menções a um tempo ainda indefinido”⁷², podendo-se observar suas matrizes, apropriações culturais e políticas que seriam as bases para a constituição da AIB.

“Mas, a verificação desses males não determina em Plínio Salgado uma atitude pessimista e descrente. Pelo contrário, ele acredita ainda nas reservas morais da sociedade e espera o seu reerguimento total. E não se limita a fixar em sua obra o resultado de sua observação, mas apresenta soluções para os nossos problemas. Seus romances não formam, pois, uma obra de ficção com objetivo puramente literário, mas a expressão da sua ideologia, da sua constante preocupação com o povo brasileiro, do seu estudo dos problemas nacionais”⁷³

O estrangeiro é um romance que ocorre no ambiente de questionamento do projeto imigrantista, o autor propõe uma explicação: “Trecho de história do Brasil: os naturais,

por seu gênio erradio, não se prestavam à faina agrícola. Foi necessário instituir a escravidão africana. Os negros eram comprados nas feiras. A libertação dos escravos coincidiu com a República e esta com o desenvolvimento da lavoura. Abriram-se as portas à imigração.”⁷⁴

O início da obra narra a chegada dos primeiros imigrantes, focando a análise nos italianos, identificados pela família Mondolfi e sua ascensão econômica. Carmine Mondolfi economizou, comprou terras e tornou-se uma figura de destaque na colônia, ajudando a fundar a sucursal da escola Dante Alighieri, reduto e símbolo da italianidade.⁷⁵

A partir desse processo, analisa a situação do brasileiro (caboclo) em face da chegada dos italianos. Sobre a presença dos estrangeiros é possível notar posturas divergentes, como porta-vozes das diferentes visões sobre os imigrantes: certos personagens não aceitavam a presença do imigrante, alguns os suportavam e outros usufruíam do seu trabalho.

Paralelamente, o romance caracteriza os bandeirantes como aqueles que “conquistaram as imensas terras que formam hoje o grande Brasil”⁷⁶ e que representavam “o sentido profundo da Unidade do Brasil”.⁷⁷ Sobre os bandeirantes⁷⁸ complementava:

“Os Bandeirantes deixavam suas famílias em Piratininga (onde hoje está a capital de São Paulo) e passavam muitos anos no mato, lutando contra as feras e contra os índios, procurando ouro e diamantes. [...] O que os Bandeirantes fizeram de mais importante foi conquistar para nossa Pátria o imenso território. Desde um tratado de limites que Portugal e Espanha fizeram, numa cidade chamada Tordesilhas, esse território devia pertencer à Espanha. [...] Não é justo – diziam – que estas terras pertençam aos que não as desbravam.”⁷⁹

Em um diálogo com o mestre-escola Juvêncio, o russo Ivan indaga o professor sobre quem era o verdadeiro caboclo:

“Ivan queria ver um caboclo autêntico. Contou-lhe o amigo que eram raros. Quase todos estavam no sertão. Poucos ficaram nas redondezas, cantando a viola, empalamados. Alguns – pequenos agricultores, taverneiros, carreadores ou peões, exceção feita ao Zé Candinho –, andavam por ali, mas guardavam poucos traços do caboclo genuíno, ou antes, eram uma expressão inferior do caboclo. O legítimo, esse prosseguia a sua faina, rumo às brenhas, afastando-se da onda de absorvente dos estrangeiros. [...] Os que partem são fortes como fundadores de países. Os que ficam, são como seu Indalécio, olhos morteiros, toadas monótonas nos lábios...”⁸⁰

Outro personagem afetado pela imigração foi Nhô Indalécio, personagem que representa um grupo da sociedade que não tinha poder de reação, seus membros eram considerados pobres caipiras, decadentes, que não acompanhavam o avanço da

sociedade, virando reféns dos imigrantes. Desse modo, critica a apatia da sociedade brasileira diante dos italianos (Carminé Mondolfi) que alcançavam o enriquecimento, promovendo o abandono dos caboclos da terra, que não tinham forças para enfrentar a situação. Uma passagem do romance envolvendo o “caboclo domesticado: Nhô Indalécio”⁸¹ e o agressivo administrador da fazenda, Martiniano, permite verificar a relação de violência existente:

“Aconteceu que os porcos de Nhô Indalécio aventuraram excursões pela fazenda. Martiniano mandou avisá-lo, ‘Que mataria os bichos.’ Indalécio pôs mais um fio de arame na cerca. Os suínos eram teimosos. Romperam a barreira, entraram insolentes como hussards. Troaram tiros de espingarda. Seguiu-se uma proclamação. ‘Que não se queixe a polícia, se não quiser levar umas lambadas, com este chicote.’ Nhô Indalécio mandou dizer que não se queixava à polícia. Entregava a injúria nas mãos de Deus.”⁸²

Martiniano representa uma tendência xenófoba⁸³, no decorrer da narrativa, deixou a fazenda migrando para a cidade, encantando-se com o cosmopolitismo, passando a ridicularizar os moradores do interior e revoltando-se contra os imigrantes que enriqueceram, denunciando-os como repressores dos brasileiros.⁸⁴

Na trama do romance também se destacam Pantojo e o major Feliciano que aceitavam a imigração, buscando se beneficiar dela. Apesar de, em certos momentos da obra, major Feliciano se mostrar nacionalista:

“O major Feliciano não admitia que estrangeiros governassem. Em Mandaguary, o prefeito era italiano; o coletor sírio; e italianos e espanhóis havia no Diretório e na Câmara. Caipiras inconscientes acompanhavam-nos e o Governo o que queria eram votos. Ostensivamente, em quase todas as cidades, fundavam-se as celebérrimas ‘Dante Alighieri’ e as escolas onde as crianças aprendiam, antes de mais nada, a língua italiana. Um absurdo dizia.”⁸⁵

Em outros momentos, quando o Major alcança uma posição de destaque na política local, estrategicamente, altera seu comportamento, com a intenção de manter acordos com os imigrantes: “O major Feliciano fazia parte dos brasileiros que aprovavam a imigração e adequava-se aos estrangeiros, estabelecendo um acordo com eles e com eles se identificando e alheando-se às coisas brasileiras”.⁸⁶ O major relata em uma carta:

“A localidade (Mandaguary) entrou agora num período de grande progresso. O sr. Presidente do Estado prometeu vir, em pessoa, inaugurar o chafariz. Fiz as pazes com o pessoal da ‘Dante Alighieri’ por causa de uma causa que me deram e me rendeu cinquenta contos. De modo que subvencionei a escola e a banda da colônia. Vou conceder a uma companhia de alemães vários favores para o serviço de luz. Havia uma de brasileiros que me dava comissão muito pequena e

achei pouco patriotismo. Espero ir para S. Paulo, deputado, servir o país em mais largos horizontes.”⁸⁷

Cabe salientar, ainda, a presença de Pantojo, que usava os imigrantes em proveito próprio, sem preocupações com o crescimento do Brasil, ele pertencia a um grupo paulista tradicional cuja riqueza proveniente do café permitia-lhe usufruir do luxo mundano, apegado aos estrangeirismos, sustentando as amantes e o vício do jogo.

Resistente aos imigrantes está o mestre-escola Juvêncio, expressão mais próxima de Plínio Salgado, era o símbolo da nacionalidade, para ele, “Pátria é a voz do país saindo pela boca do homem”.⁸⁸ “O tema do nacionalismo aparece na situação burlesca do mestre escola, Juvêncio, estrangulando perante seus alunos, os papagaios que ganhara de presente porque haviam aprendido com seus antigos donos emigrantes a repetir as palavras do hino fascista: ‘Giovinezza, Giovinezza, primavera di bellezza!’ Juvêncio exalava nacionalismo”.⁸⁹

Para o mestre-escola, o avanço e o crescimento em larga escala dos imigrantes eram considerados perigosos para a sociedade brasileira. O momento máximo de insatisfação ocorre quando: “Com foguetes e cerveja, fundou-se em Mandaguary uma sucursal da ‘Dante Alighieri.’ A banda musical ‘Giuseppe Verdi’ compareceu uniformizada, com dragonas e alamares verdes em fardas azul ferrete. Um velho garibaldino fez um discurso dramático.”⁹⁰

Perante tal fato, o professor reagiu: “reabriu as aulas das Escolas Reunidas resolvido a fazer concorrência a ‘Dante Alighieri’, disposto a tudo, a um combate sem tréguas, violenta, arrasadora guerra de extermínio...”⁹¹

O mestre-escola (Plínio Salgado), que revelou, na última página da obra, ser autor da história, considerado o verdadeiro caboclo (brasileiro), tinha como objetivo amar e lutar pelo crescimento da nação, tendo ao lado os imigrantes integrados na luta pela formação de uma pátria forte. O objetivo do escritor era destacar as forças de resistência ao cosmopolitismo e a importância da assimilação do imigrante, para tanto, seria indispensável o processo educacional (catequizador) do estrangeiro:

“As crianças das Escolas Reunidas eram filhos de italianos, espanhóis, japoneses, sírios, mulatinhos espertos puxados ao português. Cantavam o hino nacional e respondiam na ponta da língua, se lhes perguntavam - quem descobriu o Brasil? – Foi o almirante português Pedro Álvares Cabral. [...] A bandeira flutuava – palpitante cabeleira verde – na ponta do caule esguio, que parecia um homem cumprido e entusiasmado. [...] E as vozes afinadinhas: Ouviram do Ipiranga as margens plácidas de um povo heroico o brado retumbante... Juvêncio vibrava.”⁹²

O mestre-escola não admitia o processo de difusão da italianidade que estava se instalando na Dante Alighieri, onde ensinavam: “– Onde nasceu Cristóvão Colombo? –

Em Gênova. – Quem plantou o café no Estado de S. Paulo? – Os italianos. – Quem inventou o automóvel Ford? – O conde Matarazzo”.⁹³

Plínio Salgado não apregoava uma aversão ao imigrante, seu objetivo era refletir sobre quais caminhos a sociedade deveria seguir em face do estrangeiro, com a intenção de criticar os imigrantes que não conseguiam integrar-se, como o russo Ivan, não se desligava do passado, o moscovita não se adaptou à nova terra, não se integrou à vida brasileira; e a falta de perspectiva de futuro levou-o ao fim trágico: o suicídio.

Para o líder integralista, era inviável e desnecessário lutar contra o imigrante, o Brasil precisava deles para o seu crescimento, mas, para que isso ocorresse, devia-se promover a assimilação dos imigrantes. Reconhecia a imigração como algo necessário para o crescimento do Brasil, ainda um “Povo Criança”,⁹⁴ todavia, não poderia estar submerso à “Velha Humanidade”.⁹⁵

Neste romance-manifesto, observam-se as matrizes teóricas da formação do movimento político da AIB. No mesmo ano de lançamento do romance, Plínio leu na Rádio Educadora Paulista um texto que denominou de *oração*, intitulado *Pelo destino do Brasil*, posteriormente publicado no *Correio Paulistano* (1934), fez parte da obra do autor *A quarta humanidade*.⁹⁶ No texto, o autor deixa explícita a sua proposta em relação à imigração:

“As correntes imigratórias, que nos procuram, terão de renunciar o Passado, condição que foi imposta aos nossos avós, quando pisaram a terra americana. E nós devemos acolhê-las, se nos sujeitarmos a quaisquer imposições que tragam o cunho de velhos prejuízos europeus, ou que tenham em mira perpetuar, dentro de nossa Pátria, feições nacionais estrangeiras: Assim, nosso espírito nacional deve estar alerta, para que um cosmopolitismo nocivo não venha retardar a palavra que o Brasil compete dizer um dia ao mundo.”⁹⁷

As apropriações presentes em *O estrangeiro*, particularmente a visão nacionalista, ficaram mais evidentes a partir de 1929, quando do lançamento oficial do Manifesto do verde-amarelismo, mesmo ano que ocorreu o *crack* na bolsa de Nova Iorque com o desencadeamento da depressão, bem como as tensões que culminariam no movimento de 1930, possibilitando a ascensão de Getúlio Vargas ao poder.

“Diante desse panorama, para agir dentro das realidades do país, o que Plínio Salgado tinha a fazer era um trabalho duplo: enquanto procurava despertar as elites através de um movimento literário, tentar criar, dentro dos muros de um dos partidos estaduais mais fortes, uma corrente renovadora. Foi o que, de fato, Plínio Salgado fez, contanto com o prestígio do Sr. Júlio Prestes, quando Presidente de São Paulo.”⁹⁸

Plínio Salgado foi convidado pelo então candidato à Presidência da República, Júlio Prestes “para dirigir a propaganda da chapa: Júlio Prestes – Vital Soares”.⁹⁹ Plínio enxergava esta ação como uma possibilidade de congregar dois elementos: a política e a

intelectualidade. Mas, no meio do processo eleitoral, ele recebeu um convite de Alfredo Egídio de Souza Aranha para acompanhar o cunhado, Joaquim Carlos, em uma viagem à Europa. Viagem que possibilitou outras matrizes para a consolidação da AIB. A trama de influências vindas dos debates políticos e culturais configurou-se em elemento central para a expansão do conservadorismo nacionalismo brasileiro e a ascensão de Plínio Salgado na liderança da AIB.

O romance era visto por ele como a maior expressão do nacionalismo e da forma como o país deveria existir. A partir do sucesso do romance *O estrangeiro*, Plínio firmou-se no campo literário, percebendo-se a priorização das questões políticas pelo autor, transformando obras ficcionais em fontes de ações políticas vinculadas ao integralismo. Talvez esse seja um dos motivos do esquecimento literário de Plínio frente a sua associação ao político doutrinário.

A análise de obras, como *O estrangeiro*, possibilitam revelações sobre o pensamento político subjacente na ficção, as matrizes do pensamento pliniano, a abordagem da política nacionalista, base argumentativa do pensamento integralista, podendo-se recuperar as dimensões políticas expressas pelo autor através da estratégia ficcionista, capaz de construir e *re-apresentar* visões constituídas a partir de referências culturais, contribuindo com as discussões eugênicas, uma vez que o pensamento de Plínio Salgado estava direcionado na criação de uma raça forte, superando a miscigenação que era a marca da inferioridade brasileira em relação aos europeus, elemento discursivo presente com propriedade no romance-manifesto, obra que contribuiu para a fundamentação doutrinária do integralismo brasileiro.

Notas e referências

- ¹ Pseudônimo de Benevenuto Silvério de Arruda, jornalista do *Correio Paulistano* e outros periódicos paulistas. Membro da Academia Paulista de Letras, foi chefe da Documentação Histórica do Departamento de Cultura de São Paulo.
- ² Hélio TRINDADE, *Integralismo: o fascismo brasileiro da década de 30*, 2ª ed., Porto Alegre, Difel/UFRGS, 1979, 40.
- ³ Por uma ‘inserção compulsória’ na modernidade. O engajamento de alguns intelectuais é compreendido como sendo resultante do momento histórico de expansão imperialista europeia e de difusão de ideias científicas e liberais, responsáveis pela percepção de que as letras eram um importante instrumento de transformação da sociedade. Rebeca GONTIJO, “História, cultura, política e sociabilidade intelectual”, Maria Fernanda Baptista BICALHO; Maria de Fátima Silva GOUVÊA (org.), *Culturas Políticas: ensaios de história cultura, história política e ensino de história*, Mauad, 2005, p. 273.
- ⁴ Francisco ALAMBERT, *A Semana de 22: a aventura modernista no Brasil*, São Paulo, Scipione, 1999, p. 8.
- ⁵ Antônio Arnoni PRADO, *1922 – itinerário de uma falsa vanguarda: os dissidentes, a semana e o integralismo*. São Paulo, Brasiliense, 1983, pp. 25-26.
- ⁶ Na edição de n. 58, de outubro de 1920 da Revista do Brasil, Plínio Salgado publicou seu primeiro texto na capital paulista, intitulado: *Não matará*, trabalho escrito em São Bento do Sapucaí. Plínio SALGADO, “Não matará”, *Revista do Brasil*, Seção de obras de “O Estado de S. Paulo”, n. 58, pp. 142-145, out. 1920.
- ⁷ Márcia CAMARGOS, *Semana de 22: entre vaias e aplausos*, São Paulo, Boitempo, 2002. p. 55.
- ⁸ Plínio SALGADO, A semana da arte moderna no seu cinquentenário (10-05-1972), _____. *Discursos parlamentares*, Seleção e introdução de Gumerindo Rocha Dorea, Série Perfis Parlamentares, Brasília, Câmara dos Deputados, 1982. v. 18. p. 576.

-
- ⁹ Plínio SALGADO, *Sentimentais, Obras completas*. São Paulo: Américas, 1956. v. 20. p. 357.
- ¹⁰ Plínio SALGADO, *Arte brasileira*. (APHRC/FPS-006.004.003). Através de uma versão modificada foi publicado em: Plínio SALGADO, “Arte Brasileira”, Menotti PICCHIA; Cassiano RICARDO, *O curupira e o carão*, São Paulo, Helios, 1927. pp. 31-42
- ¹¹ Plínio SALGADO, A poesia em São Paulo no ano do centenário da independência, *Obras completas: Críticas e Prefácios*, São Paulo, Américas, 1956. v. 19. pp. 133-154. O segundo foi arquivado pelo autor e publicado apenas em 1956, momento do lançamento das *Obras completas*.
- ¹² Plínio SALGADO, O Eco, Mário da Silva BRITO, *Poetas paulistas: da semana de arte moderna*, São Paulo, Martins, 1972, pp. 161-162.
- ¹³ Antônio Arnoni PRADO, *1922 – itinerário de uma falsa vanguarda: os dissidentes, a semana e o integralismo*, São Paulo, Brasiliense, 1983, pp. 48-49.
- ¹⁴ Marcos A. 1922 – *a Semana que não terminou*, São Paulo, Companhia das Letras, 2012.
- ¹⁵ O grupo realizava encontros nos salões de Paulo Prado, Olívia Penteado, Tarsila do Amaral e do senador Freitas Valle. Mário de ANDRADE, *Aspectos da literatura brasileira*, São Paulo, Martins, 1978. p. 31.
- ¹⁶ Plínio SALGADO, Modernismo literário no Brasil, *Diário de São Paulo*, São Paulo, 15 set. 1968.
- ¹⁷ Gilberto Mendonça TELES (org.), *Vanguarda europeia e modernismo brasileiro: apresentação e crítica dos principais manifestos vanguardistas*, 17. ed., Petrópolis, Vozes, 2002. p. 277.
- ¹⁸ Plínio SALGADO, 50 anos de modernismo: o depoimento de Plínio Salgado, *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 09 fev. 1972, pp. 90-91.
- ¹⁹ Defendia a assimilação do “inimigo” estrangeiro para fundi-lo à cultura nacional e buscava a produção de uma síntese dialética que teria como objetivo resolver as questões de dependência cultural, formuladas tradicionalmente por meio do binômio nacional x cosmopolita. Oswald de ANDRADE, Manifesto da Poesia Pau-Brasil, Plínio SALGADO, *A utopia antropofágica*, São Paulo, Globo, 1990. pp. 47-52.
- ²⁰ Plínio SALGADO, *Despertemos a Nação!* Rio de Janeiro, José Olympio, 1935, p. 10.
- ²¹ Plínio SALGADO, Nacionalismo e colaboração internacional, *O sofrimento universal*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1934, p. 121.
- ²² A partir de 1914, a política de subsídio à imigração declinou, sendo finalmente encerrada em 1927 quando do governo de Júlio Prestes. Iraci G. SALLES, *Trabalho, progresso e a sociedade Civilizada*, São Paulo, Hucitec, 1986.
- ²³ O Decreto n. 4.247, de 06 de janeiro de 1921, regulava as entradas, visando impedir o ingresso do estrangeiro não apto para o trabalho, como o que fosse aleijado, cego, louco, mendigo, portador de moléstia grave e com mais de 60 anos; bem como de toda mulher, que procurasse o país para se entregar à prostituição. Determinava que pudesse ser banido, o estrangeiro que fora desterrado de outro país; considerado elemento pernicioso à ordem pública; tenha provocado atos de violência, por meio de fatos criminosos, imposição violenta de seita religiosa ou política; tivesse conduta considerada nociva à ordem pública ou à segurança nacional; condenado por crime de homicídio, furto, roubo, bancarrota, falsidade, contrabando, estelionato, moeda falsa ou lenocínio no Brasil ou outro país. Mariana Cardoso dos Santos RIBEIRO, *Venha o decreto de Expulsão. A legitimação da ordem autoritária no governo Vargas (1930-1945)*, São Paulo, 2003, Mestrado em História, FFLCH-USP.
- ²⁴ Ubaldino Antunes OLIVEIRA, *Prophylaxia social*, São Paulo, FMCSF, 1924; Pedro MONTELEONE, *Os cinco problemas da eugenia brasileira*, FMSP, 1929; Potyguar MEDEIROS, *Sobre a Prophylaxia da syphilis*, FMCSF, 1926; Paulo GODOY, *Eugenia e Seleção*, FMSP, 1927; Renato KEHL, “A Esterilização sob o ponto de vista Eugênico”, *Brasil Médico*, 1921, Rio de Janeiro, anno XXV; Paulo C. Azevedo ANTUNES, *Eugenia e imigração*, FMSP, 1926.
- ²⁵ Luzia CASTANEDA, Da eugenia à genética: alcoolismo e hereditariedade nos trabalhos de Renato Kehl, in. *Anais do VI Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia*, SBHC, Rio de Janeiro, 1997, pp 252-256; Pietra Stefania DIWAN, *O espetáculo do feio: práticas discursivas e redes de poder no eugenismo de Renato Kehl 1917-37*, São Paulo, Mestrado-história, PUC/SP, 2003; Vera Regina Beltrão MARQUES, *A medicalização da raça: médicos educadores e discursos eugênicos*, Campinas, Ed. Unicamp, 1994; Vanderlei Sebastião SOUZA, *A política biológica como projeto: a “eugenia negativa” e a*

-
- construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)*, Rio de Janeiro, Mestrado em História. PPG Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2006.
- ²⁶ Maria Izilda Santos de MATOS, *Ancora de emoções*, Bauru, EDUSC, 2005.
- ²⁷ Renato Ferraz Kehl (1889-1974) nasceu e viveu a infância e juventude em Limeira/SP, seguindo a carreira do pai, graduou-se em Farmácia; depois também em medicina. Exerceu a clínica médica em um pequeno consultório na capital paulista, em 1918 fundou, juntamente com outros médicos, autoridades públicas e intelectuais, a Sociedade Eugênica de São Paulo. Esta foi a primeira em toda a América Latina, durante anos manteve contatos com grupos eugénistas latino-americanos, norte-americanos e europeus, visando dialogar e ampliar o movimento. Na década de 20, mudou-se para o Rio de Janeiro, pretendendo constituir um movimento nacional. Suas propostas passaram por reconfigurações, depois de viajar para a Europa, aprofundando seu conhecimento das ideias e práticas eugénicas nos países nórdicos e na Alemanha, a partir de então, Kehl passou a defender medidas em direção ao racismo científico e ao determinismo biológico. Exerceu cargos na administração pública (1919-1927) e em 1927, ingressou na companhia Bayer. Nancy Leys STEPAN, "A hora da eugenia": *raça, gênero e nação na América Latina*, Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2005; Vanderlei Sebastião SOUZA, "Em nome da raça: a propaganda eugénica e as ideias de Renato Kehl nos anos 1910 e 1920", *Revista de História Regional* 11(2): 29-70, 2006.
- ²⁸ Renato KEHL, A Esterilização sob o ponto de vista Eugénico, in *Brasil Médico*, 1921, RJ, ano XXV, p.155.
- ²⁹ Renato KEHL, A Eugenia no Brasil: esboço histórico e bibliográfico. *Brazil-Médico*, ano XXXV, p.50.
- ³⁰ Potyguar MEDEIROS, *Sobre a Prophylaxia da syphilis*, FMCS, 1926; Paulo GODOY, *Eugenia e Seleção*, FMSP, 1927.
- ³¹ Alvaro GUIMARÃES FILHO, *Da higiene mental e sua importância em nosso meio*, FMSP, 1926, p.175
- ³² Paulo GODOY, *Eugenia e Seleção*, FMSP, 1927; Ubaldino Antunes OLIVEIRA, *Prophylaxia social*. São Paulo, FMCS, 1924.
- ³³ Carta enviada a Renato Kehl, em 8 de julho de 1929, André NIGRI, "Monteiro Lobato e o racismo", *Revista Literatura*, n.165, Maio, 2011.
- ³⁴ Renato Kehl era genro de Belizário Penna, casou-se com Eunice, secretária da Comissão Central Brasileira de Eugenia. Penna também se filiou a AIB em 1932, tornando-se membro da Câmara dos 40, órgão supremo do movimento. Eduardo Vilela THIELEN e Ricardo Augusto dos SANTOS, *História, ciência e Saúde*, Manguinhos, vol.9, nº 2, Rio de Janeiro May/Aug. 2002.
- ³⁵ Medidas foram tomadas na Constituição de 1934 e na de 1937, os inúmeros decretos e decretos-leis dos anos 1930. José Sacchetta Ramos MENDES, *Laços de sangue; privilégio e intolerância à imigração portuguesa no Brasil*, Porto, CEPES, 2010.
- ³⁶ Gina Lombroso FERRERO, "Nell' America Meridionale", Ernani da Silva BRUNO, *Memória da cidade de São Paulo*, p.146.
- ³⁷ Sob a denominação de *carcamanos* encontrava-se uma diversidade de trajetórias históricas, desde o empreendedor capitalista (Matarazzo, Crespi, entre outros), o ilustrado, o líder político (socialistas, anarquistas ou sindicalistas) atuantes através da imprensa operária, artistas (circo, teatro, música, pintura, escultura, ourivesaria), construtores, arquitetos, artífices (marmoristas, serralheiros, marceneiros, entre vários), operários e pequenos proprietários. Eles vieram de diferentes regiões de uma Itália recém-unificada, a maioria era de venetos, calabreses, napolitanos e geralmente não se identificavam como italianos, dizendo ter se tornado italianos no Brasil. Maria Izilda S. de MATOS, "São Paulo dos italianos: cultura, sonoridades e musicalidade", *Italianos no Brasil: partidas, chegadas e heranças*, Rio de Janeiro, UERJ/LABIMI, 2013.
- ³⁸ Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Recenseamento do Brasil, 1920, Synopse do Recenseamento. Rio de Janeiro, Typ. da Estatística, 1926.
- ³⁹ A categoria invenção questiona a existência de uma essência identitária, subentendendo um processo de criação cultural, pleno de sentidos, disputas e tramas de poder. O complexo processo de construção contém múltiplas variações, através dos tempos, nos diferentes espaços, com posições, trajetórias e objetivos variados, cabendo destacar que se considera não a invenção, mas as invenções com toda a pluralidade de significados. Antonio Herculano FERRERO (org.), *Entre Europa e África: A invenção do carioca*, Rio de Janeiro, Top books/Casa Rui Barbosa, 2000.

- ⁴⁰ Fortalecia-se o sentimento de orgulho dos paulistas com manifestações de ufanismo, vinculada ao crescimento industrial e urbano da cidade, vinculando-os à “crença ilimitada no progresso... não foi à toa que, para essa caracterização, se acessasse do passado a figura do bandeirante, cultuada desde os últimos decênios do século XIX, como força simbólica capaz de propiciar, ao mesmo tempo o culto a uma história regional épica e a projeção de um futuro cada vez mais promissor.” Antonio Celso FERREIRA, “Modernos Mamelucos”, *São Paulo, uma viagem no tempo*, São Paulo, CIEE, 2005.
- ⁴¹ Kátia Maria ABUD, *A construção de um símbolo paulista: o bandeirante*, Doutorado FFLCH-USP, 1985; Antonio Celso FERREIRA, “Vida (e morte?) da Epopeia Paulista”, *Encontros com a história, percursos históricos e historiográficos de São Paulo*, Ed. Unesp, São Paulo, 1999; Lília Moritz SCHWARCZ, “Sobre uma certa identidade paulista”. In: *São Paulo, uma viagem no tempo*, São Paulo, CIEE, 2005.
- ⁴² Lorenna Ribeiro ZEM EL-DINE, *Raça, história e política em Alfredo Ellis Jr. e Cassiano Ricardo*. Vitória, Mestrado/História/UFES, 2010; Maria José CAMPOS, “Menotti Del Picchia, Cassiano Ricardo e a democracia racial brasileira: versões modernistas em movimento”, *SBS/XXII Congresso Brasileiro de Sociologia*. www.sbsociologia.com.br/portal/index.php.
- ⁴³ A *invenção* da paulistaneidade assumia o tom ufanista e tinha o propósito de contagiar e empolgar, alicerçar e consolidar a liderança econômica, política e cultural de São Paulo, apresentava-se como um exemplo para a nação. Tendo como pressupostos certas construções do passado: a fundação da vila pelo jesuíta José de Anchieta, os bandeirantes, o palco da independência, estas representações foram largamente divulgadas, subjetivadas e até naturalizadas, também pela tradição historiográfica paulista que por muito tempo privilegiou a temática da indústria, do trabalho, dos trabalhadores e de seus movimentos. Maria Izilda S. MATOS, *A cidade, a noite e o cronista*: São Paulo de Adoniran Barbosa, Bauru, EDUSC, 2009.
- ⁴⁴ Maria Izilda S. de MATOS, “São Paulo dos italianos: cultura, sonoridades e musicalidade”, M. I. de MATOS e Lená M. MENEZES, *Italianos no Brasil: partidas, chegadas e heranças*, Rio de Janeiro, UERJ: LABIMI, 2013, 149-160.
- ⁴⁵ Antonio Alcântara MACHADO, *Brás, Bexiga e Barra Funda & Laranja da China*, Rio de Janeiro, O Globo/Klick, 1997.
- ⁴⁶ Antonio Celso FERREIRA, *A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção história (1870-1940)*, São Paulo, UNESP, 2002.
- ⁴⁷ Mônica Pimenta VELLOSO, *O mito da originalidade brasileira: a trajetória intelectual de Cassiano Ricardo (dos anos 20 ao Estado Novo)*, Rio de Janeiro, Mestrado/PUC/RJ, 1983, pp. 106-7.
- ⁴⁸ Mônica Pimenta VELLOSO, *O mito da originalidade brasileira: a trajetória intelectual de Cassiano Ricardo (dos anos 20 ao Estado Novo)*, Rio de Janeiro, Mestrado/PUC/RJ, 1983, pp. 103.
- ⁴⁹ Menotti DEL PICCHIA, “O problema racial”, *Correio Paulistano*, São Paulo, ago.1926, p. 3.
- ⁵⁰ No cenário modernista, 1928 é emblemático, foi o momento de publicação de *Retrato do Brasil* de Paulo Prado, *Macunaima* de Mário de Andrade, *Martim Cererê* de Cassiano Ricardo e *Cobra Norato* de Raul Bopp. Lúcia Lippi OLIVEIRA, *Os italianos e os modernistas paulistas*, Anais XXVI ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, Caxambú, ANPOCS, 2002, pp.1-31. Disponível em: <www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=4426&Itemid=317> Acesso em: 20/10/2013.
- ⁵¹ Monteiro LOBATO, *Urupês*, Rio de Janeiro, Globo, 2010, p. 161.
- ⁵² Destaca-se que entre 1914 (quando da publicação da crônica *Urupês*, em *O Estado de São Paulo*, depois em livro em 1918) até 1947, as representações do homem do campo em Lobato, que buscava apreender a trajetória e características do povo brasileiro, o autor percorreu várias posições, num esforço de atualização, sendo possível apreender as dificuldades de relativizar suas certezas. M. P. LAJOLO, *Monteiro Lobato: um brasileiro sob-medida*, São Paulo, Editora Moderna, 2000.
- ⁵³ Sylvia Helena Telaarrolli de Almeida LEITE, *Chapéus de palha, panamás, plumas, cartolas. A caricatura na literatura paulista, 1900-1920*, São Paulo, Ed. Unesp, 1996, p. 117.
- ⁵⁴ A lei norte-americana, de orientação eugênica, gerou considerável debate, no Brasil, coincidiu com a circulação, entre os intelectuais e cientistas, de uma eugenia negativa e racista De acordo com Nancy Leys STEPAN, “*A hora da eugenia*”: raça, gênero e nação na América Latina, Rio de Janeiro, Fiocruz, 2005.

-
- ⁵⁵ VELLOSO, Mônica Pimenta. *O mito da originalidade brasileira: a trajetória intelectual de Cassiano Ricardo (dos anos 20 ao Estado Novo)*, Dissertação Mestrado em História – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1983, fls 213; LUCA, Tania Regina de. *Leituras, Projetos e (Re)vista(s) do Brasil: 1916-1944*. São Paulo, UNESP, 2011.
- ⁵⁶ Menotti del PICCHIA, *Juca Mulato*, São Paulo, Casa Editora “O Livro”, 1921.
- ⁵⁷ Lorenna ZEM EL-DINE, *Raça, história e política em Alfredo Ellis Jr. e Cassiano Ricardo*, 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010, fls 176.
- ⁵⁸ Cassiano RICARDO, *Borrões de Verde Amarelo*, Editorial Helios, São Paulo, 1925.
- ⁵⁹ Héliogio TRINDADE, *Integralismo: o fascismo brasileiro da década de 30*. 2. ed., Porto Alegre, Difel/UFRGS, 1979, 41.
- ⁶⁰ Ricardo Benzaquen de ARAÚJO, *Totalitarismo e revolução: o integralismo de Plínio Salgado*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1988, p. 23.
- ⁶¹ Monteiro LOBATO, “Forças novas”, José Baptista CARVALHO, (ed.), *Plínio Salgado: in memoriam*, São Paulo, Voz do oeste; Casa de Plínio Salgado, 1985, v1. pp. 110-113.
- ⁶² Plínio SALGADO, “Literatura e Política”, *Obras completas*, São Paulo, Américas, 1956. v. 19, p. 96.
- ⁶³ Menotti PICCHIA, *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 22.03.1936, Plínio SALGADO et al., *Plínio Salgado*, São Paulo, Edição da Revista Panorama, 1936, p. 229.
- ⁶⁴ Plínio SALGADO, “Literatura e Política”, *Obras completas*, São Paulo, Américas, 1956. v. 19, p. 97.
- ⁶⁵ Plínio SALGADO, *Geografia sentimental*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1937, pp.36-38.
- ⁶⁶ José Leonardo TONUS, “Progrès et décadence dans le roman O estrangeiro de Plínio Salgado”, Jacqueline PENJON; José Antonio PASTA JÚNIOR (orgs.), *Littérature et Modernisation au Brésil*, Paris, Presses Sorbonne Nouvelle, 2004, p. 102. (tradução livre).
- ⁶⁷ Plínio SALGADO, “Literatura e Política”, *Obras completas*, São Paulo, Américas, 1956. v. 19, pp. 97-100.
- ⁶⁸ Augusta Garcia DOREA, *O romance modernista de Plínio Salgado*, São Paulo, IBRASA, 1978. p. 31.
- ⁶⁹ *Ibid.*, *O romance modernista de Plínio Salgado*, São Paulo, IBRASA, 1978. p. 34.
- ⁷⁰ “Araraquara [...] foi nessa região que resolvi, há 12 anos escrever *O estrangeiro*. Lembro-me bem daqueles dias luminosos em que o automóvel corria, levando-me pelas estradas [...] eu ia encontrando bandeiras verde-amarelas, palpitando aos ventos do sertão. Debaixo do pavilhão nacional, comungando no mesmo sentimento do Brasil, eu vi milhares de criancinhas, filhos de italianos, espanhóis, sírios, portugueses, outras oriundas de pais que procediam de todo o território nacional, notadamente do Ceará, Bahia, Minas e Rio Grande. Imaginei, nessa época (1922), a figura central do meu romance, o professor Juvêncio e o seu contraste, Ivan, o intelectual que não compreendeu a Terra, o estrangeiro de todos os países, o desenraizado sem Pátria, que tanto pode ser um russo como um brasileiro de portas de livrarias. Tudo o que escrevi nas páginas daquele livro, que eu considero o primeiro manifesto integralista, eu senti nesta parte do sertão da minha terra”. Plínio SALGADO, “Do sertão Paulista – Escrito na Fazenda Palmeira em Taquaritinga em 2 de agosto de 1934”; *Id.*, *Cartas aos camisas verdes*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1935, pp. 24-25.
- ⁷¹ Maria Stella Martins BRESCIANI, “Falar literariamente da alteridade: Plínio Salgado em *O Estrangeiro*”, *Letterature d’America*, Roma, v. 87, pp. 53-83, 2001, p. 63.
- ⁷² *Ibid.*, p. 55.
- ⁷³ Augusta Garcia DOREA, *O romance modernista de Plínio Salgado*, São Paulo, IBRASA, 1978. p. 75.
- ⁷⁴ Plínio SALGADO, *O estrangeiro*, 3ª ed. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1936, p. 21.
- ⁷⁵ O governo italiano tinha como proposta manter os vínculos de sentimento de “amor à Pátria” entre grande número de emigrados e seus descendentes, atuava no sentido de estimular as práticas associativas e dava maior ênfase ao ensino da língua e cultura italianas. As escolas abertas no estrangeiro tinham a possibilidade de registrar-se no *Regio Consolato* e solicitar subvenção, o governo italiano enviava livros, mapas e outros materiais didáticos, além de valores em espécie, para cada escola. A Associação Dante Alighieri foi um dos principais baluartes desta proposta. Clarícia OTTO, As escolas Dante Alighieri e os periódicos como estratégias na invenção da italianidade, i Maria Izilda Santos de MATOS et al (Org.), *Italianos no Brasil: partidas, chegadas e heranças*, Rio de Janeiro, UERJ/ LABIMI, 2013, pp. 274-285.
- ⁷⁶ Plínio SALGADO, *Nosso Brasil*, 4ª ed., São Paulo, Voz do Oeste, 1981, p. 92.

- ⁷⁷ Id., *Geografia sentimental*, 2ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1937, p. 129.
- ⁷⁸ Maria Izilda S. MATOS, *A cidade, a noite e o cronista: São Paulo de Adoniran Barbosa*, Bauru, EDUSC, 2009.
- ⁷⁹ Plínio SALGADO, *Nosso Brasil*, 4ª ed., São Paulo, Voz do Oeste, 1981, p. 109.
- ⁸⁰ Plínio SALGADO, *O estrangeiro*. 3ª ed. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1936, pp. 28-29
- ⁸¹ Ibid., p.35.
- ⁸² Ibid., p.43.
- ⁸³ José Leonardo TONUS, *O estrangeiro de Plínio Salgado: un roman sur l'immigration?* Université de Paris III - Sorbonne Nouvelle, 2000. Disponível em: <<http://www.univ-paris3.fr/recherche/sites/edelal/DEA/Bresil/DEATonus.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2005, p. 3. Este autor destaca a relação entre o romance *O estrangeiro* e o pensamento integralista e afirma: “O estrangeiro, romance sobre a imigração, é um panfleto nacionalista, racista, xenófobo e antisemita”, p. 2 (tradução livre). O objetivo de Tonus é demonstrar o pensamento nacionalista de Plínio Salgado, exaltando a aversão ao estrangeiro que, segundo o autor, estará presente dentro do movimento integralista.
- ⁸⁴ Augusta Garcia DOREA, *O romance modernista de Plínio Salgado*, São Paulo, IBRASA, 1978. p. 33.
- ⁸⁵ Plínio SALGADO, *O estrangeiro*, cit., p.66.
- ⁸⁶ José Eliseo de BARROS, *O modernismo integralista nos romances O esperado e O estrangeiro de Plínio Salgado*, Rio de Janeiro, Doutorado em Literatura/UFF, 2006, p. 68.
- ⁸⁷ Plínio SALGADO, *O estrangeiro*, cit., pp. 266-267.
- ⁸⁸ Ibid., p.46.
- ⁸⁹ TRINDADE, *Integralismo: o fascismo brasileiro da década de 30*, Porto Alegre, Difel/UFRGS, 1979, p.59.
- ⁹⁰ Plínio SALGADO, *O estrangeiro*, cit., p.40.
- ⁹¹ Ibid., p.55.
- ⁹² Ibid., pp. 29-30.
- ⁹³ Ibid., p.101.
- ⁹⁴ Plínio SALGADO, *Pelo destino do Brasil*”, *A quarta humanidade*, São Paulo, GRD, 1995, p. 88.
- ⁹⁵ Ibid., p. 89.
- ⁹⁶ Ibid., p. 55.
- ⁹⁷ Ibid., p. 89.
- ⁹⁸ Plínio SALGADO, et al., *Plínio Salgado*, São Paulo, Ed. da Revista Panorama, 1936, p.16.
- ⁹⁹ Carlos de Faria ALBUQUERQUE, *Plínio Salgado: resumo biográfico*, Salvador, Gazeta dos Municípios, 1951, p.18.

*Entre o ideal e o real: Os discursos sobre a imigração no Brasil e o enfrentamento da desordem (1870-1930)**

*Lená Medeiros de Menezes***

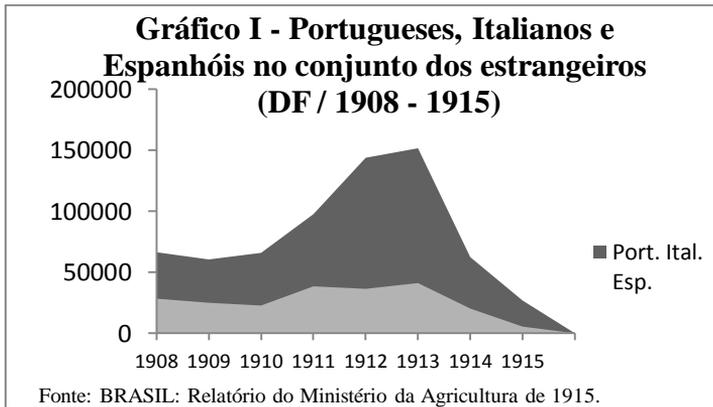
A história da imigração no Brasil independente, que teve seus primeiros impulsos com a vinda da Corte Portuguesa para o Brasil (1808),¹ intensificou-se com o término do tráfico de escravos² e, após 1870, adquiriu caráter massivo, que foi aprofundado na virada do Novecentos. Para essa expansão concorreu a necessidade da mão-de-obra, tanto no campo quanto na cidade, tendo por base de sustentação propostas de modernização que defendiam a importação de trabalhadores europeus como caminho para o progresso e a chegada da civilização no país.³

Em *ondas*, os fluxos imigratórios deslocados da Europa para o Brasil inseriram o país na dinâmica transnacional dos movimentos de população que caracterizou a expansão do capitalismo e a projeção da Europa sobre o mundo. Cálculos indicam que cerca de 34 milhões de pessoas, entre os anos de 1870 e 1914, deixaram o continente europeu em direção aos demais continentes.⁴

O Brasil recebeu imigrantes de nacionalidades variadas, com projeção dos fluxos orientados das penínsulas ibérica e italiana, com maiores proximidades linguísticas e culturais. Portugueses - transformados de colonos em imigrantes com a Independência, italianos e espanhóis formaram as três nacionalidades de maior presença, em uma diversificação que incluiu não só outros povos europeus (destaque para ingleses, franceses e alemães no século XIX), como também fluxos deslocados da América, da África, do Próximo e do Extremo Orientes. Com relação às três nacionalidades de maior presença, elas podiam ser enquadradas na categoria de *estrangeiros conhecidos*, segundo conceito proposto por Duroselle.⁵

* Pesquisa desenvolvida com bolsa de produtividade do CNPq (bolsa de Produtividade em Pesquisa) e apoio da FAPERJ, através de auxílio financeiro do Projeto Cientista do Nosso Estado.

** Professora Titular de História Contemporânea e Coordenadora do Laboratório de Estudos de Imigração (LABIMI) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).



Ao longo da temporalidade que se abriu a partir de 1850, com maior impacto a partir de 1870, foram produzidos e veiculados discursos centrados na defesa e no incentivo à imigração como caminho necessário para o ingresso do país nas trilhas do progresso e da civilização.⁶ Nesse caso, o imigrante ideal era europeu e *morigerado*, tinha cor branca e era a mão-de-obra capaz de assegurar a superação do *atraso* e do *imobilismo*, em uma cenografia caracterizada por enorme silêncio sobre o ex-escravo, como ilustram as palavras do Ministro Rodrigo Augusto da Silva, do *Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Públicas*, no ano de 1887:

“Cumpro considerar a imigração por aspectos menos restritos ou mais amplos, frisando-a pelo que realmente vale como fator ativo que poderá tornar-se, do povoamento do nosso vastíssimo território, da constituição da pequena propriedade, do desenvolvimento das indústrias de toda a natureza, como agente eficaz, enfim, do *progresso* social em todas as suas esferas.”⁷

Discursos como este traziam as marcas de uma visão de presente e de futuro na qual estava ausente a possibilidade do negro liberto transformar-se em trabalhador livre, capaz de arrancar o Brasil das *amarras do passado*, a partir de enquadramentos que opunham habilidades, características e moralidade entre as *raças*, segundo os parâmetros evolucionistas e racistas que marcaram a segunda metade do século XIX. Essa forma de conceber a imigração não se alterou com o advento da República, ainda que discursos voltados para uma melhor regulamentação e controle sobre o processo passassem a ter maior visibilidade.

Segundo o ministro Pedro de Toledo, da pasta da Agricultura, Indústria e Comércio, no relatório encaminhado à presidência da República no ano de 1912: “A imigração e colonização são elementos principais e indispensáveis ao *progresso das nações novas*, tendo merecido de minha parte excepcionais cuidados, como poderá V. Ex. verificar pela leitura dos capítulos que neste relatório a tal assunto se referem”.⁸

Se a imigração europeia era considerada ideal, nem todos os europeus, porém, eram vistos sob as mesmas luzes. No contexto do evolucionismo que marcava a época e que forjava uma *geografia* altamente discriminadora e *imaginativa*, uma Europa ativa - e portanto, industrializada, tomada como modelo - contrapunha-se e uma *Europa passiva, agrícola e atrasada*, com os povos da Europa mediterrânica caracterizando esse *atraso* e essa *passividade*;⁹ justamente aqueles que constituíam as maiores colônias estrangeiras no Brasil, em especial, no Distrito Federal: portugueses, italianos e espanhóis..

Frente ao negro liberto, entretanto, o trabalhador europeu - sem maiores distinções - acabava sendo idealizado como pertencente às *raças superiores*, apesar das discriminações que afetavam os portugueses, considerados responsáveis, em última instância, pelo *atraso* do país. Evolucionismo e racismo nesse processo jogavam uma dialética ímpar no sentido da defesa da imigração europeia como opção de futuro, em um país que renegava seu passado escravista, mas se nutria de ranços escravistas no trato com os estrangeiros.

No conjunto daqueles que imigravam, entretanto, muitos não se enquadravam na definição de *ordeiros* ou *morigerados*, afastando-se, assim, do modelo do imigrante ideal. Ou seja, do trabalhador *superior* desejado pelas elites. Entre o ideal e o real havia um fosso de significativa importância, explicado por múltiplos fatores. Estes incluíam desde as formas de arregimentação a problemas do mercado de trabalho. O distanciamento existente entre o ideal e o real acabou por propiciar, na contracorrente, a emergência de um discurso altamente agressivo e contrário à imigração ou, pelo menos, um discurso dirigido aos bastidores dos processos de deslocamento.

O discurso de combate ao estrangeiro cobrava soluções urgentes destinadas a colocar um fim ao crescimento da vadiagem, da criminalidade e da prostituição, imputando à imigração a responsabilidade pelas *doenças sociais* que afligiam o país, com destaque para as áreas urbanas e, em especial, para as cidades portuárias.

O destaque dado à participação dos estrangeiros no mundo do crime passou a ter presença recorrente nos relatórios dos chefes de polícia desde o final do Império. Muitos deles denunciavam, por exemplo, que “... a quase totalidade dos crimes contra a pessoa [eram] perpetrados por indivíduos da ínfima classe da sociedade – escravos, estrangeiros, proletários e desordeiros, vulgarmente conhecidos como capoeiras.”¹⁰

Na defesa de uma solução para o problema, o chefe de polícia reportava-se a experiências de sucesso adotadas em outros países, conclamando as autoridades a tomarem medidas urgentes para coibir a ação dos estrangeiros *perigosos*:

“Os legisladores portugueses e franceses cogitaram, acertadamente, acerca dos estrangeiros proletários e, por isso, aquele, no art. 259, e este, no art. 212, dos respectivos códigos penais, instatuíram que o estrangeiro legalmente declarado vadio e vagabundo seja posto à disposição do governo para fazê-lo sair do território do Estado [...]

Urge que alguma medida ordinária ou extraordinária se tome a respeito dos vadios e vagabundos, que são uma das pragas da sociedade e, permita-me dizer, o embrião de crimes contra a segurança individual e de propriedade.”¹¹

Os discursos que circulavam nos meios policiais tinham por justificativas estatísticas policiais que demonstravam que os estrangeiros tinham participação majoritária em determinados tipos de crime, com destaque para os crimes contra a propriedade.¹² É importante destacar que, ao final do século XIX, tornaram-se comuns, por todo o mundo, análises que encaminhavam a conclusão de que as nações mais desenvolvidas haviam evoluído dos crimes violentos para crimes nos quais a argúcia dava o tom, caso da vigarice. Nesse contexto, pode ser considerada emblemática a análise feita por Elyσιο de Carvalho, professor da Escola de Polícia, com relação ao crescimento do crime na capital brasileira:

“A criminalidade carioca é gravíssima: aqui todas as formas de delinquência aumentam consideravelmente [...] Nestes seis últimos anos, de 1907 a 1913, foram praticados no Rio 17 702 crimes, tendo por autores, provados e conhecidos 18 359 indivíduos. Ora, enquanto se acometeram no período mencionado 3 186 delitos contra a propriedade, verificaram-se 11 550 contra a pessoa, o que é deveras de aterrorizar os mais destemidos [...] Aqui observa-se a inversão da lei que preside o desenvolvimento a criminalidade nos países de civilização superior, a qual, segundo ela, se transforma de violenta em fraudulenta e, sendo assim, não sei como conciliar este fato com a afirmação dos cronistas elegantes de que o Rio se civiliza.”¹³

Prosseguindo em sua análise, Carvalho apontava a participação estrangeira como uma das razões desse quadro, dando destaque “à má qualidade das correntes migratórias” que se orientavam para o Brasil.

“Ao nosso orgulho nativo, ao nosso sensualismo mórbido [...] e a essa vadiagem de fraque insolente e debochada [...], e mais a situação política do país, a densidade da população, a má qualidade das correntes imigratórias, provenientes de países como a Itália, Espanha e Portugal, que ocupam na Geografia geral dos homicídios os três primeiros lugares, ao alcoolismo e, finalmente, à fraqueza da repressão e à insuficiência da polícia devemos 90% do sangue derramado cada ano no Rio de Janeiro.”¹⁴

Para minorar o impacto destas *más correntes migratórias*, o ministro Antônio Gonçalves de Faria, em seu relatório relativo ao ano de 1891, propunha providências “... no sentido de introduzir imigrantes moralizados e afeitos ao trabalho: estes, mais facilmente, se tornarão proprietários em São Paulo ou em outro Estado, dando lugar nas fazendas aos que forem chegando”.¹⁵

Considerando os fatores que levariam a que essa empreitada tivesse sucesso, o ministro apontava também ser necessário “mudar o sistema de aliciamento de imigrantes na Europa”. Esse aliciamento, efetivamente, era um grave problema, responsável por canalizar para o país fluxos formados por vadios, indigentes, quando não de criminosos, das grandes cidades europeias. O combate aos estrangeiros considerados *indesejáveis*, entretanto, não era tão simples e não estava limitado a ações

desenvolvidas apenas no exterior, vistos os problemas internos existentes, tanto nas fazendas quanto nas cidades.

A ideia da expulsão dos estrangeiros que pudessem ser considerados nocivos ou perigosos à sociedade ou ao país começou a tomar vulto nas décadas finais do Oitocentos, para eclodir como prática corrente com o advento da República (1889) e, principalmente, em anos de crise (1907 e 1918, por exemplo, quando o espectro da greve geral sacudia o país), com especial relevo para a conjuntura de crise que marcou o fim da Primeira República (1927-1930).

A análise dos processos de expulsão instituídos a partir de 1907 demonstra que muitos indivíduos que chegaram ao Brasil não se enquadravam na categoria de *indesejáveis* ou de *aves de arribação* que circulavam pelo mundo. Vários deles haviam imigrado quando ainda eram crianças pequenas ou adolescentes na faixa dos 12 aos 13 anos. Dessa forma, a razão para muitos dos *desvios comportamentais* que se manifestavam na cidade deviam ser buscados, também e principalmente, em terras brasileiras, não se apresentando como simples transposição de *desvios* trazidos da terra natal.

Considerada a expansão da contravenção e do crime na virada dos séculos XIX para o XX, inúmeras evidências pareciam demonstrar às autoridades que uma atenção especial devia ser dada à imigração.¹⁶

Registre-se que essa *necessidade* tornou-se imperiosa quando o anarquismo ganhou visibilidade no país, a partir de sua entrada nos idos de 1890, com as primeiras bombas explodindo no contexto amplo de contestação conhecido como Revolta da Vacina. Foi a ação dos anarquistas no movimento operário das grandes cidades brasileiras e sua atuação destacada nas greves que, a partir de 1902, passaram a fazer parte do cotidiano da cidade, que tornou a questão imigratória pauta obrigatória nas agendas política e policial da Primeira República Brasileira.¹⁷

“A imigração que nos tem procurado, com as vantagens verdadeiramente notáveis, nos tem trazido também, em grande quantidade, o estrangeiro estragado por todos os vícios, o criminoso perseguido pela justiça do seu país, o aventureiro capaz de todas as audácias.

Além disso, o movimento que agora agita as nações europeias, formulando como bandeira de combate a guerra contra o capital, contra os elementos conservadores da sociedade, já nos envia também os seus propagandistas, que se encarregam de acumular o combustível entre as classes menos abastadas para fazer as suas explosões.”¹⁸

As palavras do Chefe de Polícia acima transcritas fazem parte de relatório encaminhado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores no ano de 1891, relativo às ocorrências registradas no ano anterior. Com poucas mudanças, suas observações seriam reproduzidas por seus sucessores, que utilizavam exemplos dados por países como a Inglaterra, Bélgica, França, Espanha, Dinamarca e Itália nas políticas de repressão ao estrangeiro considerado *nocivo* ou *perigoso* para defender a necessidade de lei que autorizasse o governo a expulsar estrangeiros, conforme impunha o Direito

Internacional, segundo o qual a expulsão só era admissível através de processo específico.¹⁹

A lei que veio a ser adotada em 1907 foi gestada a partir da breve vigência de decreto que vigorou no governo de Floriano Peixoto (1893), durante estado de sítio decretado para o combate à Revolta da Armada, responsável pela expulsão dos primeiros estrangeiros anarquistas do país. O decreto-lei nº 1641, de 07 de janeiro de 1907, conhecido como *Lei Gordo*, que regulamentava a entrada e a expulsão de estrangeiros, nunca se livrou da acusação de inconstitucionalidade, mas continuou vigindo até 1921, quando foi substituído por novo decreto. Este, associado a decreto específico de combate ao anarquismo, aprofundou a repressão sobre o movimento operário e, especificamente, sobre o trabalhador estrangeiro que pudesse ser acusado de desafiar a *ordem*. Nesse momento, tornou-se corrente um discurso de contraposição, que distinguia entre o nacional – ordeiro por excelência – e o estrangeiro, que trazia para o Brasil *ideias exógenas*. Cinco anos depois dos decretos de 1921, uma emenda alterou o art. 72 da Constituição Federal que, em sua redação original, garantia igualdade de direitos a brasileiros e estrangeiros residentes, estabelecendo, na constituição, o direito do estado expulsar os estrangeiros *nocivos e perigosos*.

Ao longo da Primeira República (1889-1930), o combate ao estrangeiro *indesejável* encaminhou-se em uma dupla direção, contemplando uma seleção *a priori* (com impedimentos à entrada) e uma seleção *a posteriori* (com a expulsão). Os alvos de combate também tinham dupla orientação. Por um lado, eram combatidos o crime e a contravenção, destacada a vadiagem, considerada antessala do crime; por outro, a contestação política e as ideologias de esquerda, com a consideração de que todo indivíduo que defendesse ideias *subversivas* era “perigoso aos interesses da República”.

O decreto-lei de 07 de janeiro de 1907 evoluiu de projeto datado de 1902 que, aprovado na Câmara, acabou paralisado no Senado. Considerado por muitos juristas como verdadeiro *arrastão* contra os estrangeiros, a lei propiciou a expulsão de indivíduos das mais diferentes nacionalidades e pelas mais variadas motivações, incluindo em sua rede vadios, vagabundos, mendigos, gatunos, ladrões, pederastas, vigaristas, jogadores, falsificadores, caftens e vendedores de tóxicos,²⁰ como também anarquistas - em sua maioria partidários do anarquismo-comunismo²¹ e do sindicalismo revolucionário - e do comunismo em sua vertente marxista.

Considerado o fato de haver repressão a vários tipos de crime e de contravenção, em um momento no qual se impunha a afirmação do trabalho como valor social, através do combate à vadiagem, e no qual o tráfico de mulheres (tráfico de brancas)²² elegia as cidades portuárias brasileiras como locais de chegada, não se mostra verdadeira a afirmação de que a lei de 1907 orientava-se unicamente para os anarquistas, que seriam expulsos com outras tipificações. Quando havia dificuldades para o enquadramento dos anarquistas nos dispositivos da lei, em virtude das garantias constitucionais dadas aos estrangeiros, estes eram expulsos ao total *arrepio da lei*, sem qualquer preocupação com o uso de qualquer artifício legal. Se houve casos para a sustentação da conclusão equivocada de expulsão por qualificação que não a real, eles não foram a norma.

Explicitamente, a lei de 1907 priorizava a expulsão como instrumento de defesa da ordem, transformando esta no mote principal das práticas seletivas. Na conjuntura em que a lei entrou em vigor, o movimento grevista já tinha ampla visibilidade nas grandes cidades brasileiras e as primeiras bombas já haviam feito sua estreia no cotidiano da capital, por ocasião da Revolta da Vacina, em novembro de 1904. Pacificada a cidade, o Chefe de Polícia justificaria a repressão desencadeada contra nacionais e estrangeiros pela necessidade de *limpar* a cidade, livrando-a das *sobras do arranjo social*; as mesmas *sobras* de um arranjo social formado por pactos de elite que, no caso dos estrangeiros, tornar-se-iam alvo da lei de 1907.²³

A partir de 1907, o governo brasileiro voltou-se para uma nova política de atração do imigrante *ideal*, proibindo a entrada de todo estrangeiro:

- que “por qualquer motivo compromete[sse] a Segurança Nacional ou a tranquilidade pública”;²⁴
- contra o qual existisse “a condenação ou processo por tribunais estrangeiros por crimes ou delitos de natureza comum”;
- que apresentasse evidências de condenações pelos tribunais brasileiros “por crimes ou delitos de natureza comum”;
- dedicado à prática da vagabundagem ou da mendicidade;
- que abraçasse o lenocínio competentemente “verificado”.

Após a Primeira Grande Guerra, essa seleção aprofundou-se com um novo decreto, datado de 1921 que, para além do impedimento à entrada de estrangeiro “mutilado, aleijado, cego, louco, mendigo, portador de moléstia incurável ou moléstia contagiosa grave”, voltou-se, também, contra aqueles que procurassem o país “para entregar-se à prostituição” ou dos que tivessem mais de 60 anos, sem possuir renda que lhes permitisse a subsistência, ficando, também, impedida a entrada de estrangeiros “perigosos à ordem pública”.

Com relação à seleção *a posteriori*, ou melhor dizendo, com relação à expulsão, o decreto estabelecia que podiam ser expulsos estrangeiros que:

- já tivessem sido expulsos do país ou considerados elementos perniciosos à ordem pública em seus países de origem;
- fossem autores de atos de violência dedicados a “impor qualquer seita religiosa ou política” por meios criminosos;
- que, por conta de sua conduta, pudessem ser considerados nocivos à ordem pública ou à segurança nacional;
- fossem evadidos de outro país, condenados “por crime de homicídio, furto, roubo, bancarrota, falsidade, contrabando, estelionato, moeda falsa ou lenocínio”;
- pudessem ser enquadrados na categoria de imigrante já condenado no Brasil pelos mesmos crimes (acima descritos).

Consagravam-se, dessa forma, dispositivos orientados para a imposição de políticas restritivas que punham um fim definitivo às práticas liberais em termos de políticas imigratórias. Essas medidas acompanhavam tendências que se consagravam por todo mundo nos anos de crise que caracterizaram o Entre Guerras, a partir das novas políticas adotadas pelos Estados Unidos (1921), aprofundadas com o *United States Immigration*

Act de 1924, que proibiu a imigração japonesa para aquele país. Nesse último ano, 1924, o decreto nº 16.761 tornava obrigatório, no Brasil, o desembarque de todos os passageiros de 2ª e 3ª classes, que se destinavam ao Rio de Janeiro, na Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores.

Com base nos decretos de 1907 e 1921, centenas de processos de expulsão foram instaurados contra estrangeiros fixados no Brasil, vários desde a infância, sendo a maioria deles residentes na capital, com grande projeção de portugueses, italianos e espanhóis processados pelos mais diferentes delitos, incluindo-se os de opinião. Dessa forma, a prática da expulsão configurou-se como verdadeira política de *limpeza urbana*, principalmente na capital, considerada a vitrina para todo o país. Nessa *faxina policial, voltada* tanto para o social quanto para o política, estrangeiros considerados *indesejáveis*, por suas ações ou por suas ideias, foram obrigados a retornar à terra natal, ainda que, em vários casos, esta já não fosse mais a sua pátria, considerado o longo tempo de permanência no Brasil.

Notas e referências

- ¹ Com a abertura dos portos teve fim o pacto colonial e a cidade passou a contar com comerciantes ingleses e alemães, dedicados, principalmente, ao comércio de importação e exportação, bem como com comerciantes e artesãos franceses, dentre os quais destacaram-se as primeiras modistas, dedicadas à produção da moda para a realeza.
- ² A abolição da escravatura foi gradual, após o término do tráfico de escravos em 1850 (Lei Eusébio de Queirós), confirmado em 1854 (Lei Nabuco de Araújo), sendo importante destacar, nesse processo, os anos de 1871 (Lei do ventre Livre), 1865 (Lei dos Sexagenários) e 1888 (Lei Áurea, que pôs fim definitivo à escravidão no Brasil).
- ³ Não consideramos, aqui, a chegada dos colonizadores portugueses nem os fluxos de escravos negros deslocados para o Brasil, por considerarmos a imigração como processo de deslocamento que implica a transposição de fronteiras de Estados soberanos.
- ⁴ Cf. Pierre RENOUVIN e J. B. DUROSELLE, *Introdução à história das Relações Internacionais*, São Paulo, Difel, 1967.
- ⁵ J. B. DUROSELLE, *Todo império perecerá*. Teoria das relações Internacionais, Brasília/São Paulo, UNB/Imprensa Oficial do estado, 2000, Nova Clío. Segundo tipologia proposta pelo autor, haveria estrangeiros *conhecidos* (com maiores aproximações linguísticas e culturais) e estrangeiros *desconhecidos* (que causariam maiores processos de estranhamento).
- ⁶ Para aprofundamento do tema ver Lená M. de MENEZES, “A imigração europeia como passaporte para o progresso e a civilização no Brasil do século XIX”, Hugo CANCINO y Rogelio DE LA MORA (coord.), *Ideas, intelectuales y paradigmas en América Latina (1850-2000)*, VieraCruz/México, Universidad Veracruzana Lomas del Estadio, 2007, pp. 396-414.
- ⁷ BR, *Relatório do Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Públicas de 1887* (disponível em BGDDP/www.brazil.crl.edu/bsd/bsd).
- ⁸ BR, *Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio de 1911*, p. XXVI (disponível em BGDDP/www.brazil.crl.edu/bsd/bsd).
- ⁹ Sobre esta questão, ver Lená. M. de MENEZES, “Les portugais em tant que représentation de l’immobilisme dans la modernisation républicaine”, Marie Matilde BENZONI, Robert FRANK e Silvia Marie PIZETTI, *Imágenes des peuples et histoire des relations internationales du XVIe siècle à nos jours*, Paris, Publications de la Sorbonne, 2008, pp. 271-280
- ¹⁰ BR, *Relatório do Chefe de Polícia da corte, anexo ao Relatório do Ministério da Justiça de 1870*, , apresentado pelo ministro Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato (disponível em BGDDP: www.brazil.crl.edu/bsd/bsd)..
- ¹¹ *Ibid*, pp. 20 e 23.

-
- ¹² Sobre crime e contravenção no Rio de Janeiro, no que diz respeito tanto ao crime e a contravenção de *per si* quanto às teorias explicativas circulantes, ver Evaristo de MORAES, *Ensaio de Pathologia Social, vagabundagem, alcoolismo, prostituição, lenocínio*, Rio de Janeiro, Leite Ribeiro & Maurillo, 1921.
- ¹³ Elycio de CARVALHO, *A lua técnica contra o crime*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Biblioteca do Boletim Policial, XXXII, 1914, p. 14.
- ¹⁴ *Ibid.*, p.15.
- ¹⁵ BR, *Relatório do Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Públicas de 1891*, p.27, apresentado pelo ministro Antão Gonçalves de Faria em maio de 1892 (disponível em BGDDP: www.brazil.crl.edu/bsd/bsd).
- ¹⁵ Ver Lená M. de MENEZES, *Os Indesejáveis. Crime, protesto e expulsão na Capital Federal (1890-1930)*, Rio de Janeiro, EdUERJ,1996. Essa obra foi a primeira a tratar da expulsão enquanto objeto de investigação, sendo a primeira, também, a usar os processos de expulsão como fontes privilegiadas de pesquisa. Por conta disso, vem sendo citada por pesquisadores no Brasil e no exterior.
- ¹⁶ Era corrente, à época, estatísticas sobre o crime, que buscavam explicar a incidência de determinados crimes em determinadas nacionalidades, com o evolucionismo jogando um papel decisivo. No Brasil foi comum imputar os crimes contra a propriedade e o lenocínio, principalmente em sua vertente de crime internacional (o caftismo) à ação dos estrangeiros. O mesmo se dava com relação ao anarquismo, considerado *planta exótica* no país, resultado da circulação de *aves de arribação*, que uma onda trazia e outra levava, no dizer de Rui Barbosa.
- ¹⁷ Vd. Lená M. MENEZES, *Os Indesejáveis*, cit.
- ¹⁸ BR, *Relatório do Chefe de Polícia da Capital federal, 1890/91*, p. 3. Anexo ao Relatório do Ministério da Justiça e Negócios Interiores do mesmo ano, pelo ministro Antonio Luiz Affonso de Carvalho (disponível em BGDDP: www.brazil.crl.edu/bsd/bsd).
- ¹⁹ Combatia-se, principalmente, a ineficiência do art. 400 do Código Penal Brasileiro (que previa a deportação por sentença judiciária, quando o estrangeiro reincidisse no crime de vagabundagem) e o art. 5º da lei de 4 de agosto de 1875, que instituía a deportação do estrangeiro que tivesse perpetrado crime contra brasileiros em país estrangeiro.
- ²⁰ A proibição ao uso e comércio de entorpecentes ocorreu após o fim da Primeira Grande Guerra, sendo contemplado no texto do tratado de Versalhes, embora sua inspiração tenha sido a intenção de por fim ao comércio liderado pela Holanda, através de suas colônias
- ²¹ O anarquismo-comunismo ou comunismo anárquico teve grande difusão no Brasil, principalmente entre a militância de origem portuguesa, em virtude da ampla difusão das ideias de Kropotkin e Réclus em Portugal. Segundo Kropotkin, o anarquismo-comunismo caracterizava-se pelo anarquismo na comunismo na ordem política e o comunismo na ordem econômica.
- ²² Sobre o tráfico de mulheres – *O tráfico de brancas*, o lenocínio e o caftismo, ver Margareth RAGO, *Os prazeres da noite. Prostituição e códigos de sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*, São Paulo, Paz e Terra, 1991; Luiz Carlos SOARES, *Rameiras, ilhoas, polacas. A prostituição no Rio de Janeiro do século XIX*, Rio de Janeiro, Ática, 1992; Lená M. de MENEZES, *Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio (1890-1930)*, Rio de Janeiro, Ministério da Justiça, 1992, Prêmio Nacional de Pesquisa,2.
- ²³ Cf. BR, *Relatório do Chefe de Polícia do Distrito Federal de 1904*, anexo ao Relatório do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, apresentado pelo ministro J. J. Seabra (disponível em DGDDP: www.brazil.crl.edu/bsd/bsd).
- ²⁴ BR/Biblioteca Nacional, *Coleção de Leis da República de 1907*, Decreto nº 1641, art. 1º.

O enfrentamento dos padeiros ibéricos no Rio de Janeiro e em Buenos Aires (1890-1930)

Érica Sarmiento*

Os antecedentes no Rio de Janeiro

A luta dos trabalhadores do ramo da panificação por melhores condições de trabalho fez parte do cenário carioca da Primeira República. Duas questões estão fortemente associadas à imagem dessa classe e interligadas em efeito de causa e consequência: as árduas jornadas em condições subumanas e a conseguinte radicalização do movimento. No caso brasileiro, remonta aos tempos da escravidão, quando os negros eram os principais responsáveis pela fabricação e pela distribuição do pão. Ser padeiro significava, primeiramente, lutar a favor da liberdade dos escravos, sem, entretanto, esquecer os chamados *escravizados livres*, a mão de obra submetida às férreas e dramáticas condições de trabalho. Com o fim do tráfico negreiro no Brasil, a partir de 1850, tornou-se comum e necessário o uso e convívio da mão de obra escrava junto com trabalhadores livres.

A relação entre a escravidão e a história dos padeiros é uma característica singular da sociedade brasileira que a difere, pelo menos em seus inícios, da trajetória dos padeiros da sociedade *porteña*. O fervor e a radicalidade do movimento no Brasil, desde os seus primórdios, é relatado pelo mais importante líder dos padeiros, João de Mattos, em um manuscrito da década de 1930, intitulado *Histórico Social de 1876*. No documento, rico em detalhes, é possível acompanhar a trajetória e as conquistas dos trabalhadores livres e dos escravizados.

Segundo João de Mattos:

“... éra a única classe que tinha a facilidade de propagár as ideias antiescrávcatas - e de incinuár os escravos a Rebeldia por todos os meios - por que todas manhãs elles vão de porta, em porta = despertando quem ahinda dorme permutando o primeiro alimento Basico o Pão = da sua produção - e por este insentivo aproveitavão o momento favoravel de desenvolver a firme propaganda - que éra o maximo árdor de todo empregado de Padaria”.¹

* Professora Adjunta da Universidade do estado do Rio de Janeiro e da Universidade Salgado de Oliveira.

A violência utilizada pelos padeiros era a resposta de uma situação insustentável provocada pela escravidão e pelas árduas jornadas de trabalho:

“Durante a madrugada, depois de preparar a massa do pão e vigiar o forno, os padeiros- que até 1850 eram principalmente escravos africanos- percorriam as ruas da cidade, parando de porta em porta para entregar os ‘pãezinhos ainda quentes’, que carregavam em grandes sacos presos às costas. Era um trabalho que durava horas seguidas, atravessava dia e noite, tanto nas ruas como, quase sempre, em estabelecimentos mal iluminados e sujos, e em exposição constante às altas temperaturas do forno e à umidade”.²

Apesar das reivindicações de João de Mattos serem anteriores aos movimentos operários que assolaram a América do Sul no início do século XX, algumas fontes históricas do Rio de Janeiro também registraram a existência de comerciantes ibéricos, vinculados ao ramo das padarias, já na década de 1860. Nos livros de *Escravos ao Ganho*, aparecem espanhóis com sobrenomes de origem galega, mandando homens livres e escravos carregarem cestas de pão com produtos do seu estabelecimento: “Gabriel Manera, espanhol, com padaria na rua do Catete, nº 126, pede 5 licenças para mandar vender pelas ruas da cidade pão e biscoito por pessoas livres e por seus escravos”.³

E este não foi o único caso. Temos mais exemplos de padeiros espanhóis solicitando licenças para vender as suas mercadorias, como o comerciante Antonio Gomes, morador à travessa de São Francisco, nº 6, dono do escravo Miguel, crioulo (nascido no Brasil); ou José Romão de Carvalho, espanhol, morador à Rua do Saco, nº 30, freguesia de Santana, que pediu licença para sete escravos andarem ao ganho. Por último, Ceferino Gonçalves, morador à Rua da Princesa dos Cajueiros, nº 108, freguesia de Santana, que, muito bem informado, diz que: “pelo edital de 13 de dezembro de 1844 precisa solicitar licença para que possa vender pão pelas ruas da cidade em um cesto à cabeça do negro”.⁴

Os imigrantes se utilizavam da mão-de-obra livre para vender pães pela cidade e alguns deles dispunham de um número maior de escravos urbanos que a maioria dos senhores brasileiros (a média era entre três e cinco escravos), como foi o caso de José Romão de Carvalho (nome aporuguesado). Era o começo de um controle por parte de alguns galegos de determinados setores do mercado de trabalho carioca. Com a chegada da República e a abolição da escravidão, o mercado de padarias foi cedendo espaço à emigração massiva de portugueses e galegos. A exploração dos patrões e as duras condições de trabalho que sofriam os negros eram também vividas pelos imigrantes brancos e pobres.

O mercado das padarias foi abrindo espaço para os portugueses e espanhóis que chegavam no século XIX, antes da Grande Imigração, dando início a uma rede de inserção socioprofissional. É possível perceber, através da documentação referente aos escravos ao ganho, a participação dos imigrantes na sociedade escravista, beneficiando-

se da mão de obra dos negros, para desenvolver e expandir os seus negócios. No caso dos espanhóis donos de padarias é surpreendente a atividade desses pioneiros, a utilização de mão de obra escrava em seus negócios juntamente com trabalhadores livres e, conseqüentemente, o entrosamento e adaptação ao ambiente urbano e à cultura escravista para obter a ascensão nos negócios.

As cadeias migratórias e redes de solidariedade também se formaram no cotidiano das padarias. Os escravos ao ganho, na segunda metade do XIX, foram substituídos pela mão de obra livre, e, em muitos casos, estrangeira. Os chamados ganhadores livres do mercado ambulante vendiam pães pelas ruas do Rio de Janeiro, apresentando como fiadores, em muitos casos, os donos de padaria da mesma nacionalidade: “Francisco Marinho, súdito espanhol, morador a Ladeira do Seminário, n° 45, freguesia de São José quer licença para andar ao ganho. Apresenta para seu fiador ao Sr. Anselmo José Barbeito, morador à Rua da Ajuda, 197 e estabelecido com padaria”.⁵

A possibilidade desses espanhóis, anteriormente, terem sido, segundo definição do próprio João Mattos, *escravizados livres*, é muito grande. Mesmo desconhecendo a sua trajetória desde a chegada ao Brasil, os estudos vinculados à imigração urbana ibérica deixam claro o caminho que deveria ser traçado pelos comerciantes: o início da experiência migratória sempre é árdua e exige um esforço de décadas na escalada da ascensão comercial. O imigrante não inicia a sua experiência com dinheiro para investir. Somente os árduos anos de trabalho possibilitavam, em alguns casos, o enriquecimento ou alguma mobilidade sócio econômica.⁶

A classe conflitiva: padeiros organizados

Na América do Sul, em países receptores de grande fluxo migratório como o Brasil e a Argentina, a imagem da classe trabalhadora está associada ao elemento estrangeiro, condicionando, dessa forma, o discurso político e o comportamento das elites na passagem do século XIX para o XX. À construção da identidade nacional, em conflito com uma sociedade heterogênea, apareceram outras questões no Rio de Janeiro e na Buenos Aires do início do século XX: a emergência de uma problemática social com a aparição de uma crescente conflitividade no mercado de trabalho e de uma paralela violência política alternativa por parte de grupos ativistas anarquistas, que eram facilmente identificados como resultado da imigração sem limites, descontrolada. A chamada teoria da “flor exótica” apontava os imigrantes como os aliciadores das classes operárias nacionais e responsáveis pela situação de desordem e greves que invadiram as jovens repúblicas sul-americanas.

No caso do Rio de Janeiro, durante a primeira década republicana, a cidade vive uma fase radical de profundas transformações de natureza econômica, social, política e ideológica. Todas essas transformações estavam estreitamente ligadas à migração de escravos libertos da zona rural para a urbana, à intensificação da imigração e às melhorias nas condições de saneamento.⁷

Nessa época, a cidade começou a crescer de forma contínua. Suas ruas e avenidas

despontavam em um rápido ritmo, surgiam novos transportes como o bonde e o automóvel, apareciam os bancos e as indústrias. A demografia carioca também apresentava importantes transformações em sua estrutura populacional, com a chegada de centenas de migrantes rurais e o aumento da imigração. A população do Rio, em 1870, se limitava a 235.381 pessoas, já em 1890 contava com 522.651 e, 15 anos depois, em 1906 eram 811.443 os que habitavam a posteriormente denominada *cidade maravilhosa*. A população continuou aumentando desenfreadamente e, em 1920, a cifra chega a 1.157.873.⁸ Era necessário reformular a cidade, modernizá-la, segundo os conceitos e as reformas vistas por uma elite, por uma burguesia que só favorecia a sua própria classe e ignorava as camadas sociais que faziam parte desse entorno. Dentro desse contexto, a imigração se intensifica, acompanhando a transição para uma ordem capitalista de uma sociedade constituída por uma massa de ex-escravos analfabetos e despreparados. O aumento do custo de vida era agravado pela imigração que ampliava a oferta de mão-de-obra e acirrava a luta pelos escassos empregos disponíveis.⁹

A imagem negativa dos imigrantes, numa sociedade, que ora incentivava a imigração, ora rechaçava a presença dos estrangeiros, com uma política imigratória ambígua, ganhou força ao longo das primeiras décadas do século XX, quando foi criada a lei dos indesejáveis, em 1907, aplicada com mais vigor a partir de 1920. Apesar de continuarem chegando imigrantes de forma massiva, de todas as partes do mundo, o Estado tentava controlar a entrada dos estrangeiros e o seu comportamento no cotidiano do país. Essa Lei marcou a imagem do estrangeiro na cidade, dividindo opiniões que oscilavam entre o discurso favorável a uma imigração branca e outro, xenófobo, que transformava os estrangeiros em bode expiatório da criminalidade social.

Marcos Luiz Bretas, no seu livro *A Ordem na Cidade. O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*, analisa o mesmo contexto histórico correspondente ao dos processos de expulsão e de parte do período da primeira imigração massiva. Referindo-se à cidade do Rio de Janeiro após as reformas urbanísticas de Pereira Passos, ele afirma que:

“...a nova cidade europeizada fazia jus a algo melhor do que seus velhos habitantes. Expulsá-los de suas moradias não era o suficiente: urgia livrar o centro da capital do espetáculo de sua miséria. Mas eles não podiam ser eliminados pura e simplesmente, pois forneciam a mão-de-obra barata indispensável à elite”.¹⁰

Com a nova remodelação da cidade, outros papéis e funções no cotidiano começam a ser revistos. O papel da polícia, por exemplo, na imposição da ordem e no controle dessas massas de trabalhadores pobres, cresceu como consequência do temor à desordem e à insegurança pública. Prostituição, crimes, vadiagens e movimentos sindicais não combinavam com a imagem *glamourosa* que se queria construir do Rio de Janeiro. A imagem do imigrante trabalhador, edificador, se unia à ideia de marginalidade e de elementos perigosos à construção do país.

O enfrentamento dos padeiros ibéricos no Rio de Janeiro e em Buenos Aires
Érica SARMIENTO

Na Buenos Aires do final do século XIX, início do XX, o panorama não era diferente. Assim como sucedeu no Rio de Janeiro, o Centro da capital argentina, também passou por reformas urbanísticas, a partir de 1870, acarretando grandes consequências sociais. A especulação urbana fez com que a parcela da população que vivia nos cortiços fosse obrigada a se retirar do espaço central. A Avenida de Mayo, da mesma forma que a Avenida Central no Rio nas reformas de Pereira Passos, tornou-se um dos orgulhos dos *porteños*, o cartão de visita que diferenciava Buenos Aires de outras cidades novas. A comparação com Paris era constante nas observações dos viajantes que por ali passavam.¹¹

O rápido crescimento de Buenos Aires e seu contínuo progresso provocavam o surgimento de duas cidades: a que era favorecida com investimentos e a outra, aquela esquecida pelas autoridades. Como esclarece Adrian Gorelik, em seus estudos sobre Buenos Aires, a cidade se configura em uma fronteira que é geográfica e cultural, localizada entre duas culturas:

*“Las dos culturas se afincan irreductiblemente en el centro y en el nuevo barrio fronterizo, aunque muchas veces sus integrantes compartan espacios y franjas de la sociedad: más que dos culturas, entonces, estrictamente, se trata de modalidades diferentes de estar en la ciudad. Quiere decir esto que los sujetos sociales no funcionarán de idéntica manera en uno y otro ámbito: que el burocrata criollo que en la oficina accede a los temas y problemas de la cultura central y de la ciudad tradicional, el artesano inmigrante que se integra en el taller o el hijo de inmigrantes que se integra primero en la escuela y en la Universidad después, todos ellos, en el barrio forman parte- junto a aquellos otros que no se mueven de allí- de la producción de un compuesto social y cultural que, a la vez que va a operar como un sistema de traducción cultural, en estos primeros años va a permanecer ignorante de esos otros puntos de contacto y, sobre todo, va a ser ignorado por ellos”.*¹²

Tal como no Rio de Janeiro, os cortiços de Buenos Aires foram lugares de moradia da classe trabalhadora. Segundo Norberto Ferreras, foi nesses espaços de classe, claramente segregados dos espaços burgueses, que ideias socialistas e anarquistas floresceram e cresceram.¹³ Junto com o desenvolvimento da cidade, a imagem dos imigrantes modificava com a entrada do novo século. A mudança de percepções e de mentalidade das elites, de imigrante trabalhador a de potencialmente perigoso, se revelou com as mudanças no sistema eleitoral e na permanência dos estrangeiros¹⁴. A cidade experimentava um crescimento extraordinário: passou de 663.854 habitantes em 1895 a 2 415. 142 em 1936.

No ano de 1901, o Ministro do Interior da Argentina, Joaquín V. González propôs um projeto de reforma onde todos aqueles estrangeiros que fossem proprietários tivessem direito a votar, mesmo que não fossem naturalizados argentinos. Entretanto, o Congresso argentino impediu a continuação do projeto, porque, naquela conjuntura

histórica, era muito mais importante combater os elementos agitadores que beneficiar-se dos votos dos estrangeiros. No ano seguinte, a Lei de Residência refletia o novo clima do país em relação aos imigrantes: qualquer estrangeiro considerado perigoso poderia ser expulso e o país podia impedir a entrada dos imigrantes sem a necessidade de ordem judicial.

“Artículo 2º -El poder ejecutivo podrá ordenar la salida de todo extranjero cuya conducta comprometa la seguridad nacional o perturbe el orden público. [...]

*Artículo 4º- El extranjero contra quien se haya decretado la expulsión, tendrá tres días para salir del país , pudiendo el poder ejecutivo, como medida de seguridad pública, ordenar su declaración hasta el momento del embarque”.*¹⁵

O clima de tensão pode ser percebido através da imprensa nacional:

*“Anoche se reunió el comité ejecutivo del partido socialista, para seguir tratando del meeting que se verificará el domingo próximo y se acordó lo siguiente [...] invita a todas las sociedades gremiales, logías masónicas, centros liberales, y sociedades democráticas, para que concurran al meeting que, contra la ley de residencia de extranjeros, se celebrará el domingo...”*¹⁶

No início do século XX, a imagem do imigrante, antes ligada indiscutivelmente ao progresso e à civilização, também passa a estar vinculada à desordem e à marginalidade. As políticas migratórias restritivas, que vão surgir para abafar as reivindicações acerca das *questões sociais*, cada vez mais latentes com a proliferação de sindicatos, do associativismo e dos movimentos das classes trabalhadoras, utilizavam de meios coercitivos como a expulsão dos estrangeiros, as prisões, os fechamentos de jornais e a violência policial.

Segundo Fernando Devoto:

*“Tanto na Argentina quanto no Brasil, estabeleceu-se, no plano das ideias, uma correlação entre o tema racial e a imigração em massa. Na primeira década do século XX, diante do aumento da criminalidade na Argentina, não faltaram “argumentos” científicos contra a imigração, apoiados em autores italianos como o criminologista Enrico Ferri, para quem os latinos tinham tendência à prática do homicídio e do infanticídio. O estigma foi também estendido à raça negra e à amarela”.*¹⁷

A Ley de Residencia, do ano de 1902, foi a primeira legislação argentina elaborada especialmente para discriminar os estrangeiros, pois até então a oligarquia não tinha considerado necessário tomar medidas drásticas contra a imigração. Segundo Dolores Vieites Torreiro, para a oligarquia:

“...el anarquismo era una flor exótica importada de la caduca Europa pero que no se derrollaría en un continente joven, lleno de oportunidades y donde no existía la llamada cuestión social. De ahí que se tendiera a establecer una

*ligazón entre agitación obrera y presencia inmigrante, apareciendo ésta como causante de todos los conflictos sociales...*¹⁸

Os padeiros, no começo do século XX, formavam uma das classes trabalhadoras que se destacava pela violência e pelo uso de bombas que distribuíam pela cidade. No Rio de Janeiro, uma das preocupações constantes da polícia em relação aos estrangeiros e aos movimentos operários era o uso de dinamite. Algumas associações anarco-sindicalistas, como a União dos Empregados de Padaria, incitavam os trabalhadores à luta violenta, utilizando a Propaganda pelo Ato. Apesar de serem minoritárias dentro do movimento anarquista, essas associações espalharam o terrorismo pela cidade gerando um clima de tensão entre as autoridades brasileiras e outros sindicatos que eram contrários a essa prática. Foi a desculpa perfeita para que a imprensa e a polícia considerasse a todos os sindicalistas como perigosos terroristas.

“Na capital brasileira, a exemplo do já sucedido no restante do mundo, foram as bombas o principal argumento a sustentar a propaganda anti-anarquista, tornando-se a principal justificativa no encaminhamento da repressão sobre todo o movimento anarquista, e para além dele, sobre todo o movimento operário”.¹⁹

O líder dos padeiros, o já mencionado João de Mattos, organizou o Bloco de Combate dos Empregados de Padaria, cujo lema era “Pelo Pão e pela Liberdade”. Ele chegou ao Rio no ano de 1878, após estabelecer os primeiros contatos com cativos que trabalhavam nas padarias das cidades de Santos e de São Paulo. A violência utilizada pelos padeiros era consequência de uma situação insustentável, provocada pela escravidão e pelas árduas jornadas de trabalho. Criou-se, assim, em 1898, a Sociedade Cosmopolita Protetora dos padeiros, transformada em sindicato, com os lemas: “Trabalho, justiça e Liberdade”, sem distinção de cor, crença ou nacionalidade” e “Um por todos e todos por Um”. O sindicato criou um jornal semanal intitulado *O Panificador*, com tiragem de até dois mil exemplares.²⁰

Muitas fontes históricas e estudos de casos, que analisam as trajetórias individuais, demonstram que os padeiros afincados em territórios sul americanos, oriundos da Península Ibérica, correspondiam a um perfil de imigração muito distante daquele construído pela teoria da *flor exótica*: eram jovens varões, oriundos das áreas agrícolas, desembarcados ainda em tenra idade.

O caso do imigrante galego Primitivo Ayrosa, condenado e expulso na década de 20, por ser anarquista, desconstrói a teoria. No processo-crime do ano de 1911, Primitivo aparece como um jovem empregado de padaria, de apenas 17 anos, envolvido em uma briga com os colegas de trabalho, dentro do próprio estabelecimento. O episódio não mantinha qualquer relação com ideologias políticas, pelo contrário, o acusado era menor de idade e réu primário. Desconhecemos o ano de chegada do imigrante no Brasil, mas nos autos, Primitivo Ayrosa declara que vive há dois anos na Rua dos Inválidos. Concluimos, então, que, pelo menos, desde os 15 anos, ele já vivia no Rio de Janeiro.²¹

Dez anos se passaram e no de 1921, Primitivo Ayrosa foi expulso, junto com mais quatro companheiros, todos imigrantes, acusado de ser um perigoso anarquista. Os jornais da época estamparam as fotos nas páginas principais, enfatizando a nacionalidade daqueles jovens padeiros, que, em sua maioria, viviam, como no caso de Ayrosa, há mais de uma década no Brasil.

“Pelo pacote “Arlanza” seguiram ontem deportados para Portugal e Espanha mais sete indesejáveis dinamiteiros e perigosos anarquistas. [...] Os que ontem seguiram barra fora chamam-se Alexandrino Valente Coutinho, José Gonçalves Brito, Manoel Barbosa, Abel Ribeiro dos Santos, João de Oliveira, Primitivo Ayrosa e Vicente de Dios Bello”.

A exceção dos dois últimos, que são espanhóis, todos os outros são portugueses”.²²

Astrogildo Pereira, em seus inícios de atividade política, escreveu no jornal anarquista *A Guerra Social*. Nessa época, ele pertencia ao grupo chamado Jovens Libertários. Em artigo intitulado *A Velha História*, contestou ferreamente a postura do *Jornal do Comércio* que alegava que no Brasil não existia a questão operária e que o anarquismo era coisa de estrangeiro:

“A história que é muito velha, divide-se em dois pontos principais. Primeiro, que no Brasil não há questão operária; segundo que os meneurs de grèves são anarquistas estrangeiros. Vejamos: no Brasil também há patrões e operários, logo há questão tão operária. Fica assim liquidado, sem rodeios supérfluos o primeiro ponto da história”. [sic]²³

Com um toque de humor, seguem as explicações ao longo do texto, do que para ele resultava óbvio:

“Ao segundo, pois. O anarquismo, efectivamente, não é uma couza oriunda do Brasil. Veio da Europa, como da Europa nos veio tudo, desde o português Alvarez Cabral até á franceza Mme Castera. [sic]

Mas quer isso dizer que todos os anarquistas que aqui vivem não nasceram no Brasil?”

E responde, incluindo a si mesmo, como prova da existência de anarquistas brasileiros: “Eu, por exemplo, que sou um dos jovens libertários, a que alude o *Jornal*, sou também um sujeito brazileirissimo... segundo a jeografia usada pelos tais jornalisteiros” [sic].

Infelizmente, para o caso de Buenos Aires, não dispomos de fontes tão valiosas como os processos de expulsão, mas, na imprensa argentina, é possível recuperar episódios importantes do cotidiano das classes trabalhadoras, envolvendo os padeiros. Entre 1900 e 1902, os movimentos grevistas adquiriram proporções extraordinárias, tanto em Buenos Aires como em vários portos localizados no rio Paraná. Para se se ter

uma idéia da dimensão do acontecimento, o novo século inicia-se com uma grande greve envolvendo a 4 mil trabalhadores portuários. Em 1901, o conflito acentuou-se com as greves da Companhia de Navegação Mihanovich, e, posteriormente, a adesão dos trabalhadores dos portos de San Nicolás, Ramallo, Bahía Blanca e Ensenada. As greves envolveram vários sindicatos, agrupando tanto a classe dos padeiros como também trabalhadores da fábrica de cigarro de Rosário.²⁴

O jornal *La Prensa*, do ano de 1902, divulgava a circular da comissão do *Sindicato de los obreros panaderos*, que alertava sobre as más condições de trabalho nas padarias. Em alguns comércios, os empregados eram proibidos de voltar aos seus lares depois de árduas jornadas e estavam obrigados a pernoitar no local de trabalho.

*“a) Puerta abierta” para volver a la casa en las horas de reposo, para descansar y dormir; b) Suplemento de salário de \$ 1.20 por jornal, además de un kilogramo de pan por persona; c) “Trabajo organizado” en las panaderías, es decir, recibir solo a los obreros organizados en el sindicato. Los patrones rechazaron totalmente el pedido de los trabajadores”.*²⁵

O *Sindicato de obreros panaderos* de Buenos Aires dá início a uma série de boicotes contra a chamada padaria *Princesa*. A causa do conflito foi a proibição da entrada dos membros dos sindicatos nas instalações. A finalidade do boicote era obrigar os donos da padaria a firmarem um acordo, reconhecendo o direito dos padeiros a se filiarem ao sindicato. A partir desse acontecimento, inicia-se uma prolongada campanha, que resultou em seguidos episódios de violência e graves choques entre os trabalhadores promotores do boicote, policiais e fura-greves. O estopim da situação ocorreu em fevereiro de 1902, quando foram detidos dois secretários do *Sindicato de obreros panaderos*: F. Berri e J. Calvo.²⁶

O nascimento do movimento operário argentino é inseparável da imigração, pois seus protagonistas são principalmente os italianos, espanhóis, portugueses e franceses que desembarcaram nos portos argentinos, principalmente, a partir da segunda metade do século XIX. Da mesma forma, também era inseparável o debate sobre os perigos morais da imigração, no que diz respeito à forma como a opinião pública associava, muitas vezes, a prostituição e a rede de tráfico de brancas com a imigração europeia. A Argentina adotou uma política de restrição à imigração baseando-se unicamente nas características individuais e no potencial dos imigrantes e não seguindo um sistema de cotas por grupo nacional. Em 1919, o governo do presidente Hipólito Yrigoyen pôs em vigor um decreto de seu antecessor, Victorino de La Plaza, que exigia aos futuros imigrantes três certificados: médico, antecedentes penais e outro que atestasse que o imigrante não vivia como mendigo. Esse sistema (o individual) difere de países como o Brasil e Estados Unidos que fixavam as cotas segundo o grupo nacional.²⁷

A interlocução entre as classes operárias e os trabalhadores do Cone sul era constante. Através da divulgação de notícias na imprensa anarquista e/ou operária e também na imprensa nacional, é possível, ao menos, recuperar uma parte desse diálogo

estabelecido entre os trabalhadores dos países vizinhos. Os jornais anarquistas brasileiros, como *A Guerra Social*, do ano de 1911, denunciam as arbitrariedades do governo argentino com uma série de artigos intitulados “Barbárie na Argentina”. O título, em tom irônico, subentende-se como uma associação direta com a dicotomia *civilização x barbárie*, utilizadas por intelectuais e políticos como Domingo Faustino Sarmiento e Juan Alberdi, no século XIX, na construção de políticas imigratórias dispostas a resolver os problemas de povoamento e as questões raciais da incipiente nação. Os artigos são assinados por José B. Montichel, radicado no Uruguai. Segundo Montichel: “Continua a repressão [...] Novas prisões, expulsões e processos, está é a tarefa dos bárbaros que governam neste paiz”.²⁸

Nesse período, a Lei de expulsão no Brasil, já havia sido decretada, no ano de 1907 e os trabalhadores estavam atentos às arbitrariedades cometidas pelas polícias de ambos países. No dia 29 de junho de 1911, a mesma coluna *Bárbarie na Argentina* adverte sobre o fechamento de um jornal em Buenos Aires; e demonstra a preocupação com o tratamento dos imigrantes que escolhiam a Argentina como país de destino:

“A polícia mandou apprehender um jornal, effectuando a prisão de seus redactores. Por proibição expressa do governo, este periódico não pôde ser publicado, por considerarem-no attentatório á ordem estabelecida. Isso foi noticiado a semana passada por todos os diários buenaireses sem um comentario, sem um protesto, ainda mais ocultando a maior parte dessa arbitrariedade para maior vergonha desse povo [...] cuja corrente emigratória diminui de dia para dia...”[sic]²⁹

No ano seguinte, às denúncias e queixas dos trabalhadores argentinos, aparece uma reportagem intitulada *O grande movimento no Rio*. O movimento, ovacionado pelo periódico, que não economiza elogios, reúne diversas classes de trabalhadores, entre elas, as consideradas mais radicais e com grande participação de imigrantes ibéricos: os empregados em hotéis e os padeiros. Os sindicatos, as classes operárias, todos saem às ruas para protestar contra as prisões dos militantes e a violência policial exercida contra os trabalhadores. “É a greve dos empregados em padaria que mais se destaca na atual agitação operária. Evidenciar aqui as suas condições de trabalho seria difícil. Mas não há escravo que se rebele. E os padeiros entenderam que é chegado o momento de melhorar a sua situação”.³⁰

A luta dos padeiros no Rio de Janeiro e as propostas de melhorias da condição da classe continuaram ao longo da década de 20. Representados pelo jornal *O Panificador*, o órgão dos empregados em padaria, eles reivindicavam o término do trabalho noturno e o fabrico do pão durante o dia:

“É aspiração geral da classe, pôr em prática a manipulação do pão de dia: sem que esta transformação venha prejudicar qualquer interesse: quer dos proprietários, do público ou dos trabalhadores. Na Itália, França, Hespanha,

Uruguay e Argentina e mais paizes, o fabrico do pão já é feito de dia. O público nada perde com esta transformação, e o patronato e os trabalhadores lucram muito”.³¹

Nessa reportagem, os padeiros mencionam a Argentina e Uruguai como países que já eliminaram o trabalho noturno, uma das principais reivindicações da classe.

A análise, através da imprensa e dos processos criminais, contribuiu, ao longo desse artigo, na construção de uma parte da história do mundo do trabalho das sociedades *porteña* e carioca. São duas capitais com processos históricos similares, no que diz respeito ao fenômeno migratório e à inserção dos estrangeiros no mercado profissional. Em ambos países, a política imigratória vai tentar enquadrar o imigrante no projeto de nação e nas políticas modernizadoras empreendidas nas duas capitais. Entretanto, o desenvolvimento e o planejamento urbanístico vão se confrontar com as péssimas condições de vida de muitos trabalhadores, como o caso dos padeiros, que vão buscar ser ouvidos através da imprensa, das manifestações e dos sindicatos.

Notas e referências

- ¹ BR/Rio de Janeiro, Arquivo Geral do Estado do Rio de Janeiro (doravante AGCRJ), Fundo (APERJ), Fundo DPS, d 30055, Fls 99 a 117, Histórico de 1876 de João de Mattos (Foi mantida a grafia original nas citações). A análise completa do documentos está no livro de Leila DUARTE, *Pão e Liberdade. Uma história dos padeiros e libras na virada do século XIX*, Rio de Janeiro, Mauad/ Faperj, 2002.
- ² Juliana Barreto FARIAS, *Entre identidades e diásporas: Negros minas no Rio de Janeiro (1870-1930)*, Dissertação de mestrado apresentada no programa de Pós-Graduação em Historia Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004, p. 40.
- ³ BR/Rio de Janeiro, AGCRJ, Códice 6-1-52, Escravos ao ganho (1860-1861).
- ⁴ Ibid.
- ⁵ BR/Rio de Janeiro, AGCRJ, Códice 44 -1-49, Ganhadores livres.
- ⁶ Para ver o caso dos galegos no Rio, Érica SARMIENTO, *Galegos no Rio de Janeiro (1850-1970)*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela,ed., 2006; Galegos e espanhóis em Buenos Aires, vid. as obras de José C. MOYA, *Primos y extranjeros. La inmigración española en Buenos Aires, 1850-1930*, Buenos Aires, Emecé, 2004; e Ruy FARÍAS (org.), *Bos Aires Galega*. A Coruña, Toxosoutos, 2010.
- ⁷ Sidney CHALHOUB, *Trabalho, lar e botequim: vida cotidiana e controle social da classe trabalhadora no Rio de Janeiro da Belle Époque*, Dissertação de mestrado, Departamento de História,, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 1984, p.22.
- ⁸ Mary Hesler de Mendonça MOTTA, *Imigração e trabalho industrial- Rio de Janeiro (1889-1930)*, Dissertação de mestrado, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 1982. A autora alerta sobre a imprecisão dos dados dos censos do Rio de Janeiro entre os anos de 1906 e 1920. Devemos sempre contar com uma porcentagem de erros nas estatísticas oficiais.
- ⁹ José Murilo de CARVALHO, *Os bestializados*. O Rio de Janeiro e a República que não foi, São Paulo, Schwarcz editora, 1987, p.21.
- ¹⁰ Marcos Luiz BRETAS, *Ordem na cidade. O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro:1907-1930*, Rio de Janeiro, Rocco, 1997, p. 21.
- ¹¹ Norberto Osvaldo FERRERAS, *O cotidiano dos trabalhadores de Buenos Aires (1880-1920)*, Niterói, Eduff, 2006, p.29.
- ¹² Adrián GORELIK, *La grilla y el Parque. Espacio público y cultura urbana en Buenos Aires, 1887-1936*, Bernal, Universidad Nacional de Quilmes Editora, 2010, p.178.
- ¹³ Norberto Osvaldo FERRERAS, p.89, cit.

O enfrentamento dos padeiros ibéricos no Rio de Janeiro e em Buenos Aires
Érica SARMIENTO

- ¹⁴ J. A. ALSINA, *La inmigración en el primer siglo de la independéncia*, Buenos Aires, Felipe S. Alsina, 1910; L. A. BERTONI, La hora de la confraternidad. Los inmigrantes y la Argentina en conflicto, 1895-1901, *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, n.32, 1996, pp.61-84, Xosé Manoel e NÚÑEZ SEIXAS, *O inmigrante inaxinario. Estereotipos, identidades e representaciós dos galegos na Arxentina (1880-1940)*, Santiago de Compostela, USC, 2002.
- ¹⁵ AR/Buenos Aires, *El País*, 23.11.1903, p.5.
- ¹⁶ AR/Buenos Aires, *La Nación*, 04.01.1903, domingo, p.9.
- ¹⁷ Fernando DEVOTO e Boris FAUSTO, *Brasil e Argentina. Un ensaio de historia comparada (1850-2002)*, São Paulo, Editora 34, 2004, p.174 e 176.
- ¹⁸ Dolores Vieites TORREIRO, “La participación de los gallegos en el movimiento obrero argentino (1880-1930)”, Xosé Manoel NÚÑEZ SEIXAS, (org.). *La Galicia Austral. A inmigración gallega en la Argentina*, Biblos, 2001, p.164.
- ¹⁹ Lená Medeiros de MENEZES, *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade*, Rio de Janeiro, Eduerj, 1996, p.109.
- ²⁰ Leila DUARTE, cit., p.45.
- ²¹ BR/Arquivo Nacional (AN), OI 02677.
- ²² BR/ Rio de Janeiro, *Gazeta de Notícias*, 24.03.1921, p.1.
- ²³ BR, *A Guerra Social*, 3.02. 1912.
- ²⁴ Gabriela Anahí CONSTANZO, *Sociedad* (B. Aires) vol.3, Buenos Aires, 2007.
- ²⁵ Iaacon OVED, *El anarquismo y el movimiento obrero en Argentina*, México, Siglo XXI, 1978, p. 241.
- ²⁶ *Ibid.*, p.241 e 242
- ²⁷ Fernando DEVOTO, *Historia de la inmigración ...*, cit., p. 170.
- ²⁸ BR, *A Guerra Social*, 16.06.1911, p. 1.
- ²⁹ BR, *A Guerra Social*, 29.06. 1911, p.3.
- ³⁰ BR, *A Guerra Social*, 18.01.1912, p.2.
- ³¹ BR, *O Panificador*, agosto de 1921, p.2.

Os intelectuais nas comunidades de imigrantes na América: Um estudo dos lituanos

*Erick Reis Godliauskas Zen**

Ao iniciarmos a pesquisa sobre os ativistas comunistas lituanos na América, nos deparamos com complexas trajetórias de militantes comunistas que, com sua escrita em idioma lituano, lutaram e expressaram suas posições pelos órgãos de imprensa, organizadas junto aos partidos comunistas. Suas trajetórias atravessaram, muitas vezes, as fronteiras dos Estados nacionais nos quais haviam se estabelecido como imigrantes. Cruzando fronteiras, estabelecendo contatos e trocas de escritos, se formaram como ativos intelectuais e enfrentaram a clandestinidade, a tortura, a expulsão, além das mais diversas dificuldades com as mudanças de linha dentro dos partidos. Alinhados ao comunismo soviético, suas trajetórias sofreram uma ruptura decisiva, quando seu país de origem, a Lituânia, foi incorporada à União Soviética e, nas décadas seguintes, muitos destes ativistas optaram por retornar à Lituânia Soviética. Esses intelectuais, *re-imigrados*, assumiram diferentes funções na esfera intelectual, sobretudo no período pós-Stalin, ou, através dos seus escritos, exerceram importante influência. Para entendermos essas trajetórias optamos por realizar um estudo específico de cinco intelectuais: Alfonsas Marma, Pranas Ulevičius, Linas Valbasys, Rojus Mizara, Antanas Zokas.

Em comum, estes intelectuais tiveram uma trajetória de imigração da Lituânia para a América a atividade intensa nos meios culturais e de imprensa no idioma lituano na Argentina, Brasil e Uruguai e o retorno para a União Soviética, onde também exerceram influência pelas suas ideias, assumindo posição de destaque nas universidades, institutos de pesquisa, bem como na literatura na Lituânia Soviética. Ainda com esse propósito é preciso destacar o que denomino de *trajetória interrompida*. Interrompida, pois as balas da polícia paulista mataram Alfonsas Marma, eliminando um dos mais importantes ativistas comunistas lituanos que atuaram na América.

* Erick Reis Godliauskas Zen é doutor e mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente realiza estágio de pós-doutorado na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e é pesquisador colaborador do LABIMI.

Este é um estudo inicial de uma pesquisa em progresso, na qual procuramos investigar os principais jornais em idioma que circulavam na América do Sul: Na Argentina - *O Amanhã (Rytojus)*, no Brasil - *A Nossa Palavra (Mūsų Žodis)*, no Uruguai - *O Trabalho (Darbas)*. Observamos que à produção realizada na América do Sul se somavam os jornais lituanos comunistas produzidos nos Estados Unidos, sobretudo os jornais *A Liberdade (Laisve)* e *A Onda (Vilnis)*.

A partir da análise da produção destes impressos buscamos conhecer e reconhecer os produtores tipográficos e os intelectuais que tornavam essa produção e circulação possível. Ao indentificá-los, buscamos conhecer suas propostas políticas e suas vidas. Essa tarefa nos exigiu uma longa pesquisa em diversos arquivos na Argentina, no Brasil, no Uruguai e na Lituânia, reunindo documentos de diferentes origens, muitas vezes dispersos, para nos aproximarmos dos intelectuais lituanos responsáveis pela realização destas publicações.

A formação na América

Para compreender o processo imigratório e a formação destes intelectuais se faz necessário, ainda que brevemente, retomarmos as mudanças políticas na Lituânia. Nos anos de 1930, a Lituânia viveu um período ditatorial de inspiração fascista liderada pelo então presidente Antanas Smetona (1874 – 1944) cuja admiração, e podemos dizer culto, à imagem do ditador italiano Benedito Mussolini era pública. Seu governo (1927 – 1940) empreendeu ampla perseguição aos movimentos de esquerda, em particular aos comunistas. O resultado foi, por uma lado, a prisão e execução de diversos ativistas; por outro a emigração como forma de escapar das perseguições. Além disso, o governo de Smetona foi um verdadeiro desastre do ponto de vista administrativo, em particular nos primeiros anos, provocando uma onda de emigração para América. Dadas as restrições impostas para o ingresso nos Estados Unidos, neste período, foi a América do Sul o principal destino dos lituanos.

Além da crise econômica, o projeto de viés fascista também causou a fuga de diversos ativistas socialistas e comunistas para a América que se espalharam pelo continente, muitos deles ainda jovens. Desta maneira, muito da formação política dos lituanos que aderiram à esquerda se deu pela oposição do governo de Smetona, sendo o combate ao fascismo um dos catalisadores que impulsionaram a adesão dos emigrados lituanos aos partidos comunistas na América e ao Partido Comunista Lituano (LKP).

A história das organizações lituanas, orientadas a uma perspectiva socialista na América, tiveram início concomitante ao processo de estabelecimento destes imigrantes no continente. Na Argentina, as primeiras organizações socialistas lituanas formaram-se no ano de 1914, em especial, a *Aliança Socialista Lituana (Lietuvių Socialistų Sąjunga)*, fundada em 4 de dezembro daquele ano no subúrbio de Buenos Aires, Argentina. A associação foi capaz de estabelecer seções na cidade de Berisso pouco depois. Após a Revolução Russa (1917) e a formação do Partido Comunista Argentino (PCA), a *Aliança Socialista Lituana* organizou um congresso, entre os dias 14 e 15 de dezembro

de 1918, na cidade de Quilmes, província de Buenos Aires.¹ Neste decidiram por aderir ao Partido Comunista e a formar um órgão de imprensa regular.

No início, as atividades da associação eram muito limitadas devido à falta de experiência e de recursos financeiros: conseguiram imprimir um número intitulado *O Boletim*, com as resoluções do congresso. Já o jornal regular a que se propunham foi bem mais difícil de ser levado adiante. É preciso aqui lembrar a situação precária em que viviam: em sua maioria os integrantes desta organização eram operários dos frigoríficos e podiam trabalhar nas associações e nos jornais apenas depois dos longos turnos e nos dias de folga. Por todas essas questões, *O Proletário (Proletaras)* teve poucos números e foi encerrado por falta de condições e recursos financeiros.

Apesar de todas as importantes iniciativas elaboradas pelos primeiros imigrantes lituanos na Argentina foi ao longo da década de 1920 que, de fato, as organizações conseguiram uma maior estabilidade e desenvolvimento. Da mesma forma, foi no final desse período, que obtiveram maior sucesso na organização de uma imprensa capaz de manter uma produção e circulação regular, as atividades culturais também ganharam força com os grupos de teatro, a formação de melhores bibliotecas e mesmo atividades esportivas. Na metade dos anos 1920 quando as maiores ondas imigratórias chegaram à América do Sul, as atividades lituanas puderam envolver uma maior quantidade de pessoas integrando os imigrantes recém-chegados.

Em 1926, na cidade de Córdoba, foi fundada a *Associação dos Amigos dos Lituanos de Córdoba (Lietuvių Savišalpos Draugija Kordoba)* que em 1929 foi renomeada *Sociedade dos Amigos Neptunas (Lietuvių Savišalpos Draugija Neptunas)*. A organização formou uma biblioteca além de promover o ensino do idioma lituano e de dar apoio às atividades culturais, além de se tornar um importante centro de distribuição dos periódicos lituanos que começaram a ser regularmente editados e distribuídos.

Para coordenar as atividades tanto das associações vinculadas às perspectivas de esquerda, como para incentivar a sua difusão fundaram, em 19 de outubro de 1924, na cidade de Avellaneda, província de Buenos Aires, a *Sociedade dos Trabalhadores Lituanos Esclarecidos na Argentina (Lietuvių Darbininkų Apšvietos Draugija Argentinoje, LDADA)*. Nos primeiros anos de atividade, sua principal função foi a de mobilizar os lituanos recém-chegados, bem como atrair as organizações já existentes. Nesse esforço para integrá-los acabaram por estabelecer contatos com um grupo de lituanos que recém se estabelecera em Montevidéu, Uruguai, e ali decidira formar uma seção da *Sociedade dos Trabalhadores Esclarecidos da América do Sul (Lietuvių Darbininkų Apšvietos Draugija Pietų Amerikoje)*. O resultado foi bastante positivo, pois em 1926 foram organizadas seções nas cidades de Córdoba, Berisso e Alsina para coordenar as atividades que foram realizadas entre 22 e 24 de maio. A principal questão debatida foi novamente a necessidade de formar um periódico que pudesse ser distribuído regularmente. Contudo, as iniciativas para formar este órgão de imprensa não tiveram resultados significativos.²

No final de 1926, os lituanos retomaram a iniciativa de fundar um jornal que desta vez foi bem sucedida e deram início ao *O Amanhã (Rytojus)*, primeiro jornal de

esquerda publicado regularmente na Argentina. A estratégia foi reunir todas as organizações lituanas de esquerda para contribuir financeiramente e integrá-las no trabalho de distribuição. Aderiram a esse projeto a *Associação dos Operários Lituanos Esclarecidos na América do Sul (Lietuvių Darbininkų Apsvietos Draugija Pietų Amerikoje)*, a *Estrela da Aurora (Aušro Žvaigzde)* de Rosário e a seção da Patagônia, *Os Miseráveis (Vargdienis)* em Berisso.

Além das associações, era possível a contribuição individual e cada participante deveria doar cinquenta centavos para a compra de cotas da cooperativa de imprensa, a ser formada, no valor de cinco pesos. Após reunir os recursos necessários para a compra de material de imprensa *O Amanhã (Rytojus)* foi lançado em 25 de janeiro de 1927.³ No entanto, o jornal frequentemente passava por dificuldades e sua publicação era precária e irregular, dado tanto à falta de conhecimento técnico dos responsáveis e a impossibilidade dos operários de trabalharem em tempo integral na publicação. Inicialmente, o jornal era realizado durante o período de folga dos trabalhadores e em suas próprias residências, o que dificultava a produção regular do periódico.

É preciso notar a dificuldade em se produzir um impresso sem que houvesse um conjunto de indivíduos que pudesse se dedicar em período integral tanto à produção escrita como à produção gráfica. Do ponto de vista prático, é impensável que alguém submetido a dez horas de trabalho volte para casa, acenda a lamparina e comece a preparar linotipos. O linotipo tinha um custo relativamente alto, exigia investimento constante para tinta, papel além de um conhecimento técnico que teria que ser aprendido de alguma forma. Além disso, era necessário distribuir os escritos, muitas vezes escapando da repressão policial.

Para superar as dificuldades, os organizadores do jornal entraram em contato com a coletividade lituana nos Estados Unidos, principalmente com a *Associação Literária dos Trabalhadores Lituanos na América (Amerikos Lietuvių Darbininkų Literatūros Draugijos, ALDLD)* que já distribuía regularmente suas publicações na América do Sul.

A *Associação Literária dos Trabalhadores Lituanos na América (Amerikos Lietuvių Darbininkų Literatūros Draugijos, ALDLD)* foi fundada na cidade de Nova York em 1921, como o resultado das divisões entre as organizações socialistas e comunistas formada por lituanos nos Estados Unidos. Na primeira década do século XX, os lituanos, cuja maioria havia se estabelecido em Chicago, formaram a *Aliança dos Lituanos Socialistas (Lietuvių Socialistų Sąjunga)* e conseguiram produzir diversos jornais que tiveram vida efêmera como *Passageiros (Keleivius)*, o *A Luta (Kova)* que foi fechado, em 1917 durante a repressão que se estabeleceu no período da Primeira Guerra Mundial e o *Liberdade (Laisve)*, fundado em 1911. Mais tarde o editor do jornal lituano de Baltimore, P. Grigaitis, mudou para Chicago dando início ao semanário *Notícias (Naujienos)* que chegou a se tornar um diário. Junto a este, outros jornais menores manifestavam a perspectiva socialista como *A Análise (Apžvalga)* e *A Nossa Verdade (Mūsų Tiesa)*. Em 10 de setembro de 1917, os socialistas, que ainda atuavam em conjunto, realizaram um congresso com o objetivo de constituir uma associação que possibilitasse a publicação e a circulação de livros, a qual foi chamada de *Associação*

Literária Lituana (Lietuvių Lieteraturos Draugijos, LLD), cujo centro localizava-se na cidade de Nova York.

Com a divisão na esquerda, a LLD também passou por mudanças, pois, em um congresso realizado em 1919, os socialistas se retiraram e os favoráveis à Revolução Russa assumiram a sua direção. O jornal *Liberdade (Laisve)* mudou sua sede de Chicago para Nova York assumindo também a perspectiva bolchevique. Sedimentava-se assim a divisão definitiva entre os lituanos e cada um dos grupos buscou atuar defendendo sua perspectiva e não raramente em conflito com as demais. A *Associação Literária dos Trabalhadores Lituanos (Lietuvių Darbininkos Literaturos Draugijo, LDLD)*,⁴ além do *Liberdade (Laisve)* de Nova York deu início à publicação do *Onda (Vilnis)*, em Chicago. Neste período a associação se aproximou das organizações de esquerda que atuavam nos Estados Unidos como o *Partido dos Trabalhadores (Workers Party)* a partir de 1921 e que em 1948 adotou o nome de *Partido Progressista (Progressive Party)*.

Diante da solicitação dos lituanos na Argentina, a LDLD enviou recursos financeiros para a aquisição de uma gráfica. É justamente neste ponto que encontramos Rojus Mizara (1895 - 1968). Mizara foi um dos mais importantes ativistas lituanos nos Estados Unidos, tendo desempenhado diversas funções nos jornais daquele país. A trajetória política de Rojus Mizara, que muitas vezes assinava seus artigos como Miko Rosados, teve início nos Estados Unidos, onde chegou em 1913 vindo da cidade de Alytus na Lituânia. Na América se estabeleceu em Chicago, onde aprendeu o ofício de gráfico e trabalhou assiduamente nos jornais lituanos editados naquele país. Primeiro em *O Passageiro (Keleivio)* e em *O Combate (Kovos)*. Em 1914 mudou para a cidade de Nova York, juntamente com a comissão editorial do jornal *A Liberdade (Laisve)* da qual foi redator. Militante comunista, foi um dos principais ativistas das organizações literárias naquele país, que resultou da ALDLD, da qual foi presidente por dezoito anos. Entre 1922 e 1925 foi o redator do jornal *A Onda (Vilnis)*, sendo um destacado participante das atividades dos partidos comunistas.

Além da atividade intelectual, Mizara conhecia a parte técnica da produção dos impressos e a preparação de jornais e livros. Essa, vale dizer, era uma das características dos ativistas comunistas que trabalharam na imprensa operária neste período. Os responsáveis pelos impressos dominavam, em sua maioria, tanto a atividade propriamente da teoria marxista, da escrita e também a da técnica de impressão. Não havia assim a divisão de trabalho entre quem escrevia e quem produzia os impressos. Nesse sentido, é que aos poucos as organizações lituanas foram reunindo condições para sustentar um editor e envolver mais pessoas para viabilizar a produção dos impressos, criando aos poucos um processo de *profissionalização* dos intelectuais da comunidade. Esta foi a trajetória de Mizara, e por essa razão foi ele o escolhido para ser enviado com o propósito de constituir uma gráfica e trabalhar para a formação política dos lituanos.

Com os recursos para a formação de uma gráfica e o conhecimento, Mizara aportou em Buenos Aires em 1927, trazendo também diversos livros, revistas e impressos em idioma lituano publicados nos Estados Unidos. De imediato ele assumiu a

responsabilidade pela produção do jornal *O Amanhã (Rytojus)* que passou a ter uma publicação e distribuição regular. Além disso, ajudou a melhorar a biblioteca e preparou uma série de cursos de formação política para os lituanos na Argentina. A qualidade e a quantidade de exemplares de *O Amanhã (Rytojus)* superaram expectativas e o jornal passou a ser distribuído regularmente também no Uruguai e no Brasil. Desses países o jornal passou a receber correspondência dos lituanos e a publicá-las constituindo um verdadeiro centro de informações em lituano para o Cone Sul. Mizara também aproximou o jornal dos Norte Americanos *A Liberdade (Laive)* e *A Onda (Vilnis)*. O resultado foi a formação de uma rede de comunicação entre os lituanos nas Américas.

A experiência de Mizara na Argentina durou aproximadamente um ano e quando do seu regresso aos Estados Unidos, escreveu um livro sobre a Argentina intitulado *A Argentina e os Lituanos que Ali Vivem (Argentina ir Ten Gyvenanti Lietuviai)*, publicado em 1929 na cidade de Nova York. O propósito central da obra, como anunciado no título, era fazer uma síntese da experiência dos lituanos no país. No entanto, o autor dedicou apenas os capítulos finais aos lituanos e o converteu em uma ampla análise da história e da situação política e econômica dos países da América do Sul, bem como das possibilidades de ação dos partidos comunistas, no continente. Nos capítulos dedicados aos lituanos na Argentina, buscou evidenciar as dificuldades vivenciadas naquele país, assolado pelos problemas econômicos. Diante deste quadro, bastante negativo, ressaltou as organizações políticas e a importância da colaboração das associações norte-americanas para o desenvolvimento dessas.

Pouco depois da partida de Mizara da Argentina, as organizações socialistas lituanas nesse país logo receberam outro militante com experiência e prática tanto na atividade organizativa, como na produção de periódicos. Enviado pelo Partido Comunista Lituano (LKP), em 1930, Pranas Ulevičius, aportou em Buenos Aires com a missão de dar continuidade ao *O Amanhã (Rytojus)*. Nascido em 17 de outubro de 1907 em Vilkaviskis, Ulevičius ingressou na Juventude Comunista Lituana no ano de 1925. No mesmo ano foi detido junto com outros ativistas. Solto, voltou a atuar na sua cidade natal, mas foi novamente preso em 1927 e passou a ser sistematicamente perseguido, o que impedia a sua ação. Emigrou para a Europa Ocidental e atuou entre 1928 e 1929 no Partido Comunista Lituano que mantinha uma seção na Alemanha, onde trabalhou na parte de produção de material impresso e literatura comunista. Foi novamente preso e quando solto passou a viver em Königsberg, mas foi novamente preso. Mudou para Berlim e mais tarde para Luxemburgo, onde também atuava politicamente entre os trabalhadores emigrados da Lituânia, principalmente distribuindo a revista comunista lituana *A Voz (Balsas)*. Em 1930 foi novamente preso e decidiu se mudar para a França. Não foi uma boa escolha, pois as autoridades francesas o enviaram novamente a Luxemburgo. Preso e expulso daquele Grão-Ducado, voltou para Berlim e depois para Hamburgo, quando se dirigiu para a América do Sul.

O início do trabalho de Pranas Ulevičius foi bastante complicado, pois logo a Argentina caiu sob um regime ditatorial e as organizações socialistas passaram a ser alvos sistemáticos da repressão. Assim, na madrugada de 22 para 23 de setembro de

1930, a polícia argentina invadiu a gráfica do jornal lituano e a empastelou, destruiu os móveis e as máquinas de impressão, além de apreender uma série de documentos, como as cartas, livros-caixa e demais documentos administrativos. Munidos destas informações a polícia passou a prender nos dias seguintes os ativistas lituanos que contribuíam com a publicação em suas residências. Na prisão eles foram submetidos a constantes torturas o que incluía espancamento, choques elétricos e afogamentos.

Diante da repressão, coube a Ulevičius reorganizar as atividades lituanas na clandestinidade formando uma gráfica e um jornal que pudesse substituir *O Amanhã* (*Rytojus*). A gráfica foi instalada no subúrbio de Buenos Aires, conhecida como Dock Surd, e ali deram início ao quinzenário *A Palavra Verdadeira* (*Tiesas Žodis*) cujo primeiro número saiu em 17 de outubro de 1930. Entre os principais objetivos da publicação estava o de denunciar os lituanos colaboracionistas e as condições vivenciadas pelos presos políticos. A ênfase nesta questão e o rápido sucesso da publicação levaram as autoridades argentinas a empreender ampla e violenta investigação entre os lituanos e no dia 30 de maio do ano seguinte a gráfica foi descoberta e seus responsáveis novamente presos.⁵

Em 1932, a política argentina sofreu uma nova reviravolta com a eleição de Augustin Pedro Justo (1876 – 1943). Com isto a repressão foi amenizada e o presidente concedeu anistia aos presos políticos, entre estes muitos lituanos que estavam detidos no presídio de Vila Devoto. Com a liberdade os militantes voltaram às suas atividades políticas. Naquele mesmo ano, os militantes lituanos em Buenos Aires deram início à reorganização de *O Amanhã* (*Rytojus*), que após retomar sua propriedade e reorganizar o seu conteúdo, voltou a ser publicado, chegando inclusive a receber amplo apoio dos lituanos radicados no Uruguai. No entanto, no ano seguinte as perseguições políticas voltaram a ameaçar *O Amanhã* (*Rytojus*) e a comissão editorial decidiu publicá-lo na clandestinidade. A ideia era trocar o local de impressão, mas sempre no centro da cidade de Buenos Aires, para facilitar a aquisição de material - como tinta e papel de diferentes fornecedores - e a distribuição.⁶ A estratégia foi acertada, pois durante cinco anos o jornal foi regularmente publicado e distribuído.⁷

Assim como na Argentina, no Brasil, os lituanos também formaram organizações socialistas, sendo a primeira organização em São Paulo fundada em 16 de fevereiro de 1927 e denominada de *União dos Lituanos no Brasil* (*Susivienijimas Lietuvių Brazilijoje*). Quando os lituanos chegavam de trem a São Paulo, vindos das fazendas do interior, se estabeleciam nos arredores da principal estação ferroviária da cidade, a Estação da Luz. A partir da Estação da Luz buscavam onde pudessem residir, normalmente, naquele primeiro momento, nos cortiços e nas vilas nas imediações. Na região da estação se localiza o Jardim da Luz, um lugar arborizado que servia como passagem entre bairros e como local de descanso e lazer para os trabalhadores.

O jardim acabou por se tornar um grande centro de sociabilidade e de encontro entre compatriotas que trocavam importantes informações para sobrevivência na cidade. Essa convivência cotidiana, propiciou que as pessoas de mesma nacionalidade se organizassem em grupos de afinidade, pela mesma orientação política, perspectiva

cultural e propósito organizativo. Assim, com os encontros regulares a primeira associação lituana foi estruturada e recebeu o nome de *Associação dos Lituanos no Brasil (Lietuvių Susivienijimas Brazilijoje)*.

A associação decidiu por formar um órgão de imprensa a ser regularmente distribuído e, assim, fundaram o jornal quinzenal *O Som (Garsas)*, o primeiro jornal lituano que teve como editor responsável Antanas Zokas, e com ele contribuía principalmente Alfonsas Marma. Para a montagem da pequena gráfica, *Associação dos Lituanos no Brasil (Lietuvių Susivienijimas Brazilijoje)*, alugou um pequeno quarto na rua Mauá, próximo à Estação da Luz.

Embora fosse um órgão de imprensa de uma organização lituana, sua linha editorial e política logo deixou transparecer a sua orientação ao socialismo e uma série de divergências afetou o seu funcionamento, principalmente quando os lituanos, membros do Partido Comunista passaram a dominar a associação. Essa observação nos coloca diante de uma sempre difícil questão para os movimentos sócio-políticos: como os partidos comunistas tornaram-se uma força de disputa e disciplinadora dos movimentos. Os jornais e demais impressos tinham que se enquadrar em uma perspectiva mais ampla de ação política, ou podemos dizer, em uma estrutura de poder: a seção de fábrica, a célula, o partido, a Internacional Comunista, a União Soviética. Os editores são assim, um intermediário entre a concepção formada nestas estruturas, da qual são muitas vezes dependentes, e o cotidiano dos trabalhadores. Com as disputas entre os comunistas a Associação dos Lituanos passou por modificações internas em 22 de março de 1930, sendo expulsas diversas pessoas da comissão editorial de *O Som (Garsas)*. Assumiu, então a direção central, como editor, Alfonsas Marma. A ele se somou, por pouco tempo, Antanas Zokas.

Com a trajetória de Alfonsas Marma podemos perceber a relação de tensão e ao mesmo tempo de dedicação ao Partido Comunista. Marma ingressou no Brasil com seus pais, quando tinha treze anos de idade. De família humilde, ele trabalhou nas fazendas de café no interior do Estado de São Paulo e do Paraná, até se estabelecer na cidade de São Paulo. O início de suas atividades políticas se deu junto à *Associação dos Lituanos no Brasil (Lietuvių Susivienijimas Brazilijoje)*. Nela participou das aulas de formação política, de idioma lituano, passou a colaborar na organização da biblioteca, aprendeu a manipular a gráfica onde era impresso o jornal *O Som (Garsas)* e nele foi assumindo funções cada vez mais importantes. Diante das lutas e disputas internas acabou por se tornar o editor e principal responsável pelo jornal lituano, até o seu fechamento.

Essa pode ser apontada como mais uma das características em comum entre os intelectuais que aqui analisamos, pois eles foram, em algum momento, escolhidos e financiados pela coletividade lituana, vinculadas ao movimento comunista, para serem os responsáveis pela produção dos jornais e outros impressos, assumindo tanto a função de intelectuais escritores como de gráficos. Não obstante, foram também os responsáveis, nas associações lituanas, por difundir os livros adquiridos, preservá-los e organizar as bibliotecas que se formavam. Essas bibliotecas, além de um local de leitura e empréstimos de livro moldavam-se em espaços de leituras para os frequentadores,

sobretudo para aqueles que eram analfabetos, e de cursos de alfabetização e de formação política. Assim, mesmo com os recursos limitados, os imigrantes trabalhadores acabavam por formar um pequeno grupo de intelectuais que pudessem se dedicar as atividades de cultura e política no interior da comunidade.

Durante o seu período de atividade no *O Som (Garsas)*, Alfonsas Marma não era filiado ao partido comunista, embora claramente se colocasse junto à esquerda. O fato de não pertencer à estrutura do partido lhe valeu pesadas críticas, mesmo nos jornais comunistas publicados clandestinamente na Lituânia e, seguindo os ditames do partido comunista no período, o chamavam de social fascista, uma referência aos social democratas e socialistas. Um exemplo desta atitude pode ser observada no jornal *A Voz (Balsas)* que no título de um artigo sobre *O Som (Garsas)* anunciava “Socialfascista substitui Socialfascista”. Apesar de reconhecer as melhorias na publicação, concluiu que Alfonsas Marma disfarçava muito bem suas tendências socialfascistas, ou seja, que ele não era vinculado ao partido e não seguia as suas instruções e orientações.⁸

Ainda assim, foi Alfonsas Marma quem conduziu as principais mudanças no jornal, o que nos indica a influência cada vez maior do comunismo por um lado e o início da aproximação de Marma ao partido. No título do jornal, por exemplo, foi incluída a frase do Manifesto Comunista: “Proletários do Mundo, Uni-vos”. Em consonância com a perspectiva adotada pelo Partido Comunista na época, os artigos assumiram uma postura crítica e mais agressiva, adotando o discurso comunista e as políticas do Partido como principal orientação.

O ingresso de Alfonsas Marma no partido comunista se deu no momento doloroso de sua prisão e posterior expulsão do país, em 1930. O jornal *O Som (Garsas)* e a *Associação dos Lituanos no Brasil (Lietuvių Susivienijimas Brazilijoje)* foram denunciadas à polícia pelos padres e cônsules lituanos no Brasil levando a polícia política, o Deops-SP, a fechar a organização e prender suas principais lideranças entre elas, Alfonsas Marma. Os dois lituanos, depois de um período na carceragem do Deops-SP, foram enviados para o Presídio do Paraíso e é possível inferir que sua adesão ou aproximação definitiva com o comunismo tenha se dado ainda nas celas do presídio. Contudo, a afiliação definitiva ao comunismo de Marma se deu no Uruguai. Após serem expulsos do Brasil eles se estabeleceram em Montevidéu, Uruguai, e passaram imediatamente a trabalhar na formação de uma imprensa comunista em idioma lituano que pudesse circular entre os lituanos operários. Nesse período, os lituanos estavam concentrados no bairro do Cerro onde trabalhavam principalmente na indústria da carne. Assim, em Montevidéu, nasceram dois jornais *O Proletário (Proletaras)* e *A Bandeira Vermelha (Raudonoji Vėliava)*, que eram produzidos e impressos por Marma.

É importante ressaltar que as prisões dos responsáveis pelo jornal *O Som (Garsas)* não impediram que os lituanos no Brasil voltassem a se organizar e fundassem novas organizações socialistas e comunistas, e é aqui que encontramos com Linas Valbasys (1909 – 2004) e Antanas Zokas. Assim como Alfonsas Marma, Linas Valbasys imigrou ainda criança para o Brasil e com sua família trabalhou nas fazendas de café no interior do Estado de São Paulo, até se estabelecer na cidade de São Paulo onde ingressou na

Associação dos Lituanos no Brasil (Lietuvių Susivienijimas Brazilijoje). Valbasys passou a escrever para os jornais lituanos, notadamente para *O Som (Garsas)* e logo descobriu a poesia como forma de expressão. Aos poucos, de versos em versos e poesia em poesia nos jornais lituanos foi se consolidando como escritor. A mesma trajetória pode ser identificada no caso de Antanas Zokas, que nasceu em 1902 e emigrou para o Brasil em 1927. Após um período trabalhando nas fazendas do interior paulista se estabeleceu na cidade de São Paulo onde começou a participar das organizações lituanas.

Com o fechamento da Associação dos Lituanos e de *O Som (Garsas)* pelo Deops, Linas Valbasys e Antanas Zokas passaram a desenvolver um papel ativo nas organizações comunistas e junto com outros ativistas organizaram uma seção da ALDDL com o propósito de distribuir os jornais e os livros que chegavam ao Brasil. Os dois ativistas lituanos participaram de outras as organizações lituanas que difundiam a perspectiva comunista. Contudo, as organizações legais foram efêmeras dada a repressão policial estabelecida durante a presidência de Getúlio Vargas (1882 - 1954). Antanas Zokas participou da organização dos jornais em idioma lituano *A Palavra do Operário (Darbininkų Žodis)* e *Nossa Palavra (Mūsų Žodis)*, mas com a repressão policial foi preso e expulso do Brasil em 1934 e assim como Alfonsas Marma se dirigiu ao Uruguai. Para escapar da repressão em São Paulo, Linas Valbasys se estabeleceu no sul do Brasil e prosseguiu escrevendo para os diversos jornais lituanos comunistas, na Argentina, Brasil e Uruguai. Com diferentes pseudônimos fez publicar diversas poesias, gênero que o iria consagrar como escritor tempos depois. Um dos jornais que Valbasys publicou foi *O Trabalho (Darbas)*, fundado na cidade de Montevidéu, Uruguai.

Após um período na prisão no Uruguai, Alfonsas Marma e as organizações lituanas deram início a um projeto de jornal com melhores condições. Desta articulação foi que nasceu *O Trabalho (Darbas)*, que teve o seu primeiro número lançado em 20 de outubro de 1935. Nesse ponto, as histórias se encontram.

A cidade de Montevidéu era um lugar de encontro dos comunistas, pois no país o partido comunista atuava na legalidade. Com isso, para os lituanos comunistas, o Uruguai foi também um lugar de refúgio. Assim, Ulevičius, Marma, Zokas, entre outros ali se encontraram e colaboraram na formação do jornal *O Trabalho (Darbas)*. O jornal teve êxito imediato e passou a ser distribuído em todas as coletividades lituanas na América. Em certo sentido, substituiu *O Amanhã (Rytojus)* como o jornal mais importante publicado pelos lituanos comunistas na América do Sul.

O encontro destes intelectuais foi o último, pois eles tomaram rumos distintos. Pranas Ulevičius voltou para a Argentina e se estabeleceu na cidade de Rosário onde fundou a revista *Atualidade (Dabartis)*, mas em 1936 ele se alistou nas Brigadas Internacionalistas para lutar na Espanha, enquanto Antanas Zokas e Alfonsas Marma retornaram clandestinamente ao Brasil, em 1935, e participaram da produção e difusão do jornal lituano em São Paulo *Nossa Palavra (Mūsų Žodis)*, publicação ligada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), que circulou na clandestinidade até o ano de 1939. O jornal foi o principal órgão de difusão das ideias comunistas e de luta contra o fascismo entre os lituanos comunistas no Brasil.

A luta contra o fascismo também mobilizou os intelectuais lituanos nos Estados Unidos, tendo entre suas principais expressões Rojus Mizara. Seus textos eram difundidos por praticamente todos os jornais comunistas publicados na América, do Canadá ao Uruguai. Além dos artigos, publicou livretos, brochuras e livros difundindo o combate ao fascismo e a perspectiva comunista entre os lituanos. Os textos também eram reproduzidos nos jornais *O Trabalho (Darbas)* e *Mūsų Žodis (Nossa Palavra)*.

A Lituânia e a União Soviética

A Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945) mudou profundamente o quadro político da Lituânia. Os nacionalistas lituanos foram derrotados durante o transcurso da Guerra e as suas maiores lideranças acabaram por fugindo para a América, como foi o caso do presidente Antanas Smetona, ou como *Displaced Person (DP)* após a Guerra. Os comunistas lituanos assumiram o poder com a ocupação do país pelo Exército Vermelho e estabeleceram o regime comunista.

Durante a Guerra, os comunistas lituanos na América se mantiveram atuantes em seus impressos e na difusão da defesa da União Soviética, com a qual estabeleceram um contato permanente, trocando correspondência. Além disso, as associações lituanas organizaram, sobretudo na Argentina e no Uruguai, coleta de fundos e de donativos para apoiar o Exército Vermelho, que continuaram a ser enviados nos anos posteriores à Guerra e durante o período de reconstrução da Lituânia. Os anos de reconstrução do país foram particularmente duros. Após a sua integração à União Soviética, o processo de “sovietização” foi acelerado, com a coletivização da terra, a reorganização das cidades devastadas durante a Guerra e de reordenação do próprio Partido Comunista Lituano, agora no poder. Para complicar a situação havia ainda as constantes lutas contra os *partisans* antissoviéticos.

Com relação aos imigrantes na América, os contatos permaneceram e logo recuperada da Guerra a URSS começou a apoiar as atividades destes através das associações e das publicações que defendiam o regime soviético, em particular as associações de Quilmes, na Argentina, de Montevideú e a *Rytas (Manhã)* de São Paulo, e do já citado *O Trabalho (Darbas)* do Uruguai. Na década de 1950, além do apoio às organizações, a Lituânia Soviética deu início a um processo mais acentuado de integração entre os imigrantes e descendentes. Assim, foram organizadas “missões” de visitas à Lituânia Soviética, nas quais os escolhidos deveriam seguir um roteiro de visitas e palestras na Lituânia e ao retornarem aos seus países difundiam o que haviam visto. Essas expedições organizadas acabaram por servir também como forma de atração para aqueles que quisessem retornar ao seu país de origem da origem dos seus pais. A União Soviética abriu as portas para a recepção dos imigrantes que desejassem retornar.

Não nos estenderemos nesse processo, pois o propósito é entender o lugar dos intelectuais no mesmo e, nesse sentido, é importante reforçarmos que ele durou décadas nos lugares em que foi permitido. A URSS manteve instituições e organizações como os centros culturais, em diversos países. Nesses centros culturais, e esse é um aspecto a ser

ressaltado, não era difundida tão somente a cultura russa, como muitas vezes se dá a entender, mas era refletida a diversidade linguística e cultural das Repúblicas Soviéticas, sobretudo no pós-guerra.

Nos discursos nacionalistas, sobretudo entre os lituanos, muito se propaga sobre o processo de *russificação* da cultura. Esse processo de fato jamais aconteceu e foi mais um artifício propagandístico da Guerra Fria, realizado, sobretudo, pelos anticomunistas organizados em torno dos Deslocados de Guerra (DP), nacionalistas e católicos. Na realidade, os países bálticos sempre gozaram de uma ampla autonomia cultural e linguística, tanto assim, que nas reformas após a morte de Josef Stalin (1879 - 1953), durante o processo de “desestalinização”, as escolas primárias nas Repúblicas bálticas tinham um ano a mais de curso para propiciar o ensino do idioma, da história e da cultura local. É importante lembrar que as editoras locais imprimiam e difundiam obras no seu idioma, como o lituano, assim como os jornais diários também eram no idioma local das Repúblicas Soviéticas. Na Lituânia, por exemplo, o *A Verdade (Tiesa)*. No mesmo sentido, na Lituânia, havia teatro e produção cinematográfica e uma vasta produção literária também no idioma local.

Toda essa produção cultural lituano-soviética estava a disposição dos emigrados e das associações culturais tanto lituanas, especificamente, como nos centros culturais soviéticos, como o Centro Cultural Brasil-URSS, até o seu fechamento. A questão importante a ser pensada é que este não era um caminho de mão única. Pensando especificamente na produção cultural, os intelectuais de escrita lituana na América também eram difundidos por esses centros culturais e tiveram sua obra publicada na Lituânia Soviética, caso, por exemplo, de Rojus Mizara, que sempre viveu nos Estados Unidos, mas que teve grande parte da sua produção intelectual impressa na Lituânia Soviética.

Em síntese, o que podemos observar é que os “intelectuais” formados durante as décadas de 1920 e 1930 junto as organizações socialistas e comunistas na América que difundiam suas obras em jornais e impressos em idioma lituano, acabaram por ser incorporados ao repertório de intelectuais que se expressavam em idioma lituano na União Soviética, nas décadas seguintes ao pós-Segunda Guerra. Evidentemente, que esta trajetória era para aqueles que se mantiveram fiéis aos partidos comunistas e à URSS. Entre os órgãos de imprensa que apoiavam a Lituânia Soviética na América, e que dela receberam apoio, devemos citar os argentinos *Unidade (Vienybe)*, *A Pátria (Tevyne)* e *O Canal (Vaga)* e no Uruguai *O Trabalho (Darbas)*.

Se na Argentina e no Uruguai as possibilidades de desenvolvimento de uma relação entre os imigrantes lituanos e a União Soviética foram possíveis, até as ditaduras da década de 1970, no Brasil o estabelecimento destas sofreram de imediato restrições com a repressão sobre os comunistas durante o governo Eurico Gaspar Dutra (1883 – 1974), no ano de 1947, quando as organizações e a imprensa lituana foram fechadas pela polícia. De imediato um dos principais intelectuais lituanos Alfonsas Marma foi preso e depois de solto em 1949 foi assassinado pela polícia paulista na cidade de Tupã, no interior do Estado.

O caminho de volta

Na segunda metade da década de 1950, como resultado das campanhas de incentivo promovidas pela União Soviética, houve um processo de retorno dos lituanos a URSS. Nesse caminho de volta, muitos daqueles que trabalhavam como escritores nos jornais e demais publicações lituanas pró-soviéticas retornaram ao seu país, como Linas Valbasys, Antanas Zokas, dentre outros. Na Lituânia Soviética, assumiram funções junto aos órgãos de imprensa, notadamente em *A Verdade (Tiesa)* além de se tornarem escritores profissionais, publicando diversas obras de diferentes gêneros.

De fato, Rojus Mizara, não estabeleceu residência na Lituânia Soviética e permaneceu nos Estados Unidos, na cidade de Nova York. No entanto, após a integração da Lituânia à URSS, visitou diversas vezes o país para desenvolver variadas atividades intelectuais. Seus livros foram publicados pelas editoras do país e receberam atenção e difusão. Suas obras abrangiam diferentes gêneros, pois além das obras políticas ele foi autor de romances e peças de teatros. Na União Soviética, pelo que pudemos identificar, ele teve dez obras publicadas. Sua última visita à Lituânia Soviética foi em 1965, dois anos antes de seu falecimento.

Dentre suas obras, dois romances a serem destacados (*Mortos Vilkienes Divorsas*) e *As Aventuras Algis Lumbis (Algio Lumbio Nuotykiat)*⁹ neles o que observamos é um mesmo repertório: lituanos jovens que aderem ao comunismo e associações lituanas comunistas na América. Os romances, com fortes descrições realistas, reservam o tom idílico e o idealismo para as ações comunistas e na ação malévola de seus opositores, pessoas cruéis que se aliam às forças repressoras. As obras transitam entre as Américas, com passagens que remetem à história da Argentina, ou melhor, dos lituanos na Argentina e nos Estados Unidos. Poderíamos assim considerá-los romances históricos, já que muitas vezes o autor faz usos e referências à história dos lituanos, suas organizações e vivências.

A trajetória de Pranas Ulevičius de retorno à URSS também deve ser destacada, pois, como outros lituanos que haviam deixado a América para lutar na Espanha, ele se dirigiu à República Socialista Soviética Lituana. Após a Segunda Guerra Mundial, ele assumiu diversas funções importantes junto ao novo governo comunista. Entre os trabalhos realizados por Ulevičius podemos destacar dois livros publicados na Lituânia Soviética que ressaltam a história e a memória do período que viveram na América: *Os Lituanos na América do Sul (Pietų Amerikos Lietuviai)*¹⁰ e uma reunião de textos de memória de ativistas lituanos que retornaram à Lituânia intitulada *Longe da Pátria (Toli Nuo Tėvynės)*.¹¹

Aqui há um ponto a ser ressaltado sobre Pranas Ulevičius e Alfonsas Marma. Os dois mantiveram longos anos de correspondência e um dos objetivos de Alfonsas Marma, segundo a memória de Ulevičius, era a de escrever um livro sobre a história dos lituanos comunistas na América e é possível inferir que sua intensão era o de publicá-lo na Lituânia Soviética, com a ajuda de Ulevičius. Contudo, após ter sido preso em 1946, quando o PCB foi posto na ilegalidade, Marma foi assassinado pela polícia durante um encontro com lideranças comunistas na cidade de Tupã. A história de Marma foi

contada e recontada tanto no livro de Ulevičius como no de Valbasys, que também dedicou poesias ao camarada morto. Nos jornais lituanos no aniversário de nascimento e morte, dedicavam artigos em sua homenagem. Criavam assim um certo culto a um herói do comunismo lituano vitimado pela polícia.

Além do trabalho de escritor, Ulevičius assumiu funções na Universidade de Vilnius, sobretudo na cadeira de idioma espanhol e também de História. No entanto, seu trabalho com a pesquisa histórica foi desenvolvido junto ao Arquivo Histórico do Partido Comunista Lituano, onde deu início ao acervo de documentos históricos sobre a militância dos lituanos na América, assim grande parte da documentação, como atas de associações, cartas e uma coleção de fotos que foram catalogadas e preservadas nesta instituição. Um dado a ser destacado, retomando a história de Marma e Ulevičius, posicionou os documentos de Marma na parte do arquivo dedicado aos membros do Comitê Central do partido, como uma forma de homenagem.

Um importante trabalho de Ulevičius foi o de organizar a coleção de jornais e revistas em idioma lituano publicado na América. No acervo, hoje sobre responsabilidade da Biblioteca Nacional (*Lietuvos Nacionalinė Martyno Mažvydo Biblioteka*), foi preservada grande parte das publicações comunistas em idioma lituano realizadas na América. Fez-se necessário identificar os autores de cada um dos artigos já que tanto nos jornais clandestinos quanto nos legalizados os autores muitas vezes se utilizavam de pseudônimo. Um trabalho que só poderia ter sido realizado mobilizando os ativistas de cada país comunista para fazê-lo. Assim, na primeira página e com anotações no próprios jornais, foram indicados os autores, ou os possíveis autores, em todos os impressos.

Linus Valbasys foi um dos lituanos que decidiram retornar à Lituânia na década de 1950. Embarcou para o Uruguai e pouco depois em 1957 para a União Soviética. Ao se estabelecer no país assumiu a função junto à imprensa, sobretudo ao jornal *A Verdade (Tiesa)* para o qual escrevia com frequência e trabalhou de 1957 a 1964 na redação do jornal *O Farol (Svyturys)*. Além de trabalhar na redação de jornais teve uma carreira prolífica como escritor. Desde os seus primeiros passos como escritor e ativista político Valbasys escrevia poesias para os jornais lituanos comunistas e já na Lituânia Soviética publicou quatro livros de poesias.

Nos livros, Valbasys pode recuperar algumas das poesias que já havia publicado nos jornais lituanos na América e em diversas passagens faz referências ao Brasil, muitas vezes com um tom de saudosismo. Contudo, os temas e a forma não escapam das formas da literatura soviética, sobretudo com um culto à glória soviética, à Lituânia, à luta comunista. Outras poesias parecem completamente vazias de conteúdo político, e aqui entra o aspecto saudosista, com referências ao clima, ao sol e às mulheres brasileiras. Em alguns casos a América aparece como lugar exótico. Uma poesia dedicada ao seu companheiro de militância no Brasil Alfonsas Marma merece destaque:

IN MEMORIAN
(Alfonsui Marmo)

Turėjome draugą, kovotoją taurų -
Pakirto mirtis jį pikta ir baisi.
Jo garbei nupinsim vainiką iš laurų
O darbą pradėtąjį tęsim visi. [...] ¹²

EM MEMÓRIA
(De Alfonsas Marma)

Eu tinha um amigo, um nobre Guerreiro
A morte o atingiu ela é má e assustadora
Em sua honra uma coroa de louro
E o seu trabalho, continuaremos todos [...]

Além das obras poéticas, Valbasys também se dedicou à tradução do português e espanhol para o lituano e publicou na Lituânia Soviética parte da obra de Monteiro Lobato (1882 – 1948), em 1975. A literatura infantil também fez parte da sua produção literária, sendo a obra principal *As Aventuras de Romukas no Brasil* (*Romuko Nuotykliai Brazilijoje*). Trata-se de uma história que se passa em uma fazenda de café no Brasil, na primeira parte, na qual o personagem central, uma criança chamada Romukas descobre a natureza, a comida, a forma de ser dos brasileiros. O personagem também se depara com a exploração, o trabalho e a miséria em uma fazenda de café. Na segunda parte da obra, Romukas se dirige à cidade de São Paulo onde se ingressa nas organizações lituanas comunistas e na imprensa operária lituana para sofrer com a perseguição da polícia, do padre e dos representantes do governo lituano no Brasil. Assim, a obra apesar de ser um livro voltado para crianças acaba por contar a história, de forma glorificada, dos lituanos comunistas na cidade de São Paulo. Ao que pudemos identificar, o livro teve uma repercussão importante, pois teve várias edições entre os anos de 1972 até 1975, ano em que localizamos a última edição. Vemos assim que Ulevičius cumpria o papel de ensinar as crianças lituanas a versão do partido comunista sobre a imigração para o Brasil e os conflitos vivenciados com o governo de Antanas Smetona. Era sem dúvida uma forma de doutrinação ainda mais eficiente, pela sua forma bem escrita e de agradável leitura. Não por acaso na edição de 1975 Valbasys relata ter recebido diversas cartas do público leitor, as crianças, sobre uma possível continuidade do livro, o que nunca aconteceu.

Registrar as histórias dos lituanos comunistas na América também foi o principal objetivo de Valbasys em seu livro de memórias intitulado *Meio Século nos Trópicos* (*Pusė Amžiaus Tropikuose*).¹³ Uma memória que teve como principal centro narrativo as dificuldades, a formação de uma consciência da exploração capitalista, a adesão ao partido e finalmente, o momento final da obra, a decisão de retornar à Lituânia sob regime soviético. Este retorno representa um duplo encontro, a do imigrante com a terra que foi obrigado a deixar e com o sistema econômico político para o qual dedicara a sua vida e pelo qual muitos lituanos haviam sofrido na luta. Esse momento fica evidenciado no momento em que Valbasys recorda Alfonsas Marma e seu assassinato pela polícia política.

Como percebemos, o passado de ativismo político na América junto ao partido comunista se converteu dentro do sistema soviético em matéria doutrinária nas mais diversas formas de história, literatura e memória ingressando como parte do imaginário soviético, na busca da construção de uma tradição comunista e lituana que a Lituânia Soviética carecia.

Da mesma forma, Antanas Zokas, quando retornou para a Lituânia Soviética em 1956, assumiu diversas funções relevantes, como jornalista e também foi escolhido como Deputado. No ano de 1972 publicou um livro de memória intitulado *Do Dubysa ao Plata (Nuo Dubysos iki La Platos)*.¹⁴

Considerações finais

A partir da análise destas trajetórias podemos nos questionar sobre a relação estabelecida entre a União Soviética e a República Socialista Soviética Lituana com os intelectuais formados nas atividades políticas junto à comunidade lituana e aos partidos comunistas na América. Como vimos, houve o incentivo por parte do regime soviético para atrair os intelectuais, a elite de ativistas, dos movimentos comunistas que haviam atuado na Argentina, no Brasil, nos Estados Unidos e no Uruguai, cuja fidelidade ao partido e à URSS já havia sido colocada à prova por anos, na clandestinidade, na prisão e mesmo sob tortura. O retorno à Lituânia destes ativistas e o fato de a eles serem atribuídas funções importantes no universo cultural do país, pouco mais de uma década de sua integração à União Soviética nos leva a inferir que os dirigentes da Lituânia Soviética percebiam a necessidade de formar uma nova elite intelectual lituana comunista. Assim, eles foram prontamente alocados no árduo trabalho de escrever uma história e produzir uma memória dos lituanos comunistas. Trabalharam dentro da estrutura do Partido Comunista Lituano, nas universidades, editoras e jornais da Lituânia Soviética, o que os tornava, em grande medida, ideólogos do regime comunista soviético.

Como colocamos anteriormente, esse é um trabalho inicial, mas que nos abre o caminho para pensarmos no diálogo entre os países que formaram as repúblicas soviéticas e as coletividades de imigrantes na América, do norte e do sul. Abre ainda a questão para pensarmos nas trocas de informações, nas redes de comunicação estabelecidas, as influências nas manifestações culturais, notadamente nas expressões literárias, para além, ou dentro da perspectiva política. De certa forma, essas pesquisas também nos levam a questionar certos estereótipos construídos durante o período da Guerra Fria e das duas primeiras décadas pós-soviéticas. Na Lituânia, como nas demais repúblicas bálticas, formou-se um discurso de vitimização que procura afastar da história e da memória qualquer referência aos ativistas comunistas. Ou que coloca os ativistas comunistas como “colaboracionistas” não refletindo sobre as suas trajetórias, tensões, experiências e vivências. É justamente nesse sentido, de abertura e desmistificação nacionalista que esperamos ter começado a oferecer uma contribuição.

Notas e referências

¹ Argentinos Lietuvių Kolonija. Lietuvių Socialistų Sąjungos Argentinoje Suvažiavimo. Arquivo do Partido Comunista Lituano, Vilnius, pasta nº. 13698 -1-3.

² Argentinos Lietuvių Kolonija. Lietuvių Darbininkų Apšvietos Draugijos Pietų Amerikoje. Arquivo do Partido Comunista Lituano, Vilnius, pasta nº. 13698-1-9.

³ LT, *Rytojus*, nº.1, ano I, Nacionalinė Mažydo Martynos Biblioteka, Vilnius.

-
- ⁴ A designação *Associação Literária dos Trabalhadores Lituanos na América (Amerikos Lietuvių Darbininkų Literatūros Draugijos, ALDLD)* foi adotada definitivamente 1938 e ela teve papel ativo até o fim da URSS.
- ⁵ Tiesos ŽODIS, Lietuvos Nacionalinė Martyno Mažvydo Biblioteka.
- ⁶ Argentinos Lietuvių Kolonija. Argentinos Lietuvių Spaudas Koperativinės Bendrovės “Rytojus”. Arquivo do Partido Comunista Lituano, Vilnius, pasta n.º. 13698 – 1 – 14.
- ⁷ Como pode ser constatado pelas diversas cartas enviadas da Austrália e publicadas naquele jornal ao longo dos seus anos de atividade. Rytojus, Nacionalinė Martyno Biblioteka, Vilnius.
- ⁸ “Socialfašistas pakeitė socialfašista“, *Balsas*, N.15 (63), 1930, p.644.
- ⁹ Rojus MIZARAS. *Mortos Vilkenes Divorsas*. Valstybinė Grožinės Literatūros Leidykla, 1958 e Rojus Mizaras. *Algio Lumbio Nuotykių*. Valstybinė Grožinės Literatūros Leidykla, 1955.
- ¹⁰ Pranas ULEVIČIUS, *Pietų Amerikos Lietuviai*, Valstybinė Politinės ir Mokslinės Literatūros Keudykla, 1960.
- ¹¹ Pranas ULEVIČIUS, *Toly Nuo Tėvynės*, Valstybinė Politinės ir Mokslinės Literatūros Keudykla, 1957.
- ¹² Linas VALBASYS, *Leiskit į Tėvynę*, Valstybinė Grožinės Literatūros Leidykla, Vilnius, 1958. pp. 56 – 58 (Tradução nossa).
- ¹³ Linas VALBASYS, *Pusė Amžiaus Tropikuose*, Vilnius, Vaga, 1966.
- ¹⁴ ANTANAS ZOKAS, *Do Dubysa ao Plata*, Vaga, 1972.

Novos lares – Judeus em Nilópolis: a Memória dos imigrantes na mídia

Fernanda Capri Raposo*

Introdução

Nascido após leitura do livro *Vivências Judaicas em Nilópolis* (1999), da escritora polonesa Esther London, o filme foi projetado com intuito de registrar os acontecimentos da comunidade e, conseqüentemente, a vida das pessoas que dela faziam parte enquanto viviam no município de Nilópolis, na Baixada Fluminense no Estado do Rio de Janeiro.

Desse modo, está é a matéria base do documentário, cujos acontecimentos são fundamentados em fatos reais e para além, este é um suporte o qual funciona como uma ferramenta de preservação de uma dada cultura, cuja memória é privilegiada e surge na tela com grande força.

O título do documentário foi inspirado no livro editado em Nilópolis intitulado de *Neie Heimen – Novos Lares*, do escritor russo Adolpho Kischinevisky.

Filmado no ano de 2009 o filme conta o regresso dos judeus e seus descendentes a cidade após trinta anos de afastamento.

A percepção

Na concepção do documentário *Novos Lares – Os judeus em Nilópolis*, podemos observar como a relação cinema versus história contribui nos processos históricos de (re)construção das memórias e identidades através do discursos dominados pela função social nele contido e circunscritos no suporte audiovisual, como nos é exposta na justificativa do projeto: “A ausência de documentos públicos e o desconhecimento por parte da maioria das pessoas, dos atuais habitantes de Nilópolis e da terceira geração de descendência dos judeus que moraram na cidade justificam a elaboração do vídeo-documentário”.¹

* Técnica em Arquivo da Universidade Federal do Rio de Janeiro(UFRJ); Mestre em Letras e Ciências Humanas pela Universidade do Grande Rio Prof. José de Souza Herdy – UNIGRANRIO

Ao ser catalogado como vídeo-documentário, portanto, este suporte audiovisual estaria mais próximo da realidade e da verdade do que qualquer outro objeto fílmico.

Assim, verificamos que esta reconstrução da *realidade/verdade* no documentário, pode ser comprovada no filme através dos registros recolhidos pelos depoentes *in loco* que garantem a autenticidade do material, influenciando diretamente no efeito do filme em relação ao espectador ao trazer uma nova visão de mundo que será baseada na percepção que o autor tem do mundo.

Nesse sentido, todo o caráter documental do filme é uma manifestação que o autor possui sobre o assunto em relação ao universo humano. Ademais, significa uma intervenção na realidade, a qual transcende ao demonstrar algo que não poderíamos perceber, ou seja, comprova através do aparato fílmico uma mudança de relação do indivíduo que o assiste, com o mundo e com o outro.

“Realizar um vídeo-documentário de média-metragem (53 minutos), sobre a existência dessa comunidade e seus consequentes desdobramentos na vida das pessoas que fizeram parte integrante desse fato histórico. [...]

Um documento definitivo deste episódio na história não só de Nilópolis, mas do Brasil e também das diásporas do povo judeu, deve ficar para sempre em um documentário audio-visual com depoimentos vivos para o estudo do comportamento humano e seu legado para a posteridade”.²

Ao concretizar o projeto seu autor e, consequentemente produtor e diretor, o jornalista, Radamés Vieira, o utiliza como propósito para explicitar as situações importantes que este percebeu para o espectador.

“... nós documentaristas temos um compromisso com a verdade. E uma coisa que achei muito ruim, é o fato de Nilópolis quase não possuir patrimônio histórico e cultural. E aquele templo ali [Sinagoga Tiferet Israel] foi erguido por uma comunidade que ajudou a formar a cidade do ponto de vista cultural e econômico. E, portanto, deveria ser preservado pelo poder público. Então, o filme também tem essa visão que é chamar a atenção para o poder público que tem a responsabilidade de preservar um patrimônio histórico cultural como aquele”.³

Quando o jornalista decidiu realizar este documentário assumiu um compromisso na percepção da realidade, cujas imagens extrapolam suas representações físicas e superficiais da própria imagem no vídeo, ou seja, pretender ressaltar o que podemos *olhar* para além das imagens, uma vez que, esta realidade passa a ser a imagem do mundo mental o qual esta repleta de subjetividades que são construídas no processo de constituição de conhecimento de mundo.

Nessa perspectiva, a partir de Foucault⁴ podemos pensar o autor e sua obra como fruto de um longo processo de individualização na história das ideias, se tornando a unidade primeira de constituição de sentido externo a obra e qualquer referência de identidade que se pode conceber a partir desta. Nesta direção, autor e obra adquirem um princípio funcional de delimitação na proliferação de sentido,⁵ pois, a imagem tem um

impacto no espectador com a sua proximidade e a sua carga de realismo a qual adquire especial importância em determinadas ocasiões em que se reafirmam como um de veículo que possui imagens que servem de testemunho de determinados fatos ou situações concretas e reconhecíveis.⁶

Outro fator apresentado no documentário se refere à questão do tempo, ocorre uma presentificação do passado, ou seja, um eterno movimento de entrecruzamento de tempo o qual nos permite a cada vez que o assistimos adquirir novos sentidos e significados relacionados à nossa forma de percepção do social.

Vale ressaltar que, ao utilizar-se de recursos audiovisuais, verificamos que Vieira pretende tornar algo inesquecível, visto que, o binômio imagem-som causa um efeito marcante sobre a memória.⁷

Ainda no que se refere ao documentário sobre os judeus observamos que este também se desdobra como um elemento reconstruidor de uma dada memória oculta que se evidencia através da película permitindo-nos analisar as identidades desses grupos.⁸

O Surgimento e estruturação do documentário

O diretor e roteirista, Radamés Vieira, apesar de ter não tido uma relação muito próxima com os judeus reconhecia que estes tinham influência na dinâmica da cidade e conseqüentemente na sua família como na maioria das famílias nilopolitanas não judaicas, pois estes movimentavam a vida econômica e cultural local.

“A minha relação apesar de não ter sido muito próxima eu sabia que eles eram importantes para cidade, que a movimentavam.

Eu sou filho de uma geração de alfaiates por parte de mãe, quer dizer meu avô era alfaiate, a minha vó era costureira e a minha mãe é costureira. Mas a comunidade judaica sempre em festas Yom Kippur, Rosh Hashaná, e nas festas judaicas em geral eles tinham o hábito de fazer roupa nova.

Bom, então os judeus assim como nós cristãos, no Natal e Ano Novo, nós temos o hábito de usar roupas novas, mudar as cortinas da casa.

Acho que todo mundo faz isso na época de seus grandes feriados, do feriados religiosos, quando muda o ano.

Mas naquela época não existia essa coisa de comprar roupa nova, nós tínhamos mesmo que fazer roupa ou a cortina na sala, e a minha avó e meu avô trabalharam como alfaiate para os judeus.

Isso é muito interessante, pois naquela época elas já estavam à frente ao terceirizar o serviço.

Enfim, eu era garoto e ficava incumbido de fazer essa entrega. A roupa ficava pronta e entregava a roupa e recebia o dinheiro. E como eu era um garoto novo aquelas mães judias sempre tinham as mesas fartas nessa época do ano então me levavam lá para comer uma bureca, um pãozinho, comer uma coisinha aqui tomar um refresquinho acolá.

E esse era o máximo de intimidade que eu tinha com as famílias judaicas na minha infância. Depois na adolescência, aí tem outra história que foi quando eu

conheci um ou dois judeus da minha idade que gostavam muito de livros e eu comecei a trocar livros com eles, comecei a ler livros que eles me emprestavam. Foi aí que eu conheci a Sinagoga de Nilópolis, mas ela já estava no seu final.

Foi uma pena ver Sinagoga se esvaziando, não tinha nem a quantidade de judeus necessária para realizar as preces e encontros... Para solucionar isso eles vinham na praça e chamavam as pessoas, porque para você estabelecer uma reza tem que se ter dez homens adultos, ou seja, aqueles que tenham passado pelo Bar Mitzva. Mas a minha mãe me conta que na época das festas judaicas no início havia muita gente, aqueles que não eram judeus se aglomeravam na porta de sinagoga só para os verem os judeus entrarem porque eles usavam roupas bonitas, principalmente na festa da Rainha Esther, no Purim.

Lembro também que meu pai era inquilino de uma loja que pertencia a um judeu, como grande parte dos moradores da cidade era. A loja ficava ali na rua José Bitencourt próximo ao Colégio Nilopolitano.

Eu me recordo dos prestamistas, mas eram prestamistas que possuíam lojas, eles já não tinham mais necessidade de sair pela rua batendo de porta em porta para vender suas mercadorias. Nós os chamávamos de prestamistas porque eles vendiam suas mercadorias nas lojas a prazo.

Essas lojas tinham um cartão que você podia comprar uma cama em doze vezes, isso antes do CDC, eles já precisavam o crediário antes desses existir. Como diz a Tereza Rachael foram os judeus que inventaram a caderneta de poupança em Nilópolis.

O mais importante na relação dos judeus com a cidade era que em Nilópolis não havia esse conflito, essa separação.

Aqui em Nilópolis nunca teve isso, os judeus e os árabes daqui tinham uma relação pacífica ao ponto de fazerem até negócios juntos”.⁹

Como dito anteriormente a ideia de realizar o documentário foi concebido a partir da leitura da obra de Esther London “Vivências Judaicas em Nilópolis” (1999), pelo jornalista Radamés Vieira.

“A ideia de fazer um filme ocorreu da seguinte forma: um amigo meu que fez faculdade comigo e eu não via muito tempo... Encontrei com ele na cidade e o convidei para almoçar na minha casa, era próximo ao Natal, e quando ele foi me surpreendeu com um presente, um exemplar em brochura de um livro chamado “Vivências Judaicas em Nilópolis” da Esther London.

Eu li o livro de uma vez só! Uma leitura fascinante e foi então que pensei em fazer um filme com essa história.

A princípio pensei em fazer um longa de ficção. Eu li até na época [...] o Roberto Farias, o Geraldinho Carneiro, só que o processo de cinema no Brasil é uma coisa muito cara e não consegui recurso para começar o projeto do filme. Então pensei assim: ‘ah vou fazer com que eu posso, vou fazer um documentário”.

E daí surgiu, a partir de, vamos dizer, do argumento da Esther London, da Vivência Judaica em Nilópolis o documentário Novos Lares que é a história dessa comunidade na cidade de Nilópolis. Com o qual ganhei alguns prêmios'.¹⁰

Assim o filme começa com uma narrativa que tem por pretensão localizar o espectador a respeito da constituição da comunidade judaica no município de Nilópolis na Baixada Fluminense do Estado do Rio de Janeiro.

No seu desenrolar o filme tende a desconstruir esse *outro* como algo misterioso e culturalmente complexo, ao retratá-los como todo e qualquer imigrante que vinha para terras brasileiras, com intuito, de fazer a América, de enriquecer, de prosperar, e até mesmo de fugir das atrocidades que estavam sendo cometidas em nome do nazismo e que tinham somente a questão religiosa, como algo que os diferenciava dos demais.

Nessa produção Vieira realizou uma ampla pesquisa sobre imigração judaica no Brasil, ou seja, este é fruto de uma pesquisa acadêmica que, portanto, legitimam os discursos contidos nas imagens, além do mais este precisava ter um vocabulário antes de efetivar esta cópia da realidade.¹¹

“Eu comecei a fazer uma ampla pesquisa sobre a imigração judaica no Brasil, os fluxos migratórios. Porque que esse fluxo? Porque que esse judeus de Nilópolis? Eles vieram efetivamente para Nilópolis? E assim, comecei descobrir coisas fantásticas, informações novas, coisas bonitas... E a partir desse estudo efetivo é que eu determinei e segmentei esse grupo de Nilópolis para a elaboração do argumento do roteiro do documentário.

Todo o trabalho que faço dou muita importância ao lado acadêmico. Eu acho que a academia é fundamental, pois embasa o conhecimento humano. E eu achava que para fazer um documentário eu necessitava de apoio de estudiosos no assunto”.¹²

Por outro lado, esta obra não deixar de se tratar de um *ficção*, pois significa acima de tudo um ato de modelar, formar e criar, muito além de uma mera invenção.¹³

No que concerne à escolha das fontes Vieira explicita que foram realizadas através de uma listagem dos sobrenomes existente no livro de London e de igual modo, partir de uma pesquisa já iniciado pelo Prof. Xie Goldman.

“Os escolhi basicamente pelo sobrenome, a partir do livro de London. Além da comunidade judaica no Rio de Janeiro ser muito pequena ainda, em termos quantitativos. Então todo mundo conhece todo mundo. E muitos judeus de Nilópolis progrediram na vida do ponto de vista financeiro, do ponto de vista cultural, do ponto de vista social, e não foi muito difícil, porque um ia me dando o outro. E assim, eu fui descobrindo o telefone dessas pessoas através de um levantamento que o próprio Xie Goldman, falecido, infelizmente não cheguei a falar dele. Mas ele já tinha iniciado, uma pesquisa sobre os judeus egressos da Sinagoga de Nilópolis. O que facilitou muito. E a partir dessas informações ficou muito fácil juntá-los e a partir dos próprios depoimentos, das próprias entrevistas que eu ia fazendo eu descobria mais pessoas.

As entrevistas ocorrem de acordo com a disponibilidade de cada um. E uma das dificuldades que eu tive nesse documentário... Foi dificuldade e um pouco de sorte... Muitos dos entrevistados não chegaram nem ver o documentário pronto morreram... Demorou dois, três anos do início até colocar na tela. Como a Esther London que faleceu antes do filme ficar pronto; outra Esther a Kischinevisky também morreu, ela é irmã do Adolpho. Elas morreram antes do documentário ficar pronto. Eu já tinha muita gente doente e muitos já tinham morrido... Então posso dizer que foi um pouco difícil”.¹⁴

E por falar em dificuldades durante a entrevista Vieira deixa bem claro que seu maior obstáculo foi o financeiro que somente conseguiu transpassá-lo após o auxílio de entidades judaico-paulistas que ficaram sabendo do seu projeto através dos seus entrevistados. “A maior dificuldade foi à financeira que conseguimos solucionar com o apoio da comunidade judaico-paulista, cuja através da ajuda dada conseguimos alugar o trem que era a minha maior preocupação naquele momento”.¹⁵

A adoção do trem foi um dos momentos mais marcantes no filme. Estereotipado como um símbolo de crueldade e intimamente ligado ao holocausto para os judeus, Vieira lançou mão deste recurso, com intuito de proporcionar uma nova visão, uma visão positiva desde meio de locomoção para o grupo. Assim, ao utilizar o trem pretende-se reconstruir uma simbologia, dar um novo significado.

“O trem foi um símbolo. Porque esta relacionado com a cultura judaica ao mundo judeu de uma forma muito triste, pois era o trem que conduzia eles para o campo de concentração na ocasião do holocausto. Então, eu quis fazer um paralelo, mas queria fazer um trem alegre, um trem feliz, um trem de retorno, um trem de coexistência pacífica, um trem de confraternização, um trem que demonstrasse alegria.

E a reação deles foi muito positiva! Foi muito emocionante! Apesar de ter sido num domingo de calor de rachar! Muito quente! E um trabalho intenso! Eu programei uma coisa para oitenta pessoas para fazerem o retorno, mas apareceram mais de duzentos. E eu que pensava em utilizar um vagão tive que usar três! Ai veio a Torah... Ah a Torah viajou no trem! Também veio um menino que tocou um violino... foi uma coisa muito linda!”¹⁶

A película proporcionou descobertas importantes, tais como documentos que estavam esquecidos dentro de um armário no interior da Sinagoga abandonada, que servem como importantes fontes primárias para possíveis pesquisas, os quais se encontram sob custódia do Arquivo Histórico Judaico Brasileiro – AHJB em São Paulo. Além de denunciar a precariedade em que o edifício se encontrava que culminou na reforma do telhado e no compromisso assumido pelo poder público local em transformar o espaço num museu. Projeto este que infelizmente não foi adiante devido a desentendimentos dos poderes locais.

“Quando nós entramos na Sinagoga descobrimos que existiam documentos importantes que estavam lá, esquecidos. Aliás, eu não diria documentos importantes, mas documentos de registro histórico interessantes, notas fiscais, pagamento de funeral, recibos, e eu vi tudo aquilo lá abandonado sendo comido pelos ratos, traças, naquelas arcas carcomidas. Confesso que fiquei muito preocupado com aquilo. Acabei por recolher todo aquele material e levei para casa. Quando eu me dei conta de todo aquele material que eu tinha em casa, uma porção de papéis importantes, interessantes, registros da comunidade judaica, resolvi através do Nachman Falbel que era na época presidente do Arquivo Judaico Brasileiro em São Paulo, entregá-los ao arquivo, para profissionais disso que vão saber catalogar, arquivar, que vão saber o valor de cada uma dessas peças, porque para mim isso não tem valor nenhum do ponto de vista prático, pois de ficarem comigo iriam acabar se estragando além de ficar tão perdido e esquecido como estavam no interior daquela sinagoga”.¹⁷

Outro resultado positivo do filme foi à reedição em português do primeiro livro em iídiche publicado no Brasil, mas precisamente em Nilópolis, em 1932 por Adolpho Kischinevisky, o qual, vale relembrar, deu nome ao documentário.

“Quando eu resolvi fazer um trabalho sobre a comunidade judaica eu fui fundamentando a pesquisa da comunidade judaica no Brasil; fui a Recife e a São Paulo onde conheci o Nachman Falbel. O Nachman enquanto eu o entrevistava lá no Arquivo Histórico falou assim “você sabia que o primeiro livro em iídiche foi escrito em Nilópolis?” eu disse “não”. Ele falou que tinha sido escrito e editado em Nilópolis. Que era o livro do Adolpho Kischinevisky, Neie Heimen, Novo Lares, que deu origem ao nome do filme, foi daí que a gente tirou o nome. E eu consegui reeditar e traduzir esse livro com a ajuda da Sara Morelenbaum”.¹⁸

No desenvolver dos relatos podemos perceber uma grande carga emocional presente, pois os que participavam faziam décadas que não retornavam a cidade. Aliás, uma das marcas deste documentário é sua densidade emocional.

“A reação dos que participavam durante o percurso e chegada a Nilópolis foi de muita emoção!

Pois eles começam a reviver o passado deles.

Teve choro, teve revolta porque os mais jovens, os netos e os filhos daqueles que viveram aqui acharam que a Sinagoga estava muito depredada e não podia ser assim e deveriam manter o local, como preservação de registro histórico, mas basicamente muita emoção! Reconhecimento dos lugares. Porque muitos saíram daqui na década de 60 e o filme foi feito em 2009/2010. E nunca mais... tinham trinta, quarenta anos que não voltavam aqui e quando eles reviram foi muito emocionante! Teve aquela coisa de voltar no seu interior, lembrar os momentos de infância, as dificuldades e tudo mais que envolvia a imigração nas terras brasileiras”.¹⁹

O próprio Vieira também fez esta viagem de retorno, rememorando alguns fatos, pois havia alguns anos que este não retornava a cidade e principalmente porque o possibilitou se reconhecer como pertencente a um local, se autodenominar como nilopolitano, mesmo este não tendo nascido na cidade.

“Lembrei de muita coisa, eu sai de Nilópolis com 18 anos e apesar de não ter nascido aqui eu lembrei do tempo que passei aqui foi muito bom! E a possibilidade de poder fazer um trabalho histórico a respeito da cidade onde eu tive minha formação foi muito emocionante! Acrescentou muito na minha identidade como nilopolitano e brasileiro”.²⁰

De igual modo, o documentário demonstra apesar de todo o positivismo a delicada relação entre os indivíduos de diferentes religiões. O qual pode ser comprovado no relato de um dos entrevistados que é acusado pelas outras crianças como a causadora da morte de Jesus. Percebemos então, que este depoimento rompe com o enquadramento distorcido do Brasil como um país de oásis de tranquilidade que, sobretudo, é imune aos efeitos da visão pejorativa se poderia possuir dos judeus.²¹

Radamés Vieira descobriu no decorrer da elaboração do documentário a existência de um grupo de fez o Aliyah.²²

“Essa história dos judeus de Israel se refere a uma Lei que existe dentro da cultura judaica uma coisa chamada Aliyah. O Aliyah é quando o judeu de qualquer lugar do mundo retorna a terra prometida que é Israel. E eu descobri que existia um núcleo de quatro, meia dúzia de pessoas que viveram na comunidade de Nilópolis que fizeram o Aliyah. Então eu resolvi ir a Israel e entrevistar essas pessoas lá. Para que me contassem lá como foi essa experiência delas aqui e ver como elas vivem lá.”²³

Nos últimos minutos do filme somos surpreendidos por um acontecimento. Os judeus que aqui vieram transportados pelo trem são levados à quadra da escola de samba G.R.E.S. Beija-Flor de Nilópolis, onde assistem a apresentação da bateria juntamente com um grupo tradicional de cantos judaicos.

“Tive a ideia de juntar um grupo de músicos judeus no Rio de Janeiro que se chama Grupo Zemer que tocam música klezmer que é a música tradicional das comunidades judaicas asquenazim, das comunidades judaicas de Polônia, da Alemanha, da Ucrânia, ou seja, o klezmer que é a música judaica propriamente dita.

Então essa ideia surgiu para unir mesmo o samba com a música tradicional judaica. O samba por ser de Nilópolis e a musica klezmer... Foi um efeito muito bonito!

Ficou uma coisa diferente! Samba com musica klezmer!”²⁴

Constatamos que Vieira ao realizar a junção do samba com música tradicional judaica asquenazim quis evidenciar e aproximar Nilópolis aos judeus. Em suma, pretendeu

demonstrar dois atores principais da construção de toda uma simbologia seja ela no campo cultural ou econômico da cidade nilopolitana.

Considerações finais

Novos Lares – Os Judeus em Nilópolis é essencialmente um trabalho que objetiva demonstrar a importância dos judeus para o desenvolvimento econômico da cidade de Nilópolis. Logo verificamos que o documentário tem a capacidade de demonstrar como este grupo influenciava sobremaneira na dinâmica econômico-cultural do local.

Ademais este documentário representa uma ideia capaz de fazer ver uma identidade estrutura a partir do olhar de seu criador. E é neste ponto que nos perguntamos até que ponto as cenas e depoimentos que nos são exibidas na película podem ser considerados como algo real e verdadeiro?

Outra questão importante que podemos ressaltar no filme reside no ao fato de que o mesmo quer reconstruir as memórias e seus lugares com intuito de assegurar a identidade desse grupo que se deslocou para a cidade e que após alguns anos tornaram a se dispersar.

Enfim, ao realizar o projeto o diretor e roteirista, Radamés Vieira, buscou fornecer pontos de comparação substanciais sobre a validade e eficácia das narrativas utilizadas nas pesquisas de historiadores em micro-história na reconstituição da investigação de seu objeto de pesquisa.

No entanto, não podemos deixar de salientar que apesar do documentário se figurar como uma fonte para pesquisas devemos ter em mente que toda a estrutura de um filme possui uma história própria, ou seja, significa que este se apropria de outras instâncias socioculturais para dar conta das narrativas que lá estão presentes. Em suma, é influenciado pelo contexto social de quem o produziu.

Por fim, devemos nos atentar para que Ricouer (1994, 85;115) afirma sobre as narrativas, que estas descrevem uma histórias não ditas e atemporais da experiência humana cuja correlação não é puramente acidental, pois apresenta uma forma de necessidade transcultural.

Notas e referências

¹ Radamés VIEIRA, *Novos Lares*, disponível em <http://www.novoslares.com.br/release/detalhes.htm>. Acesso em 29 de junho de 2013).

² Ibid.

³ Ibid.

⁴ Michel FOUCAULT, “Qu’est-ce qu’un auteur”, *Dits et écrits I 1954- 1969*, Paris, Gallimard, pp. 789-821.

⁵ Ibid., p. 811.

⁶ Angel Luis Heso MONTÓN, “O homem e o mundo midiático no princípio de um novo século”, Jorge NÓVOA, Soleni Biscouto FRESSATO, Kristian FEIGELSON (org.). *Cinematógrafo: um olhar sobre a história*, Salvador, EDUFBA/ São Paulo, Ed. da UNESP, 2009. p. 39.

⁷ Michèle LAGNY, “O cinema como fonte histórica”, Jorge NÓVOA; Soleni Biscouto FRESSATO; Kristian FEIGELSON (org.), *Cinematógrafo: um olhar sobre a história*, Salvador: EDUFBA; São Paulo, Ed. da UNESP, 2009. pp. 99-131.

⁷ Ibid., p. 99.

⁸ Ibid., p. 106.

⁹ Radamés VIEIRA, cit.

¹⁰ Ibid.

¹¹ Paulo MENEZES, “Representificação: As relações (im)possíveis entre cinema documental e conhecimento”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* – RCBS, v. 18 nº 51, fevereiro de 2003, pp. 91 e 93.

¹² Radamés VIEIRA, cit.

¹³ Ibid., p. 94.

¹⁴ Ibid.

¹⁵ Ibid.

¹⁶ Ibid.

¹⁷ Ibid.

¹⁸ Ibid.

¹⁹ Ibid.

²⁰ Ibid.

²¹ Sheila SCHVARZMAN, SCHVARZMAN, Sheila. *O nazismo e o holocausto visto do Brasil. Cinematógrafo: um olhar sobre a história* / Jorge Nóvoa, Soleni Biscouto Fressato, Kristian Feigelson (organizadores). - Salvador: EDUFBA; São Paulo: Ed. da UNESP, 2009. p. 301.

²² Termo designado à imigração dos judeus para a Terra Prometida, ou seja, para Israel. Este também é conhecido como Lei do retorno.

²³ Radamés VIEIRA, cit.

²⁴ Ibid.

*Novos olhares sobre antigas colônias: o exílio iberoamericano de Rafael Altamira e Fidelino de Figueiredo**

*Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva***

Na Península Ibérica, nas primeiras décadas do século XX, um novo olhar vinha sendo construído sobre as antigas colônias americanas. Desde a passagem do século XIX para o XX, a revalorização do passado como impérios ultramarinos tornou-se questão central nos discursos de políticos e intelectuais portugueses e espanhóis. Questão que ganhou ainda maior atenção a partir da Primeira Guerra e durante as ditaduras de Francisco Franco e Antonio Salazar. Os projetos e debates desenvolvidos no Brasil e na Argentina neste mesmo período acerca da escrita da história e da releitura do passado colonial¹ eram correspondidos pelas ex-metrópoles que precisavam se fortalecer diante do avanço dos Estados Unidos e do protestantismo nas Américas. Neste sentido, pensamos o quanto as guerras, os processos de radicalização política e a experiência do exílio auxiliaram nesta elaboração de um novo olhar ibérico sobre as ex-colônias. Para isto, selecionamos duas figuras que consideramos centrais neste processo. Rafael Altamira e Fidelino de Figueiredo nos oferecem uma janela de reflexão para um amplo contexto de revisões históricas, aproximações intelectuais e migrações. Foram influentes e atuantes nos diálogos com a Ibero-América, além de terem se tornado referências obrigatórias para muitos intelectuais deste lado do Atlântico, contribuindo, inclusive, para o desenvolvimento do ibero-americanismo. São, assim, dois dos principais interlocutores espanhóis e portugueses dos historiadores e literatos ibero-americanos no período em questão.

Rafael Altamira, na Espanha, e Fidelino de Figueiredo, em Portugal, nos parecem muito apropriados para este debate diante do seu contato intenso e constante com as ex-colônias durante as primeiras décadas do século XX. Por meio ora de diálogos e intercâmbios intelectuais, ora de viagens profissionais, ora do exílio, ambos acabaram

* O trabalho é parte da tese de doutorado defendida em março de 2011 na Universidade Federal Fluminense (UFF), que deu origem ao livro *Diálogos sobre a escrita da história*, publicado em 2011 pela FUNAG.

** Doutora em História Social pela UFF. Professora Adjunta de História do Brasil da Universidade do Estado do Rio de Janeiro / Faculdade de Formação de Professores.

atuando como elos de ligação entre dois lados do Atlântico e incentivadores de uma revisão do olhar negativo direcionado pelas ex-metrópoles às ex-colônias. Não foram os únicos. Mas, certamente foram os mais influentes nas relações com instituições históricas e historiadores brasileiros e argentinos² e tomados como referência na reelaboração de uma escrita da história favorável ao passado colonial e às metrópoles ibéricas. Por isto, partiremos de suas trajetórias intelectuais, atuação e pensamento para refletir acerca do olhar direcionado por portugueses e espanhóis aos ibero-americanos, com ênfase nos brasileiros e argentinos, no período conturbado do início do século XX. Buscamos na Península Ibérica indivíduos que, diante das angústias que viviam, viram no chamado Novo Mundo uma alternativa; diante dos conflitos do presente, voltaram-se para o passado a procura de possibilidades que transformassem o presente e o futuro a ser construído.³

Distintos ideologicamente, Altamira e Fidelino se aproximaram em termos de perfil intelectual. Altamira nasceu em 1866 e morreu em 1951 no México, exilado da ditadura franquista. Foi jurista, historiador do direito, professor e crítico literário. Logo nos primeiros anos do século XX intensificou o contato com intelectuais estrangeiros e começou a investir no intercâmbio com a Hispano-américa. Entre 1909 e 1910, viajou pelo continente americano, representando a Universidade de Oviedo, “*con el objetivo de renovar los casi inexistentes lazos de España con sus antiguas colonias y extender un intercambio docente entre su propia Universidad y las hispanoamericanas*”.⁴ Para isto, esteve na Argentina, no Uruguai, no Chile, no Peru, no México, em Cuba e nos Estados Unidos ditando cursos em diferentes universidades e realizando projetos e convênios de aproximação intelectual. Muito envolvido em ações pedagógicas, sobretudo no que tange ao ensino da história, entre 1911 e 1913 assumiu a *Dirección General de Primera Enseñanza* criada pelo Ministério da Instrução Pública na Espanha, cargo a partir do qual tentou pôr em prática seus objetivos de transformação social pela educação. Renunciou em 1913 devido à hostilidade dos setores conservadores católicos, insatisfeitos com suas medidas liberais e ideias positivistas. Durante a Primeira Guerra, apoiou os Aliados por considerá-los representantes de uma democracia liberal, seguindo a tendência de muitos intelectuais espanhóis tidos como progressistas, mesmo diante da neutralidade da Espanha no conflito. No mesmo período, tornou-se senador vinculado ao partido liberal de Romanones, atuando no assessoramento de questões educativas.

Em 1931, com o advento da Segunda República, de acordo com María de los Ángeles Ayala,⁵ ao mesmo tempo em que Altamira acreditou na possibilidade de desenvolvimento de um regime democrático na Espanha, se manteve preocupado com o fortalecimento do fascismo na Europa. Por isto, se empenhou em difundir ideais pacifistas como meio de evitar os conflitos bélicos. Assim, foi indicado pela primeira vez ao Prêmio Nobel da Paz em 1933. Com a Guerra Civil Espanhola (1936-1939) saiu da Espanha e instalou-se em Haia, em cuja corte atuava como juiz internacional. Lá permaneceu até 1940 quando a Holanda foi ocupada já durante a Segunda Guerra. A partir de então se estabeleceu na França. Neste contexto, preocupou-se em não expressar

posições extremadas, mas demonstrou-se aflito com os rumos da República e o enfraquecimento da democracia no caso de uma vitória do General Francisco Franco. O início da Segunda Guerra gerou ainda maior preocupação, já que seus ideais de justiça, liberdade e convivência pacífica entre homens e nações se diluíam no contexto presente.

Após a vitória de Franco e a implantação do regime ditatorial na Espanha, decidiu que não regressaria ao país até que este terminasse. Com dificuldades financeiras, saiu da França e com o auxílio de colegas mexicanos e a proteção diplomática da Argentina, partiu para Lisboa e depois para Nova York até que, em novembro de 1944, trasladou-se para o México onde permaneceu até a morte sem ver o fim do regime franquista, o que só ocorreria muito depois já na década de 1970. Em homenagem a sua atuação pacifista foi ainda mais uma vez indicado ao Prêmio Nobel da Paz neste mesmo ano. Sua candidatura contou com cerca de 400 adesões, entre instituições e intelectuais bastante reconhecidos internacionalmente. Em janeiro de 1951, ele mesmo escreveu ao historiador argentino Ricardo Levene enviando a proposta do seu nome para o prêmio e pedindo-lhe que o remetesse a alguns de seus amigos de Buenos Aires. O documento, escrito pelo também juiz de Haia, Isidro Fabela, apresenta a bibliografia assinada por Altamira e sua atuação em comitês jurídicos de instituições e sociedades internacionais com fins pacifistas. Diz que em suas obras “*domina el ideal humano de la Paz y la concordia entre todos los pueblos de la Tierra, sin distinción de clase, de raza, ni de religión*”.⁶ Enfatiza em suas ações de combate ao analfabetismo e em seu prestígio no mundo hispânico.

Fidelino, que viveu entre 1889 e 1967, foi, como Altamira, professor, historiador e crítico literário. Foi também Ministro da Instrução Pública em Portugal, cargo que exerceu entre 1914 e 1915, anos iniciais da República portuguesa, e diretor da Biblioteca Nacional de Lisboa por duas vezes, entre 1918 e 1919 e em 1927. Após a instauração do Estado Novo em Portugal em 1926, exilou-se na Espanha, entre 1927 e 1929, por ter participado ativamente da oposição ao regime. Lá foi influenciado por forte hispanismo, sendo este período considerado de grande importância em seu desenvolvimento intelectual. Segundo Ricardo Rodríguez,⁷ esta tendência já era marcante em seu pensamento desde 1913 quando foi estudar em Madrid e tomou contato com as renovações iniciadas por Marcelino Menéndez y Pelayo. Por ocasião desta viagem, o autor ainda aponta o contato de Fidelino com outras importantes figuras das inovações intelectuais e historiográficas espanholas, entre elas Rafael Altamira. Sua aproximação com a Espanha de Altamira foi intensa ao longo de toda sua trajetória intelectual. Fidelino foi considerado, inclusive, o mais importante representante português da geração de 1898, influenciado principalmente por Miguel de Unamuno, cuja obra conheceu mais a fundo através do exílio em Madrid e da correspondência com o escritor espanhol.

No Brasil esteve duas vezes: a primeira em uma curta viagem de trabalho em 1920, a segunda por um período bem mais prolongado de 13 anos durante seu segundo exílio já no governo de Salazar, entre 1938 e 1951. Aqui dirigiu a cadeira de Literatura

Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e deixou discípulos e influências intelectuais. Seus vínculos com o Brasil, contudo, remontam a 1913 quando ingressou no IHGB sob a indicação de Viveiros de Castro. Todo seu processo de associação ao Instituto é acertado por intermédio do seu Secretário Perpétuo, Max Fleiuss. Ingressou também na Academia Brasileira de Letras em 1942 com candidatura proposta por Alceu Amoroso Lima. Além destes, entre os intelectuais brasileiros com os quais Fidelino se correspondeu entre as décadas de 1910 e 1960, estiveram Manuel Bandeira, Luís da Câmara Cascudo, Jackson de Figueiredo, o Padre Leonel Franca, Gilberto Freyre, Oliveira Lima, Afrânio Peixoto e Jonathas Serrano.⁸ A maioria, como vemos, marcada por vínculos diretos ou indiretos com o pensamento católico. Sobre sua relação com as ideias católicas, Ricardo Rodríguez informa que Fidelino aprendeu o formalismo religioso com o pai, mas foi sua mãe quem lhe ensinou o catecismo tridentino e o compromisso com os fundamentos católicos. Apesar de sua orientação monarquista, antipositivista, liberal conservadora e católica, possui uma obra considerada apartidária. Defendeu que os intelectuais se afastassem dos limites partidários, crítica que dirigiu diretamente a Teófilo Braga, positivista e presidente do governo provisório português entre 1910 e 1911.

Podemos dizer que há alguns interessantes pontos de afinidade entre Altamira e Fidelino. Afinidades que os aproximam quanto à defesa da reaproximação de seus países com suas antigas colônias em busca de raízes e tradições comuns e da retomada de um contato abalado pelos processos de independência no início do século XIX. Altamira se empenhou em colocar estas ideias em prática bem mais que Fidelino, de modo a criar todo um programa de desenvolvimento das relações entre a Espanha e os países hispano-americanos. Altamira foi também liberal e positivista; buscava através do método a objetividade na história e queria romper com o pessimismo espanhol característico da geração de 1898. Regeneracionista, acreditava na possibilidade do renascimento espanhol por meio do americanismo. As antigas colônias americanas seriam, em sua opinião, o maior exemplo do poder civilizador e da contribuição da Espanha para a história. Fidelino, com uma visão muito próxima sobre o Brasil, era, no entanto, um ácido combatente do positivismo personificado, no Portugal da sua geração, por Teófilo Braga. No lugar da objetividade e da cientificidade defendidas por Altamira, buscava a construção da identidade portuguesa por meio de aspectos mais emocionais e espirituais e menos racionalistas. Opostos, porém semelhantes, o fato é que Altamira e Fidelino viveram as mesmas questões geracionais numa Península Ibérica em constante conflito durante a primeira metade do século XX, se opuseram aos rúnicos autoritários da República e aos governos ditatoriais em seus países e acabaram percebendo nas antigas colônias uma possibilidade pacífica e um refúgio diante da rejeição que sofreram. Não foi por acaso que Fidelino viveu 13 anos no Brasil e Altamira 7 anos no México. Coincidentemente, em 1951, enquanto Altamira morria exilado, Fidelino retornava a Portugal. Assim, por meio do diálogo com pares intelectuais ibero-americanos

contribuíram ainda para a aproximação entre as duas margens do Atlântico historicamente interligadas.

O paralelo que aqui construímos entre Altamira e Fidelino não se dá apenas pelo contexto e interesses comuns. Eles se conheceram e dialogaram entre si, já que mantiveram contato e trocaram correspondências. Não tivemos acesso à correspondência de Altamira que nos permitiria aprofundar este diálogo, mas encontramos algumas cartas suas a Fidelino na correspondência passiva deste último. No acervo, com cerca de 11.000 cartas, constam poucas enviadas pelo espanhol, apenas 5 no total, datadas das décadas de 1930 e 1940, algumas enviadas da Espanha, outras do México já durante o exílio. Contudo, apesar de poucas, estas cartas comprovam nossa interpretação acerca das afinidades intelectuais entre eles, mesmo diante de suas diferenças teóricas e ideológicas. Vejamos cronologicamente o conteúdo destas cartas. A primeira delas data do dia 10 de outubro de 1934.⁹ Nela Altamira lamenta não ter encontrado Fidelino em congresso recentemente ocorrido em Santiago de Compostela que teria sido muito interessante principalmente nas seções de História e Filologia. Diz escrever para informar que estava preparando o número 4 da Revista *Las Ciencias* e pedia a Fidelino que escrevesse alguns parágrafos sobre Portugal. Ao que parece, pela segunda carta de Altamira datada do dia 18 do mesmo mês, Fidelino enviou prontamente os escritos solicitados pelo historiador espanhol, já que este diz tê-los recebido e afirma que seriam publicados no próximo número da revista. Agradece o envio e se dirige a Fidelino como sendo seu *muy devoto amigo*.¹⁰

Dois anos depois, em 1936, por ocasião da aposentadoria de Altamira, este escreve a Fidelino agradecendo-lhe a adesão às homenagens que seus discípulos e amigos lhe fizeram para celebrar a data. Refere-se a Fidelino de forma afetuosa como um “querido colega e amigo” e ressalta o que seria seu duplo mérito: o pessoal e o de pertencer a Portugal, país que sempre teria amado. Diz ainda esperar que o fato de estar aposentado não o afaste da atividade intelectual em meio a qual pretendia encontrar ainda muitas vezes seu interlocutor. Destacamos alguns trechos mais significativos da correspondência:

“Mi querido colega y amigo: Expreso a V. mi reconocimiento muy sincero por la carta con que se adhiere al homenaje que los compañeros y discípulos míos me han dedicado con motivo de mi jubilación.

El venir de V., que tiene para mí la doble estimación de su mérito personal y de su nación portuguesa, que siempre he amado, aumenta el valor de esas manifestaciones.

*Espero que durante algún tiempo, al menos, mi condición de jubilado oficial no amenguará mi actividad científica, y en ella espero encontrar a V. a menudo con la satisfacción que siempre me ha producido”.*¹¹

Em 1939, encontramos o registro de outra carta trocada entre eles. Altamira escreve de Paris a Fidelino, que a esta altura já se encontrava exilado no Brasil, a fim de

comunicar a criação de um Instituto Internacional de Estudos Ibero-Americanos¹² com o objetivo de “*intensificar as investigações científicas e as publicações Ibero-Americanas*”.¹³ Dele fariam parte historiadores, juristas, filólogos, sociólogos, especialistas em literatura comparada, entre outros profissionais ligados aos estudos ibero-americanos. Em português, Altamira convida Fidelino a compor o Instituto juntamente com este grupo de intelectuais e pede que envie em breve sua adesão por escrito. Anexo à carta segue um texto datilografado explicitando mais detalhadamente os objetivos da instituição e listando seus membros. Presidido pelo próprio Rafael Altamira, o Instituto Internacional de Estudos Ibero-Americanos seria um centro de pesquisa e documentação sobre o tema, porque, segundo o texto, muito ainda precisava ser feito quanto aos estudos sobre a América Latina (termo usado no próprio texto).¹⁴ Sua sede seria em Paris, o que daria uma ideia da importância que desempenhava nas relações internacionais. No texto, defende-se também o contato pessoal entre os especialistas do tema que seria mais bem possibilitado com a criação desta academia internacional e laboratório de pesquisa. Vejamos as próprias palavras, em português, do anexo enviado a Fidelino por Altamira:

“Esta criação responde a uma necessidade real e vem no momento propício; aqueles que se entregavam até hoje a estudos desta esfera, tanto científicos como práticos, deparavam com dificuldades devidas à falta de um centro de investigações e de documentação sobre Espanha, Portugal e América hispano-portuguesa, no que se refere a ciências sociais, políticas, econômicas, jurídicas, e à História [...]

Pensamos, com efeito, que [...] o contacto pessoal de todos os especialistas é não somente indispensável, como também a organização entre eles de uma colaboração contínua e bem regulada, se se quer chegar a juntar e ter à disposição de todos, as fontes que se encontram dispersas nos arquivos e bibliotecas de diversas nações.” Em algumas citações foi mantida a grafia de época.¹⁵

Fala ainda dos investimentos em pesquisa e da publicação de seus resultados em boletins e enciclopédias tendo como finalidade o desenvolvimento de estudos críticos e autênticos e a “formação da juventude americana e europeia”.¹⁶ Além de uma instituição de grande amplitude para os estudos ibero-americanos em diferentes âmbitos, o Instituto representava um ponto de encontro profissional e de contato pessoal entre os estudiosos do assunto, como os próprios Altamira e Fidelino.

Na última carta de Altamira registrada na correspondência passiva de Fidelino, o remetente a ele se refere como *inseparable amigo*¹⁷ e conta sobre sua recente viagem aos Estados Unidos. Enviada do México, onde já estava exilado, a carta traz, ao mesmo tempo, o relato de Altamira sobre seus problemas de saúde. Nela ainda pergunta a Fidelino sobre sua família e seus últimos trabalhos. Pede que não deixe de enviá-los, demonstrando-se sempre interessado nos escritos do colega português. Despede-se de forma bastante pessoal: “*Con el afecto y la gratitud que le debo, le envío un abrazo apretado*”.¹⁸

As cartas de Altamira a Fidelino foram escritas e enviadas entre os anos de 1934 e 1944 em um contexto histórico, político e pessoal bastante relevante para a compreensão dos dilemas por eles experimentados. Neste período, como vimos através de suas trajetórias, ocorreram a Guerra Civil Espanhola e a Segunda Guerra na Europa. Este foi também o contexto do avanço nazifascista e do fortalecimento dos Estados Unidos nas Américas que amplia sua política imperialista para o continente, oferecendo risco às heranças da cultura ibérica na região. Em Portugal e na Espanha, a partir respectivamente de 1932 e 1939, Salazar e Franco ascenderam ao poder, dando início a políticas autoritárias que incluem censura e perseguição a intelectuais e políticos de oposição. Tanto Fidelino quanto Altamira haviam assumido cargos públicos importantes nos governos anteriores, Fidelino já durante a República, nos anos 1920, e Altamira ainda durante a monarquia espanhola. Ambos ficaram vulneráveis às mudanças políticas da década de 1930. Ambos buscaram, então, o exílio. Fidelino chegou ao Brasil em 1938, aos 49 anos e Altamira se encontrou com suas filhas já exiladas no México em 1944, aos 78 anos. Embora estes acontecimentos não apareçam nas cartas, é preciso ver que serviram como pano de fundo para as escolhas pessoais e os projetos profissionais destes indivíduos de gerações diferentes, em razão das idades, mas relacionadas por razões contextuais e afinidades intelectuais.

O interesse pelos países ibero-americanos que já vinha desde o final do século XIX, no caso de Altamira, e da década de 1920, no caso de Fidelino, é ainda mais ampliado, talvez pelo estímulo destes mesmos países, sobretudo Argentina e Brasil, envolvidos em projetos que, entre outros aspectos, valorizavam o colonialismo e as heranças ibéricas. Parecem ter confluído interesses ibéricos e ibero-americanos e fatores contextuais que favoreceram esta reaproximação. Olhar para a Ibero-américa acabou se tornando, a nosso ver, uma alternativa e uma estratégia intelectual e política diante do contexto de conflitos. A própria criação do Instituto Internacional de Estudos Ibero-Americanos em 1939, ano inicial da Segunda Guerra, exemplifica nosso argumento. Os novos olhares sobre a América são motivados por questões políticas que demandam a própria releitura da história. Foram estes homens, frutos deste período, que serviram de influência e interlocução para instituições e historiadores argentinos e brasileiros.

A independência de Cuba, Porto Rico e Filipinas, em 1898, é o marco a partir do qual são construídos na Espanha e, acreditamos, também em Portugal, novos olhares sobre as antigas colônias americanas. Este processo é gestado ao longo das últimas décadas do século XIX, mas o fim definitivo do mundo colonial ibérico e o avanço norte-americano na região levaram a um conjunto de reflexões e ações práticas que tinham como objetivo a reaproximação entre antigas metrópoles e colônias. A derrota espanhola para os Estados Unidos gerou a nostalgia em relação ao passado conquistador do país e a percepção de que algo deveria ser feito a fim de inseri-lo em uma modernidade a qual não fora capaz de acompanhar. Portanto, a perda de suas últimas colônias conduziu a Espanha a um movimento de reformas políticas, econômicas e culturais que transformou suas relações com os países americanos. O americanismo

surgiu como interesse de diferentes intelectuais e encontrou em Rafael Altamira seu principal sistematizador, com medidas práticas e organizadas. Acreditamos que as questões geradas pela independência cubana alcançaram não apenas sua metrópole, mas a Península Ibérica como um todo, envolvida pelo saudosismo em relação a um passado descobridor esquecido diante da ascensão de novas potências. Este é o contexto formador do pensamento de Altamira, que em 1898 tinha já 32 anos, e seus ecos influenciariam Fidelino em Portugal através do contato com este sentimento de perda ibérico e dos posteriores diálogos com intelectuais espanhóis – lembramos que no episódio da independência ele contava apenas nove anos de idade. Vimos que até as ditaduras de Franco e Salazar o ideal de um Império ibérico prevaleceria no imaginário de reconstrução do poderio da Espanha e de Portugal no cenário internacional. Porém, desde o final do século XIX já se havia percebido a impossibilidade de conquista deste fim sem a parceria com as antigas colônias americanas.

O hispanismo surgiu neste período como forma de construção de uma identidade comum à Espanha e suas antigas colônias com traços diferenciados em especial do mundo protestante anglo-saxão. Estes povos seriam unidos pela história, tradições, língua e religião (católica) comuns e por isto formariam uma grande comunidade internacional. Segundo José Luis Beired, o pano de fundo desta ideia era “responder à decadência da Espanha em relação aos demais países europeus”.¹⁹ Beired observa que, ao longo dos anos 1910, “as ações dos intelectuais foram crescentemente instrumentalizadas e articuladas às políticas de Estado”²⁰ como forma de construir uma nova imagem da Espanha na América, favorecendo sua influência. Isto seria uma prévia dos usos que a partir de 1930 o hispanismo encontrou na ditadura franquista. Esta, portanto, se serviu de ideias que já vinham sendo desenvolvidas desde o século XIX e haviam sido organizadas por Primo de Rivera nos anos 1920. Para o autor, após a década de 1930, o hispanismo, que encontrou leituras ideológicas das mais distintas, também se tornou instrumento da extrema-direita. O intelectual mais ativo neste processo foi Ramiro de Maeztu, responsável pelo conceito de *hispanidad* – defendido pelo tradicionalismo católico. Também na América sabemos que o hispanismo recebeu diferentes conotações, sendo muito bem recebido tanto pela historiografia liberal quanto pela conservadora. Afinal, como afirma Eva Maria Valero Juan,²¹ se para as antigas nações europeias a aproximação com as jovens repúblicas americanas significava regeneração, para elas este processo estava na base da busca por identidade.

A partir de 1909, Altamira assumiu definitivamente o papel de principal divulgador e organizador do hispano-americanismo.²² Neste ano, como sabemos, foi enviado à América pela Universidade de Oviedo, com o objetivo de reconstruir os laços quase inexistentes da Espanha com suas ex-colônias com base no intercâmbio entre universidades e intelectuais. Esta viagem é considerada o grande impulso para as iniciativas de intercâmbio desenvolvidas na Espanha e correspondidas pelas antigas colônias nas décadas posteriores. A partir daqui o americanismo se tornou o principal campo de atividade de Altamira de modo a ser construído um laço que marcará seus

últimos anos de vida de exilado no México. Nos países hispano-americanos, e também no Brasil, suas ideias obtiveram grande aceitação, contribuindo para o fortalecimento do ibero-americanismo. Embora, evidentemente, tenha se deparado com algumas posições antagônicas defensoras de uma América livre de todo imperialismo, tanto norte-americano quanto espanhol.

O discurso regeneracionista²³ presente no pensamento de Altamira baseava-se na necessidade de regeneração pela reivindicação da influência espanhola nas repúblicas americanas. Neste sentido, boa parte do seu trabalho historiográfico foi dedicado à ação da Espanha na América com ênfase nos aspectos positivos e na subestimação da violência do colonialismo, vista apenas como fruto da cobiça e má administração de alguns colonos. Até mesmo a independência das colônias americanas é vista por Altamira como resultado dos ideais de liberdade e soberania divulgados pelos descendentes de espanhóis e não oriundos da influência francesa. Além disto, foram estes próprios descendentes que protagonizaram a independência, o que seria, em sua opinião, a prova definitiva da atuação positiva da Espanha. Ainda segundo ele, os aspectos negativos do colonialismo espanhol teriam sido alimentados pela propaganda da Inglaterra e dos Estados Unidos na disputa pelo controle da região. Seu discurso, portanto, celebrava o papel da Espanha na América como forma de “*atenuar la animadversión de los hispanoamericanos hacia los españoles infundiendo confianza en una nueva España joven y ávida de reformas*”.²⁴ Por outro lado, servia como reaproximação dos espanhóis com seu “*glorioso pasado civilizador para, a través de la recuperación de la historia, redefinir y consolidar la identidad nacional*”.²⁵ O orgulho do passado seria fundamental no combate ao pessimismo espanhol característico da geração de 1898.²⁶

A história e o idioma seriam os elos de ligação que uniriam o chamado “tronco hispânico”. A história teria a função de favorecer o patriotismo, devolver aos espanhóis a crença em suas qualidades e solidificar a paz. Estes objetivos somente seriam alcançados com a dissolução, na Espanha e nas Américas, da visão negativa do colonialismo espanhol. A construção e legitimação desta relação a partir da história exigia metodologia própria baseada na pesquisa em arquivos, bibliotecas e coleções públicas e privadas. Esta preocupação manifestou-se, inclusive, nos cursos que ditou na Argentina em 1909 nas Universidades de La Plata e Buenos Aires. A integração com o campo historiográfico argentino foi imediata de modo que neste mesmo ano Altamira foi incorporado, por unanimidade, como sócio correspondente da *Junta de Historia y Numismática Americana*, a então mais importante instituição histórica argentina.²⁷ Estas relações fortalecidas pela história contribuiriam ainda para os objetivos pacifistas de Altamira. A experiência da Primeira Guerra, em especial, teria servido como momento central de elaboração de ideias que o influenciaram nas décadas posteriores. A história teria um valor social para além do simples conhecimento do passado: poderia contribuir para pacificar os conflitos internacionais, ampliando o conhecimento mútuo e diluindo a animosidade entre os países. Posteriormente, a Guerra Civil Espanhola e a Segunda

Guerra, que o levaram ao exílio, geraram em Altamira reflexões sobre o individualismo, as coletividades e seu papel na história. Pensar a história seria relevante como forma de compreensão e pacificação da realidade presente.

As reflexões de Fidelino sobre o conhecimento histórico também envolviam as relações entre antigas metrópoles e colônias. O historiador português buscou reaproximar Brasil e Portugal ao combater a lusofobia que em diferentes momentos se manifestou após a independência brasileira em 1822 e, ao mesmo tempo, a exaltação exacerbada das ações portuguesas e a desqualificação da imagem do Brasil pós-independência. Com estas críticas em mente, publicou em 1925 um artigo na *Revista de História*²⁸ no qual produziu uma análise política, econômica e intelectual das relações luso-brasileiras entre 1822 e 1922 a fim de aproximar os dois países e diluir os aspectos de conflito entre eles. A América, tanto os Estados Unidos quanto a Ibero-América, era por ele vista como um lugar de paz e esperança diante das crises e conflitos europeus. Por isto, seus historiadores deveriam se empenhar no desenvolvimento de uma *alma americana* que favorecesse o orgulho e o sentimento de unidade americanos. A visão de história de Fidelino, bem como a de Altamira, envolvia toda uma concepção de mundo pacificado e de esperança no futuro diante do contexto da crise econômica e das guerras europeias.

Em nossa interpretação, o debate regeneracionista e da geração de 1898 na Espanha influenciaram Fidelino por três vias distintas. Primeiramente pela ida a Madrid em 1913 para estudar e pesquisar em instituições espanholas; em segundo lugar pelo exílio em Madrid entre 1927 e 1929, momento no qual o programa americanista de Altamira ganhava ainda maior impulso e era instrumentalizado pelo governo de Primo de Rivera; e finalmente, pelo diálogo com Miguel de Unamuno, um dos mais importantes escritores da geração de 1898 em cujo pensamento se aprofundou justamente nesta época. Foi a partir destas experiências que Fidelino tomou contato com os sentimentos de crise, frustração e atraso que envolviam os espanhóis após a perda de suas últimas colônias e suas tentativas de modernização a partir de projetos econômicos, culturais e intelectuais. Na Espanha, Fidelino conheceu Altamira e passaram a dialogar pelas décadas posteriores como comprovam as cartas já citadas. Assim, apesar das diferenças ideológicas referidas especialmente ao catolicismo de Fidelino e ao positivismo de Altamira (positivismo que curiosamente Fidelino combatia), surgiram afinidades intelectuais e conjunturais, teóricas e metodológicas que os puseram em diálogo. Um diálogo ibérico que envolvia as colônias ibero-americanas.

Fidelino desenvolveu íntima relação com o Brasil durante décadas – tanto que em 1938 escolheu o país para se exilar e nele permaneceu por 13 anos. Desde 1920, quando aqui esteve a trabalho pela primeira vez, manteve ainda correspondência com importantes intelectuais brasileiros. Sua correspondência passiva, por nós já citada, sugere laços afetivos e profissionais construídos com intelectuais de diferentes áreas e nacionalidades por “um português de espírito universal”,²⁹ tal como o define Julio García Morejón. Assim como fez Altamira, buscando dar margem a seu suposto espírito

universalista e cosmopolita, viajou e se correspondeu constantemente com intelectuais de diferentes vertentes político-ideológicas demonstrando na prática um movimento de troca de ideias que contribuiu para a produção do conhecimento. Acreditamos que as relações de Altamira e Fidelino com as antigas colônias espanholas e portuguesas chamam a atenção para aquilo que Carlo Ginzburg³⁰ identifica como instabilidade nas relações entre centro e periferia. Isto porque o território antes visto como a representação do atraso (a América colonial e miscigenada) agora se tornou local de diálogo intelectual e acolhimento diante dos conflitos políticos europeus. A própria posição das ex-colônias nas relações com Portugal e Espanha, portanto, é transformada, ganhando novo *status*. Não queremos dizer que neste momento se tenha rompido com a perspectiva de desqualificação que as envolve, mas ocorre aqui uma relativização de papéis historicamente determinados.

O medo do presente e a saudade do passado e das tradições contribuíram para a formulação da concepção de história de Fidelino. O homem da primeira metade do século XX era atormentado pelas angústias, conflitos e ambivalências do seu tempo. Historiadores como ele e Altamira acabaram, de certo modo, por refletir estas questões ao se posicionarem perante o presente, olharem para o passado e criarem expectativas de futuro. A angústia e o medo pareceram compor a visão de Fidelino sobre a história e a forma como promoveu uma revisão historiográfica em Portugal a partir de 1910. Segundo Antonio Soares Amora,³¹ foi a partir deste ano que Fidelino iniciou no país um reforma da crítica, da historiografia e da teoria literária. Não por acaso sua iniciativa se deu a partir da proclamação da República portuguesa. O mesmo autor fala das transformações políticas que Portugal vivia desde a década de 1890. Nela desenvolveu-se a consciência de que o país estava em crise política e moral e, portanto, eram necessárias mudanças que somente seriam alcançadas a partir da implantação da República. Ideias que ganharam contornos cada vez mais radicais, provocando desconfiança naqueles que seguiam tendências políticas mais moderadas. Fidelino foi um dos que manteve esta posição cautelosa no período imediatamente posterior aos eventos de 1910. Educado como monarquista pelo pai militar, ele se opôs à neofilia republicana temendo que ela pusesse em risco a identidade histórica do país. Afinal, na ânsia de construção do novo, o passado tendia a ser apagado ou modificado. Para construir a República houve, naquele momento, uma tendência a se ofuscar o passado monarquista português, o que ocorreu também no Brasil a partir de 1889.

Maria José Wehling divide a produção de Fidelino em duas etapas: uma primeira mais política e nacionalista, até 1927, e outra apolítica e cosmopolita a partir do 28 de maio de 1926. Na primeira etapa ele teria sido contagiado pelo clima de 1910 e acabou definindo-se pela democracia como a melhor forma de governo, independentemente de sua organização monárquica ou republicana. Ao apoiar a ditadura militar nos moldes do sidonismo (mesmo sendo considerado um democrata) a viu como “recurso provisório, que visaria à instauração da ordem e de um regime modernizador”.³² Para ele, fazia-se urgente a modernização do país. Preocupação não apenas portuguesa, mas também

ibérica. Para o monarquista Fidelino, a República não era urgente, mas sim a entrada de Portugal numa perspectiva renovada da política e das instituições, sem que a história e as tradições nacionais perdessem seu valor. A prisão e o exílio, ainda de acordo com Wehling, contribuíram para que Fidelino reduzisse sua participação política nos rumos do país e entrasse numa segunda fase mais apolítica. Em lugar de um debate político, desenvolveu, em especial na década de 1950, uma discussão ideológica mais próxima da defesa do liberalismo em oposição ao socialismo e ao fanatismo religioso (não à religião).

Muitas destas ideias foram desenvolvidas por Altamira e Fidelino já em seus exílios ibero-americanos. Diante do radicalismo da década de 1930 e da Segunda Guerra, de forma coerente com o que defenderam ao longo de suas trajetórias, acreditaram que o ensino, a pesquisa e a história contribuiriam para a construção de um futuro de paz. Parece caber bem a um historiador português e a outro espanhol exilados pensar estas questões. A experiência presente das guerras, do genocídio, do holocausto, da crise econômica fez com que os intelectuais olhassem para o passado a fim de projetar um futuro que mais do que nunca se apresentava incerto. Temos, assim, o exemplo de um encontro recíproco entre presente, passado e futuro. Diante da decepção e do ressentimento, foram criados prognósticos de futuro que viam na história uma possível solução pacificadora. Concretizados ou não, o fato é que estes prognósticos acabaram mobilizando uma geração de historiadores ibéricos e ibero-americanos em torno de empreendimentos que tinham como cerne a história e relativizavam as relações entre centro e periferia.

Interessante perceber que o exílio tornou-se uma experiência produtiva a partir do qual estes indivíduos desenvolveram ideias e repensaram suas próprias práticas intelectuais. Deram sentido concreto ainda à defesa que faziam há décadas do diálogo entre Espanha, Portugal e suas ex-colônias, já que buscaram acolhida justamente nesta região, o que se dá, acreditamos, por afinidades intelectuais, ideológicas e culturais. Não podemos esquecer, contudo, que, mesmo sendo bem aproveitado, o exílio é um momento de angústia e afastamento que Fidelino bem definiu durante sua primeira experiência como exilado na Espanha. Em 1929, ele disse que “... roubar a alguém a pátria é talvez o maior crime da malevolência política, porque é desenquadrar uma vida da moldura social que lhe dá significado e finalidade, é demolir toda a arquitectura duma vida”.³³ Longe de ser uma posição confortável, o exílio produz questionamentos, de um lado produtivos, mas, de outro, difíceis de serem superados.

Edward Said utiliza sua trajetória de exilado para refletir sobre a experiência. O intelectual palestino lembra que o exílio faz pensar sobre ele, mas é extremamente difícil vivenciá-lo. O define destacando a separação por ele provocada entre o homem e seu lugar de origem, pelas perdas e mutilações que dele surgem. Definição baseada numa imagem parecida com o desenquadrar de uma moldura utilizada por Fidelino. A imagem que inspira Said é a de uma fratura, “uma fratura incurável entre um ser humano e um lugar natal, entre o eu e seu verdadeiro lar: sua tristeza essencial jamais

pode ser superada”.³⁴ A tristeza é, deste modo, constitutiva da experiência do exilado, mesmo que dela se possa retirar momentos de felicidade, aprendizado e curiosidade intelectual. Afinal, significa a perda de um lar e de toda a imagem de segurança que ele representa; significa sempre que algo foi deixado para trás. Para Said, se a literatura foi sempre recheada pelas aventuras de exilados, estas “não são mais do que esforços para superar a dor mutiladora da separação”.³⁵ O autor destaca que em outras épocas os exilados também sofreram frustrações e mantiveram suas atividades enquanto viviam nesta posição. Porém, no século XX, com as guerras, o imperialismo e os governos totalitários, viveu-se “a era do refugiado, da pessoa deslocada, da imigração em massa”.³⁶ O livro *Um colecionador de angústias*,³⁷ publicado por Fidelino em 1953, trabalha de forma autobiográfica as aventuras de um exilado, mas um exilado triste e angustiado. As aventuras de alguém que experimenta a todo o momento a sensação de não ser e não pertencer.

Nos anos de exílio, entre 1936 e 1951, Altamira dedicou-se intensamente ao trabalho intelectual e, em meio a muitas de suas publicações, demonstrou insatisfação e decepção diante das guerras e do afastamento da Espanha. Alguns de seus trabalhos datados deste período trazem tristeza e pessimismo. Um pessimismo que o atingiu nas décadas de 1930 e 1940, em oposição ao otimismo que manteve na passagem do século e o fez investir no hispano-americanismo. Em *Confesión de un vencido*, ele fala da sua perda de confiança em certos valores humanos. Aqui suas palavras transparecem a dor, a frustração e a impotência que sentia diante daquele contexto. Define seu exílio como “*el derrumbamiento de toda mi vida espiritual y la anulación de más de cincuenta años de trabajo entusiasta por mi patria y por la humanidad*”.³⁸ Complementa fazendo uma dura crítica ao mundo contemporâneo: “*El mundo está dominado por la violencia, la deslealtad, la ausencia de respeto al débil y la cínica imposición de todos los dogmatismos por la fuerza*”.³⁹ No exílio mexicano, Altamira se dedicou à pesquisa, à redação de livros e artigos para revistas e periódicos e ao contato com mexicanos e exilados como ele. Como tema, além da antiga reivindicação do papel da Espanha no mundo, enfatizou na busca de caminhos para a paz e no entendimento entre os países. Durante estes 7 últimos anos de vida o trabalho docente também foi intenso. Contribuiu, inclusive, para a criação de importantes instituições como a *Escuela Libre de Derecho*, o *Ateneo de la Juventud* e o *Ateneo Español de México* e colaborou para a redação dos planos de estudos da *Universidad Nacional Autónoma de México*, além de ter formado gerações de historiadores e juristas no país.

Quando chegou ao México Altamira tinha já 78 anos. A idade o fez, além de produzir novos textos, dedicar-se também à recapitulação das principais bases do seu pensamento. Deste modo, investiu boa parte do tempo na organização e edição de suas obras completas, algumas já publicadas anteriormente, outras inéditas. O grande volume de trabalho e suas precárias condições físicas não permitiram que concluísse a coletânea, mas deixou o projeto bastante adiantando e chegou a enviar para impressão vários volumes. Altamira teve a oportunidade de retornar com segurança à Espanha,

mas acabou optando pela permanência no México. Ele queria voltar, assim como Fidelino desejava o retorno a Portugal. Porém, concluiu que não valia a pena viver em um país controlado pela ditadura franquista. Nos últimos anos de vida chegou a se declarar incompatível com um regime totalitário. Deste modo, optou por investir em sua produção intelectual como exilado mesmo diante dos danos materiais e imateriais que ele próprio alegava ter sofrido com o afastamento da Espanha. Virgilio Zapatero, ao tratar das traumáticas conseqüências do exílio para os intelectuais, diz que Altamira “*había perdido su casa, su familia, sus amigos, su biblioteca, su trabajo, su optimismo y casi, [Altamira] decía, hasta su confianza en el género humano*”.⁴⁰ Para o autor, o exílio traz dois grandes traumas: o abandono de tudo o que se ama e o esquecimento. Isto porque a repressão e o próprio transcorrer do tempo ameaçam apagar as obras e a memória dos exilados. Segundo ele, a ditadura franquista teria conseguido por muito tempo tornar milhares de espanhóis invisíveis. Possivelmente foi por esta razão que Altamira se dedicou no exílio a reunir e reeditar o principal do seu pensamento.

Este processo de esquecimento atingiu a obra de Altamira. Durante a ditadura franquista ele praticamente não foi estudado e seus trabalhos não foram reeditados na Espanha.⁴¹ O hispano-americanismo por ele defendido foi neste período apropriado pelo conservadorismo católico e perdeu seu conteúdo pacifista e liberal; acabou servindo aos interesses da ditadura. Sua defesa do olhar sobre o passado e as ex-colônias ganhou sentidos bem mais autoritários. Na América Ibérica a ascensão de governos ditatoriais no pós-guerra e a força do imperialismo norte-americano acabaram também tomando a maior parte do espaço antes ocupado pelas ideias ibero-americanas. Seu pensamento e obra voltaram a ser tema de interesse somente a partir do final do século XX quando, após o fim da Guerra Fria e a queda do muro de Berlim, o debate sobre integração obteve maior destaque na Europa e na Ibero-América. Além disto, após a operação franquista de destruição da história democrática na Espanha, o ensino da história voltou a interessar a historiadores e professores nos anos 1970, em consonância com o enfraquecimento da ditadura. Isto explica em parte a publicação da segunda edição do *La enseñanza de la historia*⁴² de Altamira apenas em 1997, mais de 100 anos após sua primeira versão incompleta datada de 1891.

Enfim, Fidelino e Altamira experimentaram os governos autoritários das décadas de 1920 e 1930 na Península Ibérica e a ascensão de Salazar e Franco. Foram perseguidos e exilados. Ambos viveram um total de 15 anos de suas vidas no exílio. Boa parte deles na Ibero-América. Para os dois o exílio teve fim no mesmo ano, 1951 – Fidelino pelo retorno a Portugal e Altamira em razão do seu falecimento aos 85 anos de idade. Coincidências que aproximam suas trajetórias pessoal e profissional. Embora distintos ideologicamente viveram as conseqüências da radicalização política e da violência que assolaram a Europa no início do século XX. Uma Europa que produziu toda uma geração de expatriados. O exílio coincidiu entre estes indivíduos tornando-se uma experiência fundamental não apenas para Fidelino e Altamira. A própria correspondência passiva de Fidelino nos dá uma medida da importância do exílio

enquanto questão geracional. Além de Altamira, estas cartas apresentam muitos remetentes exilados, europeus e ibero-americanos. Entre eles estão os escritores portugueses Adolfo Casais Monteiro, Jaime Brasil e João Sarmento Pimentel e o historiador espanhol Francisco Vera. Todos eles exilados na Ibero-América. Cabe destacar que as razões para o exílio variavam de acordo com o contexto histórico e a posição ideológica de cada um. Muitos monarquistas foram exilados de Portugal e da Espanha a partir de 1910 e 1931, respectivamente, com a proclamação da República. Em Portugal, isto se deu em grande parte devido à oposição ao primeiro presidente do Governo Provisório, Teófilo Braga. Oposição muito vinculada ao campo católico, contrário ao positivismo de Teófilo. O mesmo também se deu com republicanos que de primeira hora se satisfizeram com a República e, com seu desenrolar, acabaram retirando seu apoio e participando de movimentos de oposição.⁴³

Uma suposta função pacifista da história, que havia se fortalecido após a Primeira Guerra, durante as décadas de 1930 e 1940, com a Guerra Civil Espanhola e a Segunda Guerra, ganhou ainda maior destaque no pensamento destes intelectuais. Tanto Fidelino, com sua visão cosmopolita, quanto Altamira, defendendo uma história geral da civilização que integrasse as diferentes culturas, viram na pesquisa e no ensino da história a possibilidade de evitar animosidades através do conhecimento mútuo e recíproco. Esta pauta também esteve presente entre seus interlocutores ibero-americanos. Era uma ideia que circulava nas duas margens do Atlântico, conferindo ao conhecimento histórico sentido político e caráter de utilidade para o presente. Acreditamos que a experiência do exílio tenha contribuído para acentuar ainda mais esta percepção da história como necessária para suavizar os conflitos e as angústias de uma época, o que nos é sugerido pela própria produção intelectual de Fidelino e Altamira. Olhar para as outras culturas, se aproximar delas e compreendê-las foram exercícios favorecidos pela história e, na prática, pelo exílio.

Notas e referências

- ¹ Na tese, e no livro que dela resulta, pensamos os diálogos desenvolvidos entre historiadores argentinos e brasileiros acerca da escrita da história e os projetos de integração deles oriundos e expandidos para vários outros países ibero-americanos. Neste processo de revisão do próprio passado, a reaproximação com as antigas metrópoles esteve muito presente. Ao analisarmos as trajetórias e pensamentos de Altamira e Fidelino procuramos refletir o quanto há de reciprocidade por parte da Espanha e de Portugal neste interesse de reaproximação.
- ² Destacamos aqui a *Junta de Historia y Numismática Americana*, em Buenos Aires, e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro, bem como seus notáveis representantes Ricardo Levene e Max Fleiuss.
- ³ Reinhart Koselleck é uma importante referência teórica e metodológica sobre as relações entre experiências e expectativas e a reciprocidade entre presente, passado e prognósticos de futuro. Ver Reinhart KOSELLECK, *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*, Rio de Janeiro, Contraponto/ PUC-Rio, 2006. Ainda sobre o assunto ver Ana Paula BARCELOS e Aline Pinto PEREIRA, “Tensões, escolhas e expectativas: ideias políticas e contexto histórico e social a partir de trajetórias

- individuais”, *Passagens – Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, maio-agosto 2013, pp. 286-306.
- ⁴ María de los Ángeles AYALA, “Cartas inéditas de Rafael Altamira a Domingo Amunátegui Solar”, *Cuadernos de América sin Nombre*, Alicante, n. 14, s/d, p. 25.
- ⁵ *Ibid.*
- ⁶ Carta de Rafael Altamira a Ricardo Levene, México, 19 de janeiro de 1951. Documento anexo, Acervo: Biblioteca, Museo y Archivo Dr. Ricardo Levene, Buenos Aires.
- ⁷ Ricardo Vélez RODRÍGUEZ, “Traços intelectuais de Fidelino de Figueiredo”, *Carta Mensal*, Confederação Nacional do Comércio, Rio de Janeiro, v. 45, n. 539, fevereiro de 2000, pp. 36-63.
- ⁸ As cartas trocadas entre Jonathas Serrano e Fidelino de Figueiredo foram por mim analisadas em artigo no qual trato dos conflitos que caracterizaram o contexto de radicalização política no Brasil na década de 1930 e seus reflexos subjetivos nos intelectuais ligados ao pensamento católico. Ver: Ana Paula BARCELOS, “Fidelino de Figueiredo e Jonathas Serrano. Pensamento católico e radicalização política na década de 1930. Algumas reflexões”, *Passagens – Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, v. 2, n. 4, maio-agosto de 2010, pp. 39-66.
- ⁹ Carta de Rafael Altamira a Fidelino de Figueiredo, 10 de outubro de 1934, Correspondência Passiva de Fidelino de Figueiredo, Acervo Biblioteca Florestan Fernandes, FFLCH/USP.
- ¹⁰ Carta de Rafael Altamira a Fidelino de Figueiredo, 18 de outubro de 1934, *Id.*
- ¹¹ Carta de Rafael Altamira a Fidelino de Figueiredo, Madrid, 19 de fevereiro de 1936, *Id.*
- ¹² A título de complementação informamos que o nome do Instituto era acompanhado pelo seguinte subtítulo: “Espanha, Portugal e paizes americanos de linguas espanhola e portugueza”.
- ¹³ Carta de Rafael Altamira a Fidelino de Figueiredo. Paris, 14 de junho de 1939, Correspondência Passiva de Fidelino de Figueiredo, cit.
- ¹⁴ Chamamos a atenção para a utilização da expressão América Latina no período, já que se tratava de um termo complexo em fase de legitimação. Segundo João Feres Jr, ele estava referido ainda ao olhar de desqualificação dos Estados Unidos acerca da América católica e, na visão norte-americana, atrasada. Os historiadores com os quais trabalhamos utilizavam termos variados como apenas América, a referência geográfica América do Sul, América Ibérica ou, raramente, América Latina. Utilizamos os termos Ibero-América ou América Ibérica a fim de enfatizar as matrizes ibéricas e católicas que estes mesmos historiadores se empenhavam em destacar como fator de qualificação para ambos os lados do Atlântico. Para Gizlene Neder e Gisálio Cerqueira Filho, o conceito de América Latina teria sofrido um deslocamento semântico posterior a Segunda Guerra, a partir da atuação do campo literário de esquerda da região. Dos autores citados nesta nota, ver João FERES JR., *A história do conceito de ‘Latin America’ nos Estados Unidos*, Bauru/SP, EDUSC, 2005; Gizlene NEDER e Gisálio CERQUEIRA FILHO, “Sobre o conceito de América Latina: Uma proposta para repercutir nos festejos do bicentenário”, *Pilquen*, Sección Ciencias Sociales, Dossier Bicentenario, Año XII, n. 12, 2010, pp. 1-7.
- ¹⁵ *Ibid.*, Texto anexo.
- ¹⁶ *Ibid.*
- ¹⁷ Carta de Rafael Altamira a Fidelino de Figueiredo, México, 30 de novembro de 1944, Correspondência Passiva de Fidelino de Figueiredo, cit.
- ¹⁸ *Ibid.*
- ¹⁹ José Luis Bendicho BEIREN, “Hispanismo: um ideário em circulação entre a Península Ibérica e as Américas”, *Anais Eletrônicos do VII Encontro Internacional da ANPHLAC*, Campinas, 2006, p. 2.
- ²⁰ *Ibid.*, p. 5.
- ²¹ Eva María Valero JUAN, “Rafael Altamira y la ‘patria intelectual’ hispano-americana”, *América sin nombre*, Alicante, n. 3, junho de 2002, pp. 94-102.
- ²² Para Rafael Altamira, hispanismo e americanismo eram termos complementares. Assim, ele utilizava os dois, pois a análise de um conduziria a do outro. Unindo-os, a expressão hispano-americanismo, por ele defendida, conferia igual importância a estes movimentos.

-
- ²³ O regeneracionismo espanhol defendeu, na virada do século XIX para o XX, a valorização do patriotismo, do passado e da tradição. Utilizava-se de uma linguagem pragmática e científica para refletir objetivamente sobre as possibilidades de reconstrução da nação. A recuperação do contato com as ex-colônias se tornava aqui fundamental.
- ²⁴ Eva Maria Valero JUAN, *Rafael Altamira y la 'reconquista espiritual' de América*, Murcia, Universidad de Alicante, 2003, p. 53.
- ²⁵ *Ibid.*
- ²⁶ Protagonizada por Miguel de Unamuno, partia de referenciais estéticos, filosóficos e literários na tentativa de superar a crise moral, política e social espanhola oriunda da derrota para os Estados Unidos. Apontavam a existência de uma Espanha real, fracassada, bastante distinta daquela oficial, falsa e aparente. São marcados pela frustração e pelo pessimismo em relação aos rumos do país.
- ²⁷ Ver Hebe Carmen PELOSI, “Rafael Altamira y la Argentina”, *Cuadernos de América sin nombre*, Alicante, n. 11, s/d.
- ²⁸ Fidelino de FIGUEIREDO, “Um século de relações luso-brasileiras”, *Revista de História*, Lisboa, Fluminense, v. 14, 1925.
- ²⁹ J. García MOREJÓN, *Dos coleccionadores de angústias: Unamuno y Fidelino de Figueiredo*, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, 1967, p. 69.
- ³⁰ Carlo GINZBURG, “História da Arte Italiana”, C. GINZBURG, E. CASTELNUOVO e C. PONI (org), *A Micro-história e outros ensaios*, São Paulo, Bertrand Brasil/ Lisboa, Difel, 1989, pp. 5-93.
- ³¹ Antonio Soares AMORA, *O essencial sobre Fidelino de Figueiredo*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, s/d.
- ³² Maria José M. Cavalleiro de Macedo WEHLING, *A idéia de história em Fidelino de Figueiredo*, Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Departamento de Filosofia, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 1983, p. 20.
- ³³ *Id.*, *Notas para um ideário português: política e literatura*, Lisboa, Sá Costa, 1929, p. 221.
- ³⁴ Edward SAID, *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*, São Paulo, Companhia das Letras, 2003, p. 46.
- ³⁵ *Ibid.*
- ³⁶ *Ibid.*, p. 47.
- ³⁷ Fidelino de FIGUEIREDO, *Um colecionador de angústias*, Lisboa, Guimaraes Editores, 1953.
- ³⁸ Rafael ALTAMIRA, *Confesión de un vencido*, Alicante, Instituto de Estudios Juan Gil Albert, 1987, p. 224.
- ³⁹ *Ibid.*
- ⁴⁰ Virgilio ZAPATERO, “El legado constitucional del exilio”, *Espacios y protagonistas del exilio*, Fundación Pablo Iglesias, 3 a 6 de fevereiro de 2006. Dossier 1/2003, p. 6.
- ⁴¹ As obras de Altamira impressas a partir da década de 1940 foram todas publicadas em países hispano-americanos, sobretudo México, Argentina e Uruguai.
- ⁴² Rafael ALTAMIRA, *La enseñanza de la historia*, 2ª ed., Madrid, Ediciones Akal, 1997.
- ⁴³ Sobre as diferentes tendências políticas e ideológicas que marcaram o início da República portuguesa, ver José Hermano SARAIVA, *História concisa de Portugal*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1981.

Sobre o LABIMI e a edição deste E-BOOK

O Laboratório de Estudos de Imigração (LABIMI) é um laboratório de pesquisa, com irradiação para o ensino e a extensão, vinculado a Programas de Pós-graduação (História e Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro).

Com ampla área de atuação, atua no desenvolvimento de projetos de investigação; na elaboração de propostas de inovação metodológica e de abordagem; na coleta, catalogação e disponibilização de fontes; na organização de conferências, palestras, *work-shops*, simpósios e congressos; na edição de obras impressas e em meio digital; na formação de grupos de estudo; na articulação com arquivos, bibliotecas, casas étnicas e instituições ligadas à memória da e-imigração; na cooperação com universidades e centros de estudos sobre e-imigração nacionais e estrangeiros. Seu objetivo central é o de constituir-se em espaço referencial de pesquisa, dedicado a desenvolver investigações de ponta e propostas de inovação metodológica no campo dos estudos migratórios. Somam-se a este os objetivos de congregar pesquisadores; de propor novas metodologias no tratamento de fontes quantitativas e qualitativas; de manter diálogos interinstitucionais permanentes; de manter site com disponibilização ao público de produtos e informações acerca das migrações; de manter diálogos com associações, casas étnicas e demais instituições do gênero; de reunir, catalogar e conservar fontes orais e visuais: depoimentos orais, fotografias e documentos pessoais, recebidos em doação por imigrantes e descendentes; de constituir biblioteca e filmoteca especializada; de criar grupos de estudo que se constituam em celeiro de novos pesquisadores; de organizar conferências, palestras, *work-shops*, simpósios e congressos sobre o tema das migrações.

Criado no ano de 2000, o LABIMI tornou-se referência internacional. Diariamente, seu site (www.labimi.uerj.br) recebe visitantes interessados em encontrar pesquisadores; em consultar seu banco de dados; em buscar artigos de referência (disponibilizados no site); em encontrar notícias de eventos e atividades ou em buscar respostas para desafios que a eles se apresentam. Nesse e em outros sentidos, o LABIMI constitui-se em espaço privilegiado de produção e divulgação do conhecimento e de inovação metodológica.

Como unidade editorial no âmbito da UERJ, o LABIMI já editou um (1) livro, em co-edição com a Universidade de Huelva, e dois (2) CD-ROM. Foram, também, disponibilizados vários artigos, de autoria de pesquisadores de renome internacional.

A edição deste E-BOOK sobre História Intelectual explica-se pelo fato de uma das partes da obra contemplar artigos que destacam o tema das ideias e práticas sobre migrações e exílios que, posteriormente, com o consentimento de seus autores, também serão disponibilizados no site do Laboratório.